



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE UnB PLANALTINA – FUP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO RURAL – PPG-MADER

PATRÍCIA COSTA DE ARAÚJO

ANTÔNIA FLOR E RESISTÊNCIAS DE MULHERES CAMPONESAS NA LUTA
PELA TERRA EM PIRIPIRI – PIAUÍ

Brasília – DF
Novembro/2022

PATRÍCIA COSTA DE ARAÚJO

**ANTÔNIA FLOR E RESISTÊNCIAS DE MULHERES CAMPONESAS NA LUTA
PELA TERRA EM PIRIPIRI – PIAUÍ**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader) como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de mestra em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Faculdade UnB Planaltina (FUP), Universidade de Brasília (UnB).

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas para o Meio Ambiente e o Campo

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Regina Coelly F. Saraiva

Brasília – DF
Novembro/2022

PATRÍCIA COSTA DE ARAÚJO

**ANTÔNIA FLOR E RESISTÊNCIAS DE MULHERES CAMPONESAS NA LUTA
PELA TERRA EM PIRIPIRI – PIAUÍ**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader) como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de mestra em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Faculdade UnB Planaltina (FUP), Universidade de Brasília (UnB).

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas para o Meio Ambiente e o Campo

Aprovada em 1º de novembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Regina Coelly Fernandes Saraiva (Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Tânia Cristina da Silva Cruz

Prof.^a Dibe Salua Ayoub

Brasília – DF
Novembro/2022

CA663a COSTA DE ARAÚJO, PATRÍCIA
ANTÔNIA FLOR E RESISTÊNCIAS DE MULHERES CAMPONESAS NA
LUTA PELA TERRA EM PIRIPIRI - PIAUÍ / PATRÍCIA COSTA DE
ARAÚJO; orientador Regina Coelly Fernandes Saraiva. --
Brasília, 2022.
219 p.

Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento
Rural) -- Universidade de Brasília, 2022.

1. Luta pela terra. 2. trabalhadoras rurais. 3.
conflitos agrários. 4. Antônia Flor. 5. Piauí. I. Coelly
Fernandes Saraiva, Regina, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

A educação sempre fez parte dos conselhos de minha mãe. Hoje, finalizando este ciclo de estudos, o que eu mais me recordo é dela e da sua dedicação, por toda uma vida, aos filhos. É a quem eu sou grata eternamente pelo amor e pelo exemplo de coragem. Qualidades às quais sempre tentei me agarrar, principalmente, nos momentos mais difíceis.

O caminho como mestranda foi em meio a uma pandemia de covid-19, que tirou mais de 850 mil vidas, com notícias de famílias destruídas, com o país voltando ao mapa da fome, numa era de *fake news* e desinformação. Sem falar nos ataques às universidades públicas e à democracia do país. Não foi fácil, mas não cheguei até aqui só!

Gratidão à minha mãe, Célia Costa, que é o concreto da minha vida no que diz respeito a amor. Ao meu pai, Adilson Araújo, pelo incentivo a conquistar as coisas que eu ainda não alcançava. À minha companheira, Gilda Rocha, pelo apoio, pelo acalento, pelo carinho e pelo amor, em todos os momentos, principalmente naqueles dias mais inseguros quando eu desacreditava em mim mesma.

Gratidão às assentadas do Projeto de Assentamento Antônia Flor, especialmente a Antônia de Sousa Neta, Raimunda Maria da Conceição Silva e Maria Alves Pereira, que se dispuseram a participar da pesquisa, assim como as lideranças sindicais Maria do Carmo de Sousa Oliveira Macêdo, Eunice Oliveira Barros Soares e Rita Souza Vieira, que me ajudaram a tornar possível a pesquisa de campo. Agradeço, ainda, ao conselheiro Olavo Rebelo e a Paulo Machado, que abriram as portas para as investigações documentais.

Gratidão aos professores da Faculdade UnB Planaltina e das bancas de qualificação e defesa, em especial à minha orientadora, professora dr.^a Regina Coelly, por ter me guiado com atenção e gentileza na construção da dissertação, como também as professoras dr.^a Dibe Ayoub e dr.^a Laura Maria Goulart Duarte, que, no meio do caminho, foram como uma bússola, principalmente, nos trechos de bifurcação.

Também faço uma dedicação especial à professora Maria Sueli Rodrigues de Sousa, uma das fundadoras do Coletivo Antônia Flor, que me atendeu no momento inicial da pesquisa, sendo uma das fontes que me ajudaram a adentrar no campo de pesquisa.

Gratidão a todas as amigas e os amigos que estiveram lado a lado, ouvindo, por tantas vezes, eu recontar cada capítulo desta história.

Gratidão ao universo, que conspirou para a realização deste sonho. Agora, o que eu desejo é seguir alimentando meu espírito por meio do instrumento da educação, porque acredito

que, nele, se opera a regeneração, a religação da sociedade aos valores solidários e humanitários.

Canção de amor e morte

Antônia Flor — flor da gameleira —
toda manhã lavrava a terra
com a sabença de quem conhecia
o sabor agridoce dos araçás.

Antônia Flor — flor da gameleira —
na cinzentura da tarde, guardava
no aprisco cabritos e borregos
da fúria profana dos carcarás.

Antônia Flor — flor da gameleira —
aos oitent'anos tinha os olhos acesos
a alumiar, como os olhos de maracajás.

Antônia Flor — flor da gameleira —
fez do amor à terra sua peleja,
sua crença, sua razão de bem-viver.

Antônia Flor — flor da gameleira —
teve o corpo crivado de balas —
à sombra de uma velha ingazeira.

Carpideiras puxaram excelências
e tiranas, com a notícia da morte
a correr nos estirões das veredas.



Antônia Flor
Fonte: Posseira (1984).

(Paulo Machado)

RESUMO

A pesquisa aborda a atuação de mulheres camponesas na conquista da terra no Piauí à luz da história de resistência da trabalhadora rural Antônia Flor e de mulheres camponesas na conquista do assentamento que tem seu nome, em sua homenagem, no município de Piripiri. Apresenta os aspectos históricos de vida de Antônia Flor e sua contribuição na luta pela terra, como se deu a construção política do assentamento e o seu reconhecimento político como símbolo de luta pela terra e pela reforma agrária no estado. O trabalho foi desenvolvido com o olhar de gênero para a questão agrária, a história das Ligas Camponesas e das lutas camponesas no Piauí, desde anos que antecedem ao golpe civil-militar em 1964 até a redemocratização. A primeira etapa da pesquisa consistiu na pesquisa bibliográfica e documental. A segunda, em trabalho de campo, com coleta de dados a partir de entrevistas semiestruturadas. A pesquisa teve como objetivos (re)construir aspectos históricos da luta pela terra no Piauí; (re)construir a história de vida de Antônia Flor e sua contribuição na luta pela terra; registrar a luta pela formação do assentamento Antônia Flor e a atuação de mulheres na trajetória de construção política do assentamento Antônia Flor. A análise dos dados coletados foi realizada a partir de quatro categorias teóricas: mulheres e feminismo; memória; violência contra a mulher; e reconhecimento político. O trabalho identificou o protagonismo de Antônia Flor como resistência, na gleba Gameleira, em Piripiri, capaz de semear a luta pelo direito à terra. A trabalhadora rural sindicalizada foi assassinada covardemente em meio aos conflitos pela terra, em 1984. Sua força e determinismo em permanecer na terra, resistindo às violências do latifúndio, fizeram dela uma referência importante para o processo de luta e conscientização de mulheres camponesas no Piauí na luta pelos seus direitos e por reforma agrária.

Palavras-chave: Luta pela terra. Trabalhadoras rurais. Conflitos agrários. Antônia Flor. Piauí.

ABSTRACT

The research addresses the agency of peasant women in their land struggle in Piauí unveiling the history of resistance of rural workers as Antônia Flor and other peasant women in the conquest of the settlement that bears her name, in her honor, at the municipality of Piripiri. It presents some historical aspects of Antonia Flor's life and her contribution to the struggle for land, analyzing how the political construction of the settlement took place and its political recognition as a symbol of the demand for land and agrarian reform in this Brazilian state. This perspective work was made possible by a gender perspective look on the agrarian question, the history of Peasant Leagues and peasant struggles in Piauí, from the years before the civil-military coup in 1964 until re-democratization. The first stage of this research, consisted by a bibliographical and documentary research. The second, was a fieldwork, with data collection from semi-structured interviews. The research aimed to re-construct historical aspects of the struggle for land in Piauí; and re-build Antonia Flor's life story and her contribution on the beforehand mentioned demands; which were set as a mark by the struggle of Antônia's Flor settlement, and the role of women in the political construction of the Antônia Flor settlement. The analysis of the collected data was carried out based on four theoretical categories: women and feminism; memory; violence against women; and political recognition. The work identified Antônia Flor as a protagonist of rural resistance, in the Gameleira glebe, in Piripiri, as she was capable to stand out as an example on the struggle to the right land. The rural worker was unionized and cowardly murdered in the midst of land conflicts in 1984. Her strength and determination to stay on the land, resisting the violence of the latifundium, made her an important reference for the process of struggle and awareness of peasant women in Piauí in the fight for their rights and for agrarian reform. As she became a union leader, she was cowardly murdered in the midst of land conflicts in 1984. Her strength and determination to stay on the land, resisting the violence of plantation system, made her an important reference for the process of struggle and awareness of peasant women in Piauí in the fight for their rights and for agrarian reform.

Keywords: Struggle for land. Rural workers. Agrarian conflicts. Antônia Flor. Piauí.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Município de Piripiri	29
Figura 2 – Mapa do Assentamento Antônia Flor, no município de Piripiri (PI)	30
Figura 3 – Localidades onde houve formação de ligas camponesas no Piauí	92
Figura 4 – Antônia de Sousa Neta, em janeiro de 2022	121
Figura 5 – Raimunda Maria da Conceição Silva, em janeiro de 2022	122
Figura 6 – Maria Alves Pereira, em janeiro de 2022	123
Figura 7 – Eunice Oliveira Barros Soares, em janeiro de 2022	124
Figura 8 – Maria do Carmo de Sousa Oliveira Macêdo, em janeiro de 2022	125
Figura 9 – Rita Souza Vieira, em janeiro de 2022	125
Figura 10 – Foto de Antônia Flor publicada pelo <i>Jornal do Lavrador</i> , da CPT	127

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Números de estabelecimentos agropecuários, áreas média e mediana e índices de Gini e de Atkinson, segundo censos agropecuários – Brasil 1920/2006	73
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Recorte do tema e relação de autores sobre a questão agrária e a história do campesinato	34
Quadro 2 – Construção do referencial para análise das entrevistas	35
Quadro 3 – Relação de documentos consultados	39
Quadro 4 – Jornais selecionados para a pesquisa	43
Quadro 5 – Entrevistadas na pesquisa de campo	48
Quadro 6 – Relação com o registro de mulheres assassinadas publicada no caderno <i>Conflitos no Campo Brasil 1985</i> , da Comissão Pastoral da Terra (1986)	80
Quadro 7 – Relação com o registro de mulheres mortas em acidentes publicada no caderno <i>Conflitos no Campo Brasil 1985</i> , da Comissão Pastoral da Terra (1986)	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abra	Associação Brasileira de Reforma Agrária
Alepi	Assembleia Legislativa do Estado do Piauí
Altat	Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Teresina
APL	Academia Piauiense de Letras
Arena	Aliança Renovadora Nacional
CAI	Complexo Agroindustrial Brasileiro
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
Cepac	Centro Piauiense de Ação Cultural
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNDM	Conselho Nacional de Direitos da Mulher
CNMT	Comissão Nacional Sobre a Questão da Mulher Trabalhadora
Comdepi	Companhia de Desenvolvimento do Piauí
Concut	Congresso Nacional da CUT
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Contraf-Brasil	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
Coraje	Corpo de Assessoria Jurídica Estudantil
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
Embrater	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
Farepi	Federação das Associações Rurais do Estado do Piauí
Fetag-PI	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Piauí
FMP	Frente de Mobilização Popular
Ibad	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inic	Instituto Nacional de Imigração e Colonização

Interpi	Instituto de Terras do Piauí
Ipes	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
Master	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA	Movimento de Mulheres Agricultoras
MMA/SC	Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTTR	Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Projeto de Assentamento
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDC	Partido Democrata Cristão
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PPG-Mader	Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PST	Partido Social Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SAPPP	Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco
SBT	Sistema Brasileiro de Televisão
Seplan	Secretaria de Planejamento da Arquidiocese de Teresina
Sipra	Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
STR/Piripiri	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Piripiri
Sudene	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
Supra	Superintendência de Política Agrária
TCE-PI	Tribunal de Contas do Estado do Piauí
UDN	União Democrática Nacional
UDR	União Democrática Ruralista

Uespi	Universidade Estadual do Piauí
Ultab	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil
UNE	União Nacional dos Estudantes
Unicampo	União dos Camponeses do Piauí

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Piauí e territórios de luta pela terra	18
1.2 Assentamento Antônia Flor em Piripiri	28
1.3 Notas metodológicas da pesquisa	31
2 GÊNERO, FEMINISMO E MULHERES NA LUTA PELA TERRA	51
2.1 Gênero e feminismo	51
2.2 Passos no debate de gênero	53
2.3 Gênero e mulheres na luta pela terra	57
3 LUTA PELA TERRA NO PIAUÍ – DAS LIGAS CAMPONESAS AO ASSENTAMENTO ANTÔNIA FLOR	65
3.1 Aspectos históricos do povoamento do Piauí	65
3.2 Questão agrária e a emergência dos camponeses	72
3.3 A modernização no campo	75
3.4 Violência em números	78
3.5 Lutas camponesas e as Ligas	83
3.6 Ligas camponesas no Piauí	89
3.7 CPI não inibe as Ligas do Piauí e movimento avança	95
3.8 A luta por Reforma Agrária estava nas ruas	100
3.9 Piauí: carroceria da ditadura civil-militar	105
3.10 Sob o silêncio e o medo	109
3.11 Reforma agrária reacende a luta no Piauí	113
4 RESISTÊNCIAS DE MULHERES CAMPONESAS NA LUTA PELA TERRA: TRAJETÓRIAS NA CONSTRUÇÃO DO ASSENTAMENTO ANTÔNIA FLOR	120
4.1 Mulheres na luta pela terra: quem são elas?	120
4.2 Recontando a história de Antônia Flor	126
4.3 Memórias contadas sobre a resistência de Antônia Flor	132
4.4 Assentamento Antônia Flor: lutas, resistências e políticas públicas	137
4.5 Reconhecimento político da luta de Antônia Flor	150
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
REFERÊNCIAS	160
APÊNDICE A – Linhas editoriais dos jornais	175

APÊNDICE B – Quadro de análise com as categorias principais da pesquisa	178
APÊNDICE C – Outras homenagens recebidas por Antônia Flor	181
APÊNDICE D – Termo de consentimento e participação em pesquisa	182
ANEXO A – Registro de imóveis	198
ANEXO B – Certidão de óbito	200
ANEXO C – Justificativa do Projeto de Lei nº 12/1999	201
ANEXO D – Foto do documento original: lei que institui o Dia Estadual de Luta pela Reforma Agrária no Piauí	202
ANEXO E – Capa do arquivo referente à tramitação do Projeto de Lei nº 12/1999	203
ANEXO F – Foto do documento anexo à CPI dos Conflitos Agrários que mostra as áreas de conflitos envolvidas	204
ANEXO G – Governador Chagas Rodrigues Participa de grande comício realizado na Guanabara	205
ANEXO H – Lutam organizados os camponeses do Piauí	206
ANEXO I – Comparação entre a identificação de conflitos pelo “método do noticiário” e o “método direto” de consulta às federações estaduais de trabalhadores rurais 1971	207
ANEXO J – Foto do quadro de sócios-fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Piriipiri	208
ANEXO K – Capa do Jornal do Lavrador de novembro/dezembro de 1984	209
ANEXO L – Notícia do assassinato de Antônia Flor	210
ANEXO M – Reportagens anexa no relatório da CPI dos Conflitos Agrários	211
ANEXO N – Túmulo de Antônia Flor	212
ANEXO O – Entrada para Gameleira	213
ANEXO P – Casas no PA Antônia Flor	214
ANEXO Q – Convite para outorga da medalha do mérito legislativo	215
ANEXO R – Medalha recebida por Enoque e guardada por dona Nenê	216
ANEXO S – Rua Antônia Flor	217
ANEXO T – Tributo à memória da trabalhadora rural Antônia Maria da Conceição (Antônia Flor)	218
ANEXO U – Figura do túmulo de Antônio Flor	219

1 INTRODUÇÃO

Conheci o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader) por meio da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Contraf-Brasil). Estive como assessora de comunicação da entidade entre os anos de 2016 e 2020. Enquanto jornalista, escrevia reportagens sobre reforma agrária, segurança alimentar, organização sindical, programas de desenvolvimento rural e, principalmente, sobre o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Nesse mesmo período, também participava como assessora da organização das sessões da Câmara dos Deputados e das discussões nas comissões da casa, mais frequentemente na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia e na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Além disso, acompanhava reuniões com movimentos sociais, sindicatos e outras entidades em defesa da pauta dos povos do campo, das florestas e das águas.

A experiência como assessora da Contraf-Brasil foi mais do que exercer o jornalismo, foi somar-se aos movimentos que carregam uma pauta social e econômica legítima de enfrentamento por longos anos. A temática das questões agrárias despertou o interesse em aprofundar os assuntos sobre as lutas camponesas e a reforma agrária. A academia representava a ponte para esse objetivo.

Como jornalista, observava o quanto a comunicação midiática sobre essas temáticas da reforma agrária e das lutas camponesas é trabalhada de forma superficial e(ou) equivocada e até mesmo pejorativa. Então, olhando, na prática, para essa lacuna no jornalismo, percebi a necessidade da especificação nessa área de conhecimento de forma que agregasse ao campo profissional. Dessa forma, seria possível realizar um jornalismo crítico e especializado no setor das questões que envolvem o desenvolvimento rural e o meio ambiente, sobretudo da reforma agrária. Para isso, foi importante a consciência de galgar este caminho com a pesquisa acadêmica.

Enquanto aluna do PPG-Mader, acompanhei a história de mulheres que são referência de resistência no direito pela terra: Elizabeth Altino Teixeira, Margarida Alves e Roseli Celeste Nunes da Silva. Entre elas, tomei conhecimento da trabalhadora rural Antônia Maria da Conceição, mais conhecida como Antônia Flor. Por meio de informações fragmentadas, do pouco que ouvi sobre ela, o caso despertou curiosidade, já que, como conterrânea, não conhecia sua história. Ao perceber que Antônia Flor era conhecida tão-somente em seu contexto local,

surgiu a motivação de pesquisar a participação das mulheres camponesas na luta pela terra no Piauí.

O desafio foi investigar a fundo sua trajetória por meio de fios condutores sobre as lutas camponesas, ainda que dispersos. Uma batalha que teve história e, especialmente, construída por mulheres. Dessa forma reconhecendo, como diz Ivone Gebara (2022, p. 33), que “somos herdeiras de mulheres fortes de muitas cores e culturas, que não se dobraram, que acolheram o valor de sua vida e de suas companheiras como presentes da vida, uma vida a ser respeitada e fruída no aqui e no agora de nosso tempo”.

1.1 Piauí e territórios de luta pela terra

O Piauí está situado no Nordeste do Brasil e faz parte das regiões marcadas pelos conflitos por terra. Exemplificando a violência contra o campesinato em consequência da concentração de terras e da desigualdade social, ou seja, conforme Guimarães (1963) e Delgado (1985), o monopólio da terra e a exclusão de grupos sociais e regiões.

O território piauiense corresponde a uma área de 251.755,485 km², com uma população total de 3.281.480 milhões de habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2020). Tem 245.601 mil estabelecimentos agropecuários em 10 milhões de hectares, com 670.321 mil pessoas ocupadas em atividades agropecuárias, de acordo com Censo Agropecuário de 2017.¹ Junto a esse panorama, o Índice de Gini do Piauí é de 0,474.² Isso significa que ainda existe um alto grau de concentração de terras no estado, se for considerado que, quanto mais perto essa medida está do número 1, maior é a concentração na estrutura fundiária.

Os dados do Censo Agropecuário 2017 seguem revelando um País estruturado em fortes e persistentes desigualdades, sejam elas regionais, pelo tamanho do estabelecimento, atividade principal econômica realizada, a condição legal das terras, a taxa do pessoal ocupado ou mesmo de acordo com o sexo do produtor. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020, p. 50).

O *Relatório de Gestão do Exercício de 2017/Incrá-SR(24)/PI* (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2017) aponta que o Piauí possuía apenas 495 projetos de assentamentos, com 31.169 famílias assentadas, no final do ano

¹ Para mais informações, ver Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017).

² Para mais informações, ver Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021a).

de 2017. Ainda segundo o relatório sobre o déficit de infraestrutura, observando apenas os assentamentos criados, sem contar com aqueles que não têm nem terra para morar, ainda faltava a construção de 2.356 unidades habitacionais. Existem mais de 20 mil famílias sem sistema de abastecimento de água canalizada em suas residências e(ou) com abastecimento deficiente e energia elétrica, são mais de 2.181 famílias sem fornecimento ou com um sistema precário.

Os dados são reflexo do monopólio de terra e desigualdade social que possui raízes, principalmente, fincadas na década de 1960. Delgado (1985) observa que o final dos anos 1960 é considerado como marco de constituição do chamado Complexo Agroindustrial brasileiro (CAI), denominado ainda por alguns autores de “arrancada do processo de industrialização do campo”.

Esse processo caracteriza-se, fundamentalmente, pela implementação, no Brasil, de um setor industrial produtor de bens de produção para a agricultura. Paralelamente, desenvolve-se ou moderniza-se, em escala nacional, um mercado para produtos industrializados de origem agropecuária, dando origem à formação simultânea de um sistema de agroindústrias, em parte dirigido para o mercado interno e em parte voltado para a exportação (DELGADO, 1985, p. 34-35).

Medeiros (1989, p. 56) se refere à década de 1960 como o momento em que se abriu no Brasil uma crise econômica, política e social de grande envergadura, em que as lutas no campo tiveram um papel significativo, na medida em que aqueceram a bandeira das reformas e transformaram a reforma agrária numa candente questão nacional. Segundo o autor, “A constituição dos trabalhadores rurais como atores políticos implicou na presença, no campo, de diversas forças que buscavam representá-los e articulá-los a um projeto de sociedade que ultrapassava seus interesses mais imediatos” (MEDEIROS, 1989, p. 78).

Das experiências mais abrangentes de organização que tinham como palavra de ordem reforma agrária, estavam as Ligas Camponesas, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), e sindicatos ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura³ (Contag).

³ Em 22 de dezembro de 1963, trabalhadores rurais de 18 estados, distribuídos em 29 federações, decidiram pela criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), reconhecida, em 31 de janeiro de 1964, pelo Decreto Presidencial nº 53.517. A Contag torna-se a primeira entidade sindical camponesa de caráter nacional reconhecida legalmente. Antes da Contag nascer, no processo de organização e luta, foram criadas outras organizações como o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), na região Sul do país. As várias formas de organizações camponesas passaram a sentir a necessidade de uma articulação nacional que representasse os interesses e as demandas específicas. Fruto dessa efervescência política e da necessidade de articular essas lutas e organizações do campo, em 1954 surgiu a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), durante a II Conferência Nacional dos Lavradores, realizada em São Paulo. O primeiro presidente foi Lyndolpho Silva, que uma década depois viria a ser o primeiro presidente da Contag (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA, 2003).

No Piauí, a história do campesinato pode ser caracterizada, tal como indica Martins (1981), por um campesinato brasileiro insubmisso.

Primeiramente, contra a dominação pessoal de fazendeiros e “coronéis”, depois contra a expropriação territorial efetuada por grandes proprietários, grileiros e empresários; e já agora, também, contra a exploração econômica que se concretiza na ação da grande empresa capitalista, que subjuga o fruto do seu trabalho, e na política econômica do Estado, que cria e garante as condições dessa sujeição. (MARTINS, 1981, p. 10).

Inserido em movimentos como o das Ligas Camponesas, o campesinato piauiense, segundo Sousa (2016), também participa da construção do debate nacional da urgência pela reforma agrária e pela reivindicação de direitos no meio rural.⁴

A fase é compreendida como a revolução agrária, cujas forças, de acordo com Guimarães (1963), consolidaram a formação da classe camponesa, coincidindo com a nova diferenciação na estrutura e na composição social do setor agrário. Essa mudança e organização é chamada por Delgado (1985, p. 225): “uma sistemática e desumana destruição pessoal e social de seus diversos segmentos, compostos por ‘boias frias’, ‘posseiros’, ‘parceiros’, ‘pequenos proprietários’, comunidades silvícolas etc., num processo surdo e violento de negação dos direitos humanos fundamentais”.

Em paralelo, Céli Pinto (2003) também diz que, na época, se passava o enfrentamento violento de dois campos ideológicos distintos:

De um lado, estavam os conservadores, representados por partidos liberais como a UDN (União Democrática Nacional), por empresários, grandes proprietários de terra e por parte da classe média, todos unidos ao redor da bandeira comum e altamente simbólica do anticomunismo. Associavam-se a esse grupo, ora como parceiros ora como lideranças, largas frações das Forças Armadas Nacionais. De outro lado, encontrava-se a esquerda, representada por partidos nacionalistas como o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e partidos clandestinos nele ancorados como o PCB (Partido Comunista Brasileiro), por alguns empresários nacionalistas, por largas parcelas do operariado urbano, por movimentos camponeses nascentes, por intelectuais, estudantes e parte da Igreja Católica. (PINTO, 2003, p. 42).

Ainda, de acordo com a autora, foi, ao longo do período da década de 1960 até a virada para a década de 1970, que se desenvolveu o movimento feminista no Brasil, em clima de ditadura civil-militar, repressão e morte.

⁴ As Ligas Camponesas no Piauí são formadas em 1961 (CRESCE, 1962).

O golpe antidemocrático de 31 de março de 1964, segundo Dreifuss (1981, p. 397), “não foi um mero golpe militar, foi um movimento civil-militar,⁵ apoiado por uma elite orgânica, mobilizada pelos grupos de articulação de diversos atores e facções, diferenciando o movimento de classe que levou à intervenção de 1º de abril”.

Essa situação da ditadura civil-militar penetrando no campo, sobretudo, no Nordeste, é bem retratada no documentário *Cabra marcado para morrer*, do diretor Eduardo Coutinho (CABRA, 1984). A violência que assolou o campo destruía famílias, a exemplo do caso de Elizabeth Altino Teixeira, que teve o marido, João Pedro Teixeira, líder das Ligas Camponesas no município de Sapé, assassinado a tiros e foi perseguida durante a ditadura civil-militar. Uma vida marcada por violência, mas também por resistência, pois seguiu na luta pela reforma agrária e contra a violência no campo.

Nas pesquisas de Moreira (2019) e Woortmann, Menache e Heredia (2006), a memória de Margarida Maria Alves é resgatada. Mãe de um filho e com 40 anos, ela era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba, mulher que representa também símbolo de luta pela terra e pelo direito dos trabalhadores rurais. A líder sindical foi assassinada com um tiro de espingarda calibre 12. O crime brutal ocorreu no dia 12 de agosto de 1983, e os acusados foram dois pistoleiros a mando dos latifundiários da região. Margarida era líder da campanha trabalhista de 32 sindicatos de trabalhadores de usinas e engenhos de cana-de-açúcar no estado.

Ainda no período da redemocratização, a história de Roseli Celeste também mostra o engajamento das mulheres nas lutas camponesas. A sem-terra foi atropelada por um caminhão, em 31 de março de 1987, durante uma manifestação na rodovia Sarandi-Carazinho, no Rio Grande do Sul. Ela lutava pelo direito à terra e participou de uma das maiores ocupações do país, o da Fazenda Annoni, em 1985 (ROSELI, 1987). Quem acompanhou parte de sua história

⁵ Segundo Dreifuss (1981), a intervenção militar dependeu do grau de manipulação e controle que os oficiais, das Forças Armadas, exerciam sobre os escalões inferiores e sua capacidade de manter uma unidade político-operacional quando em ação, pois passaram a procurar ativamente a formação de um Estado-Maior antipopulista. Segundo o autor, essa ação conjunta vinha de da formação de grupos como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) — que desejavam compartilhar do governo político e moldar a opinião pública, assim o fazendo através da criação de grupos de ação política ideológica e do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) —, que era o núcleo de uma elite orgânica empresarial de grande visão, uma força-tarefa estrategicamente informada, agindo como vanguarda das classes dominantes. Juntos, formavam o complexo Ipes/Ibad, grupo que estava no centro dos acontecimentos como homens de ligação e como organizadores do movimento civil-militar, dando apoio material e preparando o clima para a intervenção militar. Para o autor (1981, p. 259) a ação político-militar do bloco multinacional e associado foi vital para o desenrolar da crise do bloco histórico populista e fundamental para levar à instituição de um novo bloco de poder no Estado, “um movimento civil-militar que retirou o presidente João Goulart do poder e marcou o fim do regime populista”. Para mais informações, ver Dreifuss (1981).

foi a cineasta Tetê Moraes, ao mostrar, no documentário *Terra para Rose*, os conflitos em torno das questões agrárias e a luta dos trabalhadores sem-terra (TERRA, 1987).

O Piauí também é território de mulheres combativas que se destacaram na história das lutas camponesas, e essa representatividade é revelada na luta e resistência de Antônia Maria da Conceição, mais conhecida como Antônia Flor. Mulher negra,⁶ mãe de 12 filhos, trabalhadora rural sindicalizada e rezadeira. Na localidade em que morou como posseira⁷ por quase 50 anos, em Gameleira, no município de Piripiri, no Piauí (PI), lutou pela sua permanência na terra e contra a dominação do latifúndio. Ela resistiu até os 94 anos, quando foi assassinada, no dia 1º de dezembro de 1984, com um tiro de espingarda dentro da própria casa por um pistoleiro a mando do proprietário de terras. Segundo as denúncias em jornais, esse crime continua impune.⁸

Filha de Florêncio Ramos Feitosa e Tereza Maria da Conceição, nasceu no município de Pedro II, cidade a 52 km do município de Piripiri. Casou-se por duas vezes. Seu primeiro casamento foi com Luís Jacó, com quem teve dois filhos: Cosme e Damião. Mas ficou viúva cedo. O segundo casamento foi com Antônio Flor. Os dois se conheceram quando ela trabalhava nas “farinhadas”⁹ na localidade chamada Rosário, próxima da cidade em que residia. Somente

⁶ Na certidão de óbito de Antônia Flor registra-se a “cor morena” (ver anexos). Como disse Teresa de Lauretis (2019, p. 137), “é óbvio que o feminismo e uma completa adesão à ideologia de gênero são incompatíveis em sociedades androcêntricas”. Logo foi incompatível recontar a história de Antônia Flor admitindo o teor dos padrões androcêntricos institucionais. Se o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas, como disse Judith Butler (2003), considerar que a informação da certidão é válida seria concordar com a rejeição institucionalizada da diferença. Conforme Audre Lorde (2019, p. 247), que afirma ser “uma necessidade absoluta em uma economia baseada no lucro que precisa de forasteiros como superávit. Como membros dessa economia, todos nós fomos programados para reagir com medo e ódio às diferenças humanas e a lidar com essas diferenças de determinada maneira, dentre três: ignorá-las e, se isso não for possível, imitá-las, se acharmos que são dominantes, ou destruí-las, se acharmos que são subordinadas. Mas não temos modelos para conviver com nossas diferenças como iguais. Em consequência disso, essas diferenças têm sido mal interpretadas e mal utilizadas a serviço da separação e da confusão. Sem dúvida, entre nós, existem diferenças bem reais de raça, idade e gênero. Mas não são elas que estão nos separando, e sim nossa recusa em reconhecer essas diferenças e em examinar as distorções que resultam do fato de nomeá-las de forma incorreta e aos seus efeitos sobre o comportamento e a expectativa humana”. Para saber mais, ver Hollanda (2019).

⁷ No Brasil, o lavrador que trabalha na terra sem possuir nenhum título legal, nenhum documento reconhecido legalmente e registrado em cartório que o defina como proprietário é classificado como ocupante da terra, nos censos oficiais, ou como posseiros, na linguagem comum. Para mais informações, ver Martins (1981).

⁸ O *Jornal do Lavrador*, de dezembro de 1984, denuncia que o crime continuava sem averiguação e os suspeitos não foram indiciados em processo criminal e nem mesmo interrogados (JORNAL DO LAVRADOR, 1984). No jornal *Diário do Povo* de 29 de agosto de 1997, que está como anexo no dossiê da CPI dos Conflitos Agrários (ver Anexo M desta dissertação), consta que não há conhecimento de que o criminoso tenha sido punido (PIAUI, 1998). Não houve tempo hábil na pesquisa de campo, em janeiro de 2022, para investigar o processo judicial nas instâncias judiciais no Piauí.

⁹ As “farinhadas ou desmanchas”, ato de fazer farinha de mandioca, era uma atividade realizada no campo, geralmente coletiva, que envolvia mulheres e homens. Os homens se encarregavam de arrancar a mandioca e transportá-la até a casa de farinha, bem como preparar o rodete (peça responsável em ralar as raízes), a prensa e o forno. Havia um revezamento entre os homens que ficavam no rodete e no forno. As mulheres cuidavam de descascar e limpar a mandioca, colocar as raízes no rodete e preparar os mais diversos beijos: taioca, sarolho, coco,

depois de casados, em 1935, foram morar na gleba Gameleira, onde tiveram 10 filhos. Em 1974, Antônio Flor morreu, e Antônia Flor ficou viúva pela segunda vez. Ela segue adiante e cuida dos filhos sozinha.

Antônia Flor deixou um legado na história da reforma agrária no estado do Piauí, entre eles, a gleba Gameleira, que passou a se chamar Assentamento Antônia Flor em sua memória. A área foi regularizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em 1º de dezembro de 2005, com o Projeto de Assentamento (PA) Antônia Flor.¹⁰ Na relação do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (Sipra)¹¹ de 2021, o número de beneficiários chegou a 42 famílias.

Ela também se transformou em símbolo de luta pela terra. A Lei nº 5.199, de 16 de julho de 2001, que instituiu o Dia Estadual de Luta pela Reforma Agrária, faz esse reconhecimento dela como personagem da história da luta pela terra no Piauí (PIAUI, 2001). A data, celebrada sempre no dia 1º de dezembro, resgata sua memória e reafirma a luta dos(as) trabalhadores(as) rurais piauienses pela execução de uma reforma agrária ampla e irrestrita, bem como, conseqüentemente, manifesta o reconhecimento de Antônia Flor na história contemporânea do Piauí.

Apesar da iniciativa, essa história continua submersa e dispersa em arquivos quando se pesquisa sobre sua vida e sua trajetória. Assim, guia-se por perguntas que ainda não tinham respostas:

- a) Como o debate sobre as questões agrárias no Piauí levou em conta o gênero e como o sujeito camponês foi construído nesses debates?
- b) Como as mulheres apareceram nas fontes documentais sobre a consolidação das Ligas Camponesas do Piauí?
- c) Onde elas são citadas, por que motivos e quais as posições ocupadas por elas?
- d) Como se deu a luta das mulheres camponesas na conquista do assentamento Antônia Flor?

Frente a tais questionamentos, a principal hipótese é que a trajetória de Antônia Flor tenha contribuído não apenas na luta pelo assentamento, mas tenha deixado um legado para a luta das mulheres trabalhadoras rurais. Ela foi uma das primeiras mulheres a se sindicalizar na

misturado, massa pura e malcasado. As farinhadas, assim como as debulhas de milho, marcavam o calendário local. Para mais informações, ver Dos Santos (2004).

¹⁰ INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2005.

¹¹ INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2022b.

região. Lutou pela sua permanência na terra e pelo reconhecimento como trabalhadora rural. Resistiu veementemente ao domínio do latifúndio. Desobedeceu a ordens do Estado e da Justiça. Seus atos rompem com a submissão da mulher, principalmente, em uma década em que ainda se começava a falar sobre feminismo. São reflexões que serviram de fios condutores para a realização da pesquisa.

Essa hipótese se baseia no fato de que Antônia Flor teve o mesmo destino de mulheres camponesas da década de 1980, que se organizavam e se mobilizavam para reivindicar seus direitos. Como foi o caso de Margarida Alves, em 1983, e de Roseli Nunes, em 1987, que foram assassinadas.

Pode-se pensar, ainda, como dizem as feministas Diniz e Gebara (2022), que desobedecer é inventar a vida e está entre os verbos que se conjugam no feminismo. Se assim for, Antônia Flor foi uma feminista por desobedecer ao latifúndio, à Justiça e ao Estado na luta por uma vida digna na terra.

O interessante na linha da compreensão desse verbo pelo feminismo é que, na realidade, ele nos leva a perceber que a obediência a uma ordem estabelecida e afirmada como legalidade pode ser obediência a uma ordem má ou injusta. E, de fato, foi porque a ordem injusta nos fazia sofrer inúmeras carências que nosso corpo reagiu e reage. Tomamos consciência crescente de que essa ordem excluía a nós e a outros grupos de direitos pela igualdade cidadã. Essa ordem, a partir da qual nos ajustamos, nos expropriou de nosso corpo, de nossos direitos, e nos considerou menos dotadas racionalmente, menos capazes de representatividade política e, por isso mesmo, mais vulneráveis a muitos tipos de violência. Essa ordem patriarcal precisa morrer para que formas mais libertárias surjam. (DINIZ; GEBARA, 2022, p. 269).

Esta pesquisa dá luz a essa história, que acontece em meio às mudanças nas relações de trabalho e de produção no campo e pós-ditadura civil-militar.

A pesquisa abrangeu o período de 1960 até a década de 1980. As datas recortam o estudo do período em que eclodiram as lutas camponesas, com o fenômeno das Ligas Camponesas, para explicar em que contexto ocorre os conflitos por terra e qual era a situação do campesinato, inclusive no Piauí. Também aborda o período em que os movimentos políticos se reorganizam pela redemocratização do país e pelo fim da ditadura militar. É nessa época que ocorre o assassinato de Antônia Flor e o desencadeamento da organização dos posseiros em Gameleira pelo direito à terra.

O objetivo geral foi identificar e analisar a atuação de mulheres camponesas na conquista da terra no Piauí, desde a história e atuação de mulheres como Antônia Flor até a criação do assentamento que levou seu nome em Piripiri. Os objetivos específicos foram

organizados em: (re)construir aspectos históricos da luta pela terra no Piauí; (re)construir a história de vida de Antônia Flor e sua contribuição na luta pela terra; registrar a luta pela formação do assentamento Antônia Flor; e registrar a atuação de mulheres na trajetória de construção política do assentamento Antônia Flor.

Para desenvolver essa análise de caráter histórico, foi preciso revolver as histórias das lutas camponesas com um olhar para a questão de gênero, atendendo a considerações teóricas de estudos anteriores, como propôs Leonilde Medeiros (2008), uma das integrantes da Comissão Camponesa da Verdade, grupo formado para apurar as graves violações de direitos humanos ocorridas no campo no período de 1946-1988. Ela diz que, muitas vezes, a ênfase da literatura na dimensão conflitiva da criação dos assentamentos acaba por, contraditoriamente, silenciar alguns de seus atores e as diferentes perspectivas com que se engajam nas lutas.

Sob essa perspectiva, é extremamente bem-vinda a publicação de trabalhos que, explorando diversos tipos de dados, qualitativos e quantitativos, jogam algumas luzes sobre as relações de gênero nos assentamentos e permitem uma consistente problematização sobre a invisibilidade do trabalho feminino no mundo rural e sua continuidade em áreas em que a luta tornou possível o acesso à terra. (MEDEIROS, 2008, p. 9).

Essa lacuna foi identificada, inclusive, nos estudos que tratam da história do campesinato no Piauí. Posto isso, para esta pesquisa, contou-se com o apoio de algumas importantes referências bibliográficas e que qualificam a proposição de estudo. Entre a extensa literatura encontrada, o diálogo foi desenvolvido com as pesquisas de Céli Pinto (2003, 2010), que fala sobre a história do feminismo no Brasil; da historiadora Michelle Perrot (2017), que se dedicou às pesquisas com bases nos excluídos da história, entre eles as mulheres; e das professoras e feministas Débora Diniz e Ivone Gebara (2022), que discutem o feminismo a partir de 12 verbos.

Quanto às teorias sobre gênero, entre as autoras contemporâneas, a pesquisa utilizou a teoria de Joan Scott (1995), que entende o gênero como sendo um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. A autora traz o entendimento de que gênero constitui uma dimensão decisiva da organização, da igualdade e da desigualdade, bem como que, em certo sentido, a história política foi encenada no terreno do gênero. Utilizou também a teoria de Nancy Fraser (2002), que considera que o gênero codifica padrões culturais de interpretação e avaliação já disseminados, que são centrais na ordem de *status* como um todo. A teoria de Judith Butler (2003, 2013), que afirma que o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos

históricos e que estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas.

Entre as pesquisas envolvendo o campo específico da questão de gênero no meio rural, as discussões contaram com as autoras Carmen Diana Deere (2004); Ellen F. Woortmann, Renata Menache e Beatriz Heredia (2006); Adriana Lopes e Andrea Butto (2008); Sonia Fátima Schwendler (2009); Andrea Butto e Isolda Dantas (2011); Dibe Ayoub (2014); Maria Ignez Paulilo (2016); e Sarah Luiza de Souza Moreira (2019). As obras contam com pesquisas que apresentam o protagonismo das mulheres na formação e reprodução do campesinato.

Carmen Diana Deere (2004) examina a evolução da reivindicação dos direitos da mulher à terra na reforma agrária brasileira sob o prisma dos três principais movimentos sociais rurais: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), os sindicatos rurais e o movimento autônomo de mulheres rurais.

Ellen F. Woortmann, Renata Menache e Beatriz Heredia (2006) abordam as lutas das mulheres rurais pela terra e o acesso aos demais recursos naturais e produtivos, e experiências ricas de protagonismo e exercício da cidadania. Elas falam das relações de desigualdade que marcam a vida das mulheres camponesas.

O livro de Adriana L. Lopes e Andrea Butto (2008) reúne artigos acadêmicos e de gestoras públicas que buscam problematizar a presença das mulheres na reforma agrária no Brasil, abordando aspectos fundiários, da produção e reprodução, das relações familiares, das lutas sociais dos movimentos sociais do campo e das políticas públicas.

Sonia Fátima Schwendler (2009), no livro *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: a diversidade das formas das lutas no campo*, organizado por Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Medeiros e Maria Ignez Paulilo (2009), discute a recriação das identidades de gênero e o papel da mulher na luta pela terra e na constituição do MST, apresentando as condições, os dilemas e as conquistas da participação feminina nos movimentos sociais. Ela aponta o paradoxo de que, ao mesmo tempo que a participação das mulheres é ampliada pelas lutas, muitos dos espaços concebidos como femininos e masculinos ainda permanecem, marcados pela divisão sexual do trabalho, sustentados por uma cultura patriarcal e pelo modo de produção social.

Andrea Butto e Isolda Dantas (2011) analisam um novo sujeito econômico — os grupos produtivos de mulheres no meio rural — e a relação das mulheres trabalhadoras rurais com as políticas públicas de apoio à agricultura familiar e da reforma agrária. Discutem, ainda, a evolução dos direitos da mulher à terra e o acesso às políticas públicas de reforma agrária e a busca por igualdade.

Dibe Ayoub (2014) analisa situações de violência vividas ou conhecidas na luta pelo território a partir de história de mulheres camponesas, discutindo noções de “sofrimento”. Ela busca compreender como os posseiros que viveram a luta por terras elaboram suas falas sobre as mortes que ocorreram no conflito.

No livro *Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo*, Maria Ignez Paulilo (2016) reúne seus artigos que abordam as características e as condições sociais e de trabalho da mulher no campo, inclusive com a história oral, de mulheres integrantes dos movimentos sociais.

Trazendo aspectos de transformações mais recentes nas organizações sociais, Sarah Luiza de Souza Moreira (2019) analisa a influência da Marcha das Margaridas para o fortalecimento da agroecologia no Brasil.

As autoras pesquisadas ajudaram a entender esse universo e as questões que atravessam o debate de gênero no meio rural, entre a década de 1960 e 1980.

Outra parte de leituras selecionadas também tratou da questão agrária, da história do campesinato e do movimento sindical e do fenômeno das Ligas Camponesas. A temática era fundamental para o desenvolvimento da pesquisa para compreender como se forma a estrutura fundiária no país, a formação do campesinato e em que contexto acontecem os conflitos agrários. Entre as obras nesse campo de estudos, a pesquisa utilizou como referências recorrentes os estudos de Alberto Passos Guimarães (1963), de José de Souza Martins (1981, 1994), de Guilherme Costa Delgado (1985) e de Leonilde Medeiros (1989, 2012).

Os estudos de Guimarães (1963) contribuíram ao trazer a análise da estrutura agrária brasileira e a conexão das relações de causa e efeito do sistema latifundiário, como se deu o aparecimento da pequena propriedade no Brasil.

José de Souza Martins (1981; 1994) explica que a exclusão do camponês do pacto político é o fato que amarra o entendimento da sua ação política. Por isso, foi necessário percorrer esse espaço para compreender, como o autor diz que essa exclusão não é a mera exclusão política. Martins (1981) demonstra que é necessário entender a história dessa exclusão, seus mecanismos econômicos, sociais, políticos, pois é ela que define justamente o lugar do camponês no processo histórico.

Delgado (1985) trouxe a compreensão da caracterização do desenvolvimento da agricultura brasileira a partir da década de 1960 até a década de 1980. Segundo o autor, um projeto cognominado de “modernização conservadora”, cujo auge é alcançado no final dos anos 1970, causou problemas econômicos e sociais graves com o modelo de desenvolvimento. O autor pontua que o destino social da categoria majoritária de agricultores destituídos da posse

de terras ou do acesso aos postos de emprego estáveis foi uma questão política de primeiro plano no contexto da questão agrária dos anos 1980.

A partir de Leonilde Medeiros (1989), que recupera as lutas no campo partindo do princípio de que os trabalhadores podem ser sujeitos de sua história, assimila-se que foram nos conflitos das décadas após 1945 até meados de 1989 que surgem propostas políticas diversas, vinculando a realidade dos trabalhadores do campo com os projetos de desenvolvimento para o país. Ela situa o período como o que fortaleceu as bandeiras centrais nas lutas do campo: os direitos trabalhistas, a Previdência Social e, principalmente, a reforma agrária.

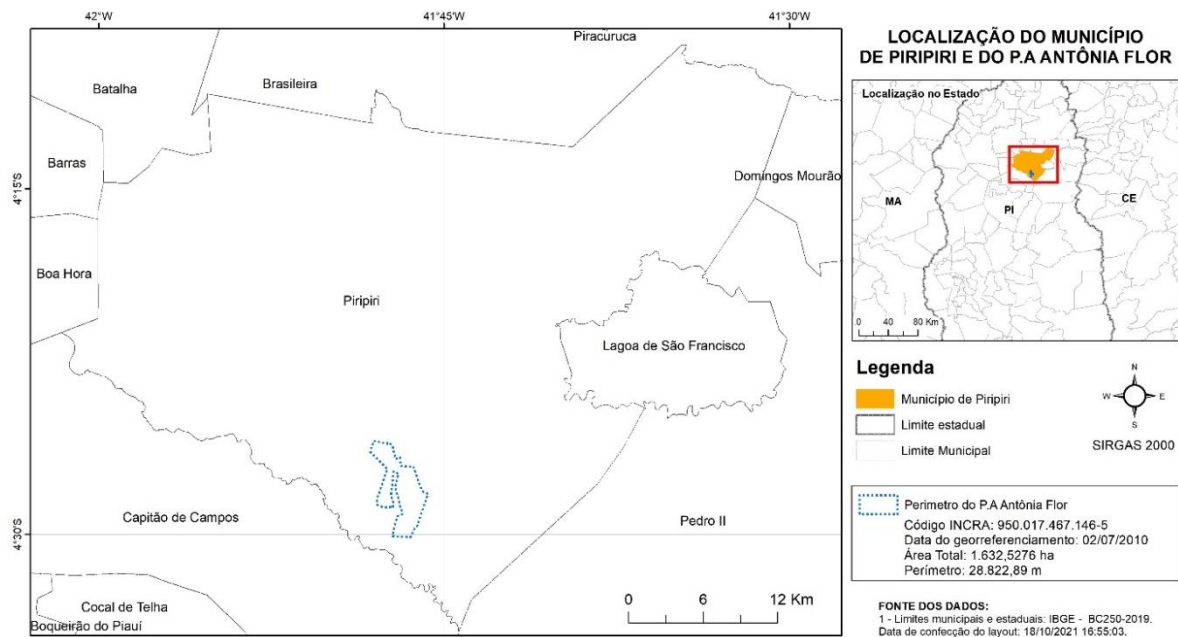
Para adentrar nessas questões no Piauí, os estudos de Marylu Alves de Oliveira (2018a, 2018b) e Ramsés Eduardo Pinheiro de Moraes Sousa (2015, 2016, 2017, 2019) contribuíram com referências sobre a origem das Ligas Camponesas no estado, a violência no campo no estado e como administrava o governo, na época, de Chagas Rodrigues (1959-1962).¹²

1.2 Assentamento Antônia Flor em Piripiri

A área de estudo abrange o município de Piripiri, localizado a 164,5 km da capital do Piauí, Teresina. Sua população é estimada em 63.829 pessoas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021b). É na região de Piripiri que está situado o Assentamento Antônia Flor, área da pesquisa de campo.

¹² Francisco das Chagas Caldas Rodrigues nasceu em Parnaíba (PI), em 8 de novembro de 1922. Elegeu-se governador do Piauí pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), aos 36 anos de idade, e assumiu, em 31 de janeiro de 1959, o governo do estado. Sua gestão deu prioridade à economia, buscando a aproximação com as massas, a exemplo dos operários e das Ligas Camponesas, e com personagens políticas alinhadas com a esquerda, como Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul (25/3/1959-25/3/1963), e Miguel Arraes, que seria governador de Pernambuco, pelo Partido Social Trabalhista (PST), com apoio do PCB, de 1963 a 1964, quando foi cassado pelo governo militar. O governador Chagas Rodrigues enviou, no dia 6 de julho de 1962, à Assembleia Legislativa, o comunicado de sua renúncia para pleitear as candidaturas simultâneas ao Senado e à Câmara dos Deputados, como a lei permitia naquele tempo. Foi eleito deputado federal para o mandato de 1963 a 1966 e reeleito para o mandato de 1967 a 1970. No entanto, foi cassado em 1969 e teve os direitos políticos suspensos por 10 anos, com base no AI-5, sob a acusação de ter pronunciado, na tribuna da Câmara dos Deputados, discurso considerado ofensivo às Forças Armadas. Para saber mais, ver Kruehl (2018).

Figura 1 – Município de Piripiri

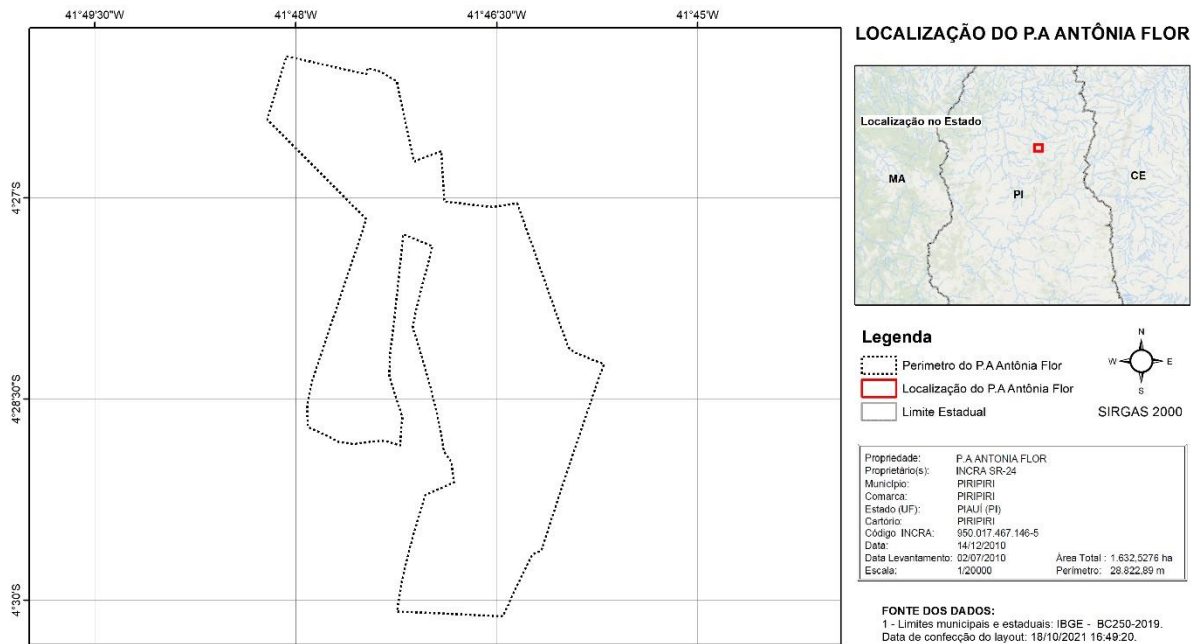


Fonte: elaborado pela autora (2021).

No município de Piripiri, segundo consta na relação de projetos de assentamento¹³ criados e reconhecidos pelo Incra, de 2020, existem sete assentamentos. Entre eles, o PA Antônia Flor, criado em 1º de dezembro de 2005, inicialmente para 28 famílias, numa área de 895 ha, atualizado, em 2021, para 42 famílias. Atualmente, o PA Antônia Flor conta com área total de 1.632,5276 ha (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2020). A data do levantamento do georreferenciamento é de 2010 e foi retificada em 2020.

¹³ Para mais informações, ver Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2022a).

Figura 2 – Mapa do Assentamento Antônia Flor, no município de Piripiri (PI)



Fonte: elaborado pela autora (2021).

De acordo com o documento de registro de imóveis do Cartório do 1º Ofício Jônatas Melo,¹⁴ em Piripiri, a primeira matrícula de registro do imóvel encravado na gleba Gameleira é datada de 9 de outubro de 1978.

Na pesquisa de campo, identificou-se que Antônia Flor chegou nessa mesma gleba em 1935. Ou seja, a terra foi adquirida por compra e venda após 43 anos em que a trabalhadora rural já estava no território.

Segundo Vicente Miranda (2019), em *História e fé na conquista do Sertão do Norte: a capela das frecheiras*, a colonização do norte do Piauí era administrada por jesuítas. Compreender esse período é entender a evolução histórica do povoamento da região. De acordo com o autor, Piripiri foi um dos municípios incluídos nas terras da capela do Senhor do Bonfim, “no sertão do Caratihu”, pertencente à freguesia de Nossa Senhora do Desterro da Vila do Marvão. “Com as sedes das vilas pouco habitadas, era nas fazendas isoladas na vastidão do imenso território onde residiam os moradores” (MIRANDA, 2019, p. 27). O autor atribui, inclusive, às mulheres,

Atitude firme e decidida a quem coube uma parcela maior de sacrifício no povoamento dos sertões, pelas terríveis dificuldades da maternidade naqueles recuados tempos. Mais vulneráveis à morte, no esforço da criação, cuidavam

¹⁴ Ver Anexo A.

também elas em edificar lugares onde pudessem se desobrigar de seus deveres de cristãs. (MIRANDA, 2019, p. 28).

Quando a gleba Gameleira passou a ter o primeiro registro de imóvel por compra e venda, Antônia Flor já tinha cerca de 88 anos e criado seus filhos, e o seu marido, Antônio Flor, já era falecido, registro datado de 1974.¹⁵

O primeiro proprietário a título de compra e venda da gleba Gameleira foi Francisco das Chagas Cruz, depois Francisco das Chagas Cruz Filho. Em seguida, as terras foram vendidas para a Agrocampo Ltda., empresa de herbicidas, inseticidas, fungicidas e máquinas agrícolas, cujo sócio foi identificado como Gilvan Ribeiro Calado. A firma que comprou a terra tinha estabelecimento na cidade de Recife (PE), e seu sócio residia no Bairro de Boa Viagem. No documento consta que a escritura pública de compra e venda foi lavrada em 19 de janeiro de 1989, no valor de 2.850,00 cruzeiros (Cr\$).

Cruzando essa informação com a certidão de óbito de Antônia Flor (Anexo B), a venda da terra para a Agrocampo ocorreu cinco anos depois de seu assassinato, e, somente depois de 15 anos, a terra teria sido objeto de penhora, em 16 de outubro de 1999, quando se iniciou o trâmite que reconheceria o local como assentamento, em 2005. Isso significa que, somente 21 anos depois do assassinato de Antônia Flor, a área é conquistada pelos posseiros e torna-se assentamento. Essa ação de execução forçada com pedido liminar contra a Agrocampo foi movida por Raimundo Nonato Martins da Silva, um dos posseiros que passou a ser beneficiário do assentamento após a regularização da terra.

1.3 Notas metodológicas da pesquisa

Esta pesquisa tem abordagem qualitativa, que, segundo Minayo *et al.* (1994),

responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO *et al.*, 1994, p. 21-22).

Para desenvolver as etapas de investigação da pesquisa, entre os estudos sobre metodologia, foram usadas referências do processo de trabalho chamado ciclo da pesquisa, de

¹⁵ De acordo com o registro fotográfico do túmulo de Antônio Flor (Anexo U).

Minayo *et al.* (1994, p. 26), dividindo em duas fases: a exploratória e o trabalho de campo. Como sugerem os autores, na fase exploratória, foram escolhidos o tópico de investigação, a delimitação do problema, a definição do objeto e dos objetivos, a construção do marco teórico conceitual, a escolha dos instrumentos de coleta de dados e as estratégias para a entrada no campo.

Para Minayo *et al.* (1994), o trabalho de campo se apresenta como uma possibilidade de se conseguir não só uma aproximação com aquilo que se deseja conhecer e estudar, mas também de criar um conhecimento, partindo da realidade presente do campo. “Concebemos campo de pesquisa como o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objetivo da investigação” (MINAYO, 1992, p. 105-106 apud MINAYO *et al.*, 1994, p. 53).

Sendo assim, a fase do trabalho de campo¹⁶ foi realizada em janeiro de 2022, no município de Piripiri, assemelhando-se ao que diz Minayo *et al.* (1994, p. 54): “o campo torna-se um palco de manifestações de intersubjetividade e interações entre pesquisador e grupos estudados, propiciando a criação de novos conhecimentos. A entrevistas semiestruturadas como instrumento para a coleta de dados”.

Na parte dos estudos exploratórios, Antônio Carlos Gil (2002) diz que boa da fase pode ser definida como pesquisas bibliográficas. Explica que é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, mas também de publicações periódicas que são identificadas como jornais, revistas e impressos diversos. Ele considera que é possível até mesmo tratar a pesquisa bibliográfica como um tipo de pesquisa documental, que se vale especialmente de material impresso fundamentalmente para fins de leitura. Para o autor, “Os livros constituem as fontes bibliográficas por excelência. Em função de sua forma de utilização, podem ser classificadas como leitura corrente ou de referência. As principais publicações periódicas são os jornais e as revistas” (GIL, 2002, p. 44-45).

Gil (2002) descreve que a pesquisa documental se assemelha muito à pesquisa bibliográfica. Ele explica que a diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes:

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. (GIL, 2002, p. 45-46).

¹⁶ Os detalhes da etapa, estão descritos mais adiante.

Para ele, as fontes da pesquisa documental são muito mais diversificadas e dispersas:

Há, de um lado, os documentos “de primeira mão”, que não receberam nenhum tratamento analítico. Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc. Incluem-se aqui inúmeros outros documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins. De outro lado, há os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc. (GIL, 2002, p. 45-46).

Para localizá-las, selecionou-se boa parte da literatura pela internet com o sistema de busca, como o Google, uma plataforma de pesquisa que oferece materiais bibliográficos em formato eletrônico, que, segundo Gil (2002), constitui hoje um dos mais importantes veículos de informações, e não se pode deixar de lado as possibilidades desse meio.

Também utilizou-se a pesquisa bibliográfica em bases de dados, como, por exemplo, a SciELO (Scientific Electronic Library Online), uma biblioteca virtual piloto que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros, e o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), um dos maiores acervos científicos virtuais do país.

Em ambos mecanismos de busca, o usuário pode filtrar bibliografias por assunto ou por meio de palavras-chave, sendo que, na base de dados, também pode ser feito por periódico. Entre as principais palavras-chave, destacaram-se: questão agrária no Brasil, lutas camponesas, Ligas Camponesas, Ligas Camponesas no Piauí, povoamento do Piauí, origem dos sindicatos, feminismo e gênero, gênero no meio rural e gênero e reforma agrária.

As palavras escolhidas buscavam por artigos, livros e outros materiais que pudessem oferecer a compreensão da história do campesinato, as lutas camponesas, a origem das Ligas e sua expansão para o Nordeste, a formação e a organização de sindicatos dos trabalhadores rurais e de movimentos sociais, as características do campesinato da área estudada e a participação das mulheres nas lutas camponesas no estado, a história do feminismo, sobretudo no Brasil, o debate da questão de gênero e noções conceituais de quando, como e o que promoveu o debate de gênero no âmbito do meio rural. Dessa forma, obteve-se a pesquisa bibliográfica que resultou na construção do capítulo “Luta pela Terra no Piauí – das Ligas Camponesas ao Assentamento Antônia Flor”.

Quadro 1 – Recorte do tema e relação de autores sobre a questão agrária e a história do campesinato

Tema	Referência	Síntese
Questão agrária	Guimarães (1963)	Aborda a formação da estrutura latifundiária e sua evolução histórica, o processo de surgimento do camponês brasileiro e a formação das massas rurais sem terra.
	Caio Prado Júnior (1979)	Trata da questão agrária em sua generalidade, na qual se evidencia sua importância, que, em 1960, se revela fragmentada. Aborda o setor conservador na estrutura agrária do Estado, principalmente, nas vésperas do golpe de 1964. Trata da legislação trabalhista rural, sua significação e importância no complexo da reforma agrária e dos objetivos que ela apresenta, além de caracterizar a reforma agrária brasileira.
	Delgado (1985)	Realiza uma interpretação do desenvolvimento econômico da agricultura brasileira, a partir de meados da década de 1960 até 1980. Mostra que, na década de 1970, é alcançado o projeto de modernização conservadora, cuja estruturação da política fundiária se traduz em proteção e favorecimento da propriedade territorial rural. A crise do projeto se revela no final dos anos 1970 e traz problemas econômicos e sociais graves nesse estilo de desenvolvimento. A crise leva a uma pressão social aguda da massa da população em busca de condições humanas mínimas de subsistência.
	Stédile (2010, 2011, 2012, 2013)	Analisa e estuda a questão agrária no geral e no Brasil, em particular, com enfoque principal na economia política e na história. Traz autores que se debruçaram no tema na década de 1960 e textos que aprofundam essa discussão na década de 1980. Mostra projetos e programas políticos que setores sociais, classes e partidos ofereceram à sociedade brasileira como interpretação e solução do problema agrário. Divulga as experiências de luta e as iniciativas das Ligas Camponesas. Traz estudos sobre a natureza das principais organizações políticas da classe dominante no meio rural e analisa a questão agrária após a queda da ditadura civil-militar, sobretudo com a reaparição dos movimentos sociais no campo.
História do campesinato e lutas camponesas	Martins (1981, 1994)	Defende que, no Brasil, as lutas populares no campo avançaram mais depressa do que os partidos políticos na interpretação e na incorporação do problema camponês e da questão agrária. Fala que esse descompasso tolhe as lutas camponesas, que passam por uma expansão em todo o país. Constitui uma história política do campesinato brasileiro e sua situação. Apresenta a história contemporânea do Brasil como a história da espera do progresso.
	Medeiros (1989)	Recupera a história das lutas dos trabalhadores rurais, apresentando-a como marcas notáveis da vida política brasileira nos últimos 40 anos. Retrata a emergência dos trabalhadores rurais na cena política, constituindo-se progressivamente como sujeitos sociais, numa trajetória descontínua, marcada por avanços e recuos, vitórias e derrotas. Analisa as situações históricas adversas em que o sindicalismo, que se reconstruiu após o golpe militar, mantém viva as bandeiras.

	Fernandes, Medeiros e Paulilo (org.) (2009)	Oferece a compreensão mais ampla do mundo cultural, político, econômico e social em que o camponês produz e se reproduz. Mostra como as lutas camponesas, nas diferentes regiões do Brasil, se transformam em espaços de resistência e de luta contra a desterritorialização. Discute implicações e a continuidade das desigualdades de gênero e a repressão sexual, a reforma agrária de mercado, as formas de organizações criadas no processo de luta, assim como as complexas redes e articulações existentes nos acampamentos e em outros espaços de resistência. As análises mostram como, a partir da capacidade de mobilização e organização do campesinato, retoma-se o debate sobre a questão fundiária, a preservação ambiental e a sobrevivência das populações “tradicionais”.
	Francisco Julião (1962)	Narra o fenômeno das Ligas Camponesas. Apresenta a agitação nos campos de Pernambuco, que se alastrou pelo país e até mesmo para fora das fronteiras. Apresenta um projeto sobre a reforma agrária capaz de atender às aspirações e às necessidades do campesinato.
	Rangel (2000)	A dissertação conta como a emergência das Ligas Camponesas provocou, no final dos anos 1950, um intenso debate entre nacionalistas, comunistas e socialistas sobre os rumos da revolução no Brasil.
Ligas Camponesas no Piauí	Kruel (2018)	Conta como Francisco das Chagas Caldas Rodrigues legislou pelo Piauí como deputado e senador, além de analisar seu governo no Piauí entre 1959 e 1962, período em que se originaram as Ligas Camponesas no Piauí.
	Sousa (2015, 2016, 2017, 2019)	Fala sobre o processo de constituição das Ligas Camponesas no Piauí e a violência no campo, ambientando o momento político, social e econômico.
História do povoamento no Piauí	Dias (2008)	Compõe o universo historiográfico do Piauí, restaura a trajetória daqueles que realizaram expedições no estado, o desbravamento das terras piauienses, narrando a história em quatro séculos, desde a colonização até a transferência da capital, de Oeiras para Teresina.
	Nilsângela Cardoso Lima (2020)	A obra apresenta a emergência de um grupo de historiadores que ousou ler ou reler a documentação clássica da história do Piauí, sugerindo uma nova interpretação sobre a história do estado.

Fonte: elaborado pela autora (2022).

O referencial teórico da pesquisa foi construído com temas sobre feminismo e o debate sobre a questão de gênero, sobretudo no meio rural. Entre os estudos que dialogam com o assunto, a pesquisa reuniu o referencial disposto no quadro a seguir.

Quadro 2 – Construção do referencial para análise das entrevistas

Tema	Referência	Síntese
Feminismo	Céli Pinto (2003, 2010)	Trata da história do feminismo no Brasil e como se organizou o movimento. Se dedica aos primórdios do feminismo após 1968. Aborda o movimento como parte do campo de forças que formatou as últimas décadas do século XX e os primeiros anos do século XXI. Relaciona mulher e poder com o objetivo de discutir o problema e suas especificidades, bem como de que forma ele interage na complexidade da luta pelo poder e da luta política.

	Michelle Perrot (2017)	Apresenta a pesquisa feminista como uma contribuição que reavaliou o poder das mulheres e como se deu essa discussão no meio intelectual, sobretudo na França do século XIX. Discorre sobre o debate do patriarcado e o direito materno como etapa no estabelecimento do Direito. Fala sobre a divisão sexual do trabalho, a alfabetização das mulheres, as primeiras manifestações sobre educação para as mulheres, das reações antifeministas no início do século XX e da exclusão das mulheres na história.
	Débora Diniz e Ivone Gebara (2022)	O livro é resultado de encontros virtuais entre feministas durante a pandemia de covid-19, no intuito de movimentar a esperança feminista. O livro parte de 12 verbos para conjugar ações feministas e trazer histórias e reflexões sobre o movimento e o que é ser feminista.
Gênero	Joan Scott (1995)	Aborda o gênero como categoria para a análise da história. Trata das abordagens nas análises do gênero a partir das feministas, marcando que a maneira como a história iria incluir e apresentar a experiência das mulheres dependeria da maneira como o gênero poderia ser desenvolvido como categoria de análise. Para ela, o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, bem como é uma forma primeira de significar as relações de poder e um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana.
	Nancy Fraser (2002)	Requer que se enxergue gênero de uma forma bifocal, uma centrada da distribuição e outra no reconhecimento, chamando-a de concepção de gênero bidimensional. Propõe uma análise de gênero que abrigue toda gama de causas feministas, desde as que eram centrais no antigo feminismo socialista até as enraizadas na configuração cultural. Propõe um conceito de justiça tão abrangente quanto e que seja capaz de englobar igualmente a distribuição e o reconhecimento. Rompe com as abordagens de políticas feministas centradas exclusivamente em gênero e situa as lutas de gênero como uma das facetas de um projeto político mais amplo que busque uma justiça democrática institucionalizante, cruzando múltiplos eixos da diferenciação social.
	Judith Butler (2003, 2013)	Reconsidera o <i>status</i> da mulher como sujeito do feminismo e a distinção de sexo-gênero. Afirma que o próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes. Para ela, o “ser” de um gênero é um efeito, objeto de uma investigação genealógica que mapeia os parâmetros políticos de sua construção no modo da ontologia. A teoria é que o gênero é construído na linguagem e pela linguagem e, sendo assim, pode-se abrir um novo universo no qual proliferam as mais variadas configurações culturais de sexo e gênero, confundindo o próprio binarismo do sexo. Diz que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida. No artigo de 2013, sobre feminismo e a questão do pós-modernismo, discute mulheres enquanto categoria e defende que o termo se torna um lugar de permanente abertura e (re)significação.
	Carmen Diana Deere (2004)	Examina a evolução da reivindicação dos direitos da mulher à terra na reforma agrária brasileira sob o prisma dos três principais movimentos sociais rurais: o MST, os sindicatos rurais e o movimento autônomo de mulheres rurais.

Gênero no meio rural	Ellen F. Woortmann, Renata Menache e Beatriz Heredia (org.) (2006)	Reúne os trabalhos do Prêmio Margarida Alves de Estudos Rurais e de Gênero, cujo objetivo é estimular a produção de pesquisas no âmbito das ciências humanas e agrárias, descortinando novas e maiores dimensões da condição social da mulher rural no Brasil. Na coletânea, prevalecem as análises de cunho feminino e feminista e as de gênero. Na base dessas análises encontram-se os movimentos de mulheres.
	Adriana L. Lopes e Andrea Butto (org.) (2008)	Reúne diversos artigos acadêmicos e de gestoras públicas que buscam problematizar a presença das mulheres na reforma agrária no Brasil. Estudos quantitativos e qualitativos que abordam aspectos fundiários, da produção e reprodução, das relações familiares, das lutas sociais dos movimentos sociais do campo e das políticas públicas.
	Sonia Fátima Schwendler (2009)	Discute a condição da participação feminina no processo de luta pela terra, os dilemas que são enfrentados a partir da atuação da mulher na esfera pública, bem como as conquistas que podem ser apontadas ao se compreender a categoria gênero, articulada com a categoria classe, como um dos eixos fundamentais das relações sociais, em profunda transformação no processo da luta social.
	Andrea Butto e Isolda Dantas (2011)	Caracteriza a realidade das mulheres rurais e as estratégias adotadas para reduzir a desigualdade e promover a autonomia das mulheres da agricultura familiar. Aborda a organização produtiva em assentamentos da reforma agrária.
	Dibe Ayoub (2014)	O artigo parte de experiências de violência vividas por mulheres ao longo de um conflito de terras. Concentra-se nas narrativas que as mulheres produzem sobre eventos disruptivos ocorridos em embates com uma empresa madeireira. Discute a relação da noção de tempo à ideia de “sofrimento” e como os atos de fala qualificam as pessoas que contam suas histórias de vida e o mundo social em que vivem.
	Maria Ignez Paulilo (2016)	Investiga as múltiplas facetas da trabalhadora rural vinculada aos vários tipos de propriedade, a partir de um olhar feminista. Destaca aspectos ignorados pela produção acadêmica, ao salientar que a mulher rural atua além da mercadoria. Analisa a divisão social do trabalho na agricultura e impõe rever o processo na produção familiar. Analisa e interpreta a história do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina, em 1983, até sua transformação, no ano de 2004, em Movimento de Mulheres Camponesas, partindo das memórias de duas principais interlocutoras, Luci Choinacki e Adélia Schmitz.
	Sarah Luiza de Souza Moreira (2019)	Analisa a contribuição da Marcha das Margaridas para a construção de políticas públicas de agroecologia no Brasil. Contribui para o entendimento de como as lutas políticas têm um papel preponderante na construção das políticas direcionadas às populações do campo, da floresta e das águas, com vistas à construção de um modo de vida com mais dignidade, com garantias de produção e acesso a alimentos saudáveis, bem como de um meio ambiente conservado para as presentes e as futuras gerações.

Fonte: elaborado pela autora (2022).

Considerando que, na pesquisa de campo, se utilizaria a entrevista como instrumento de investigação para captar a memória individual e coletiva das assentadas do PA Antônia Flor, foi necessário compreender os aspectos e as definições sobre memória e identidade. Os estudos

contribuíram para analisar os relatos das entrevistadas e para cumprir também de forma complementar com os objetivos específicos de (re)construir a história de vida de Antônia Flor e sua contribuição na luta pela terra; registrar a luta pela formação do assentamento Antônia Flor; e registrar a atuação de mulheres na trajetória de construção política do assentamento Antônia Flor.

Entre os estudos da área das ciências sociais sobre identidade social, em *Memória e identidade social*, Michael Pollak (1992, p. 204) identifica que a “construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros”. Em seu artigo, Pollak (1992, p. 204) trata do “problema da ligação entre memória e identidade social, mais especificamente no âmbito das histórias de vida, ou daquilo que hoje, como nova área de pesquisa, se chama de história oral”.

Paulilo (2016) abordou, no seu estudo sobre a história oral, “História oral e memória: movimentos sociais de mulheres camponesas”, a história do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA/SC), surgido em 1983; analisou e resgatou, no estudo, a trajetória das mulheres por meio da história e das memórias. Ambos os estudos permitiram a compreensão de identidade e memória como categorias analíticas.

Na pesquisa documental, com o objetivo de aprofundar a investigação que toma como ícone Antônia Flor para falar da conquista do assentamento em que outras mulheres se organizaram pelo direito à terra, o levantamento do material documental foi realizado em instituições e arquivos de órgãos públicos, entre eles, na Superintendência Regional do Incra no Piauí, em Teresina, no arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí (Alepi), no cartório de Piripiri, por meio do atendimento *on-line*, e nas hemerotecas, com a pesquisa em jornais¹⁷ das décadas de 1960 a 1980, atendendo o recorte temporal do trabalho, com os mesmos temas usados na pesquisa bibliográfica.

Com essa etapa, foi possível identificar a atuação de mulheres camponesas na conquista da terra no Piauí. No entanto vale ressaltar que a pesquisa encontrou limitações, correspondendo ao que disse Medeiros (1989), em *História dos movimentos sociais no campo*, ao recuperar a história das lutas dos trabalhadores rurais.

Buscar recuperar a história das lutas dos trabalhadores rurais é um desafio. Trata-se de um percurso com poucos registros, a maioria dispersos e fragmentados. A própria trajetória desses trabalhadores — explorados, subordinados politicamente aos grandes proprietários, excluídos dos mais

¹⁷ Para ver mais sobre as linhas editoriais dos jornais, conferir o Apêndice A.

elementares direitos políticos e sociais — implica na dificuldade de preservação de sua memória social. (MEDEIROS, 1989, p. 11).

Quadro 3 – Relação de documentos consultados

Local	Documentos	Dado	Síntese
Incra – SR (24) PI	Planta do Imóvel Georreferenciado	Data do levantamento: 2/7/2010. Área total: 1.632,5276 ha.	Localizado no município de Piriipiri (PI).
	Portaria Incra/SR-24/PI nº 67, de 7 de dezembro de 2005	Cria o PA Antônia Flor em 1º de dezembro de 2005.	O assentamento foi criado após 21 anos do assassinato de Antônia Flor.
	Relação de beneficiários do PNRA PA Antônia Flor	Nomes e número atualizado de beneficiários.	Total: 42 assentados. Situação: 31 assentados, 7 desistentes, 4 eliminados e 1 falecido — Francisco Flor, filho de Antônia Flor.
	Certidão do registro do imóvel da gleba Gameleira (PI)	Território: gleba Gameleira. Área: 895 ha. Proprietário: Agrocampo Ltda. Sócio: Gilvan Ribeiro Calado. Local da firma: Recife (PE). Transmitente: Francisco das Chagas Cruz, representado por Francisco das Chagas Cruz Filho, domiciliado em Piriipiri. Serventuário: Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada no Cartório do 2º Ofício, na data de 19 de janeiro de 1989, no valor de Cr\$ 2.850,00. Ação de Execução Forçada, com pedido liminar, movida por Raimundo Nonato Martins da Silva contra a Agrocampo Ltda. Despacho datado de 23 de dezembro de 1996. A matrícula do terreno foi feita em 9 de outubro de 1978. O registro do imóvel foi dado fé e assinado em 16 de outubro de 1999.	O PA Antônia Flor, quando ainda era gleba Gameleira, possuiu três proprietários. Os dois primeiros, aparentemente, possuem vínculo familiar. Em seguida, a terra foi vendida para uma empresa, com sede em Recife. Depois, sofreu ação de penhora na Justiça. O primeiro proprietário adquiriu a terra em 1978, vendeu-a em 1989 e, em 1999, a Justiça a penhora.
Alepi		Lei nº 5.199/2001, que institui o Dia Estadual de Luta pela Reforma Agrária.	Celebrada no dia 1º de dezembro de cada ano, mesmo dia em que Antônia Flor foi assassinada. O objetivo foi reverenciar sua memória para que seja reconhecida na história contemporânea do Piauí.

	Projeto de lei que instituiu o Dia Estadual de Luta pela Reforma Agrária no Piauí	Justificativa do Projeto da Lei nº 5.199/2001.	A proposta que institui o Dia Estadual de Luta pela Reforma Agrária em homenagem a Antônia Flor. Apresentada como referência simbólica na luta pela reforma agrária.
	CPI dos Conflitos Agrários no Piauí	Lista com as áreas de conflito no Piauí .	Gameleira aparece no relatório, identificando o proprietário da terra como Francisco Ventura, bem como o tipo de violência: assassinato.
Matéria anexa do <i>Diário do Povo</i> de 29 de agosto de 1997 relata assassinato de Antônia Flor.		Aumenta a violência no campo, segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT). O primeiro caso de assassinato pela posse da terra no Piauí ocorreu em dezembro de 1984 (ver Anexo M).	
Relatório Conclusivo da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Conflitos Agrários no Piauí.		Requerimento em 1996, início dos trabalhos em agosto de 1997 e conclusão em fevereiro de 1998. Participam CPT-PI, MST-PI, Fetag-PI, CUT-PI. CPI conclui que a estrutura fundiária piauiense é altamente concentracionária e que os conflitos agrários têm expressivos períodos de existência sem que os poderes públicos constituídos tenham diligenciado para solucioná-los.	
Cartório de Piripiri	Certidão de óbito de dona Antônia Flor	Sexo: feminino. Cor: morena. Estado civil: viúva. Filiação: Florêncio Ramos Feitosa e Tereza Maria da Conceição. Local de residência: Gameleira. Data e hora do falecimento: dia 1º de dezembro de 1984, à zero hora. Local de falecimento: Gameleira. Causa da morte: sem assistência médica. Sepultamento: cemitério do local, Gameleira. Declarante: Manoela Ferreira Santiago.	Ausência de dados na certidão sobre o assassinato, pois a vítima foi alvejada. Inconsistência no preenchimento da cor. Há omissão de dados, como, por exemplo: não há número do documento do médico que atestou o óbito. Não há registro do CPF de Antônia Flor, sendo possível que a vítima não tivesse documentação civil na época.
Hemerotecas	Jornais <i>Terra Livre, Liga, O Semanário, Trabalhadores Sem Terra, Jornal do Lavrador</i> (CPT), <i>Revista da Abra</i> (<i>Boletim da</i>	Luta dos camponeses do Engenho Galileia; conflitos entre latifúndio e sindicato dos trabalhadores; origem e criação das Ligas no Piauí; crescimento do movimento dos camponeses no Piauí; debate da questão agrária no Congresso Nacional;	Piauí teve Ligas Camponesas em Teresina, Campo Maior, Parnaíba e Amarante, entre os anos de 1961 e 1963. A primeira associação foi Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Teresina (Altat), fundada em Teresina. A sede da Liga, próxima a Piripiri, foi

	<p><i>Abra), O Dia; Cadernos do Povo Brasileiro</i>, de Francisco Julião; e Portal Cidade Verde.</p>	<p>direito dos trabalhadores rurais; congresso e encontros sindicais dos trabalhadores e camponeses; fome e miséria em Piripiri; concentração de terras no Piauí; manifestos e campanhas sobre reforma agrária, manifestações e greve dos camponeses; grilagem de terras no PI, governo estadual e a ditadura civil-militar no PI; imprensa no PI na ditadura civil-militar; sindicatos e movimentos sociais na ditadura civil-militar.</p>	<p>criada em 1963, chamada Associação Profissional dos Camponeses e Lavradores de Parnaíba. Identificaram-se mulheres na participação do movimento. No período de 1959 a 1962, o Piauí tinha como governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues (PTB). O relator da CPI das Ligas foi o deputado federal do Piauí Clidenor de Freitas Santos, do PTB, apoiando os camponeses. José Esperidião Fernandes, lavrador e líder da Altat depôs na CPI das Ligas. Em maio de 1963, os camponeses no estado realizaram manifestações na ruas junto com outras classes. Em 11 e 12 de maio de 1963, ocorreu o I Encontro dos Camponeses no Piauí. A ditadura no Piauí teve apoio do governo, da imprensa e das classes comerciante e empresarial. As organizações que apoiavam as lutas camponesas eram vigiadas e foram censuradas no Piauí. A Fetag-PI mudou sua direção no período da ditadura civil-militar. A luta por reforma agrária só foi retomada no estado em 1983, um ano antes do assassinato de Antônia Flor.</p>
--	--	---	---

Fonte: elaborado pela autora (2022).

Com a pesquisa documental, foi possível reunir evidências e provas sobre os aspectos históricos do assentamento Antônia Flor, atendendo ao objetivo da pesquisa no que diz respeito a: (re)construir a história de vida de Antônia Flor e sua contribuição na luta pela terra; registrar a luta pela formação do assentamento Antônia Flor; e registrar a atuação de mulheres na trajetória de construção política do assentamento Antônia Flor.

Na Superintendência Regional do Incra no Piauí, em Teresina, solicitou-se a Planta do Imóvel Georreferenciado, da gleba Gameleira; a Portaria Incra/SR-24/PI nº 67, de 7 de dezembro de 2005, que criou o PA Antônia Flor; e a relação de beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Com os dados foi possível construir o mapa para a pesquisa, localizando a área do assentamento, e identificar a situação cadastral das famílias

assentadas, incluindo o número de mulheres beneficiadas com a política de reforma agrária e beneficiários com grau de parentesco com Antônia Flor.

Com a certidão do registro do imóvel da gleba Gameleira (PI), foi possível averiguar as datas da primeira aquisição da terra, o nome dos proprietários, os hectares da área, o trâmite de compra e venda da terra, até a data em que foi objeto de ação da Justiça e identificar os envolvidos nessa relação.

No acervo da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, foi possível ter acesso ao projeto de lei que instituiu o Dia Estadual de Luta pela Reforma Agrária no Piauí (anexos C, D e E) e ao relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Conflitos Agrários no Piauí (Anexo F). Os dados dos documentos permitiram a interpretação dos documentos históricos, a análise da importância de Antônia Flor para a história das lutas camponesas no Piauí, a averiguação dos dados divulgados anteriormente sobre sua história e como o Poder Legislativo agiu sobre o caso.

A certidão de óbito de dona Antônia Flor ajudou a conferir dados como a idade em que foi assassinada, pois a maioria dos documentos constava como octogenária, enquanto a certidão registra que ela foi morta aos 94 anos de idade. Com o documento, também foi possível identificar a data de nascimento de Antônia Flor — 1890. Aprofundar detalhes, como filiação, raça, cruzar informações com dados obtidos ao longo da pesquisa sobre moradia, local de falecimento, sepultamento, causa da morte, ou seja, ajudou na interpretação de informações.

A pesquisa na hemeroteca teve como referência os passos do trabalho da pesquisadora Maria do Socorro Rangel (2000), que, no trabalho sobre as Ligas Camponesas na Paraíba, usou o inventário da memória dos projetos que colocaram em evidência, no cenário nacional, a questão da reforma agrária e as fontes de pesquisas como jornais, revistas e textos que resgataram o movimento da década de 1960.

Priorizaram-se jornais que dialogassem com as entidades representativas da classe trabalhadora do campo, partidos políticos da época, de entidades da sociedade civil como a Igreja, um jornal diário da grande imprensa e especializado em reforma agrária, além de boletins regionais. O período abrangeu o pré e o pós-1964, até o início da década de 1980. Por tema, selecionaram-se os assuntos que tratavam das questões agrárias; do fenômeno das Ligas Camponesas e da chegada do movimento no Piauí; da formação e da atuação dos sindicatos e das mobilizações pela reforma agrária; das perseguições no campo no período da ditadura civil-militar; e da reorganização da classe trabalhadora rural no final no período da redemocratização. Nos jornais locais, também se priorizou a busca por dados sobre Antônia Flor.

Quadro 4 – Jornais selecionados para a pesquisa

Jornal	Ano	Título	Assunto
Terra Livre	1954	Ainda há homens que dormem, mas estão para acordar	Camponês denuncia a expulsão das terras, condição de trabalho e invasão do latifúndio (SILVA, Vicente, 1954).
	1960	Ultab fala à Nação através da Carta sobre a Reforma Agrária	Posicionamento da organização representando a reivindicação dos lavradores e trabalhadores agrícolas e a deliberação da campanha por reforma agrária (ULTAB, 1960).
		Engenho Galileia em Festa	Festa em comemoração à vitória da desapropriação do Engenho Galileia (ENGENHO, 1960).
	1961	I Congresso Sindical dos Trabalhadores e Camponeses do Estado do Piauí	Solicita ao Governador do Piauí reivindicações aprovadas pelo Plenário do Congresso (I CONGRESSO, 1961).
	1962	Cresce no Piauí o movimento camponês	Com direção, em THE, de José Esperidião Fernandes, “menos de 1 ano de fundação” já organizou 15 núcleos camponeses no município de Teresina, sem contar com sua influência nos municípios de Parnaíba e Campo Maior (CRESCER, 1962).
		Piauí ameaçado de maior miséria este ano	Apresenta proposta ao ministro da Fazenda e ao pres. do Banco do Brasil necessidade de empréstimos aos pequenos produtores e pede intervenção do ministro da Justiça sobre arrendamento de terras (PIAUI, 1962).
		Direitos dos trabalhadores rurais	Apresenta o direito dos trabalhadores rurais do estado do Piauí (SILVA, L., 1962).
	1963	Projeto de Resolução nº 162, de 1963	Aprova conclusões da CPI destinada a apurar o fenômeno que deu origem às Ligas Camponesas (BRASIL, 1963).
		Em Piri-piri: inferno de miséria exploração e fome	70% dos camponeses da região estão doentes. Fala da baixa expectativa de vida de homens e mulheres devido a subalimentação e bárbaras condições de trabalho (EM PIRIPIRI, 1963).
		Lutam organizados os camponeses do Piauí; Campo Maior (Piauí) cria sua associação camponesa	Nota assinada pela lavradora Maria Ferreira do Nascimento e Roberto Ferreira da Costa anunciando a fundação da Associação Profissional dos Camponeses e Lavradores de Parnaíba (LUTAM, 1963; CAMPO, 1963).
		Passeata operário-camponesa causou sensação em Teresina	Denúncia dos despejos dos camponeses, passeata por reforma agrária ocorreu no dia 1º de maio de 1963 no Piauí (LOPES, 1963a).
		Piauí já tem federação camponesa	Realização do I Encontro dos Camponeses do Piauí e a fundação da União dos Camponeses do Piauí (PIAUI, 1963).
	1964	Plano de ação e luta da Contag para 1964	Em março, apresenta as diretrizes aos trabalhadores e os eixos de luta (PLANO, 1964).

O Semanário	1961	Secas produzem riqueza no Piauí	Panorama da produção do estado e da economia (BELAMY, 1961).
	1962	Paraíba: outro 1930 para libertar as massas camponesas	Comissão da Câmara traz do Nordeste depoimentos sobre a situação agrária. Juntam-se todas as classes para exigir do Congresso medidas concretas que desafoguem a insuportável situação (PARAÍBA, 1962).
	1963	I Encontro dos Camponeses e Comitê da Frente de Mobilização Popular	I Encontro dos Camponeses do Piauí, de iniciativa da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Teresina (Altat), Campo Maior, Parnaíba e Amarante, aprovado o estatuto da União dos Camponeses do Piauí (Unicampo), que foi fundada e teve eleita a sua primeira diretoria. Aprovaram o envio de uma moção de protesto veemente ao ministro da Guerra, em face da prisão do Padre Alípio de Freitas. Aprovada moção em reconhecimento ao deputado federal Chagas Rodrigues por ter possibilitado condições para que se iniciasse a criação de associações camponesas no estado (I ENCONTRO, 1963).
		FMP já tem comitê estadual no Piauí	Lançado manifesto sobre a instalação do comitê. Instalado no dia 17 de junho (FMP, 1963).
		Turba latifundiária incendiou sindicato camponês no Piauí	Denúncia do incêndio da Altat, localizada no Sítio Uberaba (TURBA, 1963).
		Terroristas	Fala do recebimento de um telegrama do jornalista Ribamar Lopes, do Piauí, informando sobre mais um atentado terrorista a mando dos latifundiários, que se trata do incêndio da sede da Altat, localizada no sítio Uberaba. A motivação teria sido uma decisão da Justiça a favor dos camponeses (LOPES, 1963b).
		Doze camponeses atacados por 45 homens armados até os dentes: no Piauí latifúndio também é cangaço	Relato sobre caso de violência e conflito contra 12 camponeses na zona chamada de Pubas, na localidade de Cachoeira, no Piauí. Ataque a camponeses que se encontravam brocando (DOZE, 1963).
	Jornal dos Trabalhadores Sem Terra	1982	Grilagem: rotina no Piauí
Sem terra do país estão se organizando			Encontro dos trabalhadores rurais sem terra, no período de 23 a 26 de setembro, em Goiânia. Os trabalhadores do PI realizaram encontros preparatórios (SEM, 1982).
Encontro Nacional reuniu 16 estados			O evento aconteceu em Goiânia e deliberou diretrizes as organizações (ENCONTRO, 1982).

	1984	Reforma agrária já! – Dez estados lançam a campanha que promete crescer em 84	Registra ato de lançamento no PI com a presença de 600 pessoas e participação de 75 sindicatos (REFORMA, 1984).
		A reforma agrária é o nosso objetivo	Editoria de Frei Sérgio A. Görgen sobre reforma agrária e os aspectos da questão (GÖRGEN, 1984).
	1985	Terra de latifúndios	Piauí aparece com uma área passível de desapropriação de 56,76%, apontada como segunda maior do país (TERRA, 1985).
Revista da Abra (Boletim da Abra)	1972	O flagelo do camponês no Piauí	Município de Bertolândia, no Piauí, litígio entre latifúndio e camponeses sobre área. Fetag-PI e Contag presentes para demarcação (SANTOS, 1972).
		Federação dos Trabalhadores Rurais tem nova Diretoria	Eleição da nova diretoria — nenhuma mulher (FEDERAÇÃO, 1972).
	1975	Conflitos de Terra no Brasil – uma introdução ao estudo empírico da violência no campo – período 1971 a 1974	Fala que, no Piauí, não se encontra notícia alguma sobre conflitos nos jornais, enquanto a entidade de classe catalogou 44 conflitos naquele ano (RODRIGUES; SILVA, 1975).
	1978	Fetag e Incra vão realizar um Seminário no PI	I Seminário Estadual de Dirigentes Sindicais e Trabalhadores Rurais, no auditório da Delegacia Federal da Agricultura (FETAG, 1978).
	1983	A necessidade da Reforma Agrária no Brasil e o Programa Nacional de Política Fundiária	Dados de hectares no estado e situação da reforma agrária (LARANJEIRA, 1983).
O Dia	1964	Governador Petrônio Portela chegou há pouco	Fala da participação do governador Petrônio Portela na solenidade da posse de Castelo Branco (GOVERNADOR, 1964).
		Guarnição efetua novas prisões	Notinhas, sem muitas informações, dando conta de mais prisões (GUARNIÇÃO EFETUA, 1964).
		Comunismo e sua atuação no Brasil	Palestra pronunciada no dia 8 de abril de 1964, através de cadeia formada pelas emissoras de Teresina, apoiando a ditadura civil-militar (TAJRA, 1964).
		O discurso do Presidente Castelo Branco	Sobre como seria conduzido o governo e sobre os fatos e justificativas que resultaram na sua posse.
Jornal do Lavrador (CPT)	1984	Posseira é assassinada	Impresso de novembro-dezembro de 1984. A capa do jornal traz “Reforma Agrária Já”. Denuncia o assassinato de Antônia Maria da Conceição. Fala que ela tinha 84 anos. Foi morta com um tiro de espingarda no coração, em casa, no município de Piripiri, no dia 1º de dezembro. Denúncia que o crime não foi averiguado e que o delegado, Armando de Castro, não interrogou ninguém. O principal suspeito de ser mandante do crime é o latifundiário Francisco Ventura. O crime é

			caracterizado na luta pela permanência na terra. Diz que a posseira não aceitou sair da terra sem indenização. E que a forma de expulsão teria ocorrido com outros posseiros na região. Também diz que ocorreu uma missa de 7º dia, realizada pela Paróquia de Piripiri, denunciando o crime. Também fala que as organizações Centro Piauiense de Ação Cultural (Cepac) e a CPT reivindicaram a punição do crime (POSSEIRA, 1984).
Cidade Verde	2018	Antônia Flor, a luta da piauiense que morreu defendendo a reforma agrária no estado	Fala sobre Antônia Flor e sua representatividade e o seu assassinato. Traz reportagem da CPT sobre o caso. A reportagem é um especial do dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Traz uma entrevista com o filho de Antônia Flor, Enoque Ferreira Santiago, já com 70 anos. Fala da desapropriação da terra e da lei que existe em homenagem a Antônia Flor. A presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Piripiri, na época, Eunice, deu entrevista sobre o tema. Traz o poema de Paulo Machado em homenagem à trabalhadora. Fala sobre um coletivo que tem nome de Antônia Flor (CARPASO, 2018).

Fonte: elaborado pela autora (2022).

As fontes primárias serviram para investigar como os sindicatos e os movimentos sociais se articulavam na época, quando o debate da questão agrária e a ampla luta dos camponeses se posicionava no cenário nacional e, sobretudo, no Piauí. Da mesma maneira, as denúncias sobre a violência contra o campesinato, como o Estado reagia ao debate, as movimentações parlamentares e os reflexos sociais e econômicos e da estrutura fundiária na população, principalmente, na vida do campesinato. A investigação nos jornais também propiciou a identificação de poucos registros sobre as mulheres camponesas na conquista da terra no Piauí, mas, em especial, a luta de Antônia Flor.

Retomando a parte da pesquisa de campo, no município de Piripiri, no Piauí, explicando mais detalhes sobre a etapa, a fase consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas como instrumento para a coleta de dados com perguntas que atendessem aos objetivos da pesquisa.

Quando é guiada por relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso. A entrevista como técnica de coleta de dados assume forma mais ou menos estruturada. Mesmo que as respostas possíveis não sejam fixadas anteriormente, o entrevistador guia-se por algum tipo de roteiro, que pode ser memorizado ou registrado em folhas próprias. (GIL, 2002, p. 117).

Foram entrevistadas três mulheres camponesas do assentamento Antônia Flor e três mulheres agricultoras familiares do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Piripiri. As entrevistas partiram do foco do gênero nas lutas camponesas no Piauí. Para o agendamento das entrevistadas, consideraram-se pessoas que tivessem conexão com a memória coletiva e individual sobre a história de Antônia Flor. “Os elementos constitutivos da memória individual ou coletiva: são os acontecimentos vividos pessoalmente, são os acontecimentos que eu chamaria de ‘vividos por tabela’, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer” (POLLAK, 1992, p. 201).

Segundo Minayo *et al.* (1994), a etapa do trabalho de campo combina entrevistas, observações, entre outros, sendo o momento relacional e prático de fundamental importância de confirmação ou refutação de hipóteses e construção de teorias. Gil (2002) também diz que, nas entrevistas, que corresponde à coleta de dados, é essencial a cooperação da comunidade, buscando apoio das lideranças locais e aliar-se a pessoas ou a grupos que tenham interesse na pesquisa.

Sendo assim, as entrevistas no sindicato foram escolhidas pela organização ser a entidade representativa de classe que Antônia Flor se filiou, em 1975. E, no Assentamento Antônia Flor, a cerca de 40 km do centro da cidade, por ser o território em que Antônia Flor residiu e lutou pela terra.

Para o agendamento das entrevistas, pensaram-se critérios que também atendessem aos diferentes perfis, sendo eles: uma mulher idosa que tivesse um grau de parentesco com Antônia Flor e, de preferência, que tivesse convivido com ela, a fim de obter informações de uma relação mais próxima com o caso estudado; uma mulher adulta que tivesse nascido no assentamento enquanto ainda era Gameleira, com o objetivo de conhecer a história e a realidade do local; mulher moradora do assentamento, mas que não tivesse conhecido Antônia Flor e que tivesse chegado na localidade após os “conflitos diretos” pela terra, de forma a captar a memória coletiva e compartilhada entre moradores; e, por fim, uma mulher reconhecida pelos moradores como liderança para saber sobre a organização coletiva.

Já no sindicato, buscou-se por: aquelas que pudessem contar a história de Antônia Flor; liderança que estivesse à frente da pasta que trata questões sobre gênero;¹⁸ e a presidente do sindicato, pela representatividade enquanto liderança.

¹⁸ “A Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag tem como principais objetivos coordenar e implementar políticas e estratégias para a superação de todas as formas de discriminação e desigualdades de gênero existentes no meio rural, além de promover ações de capacitação das mulheres trabalhadoras rurais para qualificar

A pesquisa de campo ocorreu durante o período da pandemia de covid-19, logo foram tomadas as medidas protetivas com o uso de máscara e higienização¹⁹ das mãos com preparações alcoólicas (gel ou solução a 70% com 1-3% de glicerina).

Quadro 5 – Entrevistadas na pesquisa de campo

Entrevista Semiestruturada	
Mulheres	Perfil
Antônia de Sousa Neta, 67 anos	Mais conhecida como dona Nenê, mãe de cinco filhos. Reside no PA Antônia Flor desde quando o local ainda era Gameleira. Foi casada com o filho de Antônia Flor, Enoque Ferreira Santiago, por 40 anos. Assentada da reforma agrária. É aposentada como trabalhadora rural, mas ainda mantém o cultivo de verduras e a criação de animais.
Raimunda Maria da Conceição Silva, 45 anos	Mais conhecida como dona Bulega, mãe de três filhos. Filha de trabalhador rural. Reside no PA Antônia Flor desde quando o local ainda era Gameleira. Assentada da reforma agrária. Trabalhadora rural. Atualmente, é tesoureira e suplente do conselho diretor da Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Antônia Flor e já esteve como presidente da entidade.
Maria Alves Pereira, 66 anos	Mãe de uma filha. Reside no PA Antônia Flor desde 1994. Assentada da reforma agrária. É aposentada como trabalhadora rural.
Eunice Oliveira Barros Soares, 55 anos	Mãe de três filhos. Quilombola. Assentada da reforma agrária. Agricultora familiar. Está como vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Piripiri. Já esteve como vereadora eleita, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), em Piripiri, no ano de 2012.
Maria do Carmo de Sousa Oliveira Macêdo, 45 anos	Mãe de dois filhos. Assentada da reforma agrária. É agricultora familiar. Está como secretária de Mulheres do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras.
Rita Souza Vieira, 50 anos	Mãe de três filhos. Assentada da reforma agrária. É agricultora familiar. Está como presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Piripiri.

Fonte: elaborado pela autora (2022).

Os contatos²⁰ e as entrevistas foram fundamentais para a construção de toda a pesquisa, atendendo tanto os objetivos gerais como específicos. As memórias das assentadas

sua participação no MSTTR e nos espaços de formulação e implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural” (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES, 2022). “A criação da Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais em 2009 antecedida por uma Coordenação de Mulheres que integrou a estrutura da Contag desde 1995, teve papel fundamental para impulsionar e coordenar a agenda das mulheres juntamente com a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, composta por representantes de todas as federações” (OBSERVATÓRIO DA MARCHA DAS MARGARIDAS, 2022).

¹⁹ Para mais informações, ver Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2020.

²⁰ Entre os contatos realizados, as lideranças do sindicato localizaram uma das filhas de Antônia Flor, que hoje vive em Brasília (DF) com sua filha. Em contato feito, tanto pelo sindicato quanto por mim, a neta de Antônia Flor não aceitou que a mãe conversasse conosco para falar sobre Antônia Flor. A recusa demonstra como as dores do assassinato de Antônia Flor se ramificaram em toda a família, geraram traumas e sombras de um passado marcado por medo.

(re)constróem fatos sociais e ajudam a preservar a memória camponesa contra o esquecimento, registradas no capítulo “Resistências de mulheres camponesas na luta pela terra: trajetórias na construção do Assentamento Antônia Flor”.

Para a análise das entrevistas, entre os vários estudos sobre método, a pesquisa utilizou como referência a Análise de Conteúdo. E, entre os estudos que abordam o instrumento metodológico, o manual da autora Laurence Bardin (1977), que apresenta a técnica Análise Categorical, contribuiu como modelo para o desenvolvimento do trabalho.

Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações. Desde mensagens linguísticas em formas de ícones até “comunicações” em três dimensões. (BARDIN, 1977, p. 37-38).

A autora explica que esse instrumento possui um campo de aplicação extremamente vasto, abrangendo qualquer comunicação, qualquer veículo de significados de um emissor para um receptor.

Com as entrevistas decupadas, conforme Bardin (1977) orienta, gravadas e transmitidas (na íntegra), as gravações conservadas e as respostas a questões abertas anotadas, procedeu-se a análise de dados. Antes, foi necessário organizá-los aplicando a redução dos dados, como orienta Bardin (1977), e reter aqueles considerados adequados de modo a corresponderem ao objetivo que suscita.

Selecionados os dados, passou-se para a etapa da categorização, de modo a organizar os dados e, assim, tomar decisões e realizar as conclusões a partir deles. Bardin (1977) diz que, entre as diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou análise temática, é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos diretos (significações manifestas) e simples.

Como a fundamentação da pesquisa utiliza um referencial teórico que trata da questão de gênero e sua conexão com o meio rural, apresentam-se, como categorias principais, Mulher e Feminismo, Violência contra a Mulher e Reconhecimento Político e Memória, de modo a atender o confronto da abordagem teórica com a investigação de campo.²¹

A pesquisa é dividida em cinco seções. Inicia com a introdução do estudo da pesquisa, com a metodologia usada e os aspectos das áreas de estudo. Na seção 2, o referencial teórico sobre a questão de gênero, que traça um breve histórico sobre a história do feminismo e suas

²¹ O quadro de análise com as categorias está no Apêndice B da pesquisa.

fases, inclusive no Brasil. Traz algumas das principais teorias construídas ao longo dos anos e os avanços desse debate da década de 1970 até a fase final da década de 1990. Os estudos sobre gênero no meio rural também são abordados, apresentando o início desse debate nos movimentos sociais e as mudanças que ele provoca, influenciando as lutas das mulheres rurais na busca por direitos.

Na seção 3, aborda-se a luta pela terra no Piauí, desde as Ligas Camponesas ao Assentamento Antônia Flor. Fala-se sobre os aspectos históricos do povoamento no estado, a mudança nas relações de trabalho no campo com a chegada da modernização e o impacto do modelo de desenvolvimento nas condições de vida do campesinato. Como a classe dos trabalhadores rurais reagiu e o surgimento das Ligas Camponesas, inclusive no Piauí, buscando identificar a participação das mulheres camponesas nas lutas. O trabalho traz aspectos históricos da luta pela terra no Piauí até o período de redemocratização.

Na seção 4, apresentam-se as mulheres camponesas identificadas ao longo da pesquisa e os dados da pesquisa de campo a partir da análise das categorias: Mulheres e Feminismo, Memória, Violência contra a Mulher e Reconhecimento Político. A análise se constituiu com o cruzamento dos dados levantados ao longo da pesquisa bibliográfica e documental, examinando a atuação de mulheres camponesas na conquista da terra no Piauí, desde a história e a atuação de mulheres como Antônia Flor até a criação do assentamento que levou seu nome em Piripiri. Discutem-se os dados com a fundamentação teórica. Explica-se como foi a atuação de Antônia Flor e das mulheres camponesas na luta pela terra, os tipos de conflitos agrários que ocorreram na região, como se deu a construção do assentamento e as contribuições deixadas por Antônia Flor para a luta do campesinato.

Por fim, as conclusões a respeito das hipóteses no início da pesquisa. Nos apêndices, apresentam-se a estrutura simplificada dos quadros criados para a análise das categorias, entre outros, que foram fundamentais para complementar a análise de documentos, bem como os termos assinados de consentimento das entrevistadas. Nos anexos, consta um acervo de documentos oficiais como a certidão de óbito de Antônia Flor, o registro do imóvel da gleba Gameleira, a justificativa do projeto de lei que instituiu o Dia Estadual de Luta pela Reforma Agrária no Piauí.

2 GÊNERO, FEMINISMO E MULHERES NA LUTA PELA TERRA

2.1 Gênero e feminismo

No século XIX, acentuou-se a racionalidade harmoniosa da divisão sexual, segundo Michelle Perrot (2017), em *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. A francesa, conhecida por mestra da História das Mulheres, chega a essa conclusão ao analisar um documento de discurso de ofício de um delegado operário da exposição mundial de 1867: “Ao homem, a madeira e os metais. À mulher, a família e os tecidos” (PERROT, 2017, p. 162). Segundo a autora, as palavras representam a lista dos “trabalhos de mulheres”, entendendo-a como codificada e limitada, sendo uma linguagem do trabalho das mais sexuadas possíveis. O documento é o exemplo de como era a divisão das tarefas e a segregação sexual nos espaços sociais.

Na França, no período já havia práticas das mulheres enquanto motor do movimento, definidas por Perrot (2017) como “nem passivas nem submissas”. Para ela, as pesquisas que colocam a mulher como sujeito de análise, que trazem a miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a sua história.

Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência — à hierarquia, à disciplina — que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar.

Uma história outra. Uma outra história. (PERROT, 2017, p. 193).

As autoras Judith Butler (2003, 2013), Rosineide Cordeiro (2006), Nancy Fraser (2002), Maria Ignez Paulilo (2016), Céli Pinto (2003, 2010), Sonia Schwendler (2009) e Joan Scott (1995) apontam que o debate sobre gênero ingressou como categoria analítica na ciência no final do século XX. O termo nasceu com o movimento do feminismo nos Estados Unidos da América (EUA), partindo de um entendimento oposto às teorias existentes que explicavam as desigualdades entre homens e mulheres baseadas nas definições biológicas, ou seja, utilizadas para diferenciar o sexo. A ideia foi de evoluir no campo das definições que não se limitassem à hierarquia entre masculino e feminino.

No Brasil, Dionísia Pinto Lisboa, mais conhecida como Nísia Floresta, foi uma das primeiras feministas a trazer o debate do movimento para o Brasil. Em 1832, ela publicou

Direitos das mulheres e injustiça dos homens, nomeando, em uma tradução livre, de *Reivindicação dos direitos da mulher*, escrito por Mary Wollstonecraft (2016).²²

A obra de Wollstonecraft (2016) é considerada como uma das pioneiras do feminismo, e está entre as referências literárias por lançar os fundamentos ontológicos da teoria dos gêneros, servindo de base para outras mulheres precursoras do feminismo contemporâneo.

As discussões sobre gênero tiveram diferentes reflexões ao longo dos anos e o feminismo protagonizava esse cerzir. Para Perrot,

a pesquisa feminista recente por vezes contribuiu para a reavaliação do poder das mulheres. Em sua vontade de superar o discurso miserabilista da opressão, de subverter o ponto de vista da dominação, ela procurou mostrar a presença, a ação das mulheres, a plenitude dos seus papéis, e mesmo a coerência de sua “cultura” e a existência dos seus poderes. (PERROT, 2017, p. 155).

Nessa busca, Céli Pinto (2010) traz três períodos marcantes do movimento feminista em que intrinsecamente “o gênero” se fez presente: as lutas por direitos políticos, como o direito ao voto; a posição contra a ditadura civil-militar; e, posteriormente, no período da redemocratização, em que se evidenciam os temas da violência contra a mulher e a saúde da mulher.

O feminismo ainda passa pela virada do século. Pinto (2010) ressalta que o momento, no século XX, é marcado pela dissociação entre o pensamento feminista e o movimento e, em segundo lugar, pela profissionalização do movimento por meio da criação de um grande número de organizações não governamentais (ONGs) voltadas para a questão das mulheres. Foi também o período de inserção do tema da discriminação com a possibilidade de a reclamação legal fazer sentido para as autoridades policiais e judiciais. E, dando continuidade aos direitos, há um crescente aumento do espaço dedicado às questões relacionadas aos direitos da mulher, dessa vez, em campanhas eleitorais.

E como o gênero estava nessas pautas? Nancy Fraser (2002) explica que, nos anos 1970, quando a segunda onda do feminismo emergiu da nova esquerda, as teorias de gênero mais influentes refletiam a ainda poderosa influência do marxismo e que essas teorias colocaram as relações de gênero no terreno da economia política, embora tentando expandir esse âmbito para englobar também o trabalho doméstico, a reprodução e a sexualidade.

Segundo a autora, o gênero passou pelas teorias marxistas, pelo entendimento de gênero centrado no trabalho e gênero ligado à área cultural até chegar às concepções de gênero

²² Para saber mais, ver Moraes (2016).

baseadas na identidade, na década de 1990, que coincide com uma mudança paralela das políticas feministas.

Considerando o feminismo no Brasil, Céli Pinto (2010) identifica que o movimento inicial, por meio da luta pelo voto, tanto na Europa e nos EUA como no Brasil, perdeu força a partir da década de 1930 e só aparece novamente, com importância, na década de 1960. Essa década no Brasil é vivenciada com uma dinâmica diferente em relação a outros países.

Enquanto na Europa e nos Estados Unidos o cenário era muito propício para o surgimento de movimentos libertários, principalmente aqueles que lutavam por causas identitárias, no Brasil o que tínhamos era um momento de repressão total da luta política legal, obrigando os grupos de esquerda a irem para a clandestinidade e partirem para a guerrilha. Foi no ambiente do regime militar e muito limitado pelas condições que o país vivia na época que aconteceram as primeiras manifestações feministas no Brasil na década de 1970. O regime militar via com grande desconfiança qualquer manifestação de feministas, por entendê-las como política e moralmente perigosas. (PINTO, 2010, p. 16).

No período da redemocratização, de acordo com Céli Pinto (2010), nos anos 1980, o feminismo no Brasil entra numa grande fase de efervescência com inúmeros grupos e coletivos em todas as regiões, lançando os temas da violência, da sexualidade, dos direitos ao trabalho, da igualdade no casamento, do direito à terra, do direito à saúde materno-infantil, da luta contra o racismo e das opções sexuais.

Estes grupos organizavam-se, algumas vezes, muito próximos dos movimentos populares de mulheres, que estavam nos bairros pobres e favelas, lutando por educação, saneamento, habitação e saúde, fortemente influenciados pelas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. (PINTO, 2010, p. 17).

Na última década do século XX, os temas não deixam sua centralidade, mas a onda do feminismo passa a entender gênero como uma identidade ou uma construção cultural. Ainda, de acordo com Céli Pinto (2010), acompanhadas por ações reivindicando medidas protetivas para as mulheres como, por exemplo, a maior conquista, que foi a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006), que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (BRASIL, 2006).

2.2 Passos no debate de gênero

À medida que o movimento feminista avançou na luta pela igualdade de gênero, o debate foi incorporando diferentes abordagens nas análises dessa categoria pelas feministas. A observação é tema de imensa investigação por Judith Butler (2003, 2013), Nancy Fraser (2002), Céli Pinto (2003, 2010) e Joan Scott (1995).

Scott (1995), por exemplo, demonstra que a história política foi encenada no terreno do gênero. Anuncia que a maneira como essa nova história iria simultaneamente incluir e apresentar a experiência das mulheres dependeria da maneira como o gênero poderia ser desenvolvido como uma categoria de análise.

A historiadora norte-americana, em *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1986), diz que o uso do “gênero” é um aspecto que poderia se chamar de a procura da legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos 1980 e que, no seu uso mais simples, “gênero” é sinônimo de “mulheres” (SCOTT, 1995).

Quando os estudos acadêmicos adotaram o termo “gênero”, Scott (1995) diz que, a princípio, ele indicava a erudição e a seriedade de um trabalho, porque “gênero” passou a ter uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres”. No campo das ciências sociais, a terminologia científica se distanciou da política mais radical do feminismo.

Joan Scott (1995) debate a categoria gênero operando no mercado de trabalho, na educação, no sistema político e diz que ele é construído igualmente na economia e na organização política. Outro aspecto tratado por Scott (1995) diz respeito à função de legitimação do gênero. Ela diz que se pode operar de várias maneiras, entre elas, como um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana.

Na sua análise, ela também mostra que o gênero foi utilizado pela teoria política para justificar ou criticar as relações entre governantes e governados, ou seja, nas relações de poder, e define que as significações de gênero e de poder se constroem reciprocamente.

Para Scott (1995), o gênero tem de ser redefinido e reestruturado em conjunção com a visão de igualdade política e social que inclui não só o sexo, mas também a classe e a raça. Argumenta que, para o gênero dar um sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico, é preciso tê-lo como categoria de análise. E, para que os estudos, segundo ela, “explodam a noção de fixidade”, é necessário descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência eterna na representação binária dos gêneros. Para ela, esse tipo de análise tem de incluir uma noção do político, tanto quanto uma referência às instituições e às organizações sociais. Esse caminho passa por “clarificar as nossas hipóteses operativas e explicar como pensamos que a mudança se dá. Em lugar de procurar as origens

únicas, temos que conceber processos tão ligados entre si que não poderiam ser separados” (SCOTT, 1995, p. 20).

Os esforços se somam com o da filósofa feminista Nancy Fraser (2002), que formulou a teoria da justiça bidimensional ao preocupar-se com o fato de que os indivíduos sofrem injustiças ligadas a desigualdades sociais, econômicas e culturais.

O trabalho de Nancy Fraser (2002) estabelece uma abordagem que combine uma política de redistribuição com uma política de reconhecimento. Uma categoria composta tanto de *status* quanto de classe. A concepção é chamada de justiça bidimensional. “Gênero não é somente uma ‘diferença’ construída simultaneamente pelos diferenciais econômicos e pelos padrões institucionalizados de valores culturais, mas também pela má distribuição e reconhecimento equivocado, que são fundamentais para o sexismo” (FRASER, 2002, p. 66).

De acordo com a autora, esse resultado seria alcançado ao teorizar o caráter de gênero da economia política sobre a ordem cultural do androcentrismo, ao mesmo tempo que teoriza as dimensões distintas do sexismo: a centrada na distribuição e a centrada no reconhecimento. Dessa forma, ela diz que é possível apoiar uma política feminista viável. No entanto, para essa concepção, são necessários dois conjuntos de preocupações que permeiam o senso de justiça²³ centrado no princípio de paridade de participação. Segundo Fraser,

Precisa englobar as preocupações tradicionais das teorias de justiça distributiva, especialmente a pobreza, a exploração, a desigualdade e os diferenciais de classe. Ao mesmo tempo, precisa englobar as preocupações recentemente ressaltadas nas filosofias de reconhecimento, especialmente o desrespeito, o imperialismo cultural e a hierarquia de status. Devendo acomodar as duas. (FRASER, 2002, p. 66).

No campo do reconhecimento, Fraser (2002) trabalha com a ideia de uma política feminista alternativa. A abordagem proposta pela autora requer que se enxergue gênero de uma forma bifocal: “Gênero aparece como eixo de categoria que alcança duas dimensões do ordenamento social: a dimensão da distribuição e a dimensão do reconhecimento” (FRASER, 2002, p. 64). Para ela,

O reconhecimento é uma questão de status social. Não é a identidade feminina que requer reconhecimento, mas sim a condição das mulheres como parceiras plenas na interação social. O reconhecimento equivocado não ignifica deformação e depreciação da feminilidade. Pelo contrário significa

²³ Para Nancy Fraser (2002), requer paridade participativa no cruzamento de todos os eixos principais de diferenciação social, portanto não só de gênero, mas também de “raça”, etnicidade, sexualidade, religião e nacionalidade.

subordinação social no sentido de impedir a participação feminina na vida social em pé de igualdade. (FRASER, 2002, p. 71).

Para compensar a injustiça e a segregação da mulher, Nancy Fraser (2002, p. 71) esclarece que se faz necessária uma política feminista de reconhecimento que, com certeza, não significa política de identidade. Porém, “se baseada no modelo de status, pelo contrário, significa uma política que busca vencer a subordinação por meio do estabelecimento das mulheres como membros plenos da sociedade, capazes de participar lado a lado com os homens, sendo seus pares”. Ademais, a autora argumenta que “Uma política feminista atual precisa ser bidimensional, articulando a política de reconhecimento com a política de redistribuição. Somente uma política assim pode evitar o truncamento da agenda feminista e o conluio com o neoliberalismo” (FRASER, 2002, p. 74).

As constantes revisões sobre gênero levaram o debate sobre o assunto a se distanciar do entendimento enquanto categoria definida e compreendida estritamente como categoria de mulheres. Entre as autoras do feminismo pós-estruturalista, Judith Butler (2003) busca uma ressignificação, encontrando que o próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes.

Se alguém é uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida. (BUTLER, 2003, p. 20).

A filósofa contemporânea se desapega da teoria feminista estrutural, sem esquecer da importância que foi o desenvolvimento de uma linguagem capaz de representar “a mulher” completa ou adequadamente, a fim de promover a visibilidade política das mulheres, levando em conta a condição cultural difusa na qual as vidas das mulheres eram mal representadas ou simplesmente não representadas.

A partir daí, Butler (2003) tenta resolver as questões da identidade primária para dar continuidade à tarefa política, empreende uma genealogia crítica da categoria de gênero, reconsiderando o *status* da “mulher” como sujeito do feminismo e a distinção de sexo-gênero. Judith Butler diz que não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem e na política. “A crítica feminista também deve compreender como a

categoria das ‘mulheres’, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais busca-se a emancipação” (BUTLER, 2003, p. 19).

A concepção de Judith Butler (2003), no trabalho *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, é de que, se o feminismo pressupõe que “mulheres” designa um campo de diferenças indesignável, que não pode ser totalizado ou resumido por uma categoria de identidade descritiva, então o próprio termo se torna um lugar de permanente abertura e ressignificação. Assim, na sua teoria, Butler (2013) revela que é expandir as possibilidades do que significa ser uma mulher e, nesse sentido, dar condições para e permitir uma capacidade de agir realçada.

No artigo “Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do ‘pós-modernismo’”, Butler (2013) expressa que talvez um novo tipo de política feminista seja agora desejável para contestar as próprias reificações do gênero e a identidade — isto é, uma política feminista que tome a construção variável da identidade como um pré-requisito metodológico e normativo, senão como um objetivo político.

2.3 Gênero e mulheres na luta pela terra

O debate sobre gênero no período da redemocratização, na década de 1980, abordado na discussão de Butto e Hora (2008), Paulilo (2016), Pimenta (2006) e Schwendler (2009), é marcado, no meio rural, pela reação das mulheres camponesas na luta pelo reconhecimento e pela valorização profissional enquanto trabalhadoras rurais, pelo direito à aposentadoria, pelo acesso e pela ampliação dos direitos sociais, como também pela manutenção da luta contra a desigualdade de gênero.

As autoras indicam que as manifestações se tornaram mais evidentes e iam de encontro à condição em que a mulher foi subjugada historicamente. A mulher do campo era vista apenas como “dona de casa”, não sendo reconhecida como trabalhadora rural, além de não ter direito à aposentadoria e ao salário-maternidade.

Em 1982, segundo Woortmann, Heredia e Menashe (2006), as lutas ganham mais força com o surgimento das primeiras organizações de mulheres camponesas no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, em Pernambuco e no Rio Grande do Sul, formado por organizações autônomas de mulheres rurais.

Segundo Paulilo (2016) e Schwendler (2009), esses grupos apresentavam trajetória semelhante a muitos outros movimentos sociais que emergiram nesse período no Brasil, influenciados pela Igreja Católica, considerando que era um dos poucos espaços públicos que

as mulheres frequentavam. As diretrizes do movimento pautavam a luta pelo direito das mulheres e a participação, com igualdade de direitos, nos diferentes ambientes.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada desde 28 de agosto de 1983, só passou a ter uma organização das mulheres formalizada com a aprovação da criação da Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora (CNMT), no 2º Congresso Nacional da CUT (Concut), em 1986.²⁴ O objetivo era a luta contra a discriminação no cotidiano, no trabalho, na sociedade e no movimento sindical e a inserção das demandas da mulher trabalhadora na plataforma da central. “A busca dos direitos trabalhistas levou a um aumento bastante significativo do número tanto de mulheres associadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, como daquelas que têm todos seus documentos em ordem” (PAULILO, 2009, p. 191).

Carmen Diana Deere (2004), no seu artigo “Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira”, observa que, durante o período do presidente José Sarney, em 1985, foi criado o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), pelo Ministério da Justiça, incluindo representantes da sociedade civil, inclusive muitas feministas. O CNDM, trabalhando em conjunto com o crescente movimento de mulheres rurais, foi responsável pelo aumento da atenção do Estado às questões das mulheres rurais na metade da década de 1980. A Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, organizou o Primeiro Congresso Nacional de Mulheres Rurais, em 1986, um congresso construído a partir de encontros prévios, em níveis estaduais e municipais, de mulheres rurais por todo o país.

Nesse congresso, a reivindicação de distribuição de terra pela reforma agrária para mulheres chefes de família e de titulação conjunta para casais de terras de reforma agrária foi manifestada por quase todos os grupos de trabalho, porém mais vigorosamente pelas mulheres da região nordestina. (DEERE, 2004, p. 181).

Schwendler (2009) destaca que o ingresso da mulher na luta pela terra colocou-a não apenas diante da luta de classes, mas também diante do enfrentamento da questão de gênero. Essa marcha veio em forma de conquista explícita somente na Constituição Federal, no artigo 189, quando o direito das mulheres rurais à terra, prevendo a titulação da terra em nome do homem ou da mulher, ou de ambos, independentemente do estado civil, foi incluso nos termos

²⁴ Para mais informações, ver Batista (2016).

e condições previstos em lei. E, passados mais cinco anos, é que seriam aprovadas as demais bandeiras.

Com a Constituição Federal de 1988, como resultado da pressão e organização do movimento de mulheres rurais e das lideranças femininas dos sindicatos, articulados com o Conselho Nacional de Direitos da Mulher, criado pelo Ministério da Justiça em 1985, os direitos das mulheres foram expandidos em relação à legislação do trabalho, aos benefícios de previdência social, à inclusão de mulheres na reforma agrária. (SCHWENDLER, 2009, p. 209).

Com as possibilidades abertas pelo movimento feminista no que se refere aos direitos das mulheres na Constituição de 1988, Paulilo (2016) diz que, à medida que as mulheres rurais foram tendo acesso aos direitos já garantidos, o reconhecimento das agricultoras como “produtoras rurais”, tendo, com isso, acesso aos direitos previdenciários, foi uma das grandes conquistas dos movimentos sociais rurais.

Quatro décadas de feminismo não diminuíram a importância dessa categoria. É ela que está no cerne de uma das principais conquistas dos movimentos de mulheres agricultoras que, junto com outros movimentos sociais ligados ao campo, lutaram para que as esposas envolvidas na produção agrícola familiar fossem consideradas “produtoras rurais” e não “do lar”. (PAULILO, 2016, p. 249).

Rua e Abramovay (2000, p. 189), numa pesquisa sobre as relações de gênero nos assentamentos rurais, afirmam que a ideia de que as mulheres “lutaram muito para conseguir seu pedaço de terra, e que queriam aproveitar ao máximo o que conquistaram” estava bem presente entre as elas.

Paulilo (2008, p. 182) atenta que estes direitos conquistados, eram inclusive os que “atraíam as mulheres para o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), organizado, em princípio nos anos 80, passando pelas questões trabalhistas, tais como: serem consideradas produtoras rurais, com direito a assistência em caso de acidente de trabalho; aposentadoria aos 55 anos; salário-maternidade e pensão-viuvez” (RUA; ABRAMOVAY, 2000, p. 189).

Embora essa conquista não tenha sido implementada tão rapidamente, como se vê com Rua e Abramovay (2000, p. 195) ao apontarem um pequeno número de mulheres titulares de terras, pois apenas 12,6 % estavam cadastradas no primeiro Censo de Reforma Agrária, de 1996. O dado refletia os déficits de cidadania e o problema da invisibilidade econômica quanto às mulheres camponesas.

De fato, parte delas ainda não tem, documentação completa, incluindo o CPF e a carteira de trabalho, e isso gera uma situação de exclusão, já que as mulheres sem documentação pessoal completa não são incluídas nas estatísticas rurais. Essa exclusão tem repercussões: a baixa inclusão no cadastro significa uma baixa participação nas decisões dos assentamentos já que um dos requisitos para participar das associações, nesses locais, é exatamente o status de cadastrado/a. (RUA; ABRAMOVAY, 2000, p. 195).

Segundo as autoras, os problemas relativos ao cadastramento feminino estão intimamente vinculados à documentação e ao exercício da cidadania. A afirmativa converge com a literatura de Lopes e Butto (2008, p. 17), que dizem que, “embora a Constituição Federal de 1988 afirme que o título de domínio ou concessão de uso deverá ser conferido ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente de seu estado civil, a sua regulamentação foi demorada”.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2006, organizou o Programa de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural, que através de mutirões por todo o Brasil expediu mais de 300 mil documentos, entre registro de nascimento, carteira de identidade e do trabalho, INSS e Cadastro da Pessoa Física (CPF), beneficiando mais de 165 mil mulheres trabalhadoras rurais. (LOPES; BUTTO, 2008, p. 176).

Essa mobilização surgiria posteriormente, como descreve Pimenta (2006), e o contexto social das lutas das mulheres trabalhadoras rurais impulsionou a inserção de sua classe no mundo dos direitos, como luta pela obtenção da documentação civil e trabalhista, que passou a não ser apenas uma reivindicação, como também um motivo de mobilização e trabalho de conscientização das mulheres assentadas.

Todavia essa realidade, longe de apresentar diferenciações cristalizadas, revela-se alterada pela trajetória de luta e condições concretas de existência dos assentados e assentadas. Articula-se a esses fatores os processos sociais de luta pelo reconhecimento das mulheres trabalhadoras rurais e seu acesso aos direitos de cidadania. (PIMENTA, 2006, p. 166).

Paulilo (2016) diz que a categoria “trabalho”, seja ele remunerado ou não, sempre se mostrou relevante para o pensamento feminista.

Considerar como trabalho as inúmeras atividades desenvolvidas pela mulher no lar e nas pequenas propriedades agrícolas foi uma forma de torná-las visíveis e mais valorizadas. Quanto ao trabalho remunerado, ele foi considerado fundamental, pois, em uma sociedade onde quase tudo se compra, o acesso da mulher a alguma forma de renda própria deveria torná-la mais

independente do marido e mais participante nas decisões que envolvem tanto o grupo doméstico como a sociedade mais ampla. (PAULILO, 2016, p. 249).

No final dos anos 1980, ganha mais força a atuação das mulheres rurais, na luta pela sua afirmação como agricultoras, como sujeitos políticos que questionam as relações de poder existentes no meio rural, nos diferentes movimentos, incluindo aí as organizações autônomas de mulheres, sindicais e sem-terra, que reivindicam direitos econômicos e sociais (BUTTO; DANTAS, 2011).

A pauta das mulheres trabalhadoras rurais passa gradativamente por transformações e conquistas, como o direito ao título da terra independente do estado civil, garantidas na Constituição de 1988, que não saíram do papel até pouco tempo. Andrea Butto e Karla Hora (2008) avaliam que o direito à terra e o controle da propriedade têm muitas implicações sobre as relações estabelecidas entre homens e mulheres. Butto (2011), em uma versão revisada de “Políticas para as mulheres rurais: autonomia e cidadania”, reforça que a superação da subordinação das mulheres rurais tem sido objeto da ação política dos movimentos de mulheres e da auto-organização de mulheres em movimentos sociais mistos. As mudanças e o amadurecimento do movimento nesse debate levaram-nas a passar do enfoque trabalhista para o de gênero, buscando superar as desigualdades, inclusive a de classe.

Sara Deolinda Cardoso Pimenta (2006), no trabalho *Identidades em trajetória: gênero e processos emancipatórios na reforma agrária*, aponta que as desigualdades fundadas no gênero têm impedido, ao longo dos tempos, não somente o reconhecimento social da mulher trabalhadora rural e o seu acesso aos direitos sociais, como também a sua exclusão das políticas públicas, dos programas de desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar.

Análise que vai ao encontro do que Maria Ignez Paulilo (2016) afirma quando diz que a exclusão feminina do acesso à terra faz com que elas também sejam ignoradas pelas políticas públicas voltadas, por exemplo, para a agricultura familiar, por mais que as leis brasileiras condenem a discriminação por sexo.

Schwendler (2009) aponta que, articulada à categoria de classe, a categoria de gênero se torna fundamental para compreendermos a condição, os dilemas e as conquistas do processo de emancipação da mulher decorrente de sua participação na luta pela terra.

A condição em que a mulher participa da luta pela terra, os dilemas que enfrenta durante o processo de ocupação da terra e de construção da vida no território conquistado precisam ser compreendidos como parte de uma longa história de opressão da mulher trabalhadora, inserida na cultura camponesa, numa sociedade patriarcal e capitalista que reforça a ideologia hegemônica de

gênero, que oprime a mulher a partir de normas discriminatórias socialmente aceitas. (SCHWENDLER, 2009, p. 215-216).

Ela também sinaliza que muitas vezes as mudanças ocorridas nas relações de gênero não são visíveis, necessariamente, na organização do trabalho e na militância. Para ela, seria necessário ouvir suas histórias, acompanhar suas lutas, seu cotidiano. Schwendler (2009) diz que, dessa forma, se pode perceber como elas se constroem como gente, como sujeito, não só como “sem-terra”, mas como “mulher sem-terra”.

A partir das categorias de classe e gênero, nos levam a constatar que o processo de emancipação da mulher nas lutas sociais não é contínuo, nem uniforme, e precisa ser compreendido a partir da processualidade social em que a luta pela terra é construída nos acampamentos e assentamentos. (SCHWENDLER, 2009, p. 218-219).

Paulilo (2016) avança e diz que toda mulher está inserida em uma realidade socioeconômica e cultural que, por ser heterogênea e conflitante, não permite que o problema “mulher” seja um problema único, dependendo de uma solução que possa ser benéfica para toda a população feminina. O problema das mulheres não é um problema só delas, mas sim de toda a sociedade.

O avanço no debate da questão de gênero dentro dos movimentos de mulheres levou-as a reivindicar direitos, com maior ênfase, segundo Butto (2011), na inserção nas atividades produtivas, com reivindicações específicas e mais detalhadas nos temas do crédito, das políticas de comercialização e assistência técnica especializada.

A socióloga explica que são ações dirigidas a dar visibilidade às diversas formas de reprodução social da agricultura familiar camponesa, que destaca a contribuição do trabalho das mulheres para a melhoria da segurança alimentar e nutricional da família. “Neste contexto, ganha importância, também, a relação entre gênero e agroecologia, com destaque para a especificidade do trabalho das mulheres no manejo sustentável e, conservação da biodiversidade” (BUTTO, 2011, p. 15).

É na Marcha das Margaridas que se consegue essa implementação das políticas públicas de agroecologia no Brasil, segundo Sarah Luiza Moreira (2019), que apresentou o movimento como uma mobilização estratégica das mulheres do campo, da floresta e das águas, que se tornou parte da agenda do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). Organizada e realizada pela Contag, em parceria com diversas organizações e movimentos feministas e de mulheres do Brasil, em 2000, as mulheres trabalhadoras rurais

realizaram a primeira Marcha das Margaridas, sob o lema: “2000 Razões para Marchar Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista”.

A dimensão política da representação perpassa todas as suas edições, desde seus objetivos fundantes, passando por suas pautas, demandas e concepções, visto que esse é um processo de articulação e mobilização, antes de mais nada, para o fortalecimento da participação política das mulheres rurais, no qual sua força coletiva se dá a partir do reconhecimento, da valorização e da visibilização de sua contribuição política para as lutas sindicais e feministas. Essa dimensão se expressa na luta contra um processo histórico de exclusão, tanto nas suas demandas frente ao poder público, para os governos, pelo reconhecimento de seu papel político e público, quanto para o próprio movimento sindical, na pauta interna apresentada que pressiona por avanços na igualdade de condições de atuação e participação. (MOREIRA, 2019 p. 58).

Entende-se que o retrospecto sobre o feminismo e a questão de gênero resulta, como diz Diniz e Gebara (2022), na consciência de que houve um caminho coletivo anterior ao nosso, que guardamos muito dele e somos o que somos por causa dele.

Essa consciência é alcançada por Sarah Luiza Moreira (2019) no exercício de reflexão sobre o movimento e a elaboração e a ação do feminismo, que perpassa pela construção de novos feminismos (periférico, popular, camponês). Seus resultados mostram que a Marcha das Margaridas pode ser vista como um lugar de construção de um feminismo consubstancial, do encontro e reconhecimento das diversas identidades somando causas e construindo caminhos comuns.

Moreira (2019) identificou, na articulação e na organização da Marcha das Margaridas, a busca por construir um processo que considerou as diversas identidades das mulheres rurais brasileiras, brancas, negras, jovens, da terceira idade, quilombolas, indígenas, na tentativa de se constituir como um espaço de unidade, de encontro, de construção de um feminismo comum a partir do respeito e das contribuições dos diferentes olhares das culturas e das identidades múltiplas. Ao trabalhar com gênero, chega nessas diferentes identidades no processo de luta e transformação do mundo, em especial, no movimento feminista.

Percebemos que as mulheres organizadas em torno da Marcha das Margaridas também passaram a explicitar suas diferenças e buscar o reconhecimento de suas especificidades. As identidades das mulheres vão se somando e complexificando, passando da afirmação das ‘mulheres trabalhadoras rurais’ (marcada pelas sindicalistas vinculadas à Contag), para ‘mulheres do campo e da floresta’, posteriormente acrescida da identidade das mulheres das águas e, em 2015, às ‘Margaridas’. (MOREIRA, 2019, p. 55-56).

Considerando este referencial teórico e histórico, em que se buscou compreender a evolução do debate sobre a questão de gênero e feminismo e a inserção desse debate no meio rural, ficam algumas reflexões sobre as muitas mulheres que não falam e não sabem sobre feminismo, mas sabem que resistem, que são críticas, trabalhadoras e tantos outros adjetivos que, mesmo sem saber, fazem delas feministas.

Mas esse entendimento feminista, logrado no exercício de historicizar suas lutas, só fará sentido para elas quando for visto por elas. Não basta a escuta e a interpretação do feminismo a partir da teoria, é preciso fazer com que essa potência do que foi vivido e desenvolvido por elas, muitas vezes com o próprio sangue, seja reconhecido por elas mesmas.

3 LUTA PELA TERRA NO PIAUÍ – DAS LIGAS CAMPONESAS AO ASSENTAMENTO ANTÔNIA FLOR

3.1 Aspectos históricos do povoamento do Piauí

O território piauiense foi povoado, a princípio, pelo sistema de sesmaria, o qual funcionava com a doação de terras para colonos. E o avanço colonial sobre os territórios indígenas ocorreu por meio de conflitos armados, guerras contra os indígenas, de maneira a garantir ao colonizador a posse da terra e o desenvolvimento da pecuária extensiva (LIMA, 2020).

O sistema tem origem na crise no comércio com o Oriente, que leva Portugal a investir no Brasil. Para colonizar rapidamente o litoral, em 1534, a Coroa Portuguesa lança mão do sistema de capitanias hereditárias, visando atrair investimentos privados, seguindo o modelo que fora desenvolvido nas ilhas dos Açores e da Madeira. Os donatários recebiam grandes extensões de terra, ficando encarregados de promover o povoamento e proceder as explorações econômicas, exercendo os comandos militares e de justiça. As capitanias eram hereditárias e inalienáveis, podendo, contudo, ser concedidas sesmarias (DIAS, 2008).

Cid de Castro Dias (2008), na obra *Piauí: das origens à nova capital*, relata que Garcia d'Ávila, da Casa da Torre,²⁵ chegou ao Brasil com Tomé de Souza, enviados por D. João II, rei de Portugal. Aos 21 anos, protegido de Tomé de Souza, possuía dinheiro e vacas, tinha sob seu domínio escravos e indígenas, estrutura que propiciou instalar sua fazenda na colina de Tatuapara, litoral da Bahia. Iniciou seu império especializado na criação de gado e comercializava seus derivados. Seus vaqueiros invadiam os sertões baianos, instalando novos currais, implantando novas fazendas que chegaram ao Vale do São Francisco. Tudo isso deixando rastros de muitas e sangrentas lutas que expulsaram das terras os povos tupinambás, caetés e cariris (DIAS, 2008).

O autor também conta que, por cinco gerações, os d'Ávila foram ampliando seus domínios e instalando suas fazendas e currais sertão adentro. Com suas bandeiras, ultrapassaram fronteiras e penetraram em solo piauiense, tendo à frente Francisco Dias Ávila. Em terras piauienses, desbravaram os vales do Canindé, do Piauí e do Gurgueia.

²⁵ Instituição fundada e administrada pela família Ávila, da Bahia, cujo principal objetivo era financiar aventureiros — um misto de apressadores de indígenas e conquistadores de terras destinadas à pecuária — para que eles desbravassem os sertões.

Diferente de outros estados, a colonização piauiense “começou do interior para o litoral e está diretamente relacionada com interesses da iniciativa privada, tendo à frente o bandeirante paulista Domingos Jorge Velho e os d’Ávila, da Casa da Torre, na Bahia” (DIAS, 2008, p. 21).

De acordo com Odilon Nunes (1972 apud DIAS, 2008, p. 114), “a ocupação do solo piauiense se processou de forma silenciosa, através da proliferação de currais nas margens do Rio Parnaíba, seus afluentes e subafluentes, sem a ajuda do poder central da Colônia”.

Ao longo dos rios Canindé, Itaueira, Gurgueia, Longá e Poti e seus tributários, fixaram-se as fazendas de criação de gado promovidas pelos bandeirantes e seus vaqueiros, capitaneados por Domingos Jorge Velho e os d’Ávila da Casa da Torre, que, com suas bandeiras, empreendimentos de cunho particular, investiram capital e implantaram currais. Só depois de muitos anos, poderiam ser recompensados pelo rendimento das fazendas ou contemplados com sesmarias (DIAS, 2008).

Na publicação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2015), em alusão aos seus 45 anos, consta a informação de que a ocupação do Piauí — com essa forte relação de expansão empreendida pelos latifúndios gigantescos de Garcia d’Ávila, a famosa Casa da Torre — se deu pelo sul do estado.

No caso piauiense, os primeiros senhores, por terem medo de cidade, pois significava a criação de um certo alinhamento jurídico, possuíam uma vocação mais voltada para o curral do que para a urbe.²⁶ Os centros urbanos brasileiros foram aparecendo mais como uma extensão das fazendas, que, por sua vez, eram um prolongamento do quintal da Casa Grande (CASTRO, 2007). A análise vai ao encontro do que Cabral (2013) apontou sobre a sociedade piauiense na segunda metade do século XIX, que estava estratificada em categorias sociais nitidamente definidas e o elemento definidor era a posse de títulos fundiários. O que se consolida com a criação da Lei de Terras, que dava a possibilidade da “posse”, legalizando grandes extensões de terras, sendo as elites dominantes as classes que tiveram acesso, as quais trataram, por meio da lei, de assegurar o controle da propriedade.

²⁶ “Se se levar em consideração o conceito contemporâneo de cidade, que é o lugar onde o cidadão exerce o direito de cidadania, seja por que se trata de uma comunidade organizada politicamente, onde a pessoa é parte integrante de uma ordem jurídica previamente organizada, neste caso somos forçados a dizer que o segmento cidade é historicamente recente no Brasil. Assim, desde o período colonial, que vai de 1534 a 1822, o brasileiro foi um ‘deserdado’ em sua própria terra, um ser que ao invés de possuí-la, era ‘possuído’ por ela. Somente com a Independência, e mesmo assim de forma limitada, foi que o povo brasileiro começou o lento processo de deixar de ser objeto para ser sujeito de sua própria história” (CASTRO, 2007, p. 34). “[...] a *urbe* indicava uma zona de habitação, enquanto que a *civitas* era constituída por um conjunto de cidadãos pertencentes a diversos estratos da sociedade e *ager* designava o campo” (URBE, 2022).

O fim da escravatura que decorria necessariamente do fim do tráfico negreiro da África para o Brasil, efetivado em 1850 devido a pressões do governo inglês as classes dominantes tomaram providências de ordem legal para encaminhar o processo de substituição do escravo sem prejuízo para a economia da grande lavoura, principalmente café e cana. Tais medidas se concretizaram na Lei de Terras, não por coincidência. Tal lei instituiu um novo regime de fundiário para substituir o regime de sesmarias suspenso em julho de 1822 e não mais restaurado. (MARTINS, 1981, p. 41).

O professor Ariovaldo Umbelino Oliveira (2013) acrescenta que o acesso à terra só passou a ser possível por meio da compra e da venda com pagamento em dinheiro, o que limitava, ou praticamente impedia, a passagem dos escravos que foram sendo libertados. O autor também aponta que foi um modelo de colonização que gerou desigualdade.

Historicamente, na estrutura fundiária no Brasil, ou seja, na forma de distribuição e acesso à terra, verifica-se que, desde os primórdios da colonização, essa distribuição foi desigual. Primeiro foram as capitanias hereditárias e seus donatários, depois foram as sesmarias. As sesmarias estão na origem da grande maioria dos latifúndios do país, fruto da herança colonial (OLIVEIRA, 2013).

Oliveira (2013) também observa que a estrutura fundiária brasileira, herdada do regime das capitanias/sesmarias, muito pouco foi alterada ao longo dos 400 anos de história do Brasil e, particularmente na segunda metade deste século, o processo de incorporação de novos espaços — assaltados, tomados das nações indígenas — tem feito aumentar ainda mais a concentração das terras em mãos de poucos proprietários. O traço essencial da estrutura fundiária brasileira é, portanto, o caráter concentrado da terra (OLIVEIRA, 2013).

Segundo Lima (2020), a única vila existente no Piauí era a da Mocha, e em condições precárias. Somente em 1762, quando da instalação do aparelho político-administrativo, é que a vila da Mocha é elevada à condição de cidade e capital da capitania, passando a ser denominada de Oeiras. Formou-se, no Piauí, uma sociedade de pequenos núcleos populacionais devido à grande distância entre uma fazenda e outra.

Exemplo disso, ocorre no distrito de Periphery, que passaria a ser reconhecido como cidade de Piripiri em 1944, por meio de uma resolução do IBGE.²⁷ Essa primeira grafia da cidade, Periphery, segundo Santana (1972), significava para uns “capim-capim” ou “capinzal” e, para outros, “junco”, arbusto encontrado perto de lagoas. A localidade foi primeiramente um distrito, depois, paróquia, em seguida, vila e, somente em 1910, é elevada à categoria de cidade. Antes de ser colonizado, suas terras foram concedidas como sesmaria a Antônio Fernandes de

²⁷ Pra mais informações, ver Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022).

Macedo, em 20 de janeiro de 1777, segundo pesquisas de Santana (1972). A cidade faz divisa com Piracuruca e Campo Maior e fica próxima à cidade de Parnaíba, litoral do estado. Os municípios figuraram lutas, em 1822, em prol da independência. A colonização de Peripery é remontada, nos estudos de Santana (1972), no ano de 1844, com a chegada de um sacerdote, o padre Domingos de Freitas e Silva, conhecido como bandeirante desbravador dos sertões piauienses.

Piripiri está situada ao norte do Piauí, sendo parte de um estado que possui características de produção marcadas, referenciando Lima, Lopes e Façanha (2017), inicialmente por meio da caça, depois pela criação de gado e pela agricultura de subsistência de apoio à produção do açúcar. Diferentemente de outros estados nordestinos, Alves (2003) observou que a pecuária piauiense continuou como principal atividade econômica até meados do século XIX. Essas atividades, segundo Lima (2020), possibilitaram a existência de várias categorias de trabalhadores. Essas categorias juntamente com os escravizados, posseiros, arrendatários, criadores, sitiantes, vaqueiros, bem como os grandes proprietários de terras e sesmeiros compunham os principais elementos formadores da sociedade piauiense nos oitocentos.

O Piauí chegou a ter duas capitais, e a transferência de Oeiras para Teresina ocorreu em 1852, como indica Lima (2020), época em que a sociedade piauiense estava estratificada em categorias sociais nitidamente definidas, e o elemento definidor era a posse de títulos fundiários.

Nas primeiras décadas do século XX, as atividades seguiram com o algodão, o extrativismo vegetal e a agricultura de subsistência. Queiroz diz que

A inserção do Piauí no mercado mundial por meio da exportação de produtos extrativos, iniciada com a borracha e consolidada com a cera de carnaúba e o babaçu, contribuiu no sentido de ocultar aquele fenômeno (declínio), inclusive pelo fato de propiciar a sobrevivência e até o fortalecimento dos grupos de grandes proprietários pecuaristas extrativistas e dos comerciantes e pela manutenção do estado, enquanto instituição, em condições financeiras relativamente prósperas. (QUEIROZ, 1984, p. 24).

No mesmo século XX, acompanhando esse processo de exportação, era inaugurada a linha de trem no município de Piripiri, em 1937, da Estrada de Ferro Central do Piauí, que foi chamada de a “estrada do progresso”. Ela propiciava as exportações e representava também o início de um tempo de concentração de riquezas, terras e o domínio do latifúndio. Tanto que, dois anos depois, viria a nascer, em Piripiri, a União dos Agricultores de Piripiri, representada pelos proprietários rurais, fundada, na cidade, em 1939. Paralelamente, ocorria o

empobrecimento da população, cuja solução de vida e sobrevivência passou a ser buscada cada vez mais na emigração para os maiores centros urbanos e, principalmente, para o sul do país.

Segundo Lima, Lopes e Façanha (2017), o processo de industrialização no Piauí começa no final da década de 1950. O estado vivia uma condição de economia periférica, com baixa integração no mercado nacional, tanto na dimensão financeira como na produtiva.

Os dados estatísticos do Recenseamento de 1950, dos estabelecimentos agropecuários, compreendidos os estabelecimentos de produção extrativa vegetal: borracha, cera de carnaúba, coco de babaçu, e outros produtos nativos, o Nordeste, compreendendo o território brasileiro que se estende desde o Piauí até a Bahia, apresentou um grupo de zonas úmidas litorâneas, ou muito próximas do litoral, que são essencialmente agrícolas e outro grupo, composto de zonas de grau mais ou menos acentuado de semi-aridez – o chamado Polígono das Secas – que compreende a generalidade do interior, alcançando o litoral no trecho que vai do Piauí até o Rio Grande do Norte. O interior semiárido é no seu conjunto essencialmente dedicado à pecuária. (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 35-36).

Conta Rangel (2000) que esse espaço geográfico, no Nordeste, ganhou o nome de “indústria da seca”, nas denúncias de Antônio Callado, ao falar sobre a reforma agrária e o debate nacional.

A denúncia da indústria da seca e dos seus corolários, a fome, a miséria e o descaso político [...] apresentando ao Brasil personagens emblemáticos: políticos descompromissados e corruptos; técnicos e engenheiros enredados em projetos milionários de desenvolvimento regional, mas contraproducentes; proprietários de terra reacionários, autoritários; grileiros; e trabalhadores esqueléticos, desvalidos, escravizados. (RANGEL, 2000, p. 3).

No Piauí, situado também no Nordeste, o sul do estado foi uma das primeiras regiões que viveu a intervenção dos projetos desenvolvimentistas do governo. Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2015), esse capítulo insólito da nossa história agrária transcorreu no sul do estado, quando o presidente Juscelino Kubitschek atendeu a um pedido especial do cardeal Dom Avelar Brandão Vilela²⁸, então bispo de Teresina. O episódio

²⁸ Avelar Brandão Vilela nasceu em 13 de junho de 1912, em Viçosa, Alagoas. Seus pais, Elias Brandão Vilela e Isabel Brandão Vilela, eram proprietários do Engenho Mata Verde, naquele município. Foi ordenado padre em Aracaju, Sergipe, em 27 de outubro de 1935, dia da Festa de Cristo Rei. Chegou ao Piauí em 6 de maio de 1956, aos 44 anos, na condição de segundo arcebispo da Arquidiocese de Teresina, e permaneceu até 6 de maio de 1971. Foi um agente de ideias transformadoras quando ocorreram significativas mudanças de rumo do Piauí. Alagoano de família agroindustrial, o arcebispo trouxe uma visão dos problemas sociais sintonizada com o Nordeste. Sua inserção na cidade é pensada, portanto, como mobilizadora das reflexões sobre um cenário de desenvolvimento para a capital. Durante os 15 anos vividos na capital, Dom Avelar misturou-se a Teresina. Escreveu nos jornais comerciais, reorganizou e modernizou as oficinas do jornal católico *O Dominical*, fundou a emissora de rádio Pioneira, a Faculdade Católica de Filosofia (Fafi) e 11 centros sociais; promoveu a sindicalização rural, iniciou

ilustra as relações entre a Igreja e o poder e a ousadia e o pragmatismo de JK para tocar projetos arrojados.

O Núcleo Colonial do Gurgueia²⁹ foi criado em 1956, sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (Inic). Esse projeto foi pioneiro tanto na concepção da sua agrovila como também no seu plano diretor, onde existiam lotes para os colonos de três tipos: um para horta, pomar e criação de pequenos animais; outro para lavouras irrigadas; e o terceiro para demais culturas e formação de pastagens. Essa região do Gurgueia, no Piauí, que passaria a ser mais tarde, município Colônia do Gurgueia, também foi projetado para 500 famílias na área urbana, dispendo de posto de saúde, escritório e aeroporto. Tudo isso num estado conhecido pela condição de extrema pobreza (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2015).

Esse projeto de desenvolvimento, que foi chamado de reforma agrária, cruza com as indicações de Rangel (2000, p. 54), ao detalhar que o projeto de desenvolvimento regional foi pensado, então, exclusivamente em termos “dos interesses proeminentes em escala nacional”. Só que os interesses proeminentes em escala nacional eram também os interesses dos ricos, inclusive dos ricos senhores donos de terra — não raro, também deputados e senadores do Nordeste.

No município de Piripiri, por meio das pesquisas de Santana (1972), já ocorriam a realização de eventos marcados pela forte presença latifundiária com essa mesma ideia de progresso, como foi o caso da V Exposição Agropecuária, realizada entre os dias 2 e 5 de setembro de 1971, apoiados com a presença de governador, secretários e outras representatividades institucionais. Segundo ela, havia, na cidade, uma agência de promoção agropecuária chamada Ancar-Piripiri, que, em 1972, promoveu ações dando prioridade a projetos de bovinocultura, capineiras e pastagens, com instalação de fazendas demonstrativas objetivando orientar os proprietários, dotando-os de infraestrutura com convênios com o Banco do Brasil e com a prefeitura municipal de Piripiri.

Esse novo modelo de desenvolvimento, como apontou Martins (1994, p. 84), não tinha por objetivo a incorporação dos pobres e marginalizados a um sistema econômico moderno, ou

experiências de colonização nos arredores da capital, fundou paróquias e abriu escolas radiofônicas, através do Movimento Educacional de Base, além de promover a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos e o movimento bandeirante. Essas ações foram deflagradoras de novos costumes e usos do espaço urbano. O cotidiano urbano e rural era o pano de fundo dos programas diários na Rádio Pioneira, entre 1962 e 1971, quando apresentava a Oração Por Um Dia Feliz (CARVALHO, 2010).

²⁹ Por prosperar como uma das maiores comunidades, a região, que desde 1971 já apresentava alta produção agrícola pela presença de empresários, passou a ser considerada município do estado, com o nome de Colônia do Gurgueia, em 29 de abril de 1992, quando uma lei estadual a transformou em cidade (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2015).

seja, refletia na expulsão do campesinato da terra quando se recusava as novas relações de trabalho, como a parceria para os fazendeiros em condições rudimentares.

No começo da década, em 1971, segundo estudo encomendado pelo governo e realizado, na época, pelos técnicos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)³⁰ e do Incra, com vista à fixação de uma política agrária para o Nordeste nas áreas consideradas como prioritárias de reforma agrária, que abrigam cerca de 704 mil famílias, foram colonizadas, efetivamente, apenas 2.150, ou seja, somente 0,35% do total (NOTÍCIAS, 1971). Os técnicos apontaram que isso se devia à falta de definição clara quanto aos objetivos da reforma agrária e à má localização dos projetos. O estudo dizia, ainda, que, no Nordeste, existiam extensas áreas desocupadas que poderiam absorver mais de um milhão de famílias, principalmente, nos estados do Maranhão, do Piauí e da Bahia.

No mesmo ano, no Piauí, foi criada a Companhia de Desenvolvimento do Piauí (Comdepi), constituída pela Lei Estadual nº 3.118, de 28 de novembro de 1971. O governo estadual, como principal acionista, incorporou terras devolutas pertencentes ao estado ao patrimônio da companhia para a formação e o aumento do seu capital social (PIAÚÍ, 1971).

A Comdepi chegou a incorporar ao patrimônio da companhia 1.931.859,6399 ha.³¹ Ao todo, foram alienados, a empresas e pessoas físicas diversas, 1.354.487,7700 ha, enquanto apenas 98.228,1816 ha foram doados a pequenos posseiros, dentro das programações de entrega de títulos de terra. As últimas alienações foram realizadas em 1984, na medida em que governo do estado do Piauí resolveu criar o Instituto de Terras do Piauí (Interpi), autarquia criada pela Lei nº 3.783, de 16 de dezembro de 1980, com o objetivo de executar a política fundiária do estado, com poderes de representação do estado para identificar, discriminar, arrecadar e dar destinação às terras devolutas estaduais (PIAÚÍ, 1980).

A política fundiária executada pelos dois órgãos foi alvo de investigação na CPI dos Conflitos Agrários,³² requerida à Assembleia Legislativa em 1996, mas somente instaurada em 1997 e concluída em 1998. De autoria do deputado estadual Olavo Rebelo, entre os objetivos estava o da análise jurídica das alienações das terras públicas patrimoniais estaduais a fim de apurar possíveis irregularidades. Segundo o relatório da CPI dos Conflitos Agrários, as

³⁰ Criada pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, é entidade de fomento econômico desenvolvimentista brasileira destinada a promover soluções socioeconômicas na região nordestina, periodicamente afetada por estiagens e com populações com baixo poder aquisitivo e pouca instrução.

³¹ A informação foi retirada do documento acessado durante a pesquisa de campo (ver PIAÚÍ, 1998). Até a data da pesquisa, ainda não era possível encontrar a versão *on-line* no Sistema de Apoio Legislativo da Alepi.

³² Parte do documento está no Anexo C. O arquivo foi fotografado durante a pesquisa de campo. Até a data da pesquisa, ainda não era possível encontrar a versão *on-line* no Sistema de Apoio Legislativo da Alepi.

investigações concluíram que, apesar de ter sido vendida toda a terra adquirida, o estado não visualizou o incremento do desenvolvimento agropecuário da região, pois poucas áreas tiveram os seus projetos implantados (PIAUÍ, 1998). Foram negligentes na administração do Patrimônio Imobiliário Rural, da qual gerou diversos conflitos agrários ao realizarem vendas de terras públicas estaduais a pessoas físicas e jurídicas de direito privado que resultaram no surgimento de novos latifúndios (dissimulados de empresas rurais) e promoveram doações de terras públicas estaduais aos excluídos sociais em frações inferiores.

O cenário vai ao encontro do que José Graziano da Silva (2013) diz quando afirma que a passagem dos complexos rurais foi excludente.

Esse processo foi profundamente desigual e parcial; seja por região, produto, tipo de lavoura, tipo de cultura, tipo de produtor, principalmente; ou seja, aqueles produtores menos favorecidos tiveram menos acesso às facilidades de crédito, aquisição de insumos, máquinas, equipamentos etc. e apresentaram graus menores de evolução, especialmente da sua produtividade. Ficaram, portanto, para trás, perderam o bonde. Uma segunda característica desse processo é que ele foi profundamente excludente, quer dizer, ele não só foi desigual como foi também excludente. Ele atingiu uns poucos e fez com que alguns poucos chegassem ao final do processo. (SILVA, José, 2013, p. 164-165).

3.2 Questão agrária e a emergência dos camponeses

A grande expansão agropecuária brasileira sob o aparato de desenvolvimento dos modernos sistemas de produção agrícola, chamada “Revolução Verde”, ocorrida entre as décadas de 1960 e 1970, com a intensificação da mecanização, a utilização de insumos químicos e agrotóxicos, foi o pacote comprado com rótulo de reforma agrária pelo Brasil, atendendo às exigências dos acordos nacionais para o desenvolvimento do país.

Esse aumento da produção foi acompanhado por uma maior concentração da terra e da renda e pela expulsão de importantes contingentes de agricultores familiares das terras onde trabalhavam, levando vários autores a caracterizarem esta importante transformação na agricultura brasileira como um processo de modernização conservadora. (SENRA, 2014, p. 246).

O caráter dado à reforma agrária como solução para as emergências dos camponeses, na verdade, só acentuou a concentração de terras e os conflitos no campo.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (SENRA, 2014, p. 102), o índice G^{33} nos censos de 1920, 1940, 1950 e 1960 é praticamente igual e verifica-se que a desigualdade da distribuição da posse da terra no Brasil é muito estável. Durante mais de meio século, o valor permanece entre 0,84 e 0,86. Isso significa concentração de riqueza nas mãos de um percentual privilegiado de proprietários de terras.

Tabela 1 – Números de estabelecimentos agropecuários, áreas média e mediana e índices de Gini e de Atkinson, segundo censos agropecuários – Brasil 1920/2006

Ano	Número de estabelecimentos agropecuários (1 000)	Área (há)		Índice de Gini		Índice de Atkinson
		MÉDIA	MEDIANA	G	IBGE (1)	
1920	648	270.2	45.8	0.832	—	0.817
1940	1.902	104.0	19.1	0.832	—	0.818
1950	2.064	112.5	18.9	0.843	—	0.833
1960	3.334	74.9	12.2	0.842	—	0.828
1970	4.906	60.0	9.3	0.844	—	0.840
1975	4.988	64.9	8.9	0.855	—	0.856
1980	5.151	70.8	9.7	0.857	—	0.860
1985	5.793	64.7	8.4	0.858	0.857	0.865
1995/1996	4.838	73.1	10.1	0.857	0.856	0.867
2006 (2)	4.921	67.8	9.7	0.858	0.858	0.875

(1) Índice calculado pelo IBGE usando os microdados. (2) Resultados da segunda apuração 2006.

Fonte: Senra (2014).³⁴

Ramos Filho (2009, p. 255) argumenta que, “na medida em que o capital se reproduz, agrava o quadro de desigualdades que o sustenta, mediante a exclusão”. Esse descompasso vai ao encontro das análises da correlação do capital e a questão agrária feita por Delgado (1985). Ele afirma que o processo de desenvolvimento econômico que experimenta a sociedade brasileira ao longo das últimas três décadas, com ênfase nos anos 1970, é a fase histórica de maior densidade e velocidade de penetração das formas avançadas de desenvolvimento capitalista em praticamente todas as esferas da vida social.

A política governamental que regula a propriedade das terras rurais e a sua utilização econômica e social tem importância fundamental na definição da estratégia pecuária que se definiu a partir de meados da década de 60. A partir da concepção e, principalmente, da execução dessa política de terras é que o

³³ O Índice de Gini é uma medida de desigualdade econômica, ou seja, mostra quão concentrada é a renda de uma determinada população. Quando o índice está mais próximo de 1, maiores são as desigualdades e maior é a concentração de renda. Quando o índice está mais próximo de zero, menores as desigualdades — as pessoas usufruem de renda muito parecida.

³⁴ É importante ter em mente as mudanças no conceito de estabelecimento agropecuário, especialmente a definição mais restrita usada em 1920 (nota presente na tabela original).

aspecto conservador do estilo de modernização agrícola se revelou com toda a força. (DELGADO, 1985, p. 98).

Segundo o autor, toda essa questão social, pendente desse estilo de crescimento, se expressa na alta marginalização da massa de população rural, quer de microprodutores expulsos dos mercados mais dinâmicos, quer dos assalariados volantes, empregados por curtos períodos, baixa remuneração e crescente substituição no processo de produção modernizado. Ele indica que as questões mais gerais de regulação das relações sociais de produção desse estilo de crescimento capitalista, atacando simultaneamente os fatores de injustiça social e instabilidade econômica e institucional, passam por uma reestruturação geral da política agrária e, em especial, da forma como se dá a regulação pelo Estado das margens de lucro e dos ganhos patrimoniais do grande capital.

A política governamental e a participação dos seus diferentes protagonistas se definem, em certa medida, pelos interesses específicos e alianças sociais que os diferentes grupos sociais estabelecem entre si e a nível do pacto mais geral com o Estado. Estas alianças contribuem para definir o próprio conteúdo das políticas públicas. (DELGADO, 1985, p. 57).

Percebe-se que é a partir dos deslocamentos de poder que vai sendo dado o sentido da reforma agrária, reivindicação já levantada pelas primeiras Ligas Camponesas por volta de 1945.³⁵ Movimento que teve apoio do PCB, criado em 1922, até então, partido próximo às ideias da reforma agrária. Ele já defendia e levantava, desde a década de 1940, as reivindicações dos camponeses.

O PCB se consolidou nos anos 20 e início dos anos 30 como a principal força que se propunha a falar pelos trabalhadores no país. Mas, apesar de apontar para a questão agrária, desde sua criação, como um dos nossos mais sérios problemas e de ter a reforma agrária como uma de suas bandeiras, não desenvolvera nenhum trabalho sistemático no meio rural. A repressão à sua ação que se seguiu ao levante de 35, levou seus principais dirigentes à prisão. A reorganização só se iniciou em 1943 e com ela ganhou forças a proposta da transformação do PCB em um partido de massa, o que implicava em maior aproximação com os trabalhadores tanto urbanos quanto rurais, ou “massas camponesas”. É a partir de então que o termo camponês começou a se constituir no Brasil em uma categoria política específica. (MEDEIROS, 1989, p. 26).

³⁵ “As Ligas foram uma forma de organização política de camponeses proprietários, parceiros, posseiros e meeiros que resistiram à expropriação, à expulsão da terra e ao assalariamento. Foram criadas nos estados e organizaram dezenas de milhares de camponeses. Elas tinham o apoio do Partido Comunista Brasileiro, do qual eram dependentes. Em 1947, o governo Dutra declarou o PCB ilegal e, com a repressão generalizada, as Ligas foram violentamente reprimidas, muitas vezes pelos próprios fazendeiros e seus jagunços” (FERNANDES, 2000, p. 33).

A sigla do PCB editava, inclusive, o jornal *Terra Livre*, para realizar as intermediações com os trabalhadores rurais. Tempos depois, criou a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil (Utab), que, no futuro, se transforma na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). “Os sindicatos não conseguiram registro nem carta patente, não obstante as promessas de Vargas e de todos os ministros de Trabalho das últimas décadas. Por fim, arrefeceu-se o ânimo dos trabalhadores e os sindicatos morreram quase ao nascer” (JULIÃO, 1962, p. 23).

Foi somente a partir dos anos 1950 que camponeses de várias regiões do país começaram a manifestar uma vontade política própria, rebelando-se de vários modos contra seus opressores e exigindo do Estado uma política de reforma agrária (MARTINS, 1981).

Na teoria de Martins (1981), as lutas populares no campo avançaram mais depressa do que os partidos políticos na interpretação e na incorporação do problema camponês e da questão agrária.

A situação do campesinato torna-se particularmente difícil porque as suas lutas avançaram muito adiante dos partidos políticos, clandestinos ou legais, premido pela rapidez e pela voracidade do avanço do capital e dos grandes grupos econômicos sobre a agricultura e sobre a terra. Os partidos políticos, de oposição, eventualmente com uma ou outra exceção entre os clandestinos, não tem conseguido nem incorporar as lutas camponesas nas suas próprias lutas político-partidárias nem incorporar as perspectivas camponesas de classe nos seus programas. (MARTINS, 1981, p. 102).

Segundo o autor, “o que marcou e definiu as lutas camponesas dessa época foi a disputa entre as Ligas Camponesas, o PCB e a Igreja pela hegemonia na organização dos camponeses e de trabalhadores rurais (MARTINS, 1981, p. 10).

3.3 A modernização no campo

Para compreender os desencadeamentos das lutas camponesas, foi preciso compreender os processos que estão por trás dessa história, o que foi chamado por muitos estudos como o desenvolvimento do campo. O tema é abordado, principalmente, com os estudos de Delgado (1985), Guimarães (1963), Martins (1981), Medeiros (1989) e Stédile (2010, 2011, 2012, 2013), que analisam as estruturas fundiárias do país e as transformações das relações produtivas no campo.

A Lei de Terras, Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, é um marco que modifica as estruturas de acesso à terra. Martins (1981) afirma que transforma as terras devolutas em monopólio do Estado, por sua vez, controlado por uma forte classe de grandes fazendeiros.

Os camponeses não proprietários, os que chegassem depois da Lei de Terras ou aqueles que não tiveram suas posses legitimadas em 1850, sujeitavam-se, pois, como assinalaria na época da Abolição da Escravatura um grande fazendeiro de café e empresário, a trabalhar para a grande fazenda, acumulariam pecúlio, com o qual pudessem mais tarde comprar terras, até do próprio fazendeiro. (MARTINS, 1981, p. 42).

Assim, intensifica-se o ciclo não escravista do latifúndio cafeeiro, apontado por Guimarães (1963), que começa quando já se havia extinguido o instituto das sesmarias, o que se dera em 1822. Sobre as mudanças estruturais, Martins (1981, p. 63) explica que, “antes, o fundamento da dominação e da exploração era o escravo: agora, passa a ser a terra. É a terra, a disputa pela terra, que trazem para o confronto direto camponeses e fazendeiros”.

No final do período do coronelismo, 1930, no Nordeste, muito especialmente nas zonas sertanejas, foi um período de fortes disputas pela terra e pela hegemonia comercial. Essas regiões mantidas à margem da economia colonial eram justamente aquelas em que mais descuidado fora o processo de ocupação territorial. (MARTINS, 1981, p. 50-51).

No contexto social e político, Martins (1981) diz que não era raro o fazendeiro encontrar, no território de que se tornara sesmeiro, posseiros instalados com suas roças e seus ranchos. Dependia do fazendeiro aceitar ou não a permanência desses posseiros como agregados. De qualquer modo, se não lhe conviesse mantê-los no interior da propriedade, estava obrigado unicamente a indenizá-los pelas benfeitorias.

Essa situação é que vai ser, entre outras, um dos motivos por que eclodem, anos mais tarde, os conflitos e violência no campo. Para compreender esse contexto, Martins (1981) explica que, durante o período da Segunda Guerra, de 1939 a 1945, os preços do açúcar se elevaram e, quando a crise da cana chegou ao Nordeste, levou os senhores de engenho a arrendar suas terras a foreiros, tornando-os absenteístas, vivendo nas cidades.

Onde os foreiros não foram expulsos, em terras de usinas, as usinas permitiram que ficassem na terra sob a condição de destruírem outras culturas e plantarem cana, quando não se transformavam em moradores de condição sujeitos a dar um crescente número de dias de trabalho ao canavial, sob o pagamento de salário inferior ao dos trabalhadores de fora da fazenda. Aos poucos eles iam se convertendo em mão-de-obra temporária. (MARTINS, 1981, p. 65-66).

Na reflexão de Guimarães (1963), foram precisos três séculos de ásperas e contínuas lutas, sangrentas muitas delas, sustentadas pelas populações pobres do campo contra os todopoderosos senhores da terra, para que, por fim, a despeito de tantos insucessos, despontassem na vida brasileira os embriões da classe camponesa. Comparando a questão fundiária do Brasil com os demais países, Guimarães (1963) indica que, enquanto em outros continentes a propriedade latifundiária surge e se desenvolve sobre as ruínas da pequena propriedade camponesa, no Brasil, ao contrário, a propriedade latifundiária foi implantada primeiro e a pequena propriedade camponesa somente vai surgir muito tempo depois. “Desde os primórdios da ocupação do nosso território, esboçavam-se e, com o tempo, foram tornando-se cada vez mais nítidas as grandes linhas da política seguida pela aristocracia rural, coerente com o seu espírito de casta e seus interesses de domínio” (GUIMARÃES, 1963, p. 99).

Leonilde Medeiros (1989), em sua análise sobre os trabalhadores rurais, observa que o processo que caminhava rumo à modernização significou a marginalização de crescentes e significativas parcelas. A expulsão do campo, as migrações, a situação de miserabilidade a que extensos contingentes da população foram reduzidos, o êxodo rural, a urbanização não acompanhada de um proporcional crescimento do emprego urbano e a violência que só fez crescer no meio rural são indicadores objetivos da exclusão a que foram condenados.

José Graziano da Silva (2013) reflete o desenvolvimento do capitalismo na agricultura como uma corrida, e que nem todos partiram do mesmo ponto. “A modernização foi um processo brutal de concentração da produção, de concentração da renda e de geração, de outro lado, da sua face de miséria. O desenvolvimento capitalista se fez gerando profundas riquezas, concentrando riquezas e concentrando, do outro lado, miséria” (SILVA, José, 2013, p. 165).

O contexto analisado por Delgado (1985) aponta para o inteiro descompromisso da acumulação capitalista relativamente às condições de vida e de trabalho dos pequenos produtores e trabalhadores rurais, que promove a sua rejeição crescente, agrava as condições sociais no campo em grau elevado.

Do estilo de desenvolvimento econômico emergem questões críticas do ponto de vista da política agrária. A concentração da propriedade e da renda social aprofunda-se com a dominação do grande capital no meio rural e, paralelamente, as condições de reprodução dos pequenos produtores deterioram-se. Essa problemática desemboca numa “nova questão agrária” a requerer novos padrões de regulamentação do crescimento capitalista e novas formas de incorporação da maioria da população rural a condições condignas de vida e de trabalho. (DELGADO, 1985, p. 14).

No que pese esse modelo de desenvolvimento, avalia Schwendler (2009) que a luta pela terra no Brasil, marcada ao longo da história pelas contradições de classe, tem trazido para a cena histórica sujeitos excluídos de diversos direitos, que começaram a se organizar em movimentos sociais de resistência.

Deere (2004) mostra, por exemplo, que, nas áreas rurais, as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e grupos de mulheres organizadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT),³⁶ na década de 1970, seria a organização que forneceria a experiência formativa que levou as mulheres a questionar a injustiça social, frequentemente ligada a questões de saúde e de educação.

Mota (2006, p. 348), sobre experiência da mulher como trabalhadora rural e o contexto dessa construção, fala que “as vivências no movimento social permitem refazer a percepção e a posição das mulheres no mundo que as cerca e dentro delas mesmas — e vão permitir a reinterpretção de conceitos. O que existia antes (do movimento) era o cativo e a opressão”.

3.4 Violência em números

Entre 1960 e antes da primeira publicação dos cadernos dos *Conflitos no Campo Brasil*, em 1985, da Comissão Pastoral da Terra (1986), os casos de violência contra a mulher, como os de Elizabeth Altino Teixeira, Margarida Maria Alves e Antônia Marida da Conceição, evidenciam que a violência na história do campesinato representa mais do que crimes por assassinatos e repressão, os casos escancaram um Estado patriarcal e perverso com o feminino. Como bem define Diniz e Gebara (2002), no mundo patriarcal há glória em matar aquele que é considerado inimigo, em apedrejar mulheres. “O mundo patriarcal necessita da glória masculina sobre os outros e outras para viver e necessita da dominação e da ocultação histórica das mulheres para se manter de pé” (DINIZ; GEBARA, 2022, p. 31).

No estudo de Rangel (2000), o depoimento de Elizabeth sobre seu reencontro com a família, após sair do silêncio submetido pela ditadura civil-militar, mostra as consequências de quem viveu a violência de perto de silenciar as vozes de mulheres. Nas palavras da autora (2000, p. iv), “um exemplo emblemático do sofrimento que marca o cotidiano daqueles que ousaram ‘enfrentar o latifúndio’”. No depoimento, Elizabeth relata:

³⁶ Em 1975, a Igreja Católica criou a CPT, que passaria a nascer também no Piauí, em 1979. “Nos anos cinquenta, a tomada de consciência, por parte dos bispos católicos, das causas da pobreza no Nordeste, os movera a um compromisso com programas de conscientização das populações rurais, mas também de estímulo e apoio aos programas federais de desenvolvimento econômico e de modernização” (MARTINS, 1994, p. 84).

Quando eu fui reencontrando cada um dos meus filhos e netos, como eu não tinha sequer um retrato de João Pedro vivo para dar como lembrança, dei um retrato dele morto. Eu então peguei aquele retrato e levei para Nevinha e dei para a minha neta, de onze anos, filha dela.

— Olhe, minha filha, este é o retrato do vovô. Não sobrou nenhum retrato dele com vida, porque quando a polícia invadiu nossa casa, não sei que fim deram aos retratos do seu avô, mas você pode ficar com este.

— A senhora fez muito mal de dizer à minha filha que este retrato é do avô dela. Eu não quero que minha filha tome conhecimento de que tem esse avô, nem da história dele, porque o avô que minha filha tem é o padrinho que me criou.

— Eu senti uma dor funda me ferindo por dentro. (RANGEL, 2000, p. v-vi).

A pesquisa de Sarah Luiza de Souza Moreira (2019) traz Margarida Maria Alves, que foi uma sindicalista de Alagoa Grande, na Paraíba, assassinada por latifundiários no dia 12 de agosto de 1983, para mostrar que sua luta se tornou referência para a realização das mobilizações e para as Jornadas das Margaridas, que se converteram em atividades anuais de monitoramento e negociação da pauta.

“Margarida foi fulminada à porta de sua casa, que dá diretamente para a calçada, enquanto contemplava seu filho que brincava na rua. O assassino aproximou-se paralelamente à parede da casa e ao chegar em frente à porta disparou uma espingarda ‘12’, carregada com pregos enferrujados e chumbo grosso, contra a cabeça de Margarida.”

“Devido à violência do impacto, o umbral da porta e as paredes da casa ficaram salpicados de restos de cérebro, sangue e pele... O assassino retirou-se calmamente de encontro a dois outros que o aguardavam, demonstrando muita segurança na impunidade garantida pelos poderosos mandantes” (Centru, s/d). (WOORTMANN; HEREDIA; MENASHE, 2006, p. 16).

Antônia Flor, assassinada, com um tiro de espingarda dentro da própria casa a mando do latifúndio, por resistir a expulsão da terra, poucos anos antes da primeira publicação de *Conflitos no campo Brasil 1985* (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1986), assim como as demais trabalhadoras rurais, não tem o caso notabilizado no caderno por ocorrer em anos anteriores. Contudo não significa que a violência não tenha sido registrada. As organizações da própria CPT, no Piauí, e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Piripiri foram as principais entidades que denunciaram o crime.

Quando a Comissão Pastoral da Terra (1986) começou a sistematizar os conflitos no campo, publicando o livro *Conflitos no campo Brasil 1985*, mostrou dados que refletiam o que já ocorria há décadas no meio rural, a massa de assassinatos e violências no campo. Naquele ano, mais de 567 mil pessoas estiveram envolvidas em situações como despejos, expulsões de

terra, assassinatos, prisões, ameaças de morte, entre outros tipos de violência ligados à terra, chegando a registrar 768 conflitos, sendo 636 deles, especificamente, relacionados à terra, envolvendo quase 87 mil famílias.

Dos crimes envolvendo mortes e assassinatos, foram registrados 216 casos, sendo 145 deles assassinatos e outras 71 vítimas das criminosas condições de trabalho impostas aos trabalhadores rurais. O estímulo, segundo o relatório, seria a política de descentralização, que reforçou o poder do latifúndio, na medida em que recuou a proposta de reforma agrária.

Segundo a CPT, a maioria dos conflitos ocorreram em regiões de posse antiga, agredidas pelos representantes do capital monopolizador. A entidade lembrou que, no relatório, as indicações se limitam a casos em que aconteceram violências e que tiveram registro na imprensa.

Quadro 6 – Relação com o registro de mulheres assassinadas publicada no caderno *Conflitos no Campo Brasil 1985*, da Comissão Pastoral da Terra (1986)

Trabalhadoras assassinadas em 1985			
Nome	Localidade	Município	Agressores
Adelaide Molinari	Eldorado	Xinguara-PA	pist. de Aloísio Carvalho
Cleusa Carolina R. Coleho		Lábrea-AM	Raimundo Podivem índio , ex-PM e político
Maria Apurinã		Lábrea-AM	Raimundo Podivem índio , ex-PM e político
Leonilde R. da Silva	faz. Surubim	Xinguara-PA	pist. de João Almeida e da CIB
Carmem Lúcia da Silva	lote 20 juncon	Von. do Ara-PA	enloqueceu e suicidou por medo de pistoleiros
Francisca de Sousa	Castanhal Ubá	S. João do Ara. PA	Edmundo Vergolino e pistoleiros
Maria das Mercês Taveira	faz. Terra Nova	Araguatins-GO	susto da polícia e jagunços que destruíram casa
Francisca Parta		Carbonita-MG	
Ismênia Mendes		Patrocínio-MG	
esposa de C. Parrião (Nome não identificado)	turvo	Canarana-MT	susto pela agressão ao esposo
esposa de José P. Silva (Nome não identificado)	Proj. Tamarineiro	Corumbá-MS	INCRA recusa leva-lá ao hospital
1 mulher posseira (Nome não identificado)	faz. Fortaleza	Xinguara-PA	pist. Hamilton

Fonte: Comissão Pastoral da Terra (1986).

Por meio do quadro 6, da publicação *Conflitos no Campo Brasil 1985*, verifica-se que, dos dados da violência no campo, referente ao tipo de crime de assassinato, há o registro de 12 casos de homicídios de mulheres. Em algumas delas, não há o nome, apenas a informação de que houve o crime.

A falta de informação evidencia a dificuldade que as organizações tinham em investigar os casos, desde a ausência do interesse do Estado sobre a questão até o aparelhamento dos

poderes públicos com o regime da ditadura civil-militar, principalmente, ao se tratar das mulheres. Percebe-se aqui que elas não apenas são assassinadas, foram invisibilizadas em vida e em morte.

Dos dados do mesmo caderno da CPT, ainda há o registro de 563 boias-frias mortas em acidentes, a maioria delas sem identificação dos nomes. Entre os números de feridos e com nomes registrados, há 10 mulheres.

Quadro 7 – Relação com o registro de mulheres mortas em acidentes publicada no caderno *Conflitos no Campo Brasil 1985*, da Comissão Pastoral da Terra (1986)

Relação dos mortos em acidente 1985 (Boias-frias)		
Nome	Município	Tipo de acidente
Maria José dos Santos	Adamantina-SP	Acidente ônibus Adamantina
Zilda Messsias de Oliveira	Altinópolis -SP	Acidente de caminhão da Faz. Selado
Maria das Graças Ferreira	São Gonçalo do Aba-MG	Acidente caminhão da Faz. São Lourenço
1 senhora	São Gonçalo do Aba-MG	Acidente caminhão da Faz. São Lourenço
Claudinéia A. Francisco	Pedemeiras-SP	caminhão da Usina de S. José de Macatuba, conduzido por Maurício Santana, destruído por trem da FEPASA na passagem de nível, dirigido por Aparecido José Franciscati
Luzia de Fátima Paderes	Pedemeiras-SP	idem
Marli Correia Andrade	Pedemeiras-SP	idem
Maria Aparecida Ramos	Pedemeiras-SP	idem
Natalina Valetim da Silva	Pedemeiras-SP	idem
Dora Maria P. Martinucho	Pedemeiras-SP	idem
Shirlei da Silva	Pedemeiras-SP	idem

Fonte: Comissão Pastoral da Terra (1986).

O último relatório *Conflitos no Campo Brasil 2021* documentou e sistematizou 1.768 ocorrências de conflitos no campo em 2021 no país, dos quais 1.242 foram violências por terra, envolvendo 164.782 famílias (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2022). Os dados confirmam que a história do Brasil registra a longa continuidade de uma disputa violenta e desigual pelo domínio e pelo controle das terras.

Os números apontam também o avanço do projeto do grande capital esmagador, que conduz à desigualdade para fins de concentração de terras, e conseqüentemente de riquezas, na linha do que Martins (1994) chamou de “aliança do atraso”.

A sociedade civil não é senão esboço num sistema político em que, de muitos modos, a sociedade está dominada pelo Estado e foi transformada em instrumento do Estado. E Estado baseado em relações políticas extremamente atrasadas, como as do clientelismo e da dominação tradicional de base patrimonial, do oligarquismo. No Brasil, o atraso é um instrumento de poder. (MARTINS, 1994, p. 13).

A propriedade da terra é o centro histórico de um sistema político persistente que, segundo Martins (1994), é associado ao capital moderno, fornecendo-lhe uma força renovada, que bloqueia tanto a constituição da verdadeira sociedade civil quanto da cidadania de seus membros.

É nessas condições de perpétuos conflitos de terra e de pobreza, especialmente no Nordeste, que se encontra até hoje o campesinato piauiense, como confirmam os dados do relatório da Comissão Pastoral da Terra (2022), que registrou 434 conflitos no campo, envolvendo 1.131 famílias em conflitos por terra no Piauí.

A violência contra a população do campo não é um problema recente, como também as denúncias que procuraram combater a impunidade. É o que pode ser visto no relatório conclusivo da CPI dos Conflitos Agrários, instaurada em 1997, na Assembleia Legislativa do Estado do Piauí. A Comissão constatou que os casos de conflitos por terra estavam diretamente relacionados à ineficiência da política fundiária, que começou a ser implementada em 1971 por meio da Comdepi e posteriormente pela Interpi, em 1980, ao promoverem uma antirreforma agrária no estado (PIAUI, 1998).

No mesmo relatório, consta que os conflitos agrários existiram no Piauí desde a época das concessões das primeiras sesmarias, entre indígenas e sesmeiros, em um primeiro momento, e posteriormente entre posseiros e descendentes de sesmeiros, fato muitas vezes dissimulado na historiografia oficial. O documento destaca que atualmente a ocorrência de conflitos agrários está disseminada em todo o território do estado e decorre do confronto de interesses entre trabalhadores rurais sem-terra e grupos empresariais que são proprietários de imóveis rurais, na maioria dos casos adquiridos, por compra, por desmembramento do Patrimônio Imobiliário Rural Estadual. A Comdepi e o Interpi, nos períodos de suas respectivas atuações como administradores do Patrimônio Imobiliário Rural Estadual e executores da Política Fundiária Estadual, foram ineficientes (PIAUI, 1998).

Outro dado levantado na CPI dos Conflitos Agrário traz as informações da CPT a partir de 1985, que mostra que o Piauí, naquele ano, registrou 110 casos de conflitos no campo com 11.230 pessoas envolvidas. O relatório aponta, por exemplo, que a estrutura fundiária piauiense é altamente concentracionária e que,

mesmo os conflitos agrários sendo fatos sociais que têm uma dinâmica própria e acentuada, alguns dos conflitos agrários apontados pelos representantes das entidades convocadas têm expressivos períodos de existência sem que os poderes públicos constituídos tenham diligenciado para solucioná-los. (PIAUI, 1998, p. 6).

O dado revela a omissão do Estado e a institucionalização dos poderes aparados nos interesses do latifúndio.

O *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra* (1984) já tinha mostrado o aumento da violência no campo (A TERRA, 1984). Segundo o jornal, o país já contabilizava mais de 116 mortes, sendo 74 assassinatos de lavradores vítimas da violência no campo, inclusive o assassinato de Margarida Maria Alves, na Paraíba, e prevendo que esse massacre iria continuar.

3.5 Lutas camponesas e as Ligas

No dia 14 de fevereiro de 1960, os lavradores do Engenho Galileia, em Pernambuco, localizado a 60 km da capital, festejaram a vitória na luta pela terra em Recife. O jornal *Terra Livre* noticiou a comemoração dos arrendatários organizados na Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP) (ENGENHO, 1960). A área possuía 500 hectares de terra e era ocupada por 192 famílias com 1.080 pessoas, inclusive 432 crianças em idade escolar, porém sem escolas, motivo que se transformou em reivindicação desses trabalhadores. Camponeses levavam

proprietários de terras aos tribunais para exigir o reparo de uma injustiça ou o pagamento de uma indenização; organizando-se em ligas e sindicatos; exigindo do Estado uma política de reforma agrária; resistindo de vários modos a expulsões e despejos; erguendo barreiras e fechando estradas para obter melhores preços para seus produtos. (MARTINS, 1981, p. 10).

A organização, criada em 1955 e chamada de Ligas Camponesas da Galileia (JULIÃO, 1962), defendia os direitos dos trabalhadores e foreiros ameaçados de despejo da terra e da moradia, desde 1956, devido ao aumento do foro pago ao dono do engenho pelo uso da terra.

Francisco Julião foi o advogado dos arrendatários. No livro *O que são as Ligas Camponesas?*, Julião (1962) diz que a desapropriação do Engenho Galileia foi um caso inspirador para dezenas de outras Ligas que se espalharam pelo Nordeste e outras regiões do país. Esses mesmos camponeses teriam passado ao menos 10 anos mantendo contato com o advogado, que descreveu o grupo como “um punhado de areia que, jogada, se desfazia no ar”, porém, articulada com as ideias da Liga, seria esse “o cimento capaz de unir essa areia e transformá-la em sólido bloco” (JULIÃO, 1962, p. 26).

Francisco Julião (1962) afirmou que não interferiu na fundação da SAPPP, mas entende-se que a organização, que nasceu no engenho, provavelmente, é fruto de tentativas passadas de

resistência que renascer sob o vigor de novos momentos sociais, sendo assim, a interpretação dada é a de que ela carrega a essência das primeiras Ligas.

O caso do Engenho Galileia foi considerado por Julião (1962) como o primeiro grupo de camponeses que debatia a melhor forma de lutar pela sua permanência na terra, através da reforma agrária.

A SAPPF ganhou estrutura e ação reivindicativa em 1956, sob presidência de José dos Prazeres, que já havia sido dirigente das Ligas Camponesas de Iputinga, em Recife, das antigas Ligas a que se referiu Julião (1962): as da década de 1940 e que eram ligadas ao PCB, partido que as organizava.

Após a SAPPF estar consolidada formalmente, passou a assumir um papel para além das funções explícitas em seu estatuto, que falava em assistência técnica. Apoiados pela Delegacia da Sociedade, a entidade passou também a denunciar os conflitos que sofriam os arrendatários do Engenho Galileia e as condições precárias de vida a que eram submetidos, resultando em mortes de crianças e idosos devido à falta de recursos.

Os arrendatários decididos a manter a sociedade, considerada pelo “patrão” como movimento comunista, foram apoiados juridicamente pelos advogados Francisco Julião, na época ligado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), e Djaci Magalhães, do PCB. Eles conseguiram impedir judicialmente as expulsões dos camponeses que trabalhavam no engenho de Oscar Beltrão, proprietário das terras, que negava aos trabalhadores os direitos previstos na Constituição Federal, entre eles, o direito à escola para os filhos.

Desse acirramento, os camponeses tiveram a ideia de apresentar um projeto de lei de desapropriação do Engenho Galileia na Assembleia Legislativa de Pernambuco, por meio do deputado socialista Carlos Luiz de Andrade. A iniciativa ganhou repercussão durante a tramitação do processo, que culminou na vitória dos arrendatários. O fato fez ecoar a voz do campesinato por todo o país. Até o dia “D”, ocorreram várias manifestações dos trabalhadores rurais nas ruas, com grandes passeatas exigindo terra para os camponeses, atos que teriam contribuído para a visibilidade e repercussão da organização.

A vitória dos camponeses sobre a opressão do latifúndio da família Beltrão reverberou mundo afora, a força da luta camponesa e principalmente as histórias chegaram aos espaços do poder público do país, posicionando a pauta da reforma agrária no eixo dos debates políticos. Essa discussão alcançou a América Latina,³⁷ mostrando a situação de pobreza e miséria por que passavam milhares de nordestinos.

³⁷ Sobre o contexto das Ligas Camponesas na conjuntura internacional, ver Porfírio (2020).

O dirigente nacional das Ligas Camponesas Clodomir Santos de Moraes (2012), em *A História das Ligas Camponesas do Brasil (1969)*, relata que esse acontecimento, aguardado com ansiedade pelos camponeses da Galileia, estimulou extraordinariamente o movimento das Ligas, levando-o para fora das fronteiras de Pernambuco e, inclusive, consolidando seu prestígio no Nordeste e em outras regiões do país, até onde repercutiram as lutas dos camponeses da Liga da Galileia.

A luta dos camponeses teve apoio dos sindicatos de operários, de deputados e de pessoas de prestígio no estado, como o secretário João Monteiro, do governo de Cordeiro de Farias; representantes do prefeito Miguel Arraes, dos deputados Inácio de Lemos (vice-presidente da Assembleia Legislativa) e Murilo Costa Rego (líder do Governo na Assembleia); vereadores da Câmara Municipal; o ex-deputado comunista e jornalista em Pernambuco David Capistrano; e o deputado federal Josué de Castro, entre outros. Consta, no *Terra Livre*, que, “durante todo o dia 14 de fevereiro de 1960, políticos e lideranças sindicais subiram nos morros pedregosos de Galileia para falar de aspirações, justiça e reforma agrária” (ENGENHO, 1960, p. 1).

Os numerosos fatores que influíram para a expansão das Ligas Camponesas, indubitavelmente, foram a ampliação das liberdades democráticas no país, cujo processo começou com a eleição de Kubitschek e Goulart à presidência e vice-presidência da República, respectivamente. A fome e a reforma agrária eram temas que, entre outros, dia após dia, iam deixando de ser tabus para se converter em assuntos correntes tratados pelos jornais e outros meios de divulgação. Ampliaram-se as liberdades democráticas e as Ligas Camponesas expandiram-se por outras áreas do Estado. (MORAIS, 2012, p. 37).

O envolvimento dos diversos setores da sociedade com o tema da reforma agrária, à medida que tomava dimensão urgente no Congresso Nacional, se passava em um cenário econômico carregado de discursos ideológicos de desenvolvimento, crescimento e transformações sociais do país. Sobre isso, Martins (1981) diz que o campesinato brasileiro é constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão. O autor considera que o desenvolvimento das forças produtivas tem um papel crucial no processo histórico e no alcance das lutas políticas.

O jornal *O Semanário*, em 1960, anunciava que a luta dos camponeses do Engenho da Galileia repercutia na Câmara (A LUTA, 1960). A notícia da luta das Ligas Camponesas foi apresentada em aspectos gerais como a luta contra o subdesenvolvimento.

A ideia era a de que, no oceano de prosperidade possível de um país regionalmente desenvolvido no Sudeste e no Sul, havia ilhas de miséria, a mais dramática das quais era o Nordeste. Dominava a concepção de que o país

estava fraturado — de um lado o país próspero e de outro o país miserável. (MARTINS, 1994, p. 67).

Em discurso pronunciado na Câmara, o deputado Andrade Lima Filho Partido Social Democrático (PSD), de Pernambuco, diz que a localidade seria a pequena Argélia pernambucana e que, ali, há cinco anos, alguns agricultores lutavam pelos mesmos direitos e pela própria Constituição.

No seu Art. 147 prescreve que o uso da propriedade está condicionado ao bem-estar social. Muito bem, sabemos, entretanto, que esse uso, no Brasil, não é uso, mas abuso. Porque longe está ele de ser condicionado na prática a esse bem-estar social, exigido na Lei Magna. As condições de trabalho e de vida imperantes nos campos deste país, com efeito, ainda são aquelas mesmas contra que se insurgia, no seu tempo, o gênio libertário de Joaquim Nabuco, quando afirmava, indignado, que os nossos trabalhadores rurais viviam quase uma vida de animais, morando num tipo de casa que era pouco mais que o curral e menos que a estrebaria. (A LUTA, 1960, p. 6).

Pode-se dizer que o campesinato era invisibilizado, e as mulheres mais ainda, por um esquecimento que fez parte de um projeto típico da combinação de moderno e tradicional definido por Martins (1994), que freia o desenvolvimento social e político e se renova a cada momento, sendo setores da sociedade historicamente marcados pela tradição conservadora. Segundo o autor, “Antes da nova Constituição, o que era pressão resultante dos movimentos camponeses esbarrava na muralha que a aliança entre capital e terra erguera contra a possibilidade de qualquer alteração substantiva na ordem política e social” (MARTINS, 1994, p. 91).

O jornal *Terra Livre*, editoria alinhada às reivindicações das Ligas Camponesas, discutia as condições no campesinato, porém chamando atenção para a reforma agrária que preconizava. Na edição de janeiro de 1960, o jornal abria com a manchete: “Ultab fala à nação através da carta sobre a reforma agrária” (ULTAB, 1960). A matéria referia-se ao texto aprovado na I Conferência da Ultab, reunida de 18 a 20 de setembro de 1959, na capital São Paulo. Um dos parágrafos cita que a reforma agrária se tornou indispensável para que o desenvolvimento da economia nacional, particularmente a industrialização, continuasse no mesmo ritmo alcançado nos últimos anos.

Com a industrialização cresce a população das cidades e aumenta, em consequência, a exigência de maior produção de gêneros alimentícios. A velha agricultura brasileira, baseada no latifúndio, não é capaz de atender as novas necessidades que vão se criando. Esta é uma das razões da carestia de vida, flagelo de todos os que vivem de salários e rendimentos fixos. O

desenvolvimento da economia nacional exige que a agricultura brasileira seja construída em novas bases. A reforma agrária deverá atender a esta necessidade econômica e sanar uma grave injustiça social. (ULTAB, 1960, p. 10).

Sinais de que a Ultab, no decorrer das articulações em defesa da reforma agrária, anos depois, se distanciaria das ideologias da reforma agrária radical das Ligas e passaria a defender uma reforma agrária com medidas parciais.³⁸

A história do sindicalismo brasileiro de trabalhadores rurais é marcada por diversas peculiaridades. A primeira delas é o seu reconhecimento legal ter sido tardio. Se o sindicalismo urbano foi reconhecido ainda nos anos 1930, o rural formalizou-se apenas no início da década de 1960. Trinta anos de diferença revelam a influência política do patronato rural sobre a estratégia de desenvolvimento e ação estatal (RICCI, 2009, p. 321).

Leonilde Servolo de Medeiros (1989), em *História dos movimentos sociais no campo*, ao falar sobre os conflitos no campo no Brasil nos últimos 50 anos, aponta que,

Embora a ação dos sindicatos, dos partidos, das Igrejas etc., seja, no decorrer de sua trajetória, fundamental para projetar essas lutas para fora delas mesmas, para articular alianças, para fazer a costura entre lutas particulares e lutas mais gerais, não é essa ação que por si só cria o conflito.

Este surge a partir de contradições vividas no interior do processo de trabalho, do rompimento de determinadas normas costumeiras, de uma ameaça às condições de reprodução de um grupo de trabalhadores. Tais situações de tensão, vivenciadas a partir de uma determinada experiência cultural e dentro de uma determinada conjuntura, desencadeiam reações que vão da migração à violência individual ou à organização em defesa do que se considera legítimo. (MEDEIROS, 1989, p. 13).

Posto isso, outro ator que influi nas questões agrárias é a Igreja. Segundo Martins (1994), a preocupação da Igreja com a questão agrária começa a expressar-se, de modo mais consistente, por uma carta pastoral do bispo de Campanha, uma diocese do interior de Minas Gerais, Dom Inocêncio Engelke, de setembro de 1950.

Ela resultou de um encontro de 60 párocos, 250 fazendeiros e 270 professoras rurais. Nesse encontro, não esteve presente nenhum trabalhador rural, nenhum camponês. Foi feito sob orientação e inspiração da Ação Católica Brasileira.

³⁸ “De acordo com as teses do PCB, como já vimos, a reforma agrária seria uma etapa necessária de uma revolução de caráter democrático-burguês e antiimperialista, que seria alcançada através de medidas parciais, passíveis de serem sustentadas por uma política de frente única. Discordando radicalmente dessa postura, para a direção das Ligas o ‘campepinato’ era, naquele momento, a principal força da ‘revolução brasileira’, cujo conteúdo era imediatamente socialista. Assim sendo, segundo Julião, não era possível buscar alianças com a burguesia e muito menos com setores latifundiários. Com tal perspectiva, descartavam a luta por medidas parciais de reforma agrária, consideradas contemporizadoras” (MEDEIROS, 1989, p. 55).

A carta pastoral de Dom Inocêncio é de teor nitidamente conservador. Sintomaticamente, o documento surgiu poucas semanas após o Partido Comunista do Brasil ter lançado um manifesto em favor de uma Reforma Agrária Radical. (MARTINS, 1994, p. 100).

O posicionamento da Igreja é então marcado pela ordem “Antecipai-vos à revolução”, avisando que a reforma agrária seria feita com ou sem aliados, “conosco ou sem nós”. É importante destacar que essa reforma foi apoiada pela Igreja em disputa contrária ao comunismo. “A partir de 1962 a Igreja começou a disputar também a possibilidade de ter o controle da Confederação dos Trabalhadores Agrícolas que viesse a ser fundada, passando a concorrer diretamente pelo controle do movimento camponês pela cúpula” (MARTINS, 1981, p. 87).

Como visto até aqui, a discussão da reforma agrária ganhou força e dimensões políticas partidárias. “Da aliança tácita entre católicos e comunistas, excluídas as Ligas, surgiu o mais importante resultado político desse período para o campesinato: a Contag e a estrutura sindical que lhe corresponde” (MARTINS, 1981, p. 10).

O PCB tinha como secretário Luiz Carlos Prestes e, no V Congresso, de 1960, lançou uma resolução que mudou a ordem de referência, falando primeiramente em trabalhadores rurais e, só em segundo lugar, nos camponeses sem-terra. Segundo Martins (1981), essa mudança clara norteou o afastamento do PCB em relação às Ligas.

O PCB sofre uma divisão motivada pelas Ligas evoluírem no sentido da reforma agrária radical³⁹ e o partido, responsável pela criação das organizações de trabalhadores rurais que deu origem aos sindicatos, junto à Igreja e com apoio do governo, luta por reformas parciais.

Promulgada a legislação trabalhista em 1963, os diferentes grupos empenharam-se no reconhecimento dos seus sindicatos junto ao Ministério do Trabalho, tendo a Igreja no segundo semestre de 1962 feito uma tentativa de criar e controlar uma Confederação para evitar que o Partido Comunista o fizesse. A Igreja entrou na questão agrária, através da pastoral de D. Inocêncio, por uma porta extremamente reacionária. (MARTINS, 1981, p. 87).

O cenário envolvendo o debate da reforma agrária ganha novas dimensões e se ramifica. “Com a regulamentação, em 1962, da sindicalização rural, instituiu-se uma verdadeira corrida

³⁹ “[...] os ‘julianistas’ delinearão-se como um grupo anti-PCB, primeiramente, porque aderiram à teoria da guerra de guerrilhas e, em segundo lugar, porque viram suas teses agraristas derrotadas no V Congresso do PCB, em 1960. A ruptura definitiva, todavia, só veio a se realizar no I Congresso de Belo Horizonte, em 1961. Opondo-se ao PCB, o grupo vai buscar na organização um elo de fortalecimento. As Ligas estavam estremecidas, e porque não dizer enfraquecidas, na sua fora e poderio. Como medida ‘salvacionista’ Francisco Julião se empenha na organização do movimento — ‘*Massas unidas e organizadas*’ era a sua palavra de ordem” (STÉDILE, 2012, p. 94).

entre as diferentes forças políticas que atuavam no campo em busca do reconhecimento de ‘seus’ sindicatos” (MEDEIROS, 1989, p. 77).

Os sindicatos de trabalhadores rurais eram filiados, nesse período, à corrente política do então Ministério do Trabalho. Assim, até junho de 1963, Franco Montoro (ministro em 1961-1962, vinculado às correntes sindicais católicas) e Almino Afonso (ministro em 1961-1962, aliado do PCB) reconheceram sindicatos dirigidos por lideranças de suas correntes partidárias. Desde esse período, a estrutura sindical rural foi instrumentalizada pelas correntes partidárias (RICCI, 2009).

Apesar de as forças desses atores serem fundamentais para emergir a situação do camponês no debate nacional, pautando a reforma agrária como emergencial, de acordo com Martins (1994), a gravidade da situação do campo não contou com nenhum aliado significativo no Congresso Nacional e nos instrumentos e grupos de formação da opinião pública, com exceção de grupos minoritários na classe média e uma parcela da Igreja.

Em junho de 1964, iria ser realizado o I Congresso das Ligas Camponesas do Brasil, para aprovar suas teses programáticas, seus novos estatutos e eleger sua direção definitiva, mas o golpe militar de abril interrompeu todo esse processo. No Nordeste do Brasil, onde as Ligas foram principalmente presentes, a organização foi a que mais sofreu prisões e, inclusive, assassinatos, sobretudo no âmbito de sua seção de massas. (STÉDILE, 2012, p. 64).

A Contag só foi mesmo reconhecida em janeiro de 1964 e assumiu dois compromissos básicos: a luta pelo reforço e ampliação dos sindicatos, bem como da unidade do movimento, e a encampação das resoluções do Congresso de Belo Horizonte (MEDEIROS, 1989).

A primeira diretoria da Contag teve seus cargos distribuídos entre dirigentes do PCB, da Ação Popular, da esquerda da Igreja Católica e dirigentes conservadores de federações estaduais. Com o golpe militar, a Contag sofreu intervenção, assim como 90% dos sindicatos rurais existentes no país. Houve, inclusive, um acordo entre militares e dirigentes da Igreja Católica para que lideranças católicas conservadoras fossem nomeadas como interventores dos sindicatos (RICCI, 2009).

A violência no campo, prática historicamente instituída pelas mãos do latifúndio, ganhou reforço e institucionalidade com o golpe militar. O controle da atividade sindical contou com a colaboração dos grandes donos de terra (SARAIVA, 2020).

3.6 Ligas camponesas no Piauí

É a terra, a disputa pela terra, que traz para o confronto direto camponeses e fazendeiros (MARTINS, 1981). No Piauí, a luta dos camponeses era contra a situação de miséria, fome, e, como descreve Eraldo da Silva Ramos Filho (2009, p. 255), “A luta pela terra faz parte de uma dimensão das lutas contra o capital, que deseja da terra sua reprodução ampliada e a manutenção de sua estrutura de poder”.

Segundo Medeiros (1989),

essa situação de restrições teria se dado a partir da década de 1950, quando se verificaram no Nordeste profundas transformações nas relações de trabalho tradicionais, caracterizadas pela morada e pelo aforamento de terras, decorrendo no rompimento dessas relações, com a negação da concessão de terras para plantio próprio do trabalhador (sítio), ou por um aumento considerado abusivo do foro, que criou condições para a emergência de conflitos na região. (MEDEIROS, 1989, p. 46).

Um camponês chamado Vicente Mendes da Silva, já em 1954, denunciava a ocorrência da opressão e da pobreza no município de Parnaíba, no Piauí. Na coluna Cartas da Roça, no jornal *Terra Livre*, ele conta sobre os horrores de tantas misérias em todo o Brasil e diz que o mesmo acontece no estado em que mora, pois trabalhadores da roça sofrem toda espécie de injustiças e explorações.

O delta do Rio Parnaíba forma um aglomerado de ilhas, onde antes os seus moradores trabalhavam e viviam mais ou menos. Tudo plantávamos, criávamos e tínhamos fartura: cana, arroz, milho, feijão e frutas de diversas espécies. Hoje mais nada existe. Vivemos numa miséria, pois os latifundiários se apossaram das ditas ilhas, transformando-as em pastagens para os seus rebanhos de gado. Os latifundiários expulsaram os moradores com despejos arbitrários, sem pagar nenhuma indenização e continuam ameaçando de despejo outros moradores, que nem podem mais ter qualquer criação, pois os desumanos mandam matar à bala os seus porcos. Diante desta situação eu mesmo tive que ir trabalhar na mata, num lugar que nem água tem, sendo preciso cavar poços de 100 palmos de fundura para tirar água, que é saloba. Há quatro anos que as chuvas têm sido poucas, pouca é a lavoura e a água vai acabando. Para se ver o tanto de miséria que já há por aqui, vejamos o que eu assisti um dia quando ia trabalhar. No caminho, encontrei seis criancinhas de 3 a 8 anos levando meio quilo de feijão para cozinhar na casa da avó, pois sua mãe tinha ido para a cidade vender caju e o pai estava viajando. Estas crianças só iriam comer à tarde, quando a mãe voltasse com a farinha de mandioca que comprasse com o dinheiro da venda dos caju. (SILVA, Vicente, 1954, p. 2).

A denúncia do camponês Vicente demonstra o apelo às organizações de trabalhadores como instrumento de luta por direito e contra injustiça:

Diante dessa situação em que estamos, só mesmo com a organização e a união de todos os trabalhadores rurais nos sindicatos e associações para lutarem por suas reivindicações poderemos ter uma vida melhor. Como disse um lavrador da Fazenda Jacutinga, em *Terra Livre*: “Ainda há homens que dormem, mas estão para acordar!”. Eu digo: Os trabalhadores de Parnaíba, no Piauí, já estão acordando, eu mesmo estou acordando, e acordaremos todos e marcharemos na luta pelo nosso bem-estar, por pão, terra e liberdade. (SILVA, Vicente, 1954, p. 2).

Caio Prado Júnior (1979) indica que a reforma agrária, nas circunstâncias do país na década de 1960, era entendida por essas categorias como a elevação dos padrões de vida da população rural e sua integração em condições humanas de vida. Segundo o autor, mais de 30 milhões de brasileiros que viviam no campo e tiravam seu sustento do trabalho da terra se encontravam em nível de miserabilidade.

É sob esse pano que as Ligas Camponesas são formadas no Piauí em 1961 (CRESCE, 1962). A primeira associação foi chamada Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Teresina (Altat), fundada em Teresina, capital do estado.

Segundo Ramsés Eduardo Pinheiro de Moraes Sousa (2015, 2016, 2017, 2019), no início dos anos 1960, os lavradores piauienses foram explorados, tiveram medo, angústia, revolta, mas também construíram expectativas de conquistar uma vida melhor através da sua filiação às Ligas. Segundo ao autor, os camponeses sofreram forte perseguição dos grandes proprietários que, entre outras represálias, os proibiram de fazer suas roças, ato este que foi enfrentado por meio da resistência, mostrando que a dominação dos fazendeiros não era irreversível e as vitórias eram possíveis.

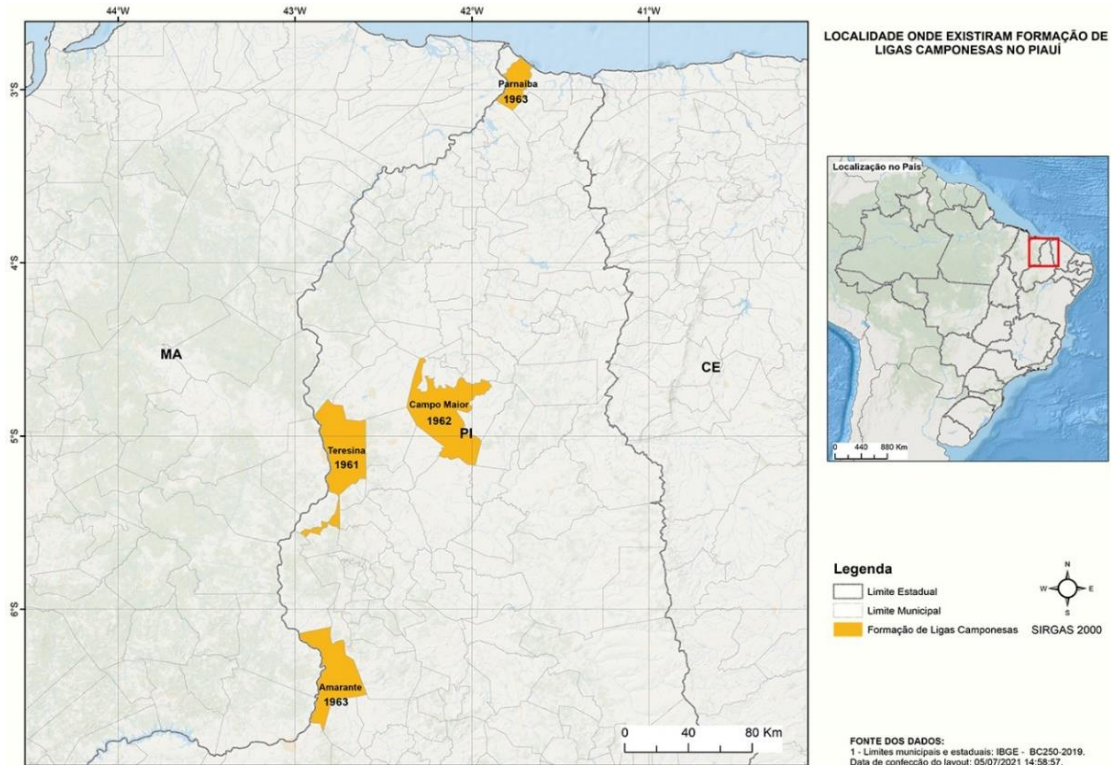
O crescimento do movimento camponês no Piauí se deu sob a influência das lutas camponesas que ocorriam em Pernambuco e no sul do país. As conquistas dos camponeses dessas localidades repercutiam no Piauí, cujos lavradores e trabalhadores agrícolas tomavam consciência, cada vez mais, do seu papel na luta pela reforma agrária radical⁴⁰. Essa experiência mudou o comportamento dos camponeses piauienses e incentivou-os a se organizarem em associações para lutarem unidos por seus interesses.

A partir do levantamento feito nos jornais *Terra Livre* e *O Semanário*, dados indicam que existiram Ligas Camponesas em Teresina, Campo Maior, Parnaíba e Amarante. Apesar das Ligas Camponesas no Piauí se formarem com um certo atraso comparado à organização em

⁴⁰ “[...] para a direção das Ligas, o ‘campesinato’ era, naquele momento, a principal força da ‘revolução brasileira’, cujo conteúdo era imediatamente socialista. [...] descartavam a luta por medidas parciais de reforma agrária, consideradas contemporizadoras” (MEDEIROS, 1989, p. 55).

outros estados do Nordeste, que deram largada na década de 1950, as Ligas piauienses cresceram rápido, em intervalos curtos, entre 1961 e 1963.

Figura 3 – Localidades onde houve formação de ligas camponesas no Piauí



Fonte: elaborado pela autora (2021), sob encomenda, com base em informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e em artigos publicados no jornal *Terra Livre* entre os anos de 1962 e 1963.

Do trabalho organizativo da Altat, presidida por José Esperidião Fernandes, criou-se a associação em Campo Maior. Os dados constam em noticiário do *Terra Livre* de agosto de 1962, que, sob a orientação da unidade em Teresina, cuja entidade possuía menos de um ano de fundação e já havia organizado 15 núcleos de camponeses no município, ajudava agora a fundar a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Campo Maior, com mais de 300 associados, que tinha à frente Ribamar Osório Lopes (CRESCE, 1962).

No período de 1959 a 1962, o Piauí tinha como governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). De acordo com o pesquisador Kenard Kruel (2018), Chagas Rodrigues governou dando prioridade à economia e buscando a aproximação com as massas, a exemplo dos operários e das Ligas Camponesas, e com personagens políticas alinhadas com a esquerda, como Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul (25/3/1959-25/3/1963), e Miguel Arraes, que seria governador de Pernambuco, pelo Partido Social Trabalhista (PST), com apoio do PCB, de 1963 a 1964, quando foi cassado

pelo governo militar e exilou-se na Argélia. O apoio do governo estadual para o crescimento das Ligas Camponesas no Piauí foi de fundamental importância para o alicerce das organizações no estado.

No trabalho *Um governo comunista*, de Marylu Alves de Oliveira (2018b), a pesquisadora, por meio do trecho de uma reportagem de 1961, aponta que o jornalista descreve as Ligas Camponesas no Piauí em melhores condições que as Ligas Camponesas de outros estados, até mesmo do que as de Pernambuco, fundadas seis anos antes. Cabral (1961) apud Oliveira (2018b) também tratou desse tema:

Um congresso sindical de trabalhadores e camponeses em fins de abril deste ano, no Piauí, constitui, no estado, as Ligas Camponesas, que já estão confortavelmente instaladas no próprio Palácio de Governo. O senhor Chagas Rodrigues, governador do Estado, é o patrocinador das Ligas Camponesas que, por causa disso, estão em melhores condições de que todas as ramificações da instituição espalhadas no Nordeste, embora não contem com a popularidade das Ligas de Pernambuco. (CABRAL, 1961, p. 6 apud OLIVEIRA, 2018b, p. 330).

Mediante esse apoio, os trabalhadores então teriam encontrado abertura para reivindicar os interesses da categoria com perspectivas certas do avanço na luta. Em abril de 1961, ocorreu o I Congresso Sindical dos Trabalhadores e Camponeses do Piauí, cuja parte das resoluções solicitavam ao governador a pauta aprovada pelo plenário dos camponeses.

- a) [...] as medidas necessárias a fim de que os camponeses pudessem receber a terra de que carecem, acompanhada dos instrumentos agrícolas necessários ao desenvolvimento da produção, além de créditos a longo prazo e juros, médicos, ambulatório e escolas de alfabetização e de técnica agrícola;
- b) As terras a serem distribuídas aos camponeses poderão provir: 1) das terras de propriedades do Estado, devolutas; 2) de áreas desapropriadas que estejam sendo cultivadas pelos respectivos proprietários, devendo neste caso o Estado indenizar os proprietários, segundo valor pelos mesmos declarado no registro de imóveis;
- c) Que as terras entregues aos camponeses sejam terras localizadas de preferência próximas dos centros consumidores, saneadas e com meios de transporte capazes de fazer escolas a produção com a necessária rapidez;
- d) Para cobrir as despesas decorrentes das indenizações pelas desapropriações feitas pelo Governo é necessário criar um Fundo Estadual de Reforma Agrária, cujo numerário será arrecadado por meio de imposto progressivo sobre as terras não cultivadas, a exemplo do que determinou recentemente o Exmo. Presidente da República (na época Jânio Quadros) a respeito dos terrenos sem construção situados em Brasília, cujos donos estavam à espera de valorização em detrimento dos interesses da coletividade;
- e) Que a presente resolução seja encaminhada urgentemente às bancadas na Câmara e no Senado Federal, bem como as Federações e Confederações, Conselhos e Pactos Sindicais existentes no país, às organizações camponesas

do estado e do país, aos parlamentares estaduais do estado, ao exmo. Sr. D. Avelar Brandão Vilela e ao presidente do Legislativo estadual. (I CONGRESSO, 1961, p. 7).

Chagas Rodrigues aparece (Anexo G) na história como um governador defensor da causa das massas trabalhadoras. Sua articulação com operários e estudantes e participação em atos de outros estados lhe rendiam o apoio necessário ao fortalecimento do seu governo e das Ligas piauienses. Mas também, de acordo com Marylu Alves de Oliveira (2018^a, 2018b), foi visto como um subversivo, ao apoiar as Ligas Camponesas e entendido como suposto comunista, imagem que, mesmo após o seu governo, continuou vigorando e ajudou na cassação de seu mandato logo após a edição do Ato Institucional nº 5, em 1968.

Ao lado de políticos como o deputado federal Francisco Julião, que foi advogado das Ligas de Pernambuco, Chagas Rodrigues participava de atos que articulavam o apoio às Ligas Camponesas. Como, por exemplo, o comício realizado, em dezembro de 1961, na Guanabara,⁴¹ em protesto à agressão praticada por movimentos anticomunistas que teriam metralhado a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE).

A aproximação de Chagas Rodrigues às lideranças camponesas lhe rendeu menções de entusiasta do plano de reforma agrária. Em *O Semanário* (1961), o governo de Chagas Rodrigues é descrito como o mais popular que já houve até então no Piauí, com várias realizações em âmbito social e empenhado em dar cumprimento ao plano de reforma agrária que o Congresso achasse por bem aprovar (BELAMY, 1961). A reforma agrária que chegasse ao Piauí iria sanar problemas da pobreza da massa dos trabalhadores e da concentração de riqueza nas mãos de poucos empresários e latifundiários.

Apesar de o Piauí ter abundância de recursos naturais, como a extração da cera da carnaúba, que movimentava a economia, o trabalho árduo restava aos camponeses, enquanto a riqueza adquirida pela venda da matéria-prima se concentrava nas mãos de quatro firmas que possuíam o monopólio de venda no exterior.

E o camponês do Piauí, do Maranhão, ou mesmo o flagelado das secas do Ceará, quem faz todo o serviço: corte das folhas, secagem, retirada do pó, preparo da cera e ensacamento, o que recebe em troca do seu trabalho árduo e as vezes perigoso dá apenas para ir entretendo o estômago durante alguns dias. Daí este aspecto da intensa miséria de desolação, que se verifica quando se viaja pelas terras do Piauí. (BELAMY, 1961, p. 7).

⁴¹ A Guanabara foi um estado do Brasil de 1960 a 1975, que existiu no território correspondente à atual localização do município do Rio de Janeiro. Em sua área, esteve situado o antigo Distrito Federal.

A desigualdade social e a forma injusta do trabalho eram manchete constantemente nos noticiários. Segundo Marylu Oliveira (2018a), a questão agrária no Piauí, assim como no Brasil, foi fator de disputas políticas e ideológicas, principalmente no período de 1961 a 1964.

As representações anticomunistas que se constituíram em torno da vertente da propriedade privada estavam diretamente relacionadas à discussão da Reforma Agrária. Por estarem dispostos a apoiarem os movimentos do campo, como as Ligas Camponesas e os sindicatos agrícolas, parte da Igreja Católica e do Estado, foram tachados de ser ou de apoiar comunistas. Os discursos que circulavam nos jornais locais pregavam um clima de tensão. (OLIVEIRA, 2018a, p. 344).

3.7 CPI não inibe as Ligas do Piauí e movimento avança

À medida que as Ligas estavam crescendo nos estados, o debate da reforma agrária também inflamava na tribuna do Congresso Nacional. Uma CPI foi instalada em 23 de agosto de 1961, destinada a investigar o fenômeno das Ligas Camponesas que surgiam no país, sobretudo no Nordeste (BRASIL, 1963). O relator da CPI das Ligas foi o deputado federal Clidenor de Freitas Santos, do PTB, do estado do Piauí, apoiando as iniciativas dos camponeses.

Em maio de 1962, o jornal *O Semanário* publicava que a Comissão da Câmara trazia, do Nordeste, depoimentos impressionantes sobre a situação agrária e, mais, que se juntavam todas as classes para exigir do Congresso medidas concretas que desafogassem a situação que era insuportável (PARAÍBA, 1962). Sobre o Piauí, os relatos eram de que ocorriam violentos choques em fazendas e que latifundiários eram de grande intransigência. Oliveira (2018a, 2018b), ao analisar as representações anticomunistas construídas no Piauí na década de 1960, demonstrou a existência de três vertentes: a conservadora, a religiosa e a da propriedade privada.

O Sr. João Henrique Gayoso e Almendra (general reformado), Anísio Maia, procurador do Estado e depoimento do desembargador Simplício de Souza Mendes, professor da Faculdade de Direito e grande proprietário de terra no estado falaram à Comissão com a maior paixão, defendendo a posse restrita. Por sua vez, o líder camponês José Esperidião Fernandes, lavrador, criador de galinhas e presidente da Liga Camponesa do município de Teresina causou emoção no seu depoimento, dizendo à Comissão que se a posse da terra nada resolve em si, pelo menos terá o mérito de impedir que os camponeses sejam despejados, como ocorre frequentemente. Pediu várias medidas, entre as quais uma espécie de lei de inquilinato para o campo. (PARAÍBA, 1962, p. 9).

A teia de apoio relatada pelos deputados se tratava do Pacto Operário Estudantil e Camponês, que já estava sendo articulado por meio de reuniões no mesmo ano das investigações parlamentares, mas que só foi ser fundado em agosto de 1962, no mesmo mês em que ocorrera o 1º Encontro de Libertação Nacional, realizado na capital paulista nos dias 20 e 21. Quem apresentou as propostas do evento no Piauí foi o presidente da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Teresina, José Esperidião Fernandes, com o seguinte encaminhamento:

Telegrafar ao ministro da Fazenda e ao presidente do Banco do Brasil a necessidade dos empréstimos aos pequenos proprietários das terras onde trabalham; telegrafar ao ministro da Justiça, pedindo a sua intervenção junto aos proprietários da terra do Piauí para que os mesmos arrendem suas terras desocupadas aos lavradores sem-terra, ao invés de se negarem como estão fazendo, impossibilitando os trabalhadores de plantarem este ano. (PIAUI, 1962, p. 7).

A comissão chegou a Teresina e se instalou na Assembleia Legislativa. Ouvia primeiro o deputado Deusdedith Mendes Riberio, advogado e funcionário público. No parecer do relator da CPI das Ligas, consta que o parlamentar se destacava pelo trabalho que teria desenvolvido na criação das Ligas Camponesas no Piauí.

O depoimento de Deusdedith relata que o movimento no interior do estado estava se desenvolvendo pacificamente e visava organizar uma associação de lavradores e trabalhadores agrícolas de Teresina, em cujo município tinha sua sede. Defendeu o trabalhador rural por ter uma vida de sacrifícios.

Já o desembargador e latifundiário Simplício de Souza Mendes, que também era professor da Faculdade de Direito e presidente da Academia Piauiense de Letras (APL), condenava os movimentos por considerá-los ilegais, dizendo ser um erro estimular os homens do campo a se unirem. Como proprietário de terras, dificilmente teria outro tipo de depoimento à CPI das Ligas no Congresso. Simplício Mendes considerava as associações de lavradores como entidades comunistas subversivas destinadas a convulsionar a ordem, defendendo uma reforma agrária constituída legalmente pelos poderes competentes. Ele mantinha forte liderança política com a União Democrática Nacional (UDN) no estado do Piauí, partido do qual era filiado. Também assinava a coluna Televisão no jornal *O Dia*, produzindo textos de cunho opinativo com discursos anticomunistas.

Vale ressaltar que, no estado, não havia somente a organização dos camponeses das Ligas, a Arquidiocese de Teresina criou um órgão titulado como Secretaria de Planejamento da

Arquidiocese de Teresina (Seplan), financiado pelo clero reacionário que não concordava com a proposta da reforma agrária radical levantada pelos camponeses. A Seplan teria fundado então o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com a proposta de uma reforma agrária que dividiria mais tarde o movimento camponês, uma reforma agrária unida ao direito de propriedade.

Sousa (2016), ao pesquisar sobre as Ligas Camponesas, aponta que o crescimento acelerado das Ligas piauienses impeliu os grandes fazendeiros de Teresina a organizarem o Sindicato dos Proprietários de Terra, no dia 4 de outubro de 1963, que, segundo levantamento feito pelo jornal *O Dia*, tinha como um dos principais objetivos impulsionar a criação de entidades congêneres nas cidades de Altos, Campo Maior, José de Freitas e Miguel Alves. Não por acaso, as referidas cidades eram as principais áreas de atuação das Ligas Camponesas e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

Outro proprietário de terras a falar na CPI das Ligas foi Antônio Martins Maia, procurador da Justiça no Piauí. Ele se declarou contrário ao movimento camponês e condenava aqueles que se associavam às Ligas, alegando tumulto da ordem acobertado pelo governo.

No relatório da CPI das Ligas, conta-se que os depoimentos dos proprietários de terras eram o símbolo de uma sociedade milenar, a sociedade dos privilegiados que tudo tiveram, tudo possuíram e que entendiam que todos aqueles que de nada dispunham deviam servir, permanentemente, uma vez que seu patrimônio e sua propriedade deveriam ficar intocáveis, a serviço da sua única e exclusiva individualidade (PIAUI, 1998).

Os camponeses também foram ouvidos na CPI das Ligas. José Esperidião Fernandes, lavrador e líder da Altat, descreveu o que era a vida de um trabalhador agrícola no interior do Piauí. Era um camponês sem assistência, sem garantia do uso da terra, à mercê do proprietário, sem salário mínimo, sem escolas para seus filhos, sem assistência médica, sem transporte, sem crédito, vivendo do seu próprio trabalho e colhendo da terra alheia o sustento para si e para a sua família.

O lavrador Esperidião, indagado pelo presidente da comissão, deputado Carlos Gomes, sobre o que se comprava com o valor pago, respondeu que, quando muito, dava para comprar um pouco de café e de farinha e que era, por isso, que os camponeses estavam se organizando, era o sentido da luta. Um trabalhador agrícola dos anos 1950 e 1960, no interior do Piauí, ganhava cerca de 80 a 10 cruzeiros.

Esse cenário de exploração e repressão no interior do Piauí é denunciado no jornal *Terra Livre* de fevereiro de 1963. Apontava-se que 70% dos camponeses do município de Piri-piri encontravam-se doentes, na sua maioria por tuberculose. Uma região de angústia e fome, onde as famílias viviam em barracos sem nenhuma espécie de assistência. Em meio à seca, em que

já não rendia muito a produção, ainda tinham que entregar a metade do que colhiam para os jagunços dos fazendeiros, sem sobra que lhes matasse a fome (EM PIRIPIRI, 1963).

Segundo a reportagem do *Terra Livre*, Piripiri não recebia ajuda do governo desde 1958. Os lavradores, além de entregarem sua produção ao latifúndio, não podiam criar animais nem usar os açudes dos donos da terra, canais de água muitas vezes criados pelo governo, com dinheiro público, em razão da seca (EM PIRIPIRI, 1963).

A cerca de 200 km de Piripiri, em janeiro de 1963, os camponeses, percebendo as possibilidades de uma vida mais justa e mais livre por meio da organização dos lavradores estabelecidas na capital, Teresina, e na cidade de Campo Maior, se organizaram e fundaram a Associação Profissional dos Camponeses e Lavradores de Parnaíba, com 500 associados. A sede da associação de Parnaíba ficava na localidade chamada Labino e funcionava debaixo de um cajueiro. Conquistaram sementes para o plantio, escola para 50 crianças filhas de lavradores e ferramentas de trabalho. Mas a sua luta maior era contra as perseguições dos latifundiários e grileiros, contra a fome, a miséria, a exploração e os crimes e injustiças a que eram submetidos os camponeses. O latifúndio transformava a terra em pastagem, impondo condições absurdas aos trabalhadores e agregados para poder permanecer na terra. No município, a maioria das denúncias se concentravam na região da Ilha Grande de Santa Isabel (LUTAM, 1963).

A direção da associação de Parnaíba⁴² foi composta pelo presidente Roberto Ferreira da Costa, pela secretária Maria Ferreira do Nascimento, pelo tesoureiro Raimundo de Matos Oliveira, pelo segundo-secretário Carlos Ferreira de Freitas e pelo segundo-tesoureiro Emiliano Viana do Nascimento. No conselho fiscal, ficavam Maria Raimunda Marques, Veridiano Mendes da Silva e Porfírio José de Oliveira. Os suplentes do conselho fiscal eram José Arimatéia da Costa, Francisco Ferreira da Costa e Alice Rodrigues da Silva.

A organização da associação contava com uma direção composta por mulheres. O que nos leva reafirmar o que disseram Melo e Sabbato (2008): as mulheres rurais estão na raiz da luta pelo acesso à terra no Brasil.

Mulheres como Maria Ferreira do Nascimento, Maria Raimunda Marques e Alice Rodrigues da Silva recriam⁴³ os espaços saindo de seus deveres com a casa e com o cuidado reprodutivo e lançando-se nos espaços dominados pelo patriarcado, lugares que ainda hoje continuam sendo espaços imprescindíveis ao processo de mudança nas relações de poder e em busca de igualdade. Elas ocupam os espaços políticos, indo além daqueles espaços que, até então, lhe eram reservados na estrutura patriarcal, segundo Paulilo (2016, p. 244), “as lides com

⁴² Ver Anexo H.

⁴³ Verbo inspirado no livro *Esperança feminista*, de Diniz e Gebara (2022).

a terra, com a casa, na igreja e, quando muito, o envolvimento nas atividades comunitárias. Não era a rua, o sindicato, o partido político ou mesmo a Pastoral da Terra”.

Esses rearranjos acontecem na década de 1960, período que Céli Pinto (2010) indica como os primeiros sinais do feminismo como um movimento libertário nos países do Ocidente. Contudo pondera que, no Brasil, a dinâmica foi diversa em relação ao resto do mundo e que as primeiras manifestações feministas no país aconteceram no ambiente do regime militar na década de 1970.

Jânio Quadros, após uma vitória avassaladora, renunciava, Jango chegava ao poder, aceitando o parlamentarismo, a fim de evitar um golpe de estado. O ano de 1963 foi de radicalizações: de um lado, a esquerda partidária, os estudantes e o próprio governo; de outro, os militares, o governo norte-americano e uma classe média assustada. (PINTO, 2010, p. 16).

Refletindo sobre a referência dos sinais do feminismo, pensa-se por que não reconsiderar a participação e o deslocamento que as mulheres camponesas promoveram, desde o fenômeno das Ligas Camponesas, ao se integrarem na organização, mesmo que de forma pontual, como um passo na busca por transformações? Dessa forma, acredita-se que a influência feminista no Brasil também poderia ser percebida na participação das mulheres camponesas na luta pelo direito à terra na década de 1960. Sobretudo se considerar que, em meio à efervescência dessa década, também estava o movimento camponês, incluindo as mulheres, que participavam da luta por reforma agrária. Muitas delas, participando de movimentos, entre os quais, como bem disse Ricci (2009), das mais importantes organizações rurais dos anos 1950 e 1960 que lideraram lutas de resistência política, as Ligas Camponesas e a Contag.

Andrade (2009) também apresentam estudos que redesenham a participação das mulheres camponesas na história, apontando que as mulheres é que enfrentavam a polícia e os jagunços quando estes chegavam aos povoados, indicando que havia uma divisão sexual do trabalho de guerra, estrategicamente pensada. “O grupo familiar luta em conjunto, elaborando estratégias que envolvem mulheres, homens, idosos e crianças” (ANDRADE, 2009, p. 243).

Andrade (2009, p. 243), ao citar Shiva (1995), agrega a esse debate a reflexão de que

relatos nos ajudam a compreender que, também nos momentos de guerra, o grupo familiar camponês age como unidade, conforme uma divisão de papéis ancorada em relações de gênero tal como pensadas e vividas nessas sociedades e não como poderíamos pensá-las do ponto de vista de um feminismo ocidental, construído em determinado momento histórico. (SHIVA, 1995 apud ANDRADE, 2009, p. 243).

Moreira (2019), ao falar sobre feminismo no seu trabalho, abordou algumas novas construções que vêm se fortalecendo nesse debate e cita o feminismo camponês como uma nova linha que reflete uma nova perspectiva em estudos mais recentes. Segundo a pesquisadora, “a construção histórica do feminismo — tratada por algumas como hegemônica e dominada por uma visão do ‘norte global’ — tem sido questionada por diversos grupos e organizações feministas por ser considerada uma visão unilateral, eurocêntrica, branca e elitista” (MOREIRA, 2019, p. 53).

Nessa contrapartida ela traz a definição do que seria o “Feminismo Camponês Popular” citando Taboas (2018):

Nome atribuído à construção de um projeto político essencialmente vinculado à realidade concreta e cotidiana das mulheres camponesas latino-americanas, uma prática política em constante construção que se apoia em um tripé — organização popular, formação política e luta de massas — e tem como horizonte a libertação das mulheres e do povo latino-americano, entendendo que esta é uma realização coletiva, não uma tarefa para ser cumprida individualmente [...]. Reflete fundamentalmente as práticas diárias de resistência à dominação-exploração patriarcal-racista-capitalista protagonizada por mulheres camponesas latino-americanas. (TABOAS, 2018 apud MOREIRA, 2019, p. 53).

Essa percepção sobre a participação da luta das mulheres rurais no Brasil como um ato importante de reorganização, ganha fôlego, segundo Moreira (2019, p. 55) na Marcha das Margaridas.

Entre os anos de 2000 e 2010, o movimento de mulheres rurais no Brasil viveu um intenso processo de organização, articulação e mobilização, que tem na Marcha das Margaridas uma importante referência. Quanto à perspectiva feminista, percebe-se que esta vai amadurecendo na Marcha das Margaridas à medida em que as reivindicações das mulheres por reforma agrária, acesso à água, por saúde integral e contra a violência passam a ser compreendidas como parte de uma luta contra o patriarcado. (MOREIRA, 2019, p. 55).

3.8 A luta por Reforma Agrária estava nas ruas

No dia 1º de maio de 1963, Dia do Trabalhador, centenas de camponeses, operários e estudantes, nas cidades de Teresina e Campo Maior, simultaneamente, foram às ruas pedir por reforma agrária radical e por uma nova política econômico-financeira que abrissem caminho para os camponeses e as massas trabalhadoras (LOPES, 1963b, p. 2).

O evento foi marcado pela expressiva participação das classes trabalhadoras, que contaram com o apoio e a presença do deputado estadual Deusdedith Ribeiro, do advogado dos camponeses piauienses Francisco Bento, do líder popular Raimundo Antunes Riberio e do jornalista Ribamar Lopes. Os atos foram promovidos pela Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Campo Maior e Teresina, junto ao Sindicato de Construção Civil, com os respectivos presidentes das entidades, Luis Ribamar Lopes e Antônio Luis Higinio (LOPES, 1963b, p. 2).

A criação de novos núcleos de Ligas Camponesas crescia e, passados alguns dias da passeata, dava-se conta de mais uma associação, dessa vez no município de Amarante, quando, nos dias 11 e 12 de maio, no I Encontro dos Camponeses no Piauí, verificou-se que o evento teve iniciativa não apenas das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Teresina, Campo Maior e Parnaíba, mas também da referida cidade de Amarante (I ENCONTRO, 1963).

Em 1963, os jornais *O Semanário* e *Terra Livre* registram esse encontro, onde foram aprovados os Estatutos da União dos Camponeses do Piauí (Unicampo), que foi fundada e teve eleita a sua primeira diretoria para funcionar como uma espécie de federação do movimento camponês (I ENCONTRO, 1963).

Na ocasião, o plenário dos camponeses também aprovou uma moção de protesto ao ministro da Guerra, em face da prisão do padre Alípio de Freitas,⁴⁴ considerado pelos camponeses do Piauí como um apóstolo da reforma agrária. Também aprovaram uma moção de reconhecimento a Chagas Rodrigues, que, enquanto governador do Piauí, teria possibilitado condições para que se iniciasse, no estado, a criação de associações camponesas, não consentindo que a polícia perseguisse os camponeses e os trabalhadores que se reuniam para discutir as reivindicações da classe (I ENCONTRO, 1963).

Em seguida ao encontro, também foi criada uma Frente de Mobilização Popular (FMP) no Piauí, oriunda das ações que ocorreram ainda na Guanabara. As forças de lá estabeleceram contato com lideranças piauienses para instalar, em Teresina, um comitê estadual dessa organização política, destinada a trabalhar em favor das reformas de base.⁴⁵

No dia 17 de maio de 1963, o comitê foi instalado durante uma reunião dos setores na Câmara Municipal de Teresina, que foi composta por diversos segmentos da sociedade, entre

⁴⁴ Para mais informações, ver Sousa (2019).

⁴⁵ A execução do Programa de Reformas de Base do Partido Trabalhista, o programa defende, entre outras coisas, o direito de greve para os trabalhadores, controle sobre os lucros das companhias estrangeiras enriquecidas no Brasil e racionalização dos depósitos bancários, que quer dizer a proibição para os bancos estrangeiros receberem dinheiro em depósito no Brasil (PTB, 1960).

eles operários, camponeses, estudantes, funcionários públicos e representações de associações de bairros, da imprensa e rádio, dos vereadores municipais e dos deputados estaduais. Na semana seguinte, a FMP receberia no Piauí uma caravana de parlamentares do Comitê Nacional, que falaria ao povo em comícios em prol das reformas de base.⁴⁶

Logo depois, em agosto de 1963, é divulgado em *O Semanário*, na edição nº 347, o manifesto da FMP, recentemente instalada em Teresina, que diz:

A Frente significa a união de todos os brasileiros (encabeçando a lista dos trabalhadores, camponeses, estudantes, os sargentos, cabos, praças e oficiais patriotas, os sacerdotes lúcidos e corajosos de quaisquer religiões) que já tomaram ou estão tomando consciência do que ocorre presentemente em nosso país, com a grande maioria do povo numa crise de empobrecimento que chega a ser miséria, enquanto uma minoria pequena empanturra-se com o que abocanha das imensas injustiças sociais que são cometidas contra o povo. É a união de todos esses patrícios mais esclarecidos e já convencidos de que há uma causa para explicar esse disparate e essa desorganização, havendo por outro lado o conhecimento de como se possa sair dessa situação de aperturas por todos os lados. Brasileiros que, agora, se juntam numa Frente única, com uma ação estuada e decidida para travar a imensa luta que é a tarefa da Libertação Nacional. Como fazer essa libertação nacional? — é o que se pode interrogar! E há uma resposta para isso, que será dita ao povo pela Frente de Mobilização. A resposta que está nas necessidades que temos das chamadas Reformas de Base. A Frente propõe a ensinar ao povo o que são essas reformas e de como o povo pode consegui-las, pois, hão de ser conquistas pelo povo, que é a grande vítima da falta dessas providências e será o grande beneficiário da execução das reformas. A Frente funcionará no meio do povo, assim como se fosse um comício permanente, pondo em descoberto as origens dos problemas e organizando o povo para a batalha de solução, que os mais bem informados já sabem qual seja. Está de pouco a pouco, espalhando-se pelo Brasil inteiro, formando as forças populares que vão encaminhar as reformas até as últimas consequências. No Piauí, a sua presença tem o mesmo sentido que o terá no Amazonas ou no Rio Grande do Sul, pois, o sofrimento está no país inteiro e o desejo de melhoria está em toda parte. Diante disso tido — e

⁴⁶ “As reformas de base foram construídas pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e fizeram parte do programa de governo de João Goulart (1961-1964). As medidas de Reforma de Base foram: a lei restringindo a remessa de lucros pelas companhias multinacionais às suas matrizes; controle mais rigoroso das atividades do capital transnacional no Brasil, o capital estrangeiro foi definido como os bens, maquinário e equipamentos que entrassem no Brasil destinados à produção de bens ou serviços sem as despesas iniciais de cobertura cambial, bem como investimentos com dinheiro em espécie introduzidos para atividades econômicas. A administração de João Goulart tentou também conseguir o monopólio estatal da importação de petróleo e desapropriar as cinco refinarias privadas do Brasil, assim como rever as concessões de mineração dadas às corporações multinacionais. Na frente trabalhista, tentou reajustar os salários mínimo, reajustar o poder aquisitivo dos trabalhadores e empregados, estabelecendo uma política de controle de preços e supervisionar a distribuição dos bens básicos de consumo. Foi decretado também o primeiro e tímido estágio da Reforma Agrária. O governo objetivou também controlar e limitar o redesconto bancário, junto a outras medidas para combater a especulação financeira. Fixou uma linha política independente para o Brasil dentro da Organização dos Estados Americanos, das Nações Unidas e outros organismos internacionais. João Goulart também propôs uma reestruturação do sistema tributário baseado na taxa da renda, uma reforma eleitoral dando a analfabetos e soldados o direito a voto e concedendo novamente a sargentos a elegibilidade ao legislativo, bem como uma reforma do sistema educacional estendendo seus benefícios às classes populares. Em outras palavras, seu programa era sem dúvida reformista, favorecendo a participação popular” (DREIFUSS, 1981, p. 132).

há mais do que isso — a Frente de Mobilização Popular — Comitê do Piauí — sente-se com a autoridade para exclamar que ninguém, nenhum brasileiro, nenhum piauiense, que não pense e não sinta como um monstro, pode ficar parado face a essa anarquia e calamidade nacionais. Todos homens e mulheres de todas as idades, de todas as escalas de vida, de todas as categorias profissionais, de todos os partidos políticos, de todas as religiões, sem nenhuma discriminação, estão convocados para a empreitada da libertação nacional. Para libertar-nos do latifúndio com a reforma agrária radical. Para que nos libertemos do imperialismo. Para que fiquemos libertos da miséria, com o conseguimento e execução das reformas de base, que começam com a reforma agrária e se estendem pela reforma urbana, a reforma administrativa, a reforma bancária, a reforma universitária, a reforma tributária, é a que deve abrir o largo caminho para as outras. Finalmente, como resumo, façamos pacificamente a Revolução Brasileira, isto é, a mansa revolução do trabalho para todos, a fraternal revolução da justa distribuição dos frutos desse trabalho, pois só o trabalho é capaz de dar o chute na miséria e construir o progresso e, somente a justa distribuição dos seus frutos realizará o bem-estar do povo — para cujos objetivos se faz necessário funcione no Brasil um Governo Nacionalista e Democrático. (FMP, 1963, p. 6).

A mobilização das classes trabalhadoras significava a desestabilização do conservadorismo e dos privilégios que mantinham a burguesia no poder. Se considerar-se que as reformas de base trariam a mudança social que assombrava os donos das grandes fortunas, para eles, era preciso o falecimento da esquerda revolucionária.

Ainda no mesmo ano em que as forças progressistas se fortaleciam com ampliação do seu apoio através de novas unidades de mobilização, ocorre um atentado à Altat. A sede da associação foi incendiada. O jornal *Liga* denunciou o crime, os responsáveis pelo crime seriam os latifundiários que, revoltados com a decisão em que a Justiça reconheceu e garantiu o direito de camponeses de trabalhar novamente em suas roças, promoveram o ataque contra os camponeses (TURBA, 1963).

No final do ano, outro ataque foi registrado pela imprensa. A notícia em *O Semanário* descrevia que um dos mais ferrenhos latifundiários do município de Campo Maior, na zona chamada Pubas, em Cachoeira, mandou fazer um ataque aos camponeses. Quarenta e cinco homens armados com revólver e rifles em um caminhão atacaram doze camponeses que estavam brocando. Tomaram seus instrumentos de trabalho e conduziram-nos até suas casas para que as desocupassem, sob pena de incendiá-las caso não o fizessem. Os jagunços teriam estabelecido o terror de forma que mulheres e crianças ficaram em pânico (DOZE, 1963). Cerca de 100 outros casos de violência semelhantes a esses contra camponeses foram registrados dentro do mesmo período .

Cabe aqui a observação feita por Girardi e Fernandes (2009) de que a violência é empregada pelos fazendeiros e pelo Estado contra os camponeses.

A violência pode ser direta ou indireta. A violência direta é a violência física, empregada contra a pessoa, a posse e a propriedade camponesa por meio das ameaças de morte, assassinatos, tentativas de assassinatos e expulsão da terra por jagunços contratados por fazendeiros e empresários. O Estado também pratica esse tipo de violência ao realizar despejos judiciais. Ele atua de forma ativa e passiva na violência direta. Exemplos de forma ativa são os despejos judiciais e os massacres promovidos pelas forças militares na tentativa de dissipar manifestações de luta, cumprir ordens de despejo e mandatos de reintegração de posse. A forma passiva ocorre com a sua omissão em relação à violência direta praticada pelos fazendeiros e empresários contra os camponeses. (GIRARDI; FERNANDES, 2009, p. 343).

O desencadeamento de conflitos agrários passa a ser constante, de tal forma que os camponeses organizados tentavam acordos por meio da Justiça, envolvendo a Superintendência de Política Agrária (Supra), representando o governo; a Federação das Associações Rurais do Estado do Piauí (Farepi), entidade ligada aos proprietários de terras; e a Unicampo, pela união dos camponeses.

No entanto os acordos não eram cumpridos e os conflitos permaneciam com os ataques contra camponeses, incendiando suas casas, ordenando despejos mediante violência e destruição dos roçados.

Após um ano em que as forças populares e progressistas por reforma agrária e pela emancipação nacional tinham sido positivas, quando foram feitos avanços na organização das classes trabalhadoras e no apoio necessário à sua ampliação, os últimos meses de 1963 já pareciam ser o prenúncio de uma era tenebrosa, que viria acontecer com os retrocessos da ditadura civil-militar.

Em março de 1964, a Contag, entidade que surgiu a partir da antiga Ultab, do PCB, em defesa dos trabalhadores rurais, lança o plano de ação e luta para 1964. O documento já indicava a onda de perseguição às lideranças sindicais. As diretrizes diziam:

Em face da existência de mais de 40 camponeses processados, incurso na Lei de Segurança Nacional, e dos constantes atentados praticados contra os diretores dos sindicatos rurais, a diretoria da Contag, depois de fazer um preciso levantamento desses fatos, encaminhará ao presidente da República e ao ministro da Justiça relatório denunciando essas perseguições e pedindo medidas de proteção àqueles que usam o direito legal de se organizar e reivindicar. (PLANO, 1964, p. 5).

Em 1º de abril de 1964, os militares dão o golpe de estado e implantam a ditadura civil-militar, colocando o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco na presidência da

República. Em seu discurso, ele reafirmava a continuidade do poderio que dá sustento às coroações aos grandes proprietários de terra atravessando o Brasil, especialmente no Nordeste:

Sustentarei com todas as forças a união, a integridade e a independência desta Pátria, dentro e fora de seus limites territoriais. Não apenas a herança admirável da unidade nacional, mas concórdia de todos os brasileiros. Serei o presidente de todos eles e não o chefe de uma facção [...]. Foi uma revolução a assegurar o progresso sem regenerar o passado. (O DISCURSO, 1964, p. 1).

Vale questionar de qual “herança admirável” o militar se referia. Seria a que permeava longos anos de penúria do campesinato brasileiro, as expulsões a que durante toda a vida as famílias camponesas das terras foram submetidas? Castelo Branco não esconde em seu discurso a aversão às propostas e movimentos de mudanças sociais, e é possível inferir essa reação ao dizer que asseguraria o progresso sem regenerar o passado. Um passado de desigualdades sociais, de má distribuição de renda e de miséria em que viviam milhares de camponeses e a massa trabalhadora do país.

O Brasil estava sob os mantos, por 21 anos, do regime de ditadura civil-militar. As características do governo autoritário não permitiriam ideologias de oposição. O golpe militar coroou os silenciamentos no campo a partir de 1964. As Ligas Camponesas foram imediatamente colocadas na ilegalidade e o sindicalismo rural sofreu severo controle por meio da intervenção do governo militar (SARAIVA, 2020); o PCB retraiu-se de sua ação no campo.

Em junho de 1964, iria ser realizado o I Congresso das Ligas Camponesas do Brasil, para aprovar suas teses programáticas, seus novos estatutos e eleger sua direção definitiva, mas o golpe militar de abril interrompeu todo esse processo. No Nordeste do Brasil, onde as Ligas foram, principalmente presentes, a organização foi a que mais sofreu prisões e, inclusive, assassinatos, sobretudo no âmbito de sua seção de massas. (STÉDILE, 2012, p. 64).

3.9 Piauí: carroceria da ditadura civil-militar

O governo do Piauí e a imprensa andavam de mãos dadas, declaradamente alinhados com o golpe de estado, que foi sucedido com a deposição de João Goulart e a tomada de poder pelo marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, no dia 1º de abril de 1964. Nos jornais do Piauí,

a Reforma Agrária teve maior destaque porque reflete não só o contexto histórico que o Brasil atravessava, mergulhado no debate das Reformas de

Base, mas também pelas particularidades do Piauí, pois este Estado teve como princípio colonizador os grandes latifúndios para a criação de gado. (OLIVEIRA, 2018a, p. 335).

Segundo Oliveira (2018a, p. 342), “Os movimentos que lutavam pela Reforma Agrária, nesse momento, tinham recebido o nome de organizações comunistas pela maior parte de anticomunistas ligados à propriedade privada”.

Na capital, uma palestra foi pronunciada no dia 8 de abril, em uma cadeia de emissoras formada em Teresina. A iniciativa foi divulgada pelo jornal *O Dia* em 11 de abril, repercutida em um editorial assinado por Jesus Elias Tajra.⁴⁷ A declaração se definia como uma palestra sobre o comunismo. O autor se posicionava como anticomunista e situava o leitor de que as forças que dominavam agora no país impunham como medida o sepultamento definitivo do comunismo. Ele refere-se ao ato como uma ação fulminante de coesão e firmeza, que teriam sido os fatores determinantes para a vitória das Forças Armadas (TAJRA, 1964). As palavras usadas pelo jornalista e declaradamente ditas anticomunistas nos dão a ideia da linha editorial do jornal, que fez parte da cadeia de emissoras formadas para anunciar o que eles chamavam de “vitória democrática”.

Outra notícia mostra o alinhamento do estado do Piauí e suas instituições com os militares em 1964. Segundo o jornal *O Dia* de 17 de abril de 1964, editado sob o comando do coronel do Exército Octávio Miranda e do diretor comercial e coronel da PM Joffre do Rêgo Castello Branco, o governador Petrônio Portela não apenas participou das solenidades, mas assinalou em entrevista que tinha testemunhado o fato com entusiasmo. Na ocasião, ele reafirmou o apreço pelas Forças Armadas e destacou o papel que o coronel Francisco Mascarenhas Façanha, comandante da Guarnição Federal de Teresina, vinha desempenhando (GOVERNADOR, 1964).

As publicações indicavam como seriam os próximos anos sob o domínio da ditadura civil-militar. Em nota na mesma edição, a Guarnição Federal de Teresina se pronunciou por meio do coronel Francisco Mascarenhas Façanha, a quem Petrônio Portela demonstrou prestígio: “A Guarnição Federal de Teresina continua dedicada à sua missão de extirpar deste estado as raízes do movimento comunista” (GUARNIÇÃO FEDERAL, 1964, p. 6).

⁴⁷ Elias Tajra foi jornalista e teve sua primeira filiação partidária em 1962, pelo Partido Democrata Cristão (PDC). Conquistou seu primeiro mandato em 1966, ao se eleger deputado estadual pela Aliança Renovadora Nacional (Arena). O jornalista também veio a ser, na década de 1980, o fundador da TV Pioneira, retransmissora da Rede Bandeirantes de Televisão, emissora que, em 1998, passou a se chamar TV Cidade Verde e a retransmitir a programação do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) até os dias de hoje.

Notas no jornal *O Dia*, veículo de comunicação de grande circulação, lançavam, sem muitas informações, notícias que davam conta de mais prisões, porém, sem mencionar nomes, motivos, direito de defesa e muito menos o destino de pessoas que eram aprisionadas.

A Guarnição Federal de Teresina agindo com a colaboração da Polícia Militar e da Polícia Civil prossegue no seu trabalho visando a desbaratar inteiramente os comunistas do Piauí, sendo que, nos últimos dias, efetuou mais algumas prisões. Nenhuma nota, porém, foi distribuída à imprensa. É que convém ao bom andamento das diligências que, por enquanto, seja mantido sigilo em torno das referidas prisões. (GUARNIÇÃO EFETUA, 1964, p. 1).

Encontrar informações que indiquem a atuação das organizações camponesas e sindicais no período da ditadura civil-militar no Piauí por meio da grande imprensa é um trabalho difícil em meio à parcialidade. Como visto, os veículos de comunicação do estado estavam emparelhados com os militares.

De acordo com o jornalista Dantas (2008), o golpe civil-militar de 1º de abril de 1964 alcançou Teresina com um sistema de comunicação de massa formado por três emissoras de rádio – Difusora, Clube e Pioneira — e seis jornais — Jornal do Piauí e Jornal do Comércio, que circulavam às quintas-feiras e domingos; O Dominical, editado pela Arquidiocese, que circulava uma vez por semana nas principais igrejas, e Folha da Manhã, Folha do Nordeste e O Dia, os três últimos com engajamento político. O Dia, por exemplo, havia sido arrendado ao Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, de Chagas Rodrigues, em 1962. Mas, em abril de 1964, já era editado sob o comando do coronel do exército Octávio Miranda e tinha como diretor comercial o coronel da PM Joffre do Rêgo Castello Branco. (DANTAS, 2008 apud MELO, 2018, p. 16).

Logo, as notícias cumpriam apenas as ordens alinhadas à linha editorial ideológica das Forças Armadas. Consta em Memórias da Ditadura (2021), do Instituto Vladimir Herzog, que a maioria esmagadora dos meios de comunicação (da imprensa escrita, do rádio e da TV) apoiou a ditadura civil-militar e se submeteu aos ditames da censura oficial e dos padrões.

O estudo de Porto e Teixeira (2020) também evidencia o controle das instituições que teriam dificultado a produção de registro e atuação dos movimentos sociais durante a ditadura civil-militar.

Entre abril e maio de 1964, segundo levantamento realizado nos Diários Oficiais da União, o Ministério do Trabalho nomeou 242 interventores. Interveio em sete das dez confederações, entre elas o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e a recém-criada Contag. Cabia aos interventores investigar, identificar e denunciar o passado de lideranças sindicais conhecidas, selando assim o futuro dos dirigentes que planejavam a resistência

e a luta pelo atendimento de suas demandas. (ESTEVEZ; TEIXEIRA, 2015 apud PORTO; TEIXEIRA, 2020, p. 267).

As organizações que apoiavam as lutas camponesas eram vigiadas e foram censuradas no Piauí, a exemplo do programa que se chamava *Desperta, Camponês*, da Rádio Pioneira, emissora criada por Dom Avelar Brandão Vilela e inaugurada em 8 de setembro de 1962, que foi tirado do ar após o apresentador e jornalista Manoel Emílio Burlamaqui de Oliveira ser preso por oficiais da Guarnição Federal de Teresina.

As manchetes, editoriais e artigos dos jornais eram patrulhados por um capitão do exército, à disposição do qual, todas as noites, a partir das 21 horas, eram colocadas as cópias das páginas que comporiam as edições dos dias seguintes. A igual rotina, se submetiam as emissoras de rádio da capital e do interior. (MELO, 2018, p. 16).

Nos espaços sindicais, a realidade era de intervenções e movimentos duramente reprimidos. Contudo não significou que o sindicato, enquanto instituição, tenha desaparecido. Segundo Medeiros (1989) vários deles foram fechados e tiveram sua carta de reconhecimento cassada, mas alguns chegaram a manter suas diretorias. “Para o regime que se constituía, que era marcado por uma proposta modernizadora da economia e da sociedade, não se tratava de eliminar o sindicalismo rural, mas sim de lhe dar uma outra direção, mais condizente com os novos tempos” (MEDEIROS, 1989, p. 87).

Foi o caso da Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura do Piauí (Fetag-PI), em sessão solene realizada no dia 10 de abril de 1972, sob a presidência do delegado regional do Trabalho e Previdência Social no estado, ao eleger sua nova diretoria. Ela era composta, então, pelo presidente Henrique Gomes Vilanova; o vice-presidente Francisco Romão da Silva; o primeiro-secretário Leocadio Nunes Oliveira; o segundo-secretário Luis Soares Filho; e o tesoureiro José Ribamar Deão. Os suplentes eram Bartolomeu Moraes de Souza, Manoel Alves Bezerra, Francisco Cavalcante Lima, Luis Soares Viana e Antônio Alves Pereira.

Alguns volumes das revistas e jornais da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra)⁴⁸ e do *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*⁴⁹ deram apoio para investigar como se deu

⁴⁸ Entidade civil sem fins lucrativos criada em 20 de setembro de 1967, no Rio de Janeiro, com o objetivo de ajudar a promover a concretização da Reforma Agrária no Brasil, dentro dos marcos conceituais a que se refere o Estatuto da Terra, de 30 de novembro de 1964. Associação composta por técnicos, estudantes, profissionais liberais e dirigentes de associações e sindicatos de trabalhadores rurais em âmbito nacional, e articulada a um grande grupo de entidades de apoio aos movimentos sociais rurais.

⁴⁹ “Chamado de Boletim Sem Terra em suas primeiras edições, a circulação foi oficializada em 15 de maio de 1981. A publicação era assinada pela Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra e foi realizada pelos

a continuidade da luta dos camponeses piauienses nas décadas de 1970 e 1980, pois o jornal do PCB, o *Terra Livre*, deixou de circular em 31 de março de 1964, assim como o jornal *O Semanário* (RJ), após a redação ser invadida e obrigada a fechar as portas. Os conteúdos representavam a imprensa alternativa, que foi um espaço importante de crítica ao regime militar, de divulgação de denúncias e de debate das organizações de esquerda.

Uma das primeiras consequências do golpe militar de 1964 foi o sufocamento da imprensa de esquerda, comunista, socialista, nacionalista. Deixaram de circular imediatamente após o golpe jornais e revistas, como *Novos Rumos*, *Semanário*, *A Classe Operária*, *Política Operária*, de organizações comunistas, ou *Ação Popular*, da organização de mesmo nome, e *Movimento*, da União Nacional dos Estudantes (UNE), entre muitos outros. (MEMÓRIAS DA DITADURA, 2021).

3.10 Sob o silêncio e o medo

Antônia Maria da Conceição, Antônia Flor, é assassinada durante o período da ditadura civil-militar, quando as condições de trabalho e vida do campesinato já tinham sido denunciadas no Congresso Nacional com a CPI das Ligas em 1961, que mostrou a miséria e a pobreza, principalmente no Nordeste, região onde se concentravam as tensões de perseguição e violência das tropas da ditadura.

A ditadura civil-militar, iniciada em 1964, assolava o campo com as perseguições aos trabalhadores e tolhia quaisquer vestígios de organizações que foram ligadas à reforma agrária radical⁵⁰ e às reformas de base. Com o projeto desenvolvimentista da ditadura civil-militar acentuando a expansão canavial e dos pastos, o campesinato via-se obrigado a submeter-se a situações análogas à escravidão. “Em 1965, um documento feito por um grupo do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes), encarregado de realizar estudos preparatórios para um programa de governo militar, se torna base do Estatuto da Terra, lei implementada nos primeiros meses de Ditadura Militar” (MARTINS, 1994, p. 68).

Ao explicar sobre a reforma implantada pelo governo militar, Martins (1994) assinala que ela foi baseada na distinção das propriedades não apenas pelo tamanho, como fazia o governo deposto em 1964, que dirigia seus ataques ao que então se chamava de latifúndio improdutivo. Distingue-se pela intensidade da utilização e, pode-se dizer, também as diferencia

Movimento de Justiça e Direitos Humanos e Comissão Pastoral da Terra. [...] O nome só foi trocado para *Jornal Sem Terra* na edição número 36” (SILVA; CONSOLE, 2020).

⁵⁰ “A bandeira da reforma agrária radical, na lei ou na marra, saída dos camponeses das Ligas. No sermão da missa inaugural do I Congresso Nacional dos Camponeses se aplaudia com ‘vivas à reforma agrária radical’ e ‘morte aos latifundiários’” (STÉDILE, 2012).

pela forma social de uso da terra. O Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964) classifica as propriedades em minifúndio, empresa, latifúndio por dimensão e latifúndio por exploração (BRASIL, 1964). Prevê, por isso, uma política de remembramento das pequenas propriedades e de dificultação do seu aparecimento mediante fragmentação de propriedades maiores.

O Estatuto incorporou que a reforma fosse executada mediante principalmente a tributação e, em segundo lugar, mediante desapropriação. A forma da indenização deixou justamente de ser importante, porque as desapropriações de terras seriam feitas nos casos e nas áreas de tensão social, seja devido à pressão da procura de terra em áreas de minifúndios, seja devido a conflitos fundiários. O Estatuto faz, portanto, da reforma agrária brasileira uma reforma tópica, de emergência, destinada a desmobilizar o campesinato sempre e onde o problema da terra se tornar tenso, oferecendo riscos políticos. (MARTINS, 1981, p. 95-96).

Conforme Santos (1972), no Piauí, na cidade de Bertolândia, centro-sul do estado, verificou-se a ocorrência de conflitos agrários típicos do que Martins (1981) se referia, áreas de tensão à espera da reforma agrária, mesmo que nos moldes de emergência, como sugeria o regime militar.

O município Bertolândia estava localizado em uma área dominada por latifundiários e grileiros, situada a 200 km de Amarante (PI), região em que existiram núcleos das Ligas Camponesas em 1963. Nessa área, cerca de 50 famílias que trabalhavam há mais de 30 anos no local, considerada sesmaria e onde o dono dizia ter a declaração de posse, estavam sob pressão policial a mando do referido proprietário. O conflito se dava pelas famílias não conseguirem pagar a renda base, por terem sofrido prejuízos na lavoura com a falta de chuva. A mediação veio somente por meio da delegacia da Contag e da Fetag-PI, que tentaram fazer acordo para que as famílias retornassem às terras e, assim, proceder com a demarcação da área diante da desapropriação, conforme previa a legislação em vigor (SANTOS, 1972).

O caso de Bertolândia era apenas mais um entre tantos outros que ocorriam não apenas no Piauí, mas em outros estados da Federação, segundo a *Revista da Abra*. Aferia-se, então, o “O flagelo do camponês no Piauí”, como assim descreve a matéria: “Exploração humana pouco combatida e fatos oriundos de acordos políticos, acobertados por pessoas consideradas merecedoras de crédito seja no âmbito municipal, estadual ou federal” (SANTOS, 1972, p. 11).

A prática da grilagem de terras se acentua na década de 1970. O tipo de crime aparece recorrente nos registros históricos, inclusive no Piauí. Nesse ano, nasce o Incra, instituído em 9 de julho de 1970, com a missão de regularizar a situação fundiária do país e incorporar milhares

de pessoas ao sistema produtivo. Inicialmente, uma resposta dos militares à questão do conflito no campo.

Nos anos de 1971 e 1972, segundo publicação na *Revista da Abra* (RODRIGUES; SILVA, 1975), um estudo que analisava a incidência no noticiário de conflitos de terras no país em três jornais de grande veiculação registrou 106 casos, sendo 43 deles correspondentes ao ano de 1971 e 62 casos ao ano seguinte. No entanto o jornal explica que o estudo apontou que o noticiário, por sua vez, cobria apenas uma fração dos conflitos que efetivamente ocorreram no meio rural, a raiz do problema agrário. A pesquisa, para aferir essa relação, realizou um levantamento direto no mesmo ano de 1971, indagando as federações estaduais de trabalhadores rurais sobre os conflitos verificados em suas áreas de jurisdição. Nesses anos, existiam, segundo dados da pesquisa divulgada, 20 federações, 12 das quais se obteve respostas.

O estudo registrou, ainda, um número muito grande de incidentes que não guardavam nenhuma relação com aqueles identificados pelos noticiários (RODRIGUES; SILVA, 1975). O Piauí aparece nessa relação, onde não se encontrou nenhuma notícia de conflitos em jornais, enquanto a entidade de classe Fetag-PI catalogou 44 conflitos em 1971 (Anexo I).

A nova Política Agrária Brasileira era desfavorável aos trabalhadores rurais sem-terra, que eram divididos em grupos de posseiros, boias-frias, arrendatários, meeiros e parceiros.

O que se sucede à promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural é a mudança do regime político, em 1964, e a promulgação posterior do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de dezembro de 1964). Esse contém toda uma legislação agrária, consubstanciada, por um lado, no princípio da reforma agrária, e, por outro, na estruturação de condições favoráveis ao empreendimento capitalista na agricultura. (DELGADO, 1985, p. 44).

A década de 1970 modifica também a atuação dos sindicatos. Medeiros (1989, p. 96) aponta que

A proliferação de sindicatos que ocorreu no início dos anos 70, num período de desmobilização, contribuiu para acentuar a heterogeneidade do sindicalismo que então ia se constituindo. Estabeleceu-se uma situação muito especial onde, de um lado, conformaram-se sindicatos desvinculados das lutas e, de outro, os conflitos emergiam e, em algum momento, acabavam tendo que ser traduzidos pelo sindicato, canal instituído para a filtragem das reivindicações e seu ajustamento à linguagem jurídica. Em situações desse tipo, a natureza real dessas entidades se explicitava e criava condições para o aparecimento de uma leitura crítica da própria prática sindical. Tentando dar direção a esse conjunto, encontrava-se, como já apontamos, a Contag, que procurava manter vivas as bandeiras de luta dos trabalhadores. (MEDEIROS, 1989, p. 96).

No Piauí, por exemplo, em 1970, nasce a Fetag-PI, que, em 18 de maio de 1975, funda o Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Piripiri, ambas organizações ligadas a Contag. A entidade, em Piripiri, nasce com 27 sócios, entre eles, quatro eram mulheres trabalhadoras rurais:⁵¹ Francisca Pereira de Oliveira, Luiza Maria da Conceição, Maria do Rosário de Fátima e Raimunda Clemente dos Reis.

A lutas sindicais nesse período junto aos conflitos no campo, a reposição salarial e as mobilizações pela anistia, segundo Medeiros (1989), fazia crescer um novo clima oposicionista. “Os trabalhadores rurais que, nos anos mais negros da ditadura, resistiram e conseguiram articular formas próprias de organização. Embora débeis, elas se mostraram capazes de manter as bandeiras de luta dos anos 60. A demanda por reforma agrária continuava na ordem do dia” (MEDEIROS, 1989, p. 85).

Dois anos antes da criação das entidades, em 1973, tinha ocorrido o II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, convocado pela Contag. Medeiros (1989) escreve que o congresso orientou os dirigentes que a reforma agrária se fizesse enquanto “processo global”, que ela não fosse confundida com colonização, que não se concretizasse através da transferência dos camponeses para áreas distintas das que habitavam, mas que se realizasse com a fixação do homem no local onde morasse. “A proposta de construção de um movimento sindical amplo, integrado, impunha a necessidade de considerar esses novos polos de conflito que se traduziam, concretamente, na expulsão de milhares de trabalhadores de suas terras” (MEDEIROS, 1989, p. 100).

As diretrizes do II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais refletiam a expansão das federações, como visto com a criação da Fetag-PI, que, anos depois, em conjunto com o Incra-PI, realizaram o I Seminário Estadual de Dirigentes Sindicais e Trabalhadores Rurais no estado, no auditório da Delegacia Federal de Agricultura, em Teresina. O encontro tratava de problemas relacionados a posse e uso da terra, arrendamento rural, acidente de trabalho no meio rural, entre outros. Nesse evento, datado de 13 a 15 de setembro de 1978, estiveram presentes o diretor-presidente da Contag, José Francisco da Silva, e o diretor-presidente da Abra, José Gomes da Silva. Verifica-se que as conquistas dos camponeses eram bem pontuais em meio à esfera do desenvolvimento rural sob a égide do projeto de modernização capitalista.

O ano de 1978 é justamente o mesmo ano em que a gleba Gameleira, em Piripiri, passa a ter o primeiro registro oficial de compra e venda da terra, com o primeiro proprietário do título da terra identificado como Francisco das Chagas Cruz. Época em que iniciam os conflitos com

⁵¹ Ver Anexo J.

a posseira Antônia Maria da Conceição, Antônia Flor, que já teria 88 anos e, ao menos, 43 anos de moradia na terra; como também em que se iniciam os conflitos por terra e as divergências nas relações de trabalho e condições de moradia no meio rural entre camponesas e fazendeiros.

Medeiros (1989) aponta que, paralelo à consolidação do sindicalismo rural, também cresceu o espaço dos conflitos no campo.

Os móveis dos conflitos que se desenvolviam, apesar de suas inúmeras manifestações concretas, eram principalmente a luta pela garantia dos direitos conquistados e pela permanência na terra. [...] Eram dois os fatores que criavam um clima extremamente tenso na região: a tendência de os proprietários expulsarem os moradores e foreiros e as disputas que ocorriam no interior mesmo do processo de produção e que envolviam o ganho final do trabalhador. (MEDEIROS, 1989, p. 102).

Stédile (2010, p. 74) diz que esse processo de construção do apogeu do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro caracterizou-se como um processo gerador de profunda desigualdade e altamente excludente, custeado por um regime ditatorial e por um aparato institucional.

O cenário fez com que a Igreja também mudasse sua orientação quanto à questão camponesa e passou a olhar também para a questão indígena, com a abertura da Rodovia Transamazônica e de outras estradas na Amazônia, implementadas pelo programa de “militarização da questão agrária”, como chamou Martins (1994, p. 85). O violento cenário da expulsão dos posseiros de suas terras e do genocídio contra indígenas reorganizou os bispos, e, em 1975, a Igreja Católica criou a CPT, comissão que passaria a nascer também no Piauí, em 1979.

3.11 Reforma agrária reacende a luta no Piauí

A reorganização das trabalhadoras e trabalhadores era o sinal de uma nova fase no país, representando um novo processo de efervescência, que levou grupos sociais a erguerem-se e afirmarem-se na agitação da luta pela redemocratização, fora de um marco que os coagiram.

O final dos anos 70 e o início dos anos 80 foram marcados pela eclosão das lutas no campo e nas cidades. Neles, evidenciou-se plenamente a crise do regime militar, marcado por dificuldades de natureza econômica, fortalecimento de setores oposicionistas no interior da própria burguesia e contestação popular. (MEDEIROS, 1989, p. 121).

Morissawa (2001, p. 98), em *A história da luta pela terra e o MST*, conta que o presidente-general João Baptista Figueiredo (1979-1985), diante da política de abertura, concedeu anistia aos acusados e(ou) condenados por crimes políticos e trouxe de volta ao país muitos exilados. Com o pluripartidarismo reestabelecido, formaram-se o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), ambos de articulação de esquerda. E a Aliança Renovadora Nacional (Arena) muda de nome, passando a se chamar Partido Democrático Social (PDS).

Verifica-se também, na ala nacional conservadora, representando os grandes proprietários de terra e o agronegócio, chamados pela imprensa de bancada ruralista, a constituição da União Democrática Ruralista (UDR), ligada à manutenção das grandes propriedades e à modernização do campo na perspectiva empresarial.

Na ala dos sindicatos, já existia, segundo Ricci (2009), uma rede de lealdades no interior do sistema sindical da Contag, envolvendo sindicatos de trabalhadores rurais, federações e confederação. “Adotaram uma linha legalista, nunca superando a margem dos direitos garantidos em lei, mesmo no período mais duro do regime militar. Esse ideário fundou uma gigantesca estrutura sindical que, entre 1971 e 1980, gerou mais 1.200 STRs” (RICCI, 2009, p. 327).

Essa referência afirma o que se constatou em Piripiri em 1980, onde já estavam em funcionamento tanto a Fetag-PI como a Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Piripiri (STR/Piripiri), composto com a presença de trabalhadoras rurais como Antônia Flor, que se filiou no sindicato aos 85 anos, em 1975. Além dela, participaram da fundação da organização sindical Francisca Pereira de Oliveira, Luiza Maria da Conceição, Maria do Rosário de Fátima e Raimunda Clemente dos Reis.

Como se vê, na década de 1980, se multiplicaram as organizações sociais, os grupos, os movimentos sociais em defesa de reforma agrária e dos direitos. Inclusive é quando surgem os movimentos autônomos de mulheres rurais.

Ao longo do crescimento da participação de mulheres no movimento sindicalista rural, a década de 1980 foi caracterizada pelo crescimento, em muitos estados, do movimento autônomo de mulheres rurais, o MMTR. Os MMTRs estaduais surgiram no final da década de 1980 no Sul e no Nordeste quase ao mesmo tempo. Os MMTRs estaduais eram frequentemente formados por mulheres membros dos sindicatos filiados à Contag ou à CUT e que sentiram necessidade de criar seu próprio espaço para lidar com questões de gênero e com os interesses das mulheres. (DEERE, 2004, p. 182).

A mudança no contexto político somada ao sentimento de justiça e de luta por um Estado democrático de direito, tanto das classes trabalhadoras quanto do campesinato, fazem os sindicatos se reorganizarem, principalmente aqueles ligados à defesa dos trabalhadores do campo, trazendo internamente a experiências de resistência das Ligas Camponesas, desmobilizadas pela ditadura civil-militar.

Nesse novo momento na história de luta pela terra, surge um importante movimento, com a criação, em 1981, do MST. De acordo com Anita Brumer (2009, p. 37), nasceu dos resultados da determinação e da capacidade de luta demonstrada pelos sem-terra nas invasões e nos acampamentos realizados no Sul do Brasil, uma organização de defesa dos interesses da camada dos produtores que não detêm a propriedade da terra, a qual é independente e paralela à organização sindical.

O movimento representava, como define Stédile, dirigente nacional do MST, a herança das lutas das Ultabs e das Ligas Camponesas.

Defendendo explicitamente a reforma agrária e os trabalhadores sem-terra, e também o conjunto dos excluídos dos benefícios do crescimento econômico, que trouxeram para a paisagem rural e política a presença dos acampamentos, geralmente organizados próximos a grandes áreas de terras improdutivas, portanto, sujeitas à reforma agrária. (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2015, p. 47).

A década também é marcada por novos rumos no movimento feminista. De acordo com Pinto (2003), a questão política pareceu dominar o feminismo em 1982, quando surgiu uma nova divisão entre elas.

De um lado ficaram as que lutavam pela institucionalização do movimento e por uma aproximação da esfera estatal e, de outro, as autonomistas, que viam nessa aproximação um sinal de cooptação. Surgem, ao longo da década, fortes grupos feministas temáticos, associados ou não a essa dicotomia, entre os quais se destacaram os que passaram a tratar da violência contra a mulher e da saúde. (PINTO, 2003, p. 68).

Seria o início, segundo Butto e Dantas (2011, p. 14), no contexto das lutas sociais e da afirmação política, de “condições mais favoráveis para a formulação e a implementação de políticas públicas para as mulheres rurais e para a afirmação de uma agenda feminista no desenvolvimento rural”.

Nesse início de década, em meio a essa corrente ação de classe, surge duas centrais sindicais: A CUT, em 1983, e a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), em 1986. Em

1983, dez estados lançam a “Campanha Nacional pela Reforma Agrária Já”, contra a ineficácia do Estatuto da Terra e do programa de governo militar para a questão agrária. Além disso, reivindicam a garantia da aplicação da legislação do Estatuto do Trabalhador Rural, instituído no governo de João Goulart, mas, em tempos de ditadura civil-militar, a lei e seus direitos não se faziam cumprir nem eram garantidos aos posseiros, meeiros e assalariados.

Como apontou Deere (2004, p. 178), pouco foi realizado com relação à redistribuição de terra durante o regime militar, uma vez que os militares estavam submetidos à tradicional classe de proprietários e seu primeiro interesse foi o de apoiar a modernização da agricultura. A política do governo, na década de 1970, centrou-se na modernização das fazendas através de um abundante crédito subsidiado.

Em 1983, o Estatuto da Terra completa o 19^a aniversário sem ser comemorado pelos trabalhadores rurais, afinal muitos nem conheciam a lei. Ela se inscreveu na história como disse Martins:

O regime militar não teve, ao longo de seus 20 anos de duração, uma conduta uniforme em relação à questão agrária e às lutas camponesas. Embora tenham mantido uma orientação básica em relação aos conflitos no campo: de um lado, circunscrevê-los e desativá-los, pela força e pela coação moral; de outro lado, identificar e aniquilar as lideranças, tidas como intervenções alienígenas na sociedade brasileira. Era a tradicional doutrina do cerco e aniquilamento. (MARTINS, 1994, p. 80-81).

O ano de 1983 é marcado pelo lançamento da Campanha Nacional pela Reforma Agrária em vários estados no país. Segundo o *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra* (REFORMA, 1984), no Piauí, a campanha é promovida pela Fetag-PI e pela Contag, e o ato de lançamento contou com a presença de 600 pessoas e com a participação de 75 sindicatos de trabalhadores rurais, além de outras entidades, indicando que a campanha cresceria com esforços redobrados para levar essa bandeira adiante.

A classe de trabalhadores não aceitava mais a passividade do governo diante da crescente concentração de terra, que expulsava, todos os anos, milhares de trabalhadores do campo, segundo foi publicado no *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra* (REFORMA, 1984), apontando que era necessária uma reestruturação fundiária no Brasil e, portanto, era inadiável e fundamental para alterar o quadro de dificuldades a aprovação da “Reforma Agrária Já”.

A Campanha Nacional era contra os conflitos pela terra, que atingiam brutalmente o campesinato ao defender o chão por ele trabalhado anos a fio e que só se agravava com os anos no país. Os camponeses sofriam com as expulsões e, sobretudo, com o modelo de modernização

da agricultura. As atitudes do campesinato não eram hostis ao progresso técnico, desde que ele não privilegiasse a concentração fundiária e a entrega de terras, especialmente de fronteiras, a multinacionais, a bancos, a empresas industriais e a grandes proprietários, que transformavam culturas alimentares em áreas de intensa pecuária, extensos pastos e de desmatamento. As frentes de luta das organizações incentivavam a resistência dos trabalhadores na terra por meio da aplicação do Estatuto da Terra, além de buscar melhores condições de trabalho através da luta pela aplicação da legislação trabalhista.

Em 1984, sobre o “Plano de Reforma Agrária Já,”⁵² Frei Sérgio Görgen, na época, coordenador da Pastoral Diocesana de Frederico Westphalen e assessor do MST do Rio Grande do Sul, afirmava que a reforma agrária abrangeria resumidamente os aspectos:

- a) *Distribuição de terras*: um primeiro aspecto da reforma agrária seria a desapropriação de latifúndios, áreas improdutivas, terras das multinacionais, terras de quem não precisa delas para viver [...], terras que ultrapassassem uma certa área máxima, para serem distribuídas [...]
- b) *Nova Política Agrícola*: Para beneficiar o conjunto dos trabalhadores rurais [...], garantindo preços justos aos produtos do agricultor, eliminando o intermediário através de cooperativas de produção e consumo e através de órgãos governamentais [...]. Os insumos, as máquinas e as ferramentas para a lavoura deveriam ter preços mais baixos controlando a exploração das firmas. A produção deveria ser prioritariamente para o consumo interno, alimentos para matar a fome dos brasileiros. Criação de linhas de crédito e projetos de assistência técnica para beneficiar o pequeno agricultor.
- c) *Melhorias das Condições de Vida no Campo*: [...] como estradas, transportes adequados, programas de saúde comunitária e melhoria do atendimento médico, melhores condições de habitação, alimentação e ensino no meio rural. (GÖRGEN, 1984, p. 11).

Segundo Frei Sérgio Görgen (1984), havia no Brasil 288 milhões de hectares de terras improdutivas, nas mãos de poucas pessoas, que deveriam ser distribuídas aos 14 milhões de trabalhadores rurais. Ele denuncia que, naqueles últimos 10 anos, o número de posseiros passou para 500 mil, ou seja, 500 mil sem-terra ocuparam um pedaço de terra e, dela, não saíram.

⁵² “No início do governo Sarney surgiram alguns indícios de que poderia haver mudanças no tratamento até então dado à questão agrária. Para o Ministério dos Assuntos Fundiários e para o Incra (como aliás faria para a maior parte dos cargos de confiança), Sarney manteve os nomes já escolhidos por Tancredo Neves, respectivamente o advogado paraense Nelson Ribeiro, ligado à Igreja, e o agrônomo José Gomes da Silva, um dos redatores do Estatuto da Terra, fundador da Associação Brasileira de Reforma Agrária — Abra, e amplamente conhecido como um ardoroso defensor da reforma agrária. Logo após, em princípio de abril, foi criado o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad), Já então iniciavam-se os trabalhos de 17 ‘grupos de ação’, compostos por técnicos de renome e destinados a subsidiar uma ‘proposta’ de Plano Nacional de Reforma Agrária. A constituição desses grupos previa a participação em cada um deles de um trabalhador rural ou pessoa diretamente ligada às suas organizações. Normalmente tratava-se ou de um sindicalista ou de um assessor, o que levou a um precoce compromisso entre o movimento sindical e a proposta oficial” (MEDEIROS, 1989, p. 173).

É o caso de Antônia Maria da Conceição, Antônia Flor, que já estava na gleba Gameleira, antes mesmo da aquisição da terra por Francisco das Chagas Cruz, conhecido por Chico Ventura. Ela já estava há 45 anos no território. E é no meio da história da luta política por reforma agrária que implicava o campesinato disputar o poder de decisão com a classe latifundiária na quebra do monopólio da terra e pela apropriação dos bens produzidos, que Antônia Flor é assassinada em 1984, ainda em tempos de ditadura civil-militar. Ela não viveu para ver as conquistas das políticas, que viriam ocorrer nas próximas décadas, referentes aos avanços pelo direito à terra. Ela foi parte fundamental dessa luta, uma resistência que se somou na caminhada de vários posseiros sem-terra.

No âmbito nacional, um ano depois, em 1985, sob o clima de mudanças no tratamento dado à questão agrária, o novo governo, de José Sarney, anunciou a proposta de PNRA como um programa prioritário da sua gestão. Os pontos principais do PNRA foram apresentados durante o IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em Brasília em 1985. Segundo Medeiros o plano significava

Um rompimento com a política agrária dos governos anteriores e, pela forma como foi gestada e os princípios que guiaram sua formulação, significou um reavivamento da crença dos trabalhadores e do movimento sindical rural no atendimento de suas antigas e sempre reiteradas reivindicações. (MEDEIROS, 1989, p. 175).

Nesta discussão, o *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra* (MARANHÃO, 1985) denunciava a concentração de terras por grandes latifúndios e trazia também levantamentos sobre áreas aproveitáveis não exploradas. Nisso, o Piauí aparece como uma das áreas promissoras, segundo dados do Incra, o estado era o segundo no país com maior área aproveitável, com 56,73%.

O problema é que a reforma agrária prometida nunca ocorreu. De um lado, as organizações que representavam os trabalhadores rurais, posseiros, arrendatários, boias-frias e todos aqueles excluídos pela modernização do campo reivindicavam que o governo declarasse que as propriedades cadastradas como latifúndio fossem passíveis de desapropriação, de outro, o Estado se negava se aliando às demandas que atendessem ao capital. Como bem disse Martins,

A história contemporânea do Brasil tem sido a história da espera do progresso. Como o progresso não veio, senão de um modo insuficientemente lento, essa história se transformou na história da espera da revolução. Mas a revolução também não veio (afinal, devia ser esperada ou devia ser feita?). Na verdade, a história da sociedade brasileira tem sido uma história inacabada, uma história que não se conclui, uma história que não chega ao fim de períodos

definidos, de transformações concluídas. Não é uma história que se faz. É uma história sempre por fazer. (MARTINS, 1994, p. 11).

Todos esses registros são fios condutores que revelam as estruturas nas quais se formou o cenário em que ocorre, em 1984, o assassinato de Antônia Maria da Conceição, Antônia Flor. Mulher negra e mãe de 11 filhos, viúva de 94 anos e posseira no povoado de Gameleira desde 1935, área que viria a ser, em 2005, o Assentamento Antônia Flor, em sua homenagem. Ela foi assassinada por um pistoleiro a mando do fazendeiro Francisco Ventura, mais conhecido por Chico Ventura, que só teria chegado nas terras em que ela morava em 1978.

O caso é mais um conflito que, por muitos anos, foi silenciado, constatando o que muitas vezes já foi observado, que a história das classes é difícil de ser feita a partir de arquivos, que são produtos de homens que detêm o monopólio dos textos e da coisa pública. Semelhante ao que revela Perrot (2017), ao falar sobre os espaços masculinos e femininos e representações ligadas a cada sexo:

A distinção entre público e privado implica uma segregação sexual crescente do espaço. Uma das suas chaves talvez seja a definição do espaço público como espaço político reservado aos homens. Através da coisa pública, dos assuntos políticos, desenha-se um mundo da sociabilidade masculina de onde as mulheres estão excluídas. (Perrot, 2017, p. 200).

Atestando, sobretudo, que essa história revela o protagonismo da resistência de uma mulher na luta pelo direito à terra, como escreve Perrot (2017, p. 170-171): “Ora, a exclusão feminina é ainda mais forte. [...] A carência de fontes diretas, ligada a essa mediação perpétua e indiscreta, constitui um tremendo meio de ocultamento. Mulheres enclausuradas, como chegar até vocês?”

4 RESISTÊNCIAS DE MULHERES CAMPONESAS NA LUTA PELA TERRA: TRAJETÓRIAS NA CONSTRUÇÃO DO ASSENTAMENTO ANTÔNIA FLOR

4.1 Mulheres na luta pela terra: quem são elas?

A pesquisa chega, em janeiro de 2022, até as mulheres camponesas e trabalhadoras rurais do Assentamento Antônia Flor: Antônia de Sousa Neta, mais conhecida como dona Nenê; Raimunda Maria da Conceição Silva, mais conhecida como dona Bulega; Maria Alves Pereira; Eunice Oliveira Barros Soares; Maria do Carmo de Sousa Oliveira Macêdo; e Rita Souza Vieira.

A pesquisa traz as mulheres e suas memórias como categorias para revelar como elas participaram do processo de construção da luta pela terra, tornando-as, nas palavras de Diniz e Gebara (2022), “sujeitos de sua história”.

Temos que ter a coragem de nos ouvirmos sim e temos que ter, sobretudo, a coragem de ouvir aquele segmento da população brasileira, como o segmento indígena, como o segmento feminino, que sempre foram objeto na história, que nunca foram sujeitos da sua própria fala, que agora se assumem como sujeitos da sua fala, se assumem como sujeitos da sua história. (GONZALEZ, 2020, p. 242 apud DINIZ; GEBARA, 2022, p. 115).

Schwendler (2009) diz que a luta pela terra coloca em cena sujeitos historicamente excluídos de diversos direitos. Em outras palavras, evidencia a história das relações de grupos sociais, especialmente, de mulheres camponesas que foram alvo recorrentemente de uma desigualdade esmagadora de diversos direitos. É o que pôde ser visto, por exemplo, no Assentamento Antônia Flor, no município de Piripiri. Mulheres trabalhadoras rurais que lutaram não só pela terra, como também contra a subjugação do patriarcado. “O patriarcado apaga as memórias, desaparecem com as mulheres. É o feminismo que resiste à amnésia imposta pela circulação de histórias únicas” (DINIZ; GEBARA, 2022, p. 109).

Cordeiro (2006) diz que o uso da nomeação mulher trabalhadora rural é bastante recente e, no Brasil, está diretamente ligado à ação política das mulheres que vivem e(ou) trabalham na área rural. Complementa-se a isso o que disse Mota (2006), que a identidade de mulher trabalhadora rural é uma automeação a partir de recursos que lhes permitem que se vejam naquilo que sabem de si. Envolve sentimentos de pertença e diferenciação, pautados em relações sociais nas quais se inserem. “Nessa identidade de mulher trabalhadora rural se articula classe, gênero e lugar, formando uma sobreposição de representações apoiadas em conjuntos

diferenciados de relações sociais, e cuja composição já supõe um conflito interno” (MOTA, 2006, p. 347).

Desta forma, tomou-se conhecimento de quem são elas, a partir do que aludem Diniz e Gebara (2022), acreditando na escavação do passado, e isto é o que faz o feminismo: lança novas perguntas ao passado, escuta outras vozes para deslocar o presente e imaginar o futuro.

Figura 4 – Antônia de Sousa Neta, em janeiro de 2022



Fonte: acervo pessoal (2022).

A trabalhadora rural aposentada Antônia de Sousa Neta (figura 4), 67 anos, mais conhecida no PA como dona Nenê, se mudou para a comunidade quando se casou com Enoque Ferreira Santiago, filho de Antônia Flor, com quem foi casada por 40 anos e teve cinco filhos. Seu esposo faleceu em 2019, com 71 anos. Dona Nenê chegou à região quando ainda se chamava povoado Gameleira. Vivenciou os conflitos por terra da região até a conquista do assentamento.

Atualmente, com ela, mora apenas um dos filhos, os demais moram em São Paulo. Apesar de aposentada, ainda trabalha com a lida na terra. Mantém uma pequena roça e uma criação de porcos para consumo próprio. É associada à Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Antônia Flor, como também do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Piripiri, entidade ligada à Fetag-PI.

Na condição de nora, conta sobre como era a pessoa de Antônia Flor como mãe, vizinha, sogra e trabalhadora rural. Narrou os conflitos entre os posseiros e os fazendeiros que passaram por Gameleira e seus motivos, bem como sua experiência como mulher do campo e as marcas que ficaram da violência na sua vida e das demais companheiras. Falou sobre o assassinato de Antônia Flor e os responsáveis pelo crime, como as famílias posseiras reagiam diante da

repressão e o processo de organização pela conquista da terra. Mostrou fotos e documentos de seu arquivo pessoal referente às homenagens feitas a Antônia Flor, da qual seu marido participou como representante.

Figura 5 – Raimunda Maria da Conceição Silva, em janeiro de 2022



Fonte: acervo pessoal (2022).

A trabalhadora rural Raimunda Maria da Conceição Silva (figura 5), 45 anos, é mais conhecida entre os moradores do PA como dona Bulega. Ela é mãe de três filhos e é casada. Nasceu na região, quando o local ainda era chamado povoado Gameleira.

Seu pai, que já faleceu, era trabalhador rural e também arrendatário de Francisco Ventura (Chico Ventura), o fazendeiro apontado como mandante do assassinato de Antônia Flor. Bulega era criança quando ocorreu o crime, tinha apenas cerca de sete anos. Ela contou que lembra do velório e das histórias do pai sobre Antônia Flor e Chico Ventura. Ela também é parente do esposo de Antônia Flor, o sr. Francisco Flor, a quem chamava de tio.

Está como tesoureira e suplente do conselho diretor da Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Antônia Flor, mas já foi presidente da entidade. Como agricultora familiar, planta feijão, mandioca, arroz e milho e mantém criação de galinha e porco. Paralelamente, ainda realiza as atividades da casa.

Bulega contou sobre como ocorreram os conflitos entre Antônia Flor e Chico Ventura e por quais motivos, o assassinato e os responsáveis, bem como o que aconteceu com eles depois, como a comunidade reagiu e lidou com a violência. Ela também conta como foi o processo de organização da associação e da regularização da terra como assentamento. Demonstra as inseguranças sobre as condições de vida no assentamento e como, atualmente, se encontra a situação dos beneficiários e da associação.

Figura 6 – Maria Alves Pereira, em janeiro de 2022



Fonte: acervo pessoal (2022).

A trabalhadora rural aposentada Maria Alves Pereira (figura 6), 66 anos, mãe de uma filha, se mudou para o PA Antônia Flor em 1994, quando se casou com José Luís dos Santos. Com o salário de aposentada, é responsável pelo sustento da família. Ela ainda planta feijão e verduras e cria galinhas para o consumo da família. Junto com a filha, divide as tarefas da casa. Faz a limpeza do espaço onde ocorrem as reuniões do assentamento, chamado Memorial Antônia Flor. Dona Maria se diz atuante na comunidade e participa como sócia da associação e do sindicato. Ela contou sobre o que já ouviu falar sobre o assassinato de Antônia Flor, os responsáveis pelo crime e como aconteceu. Dá sua opinião sobre os conflitos e o que a Antônia Flor representa para o assentamento.

Em comum, as três mulheres se apresentam como trabalhadoras rurais, sócias da Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Antônia Flor, como também do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Piripiri. Trabalham, principalmente, plantando mandioca, feijão e milho e com criação de galinha para consumo próprio.

Construir-se como mulher trabalhadora rural envolve vivenciar uma experiência traspassada por mecanismos que promovem objetivações e subjetivações que formata e institui sentimentos, atitudes e símbolos próprios. Para se dizer “sou uma mulher trabalhadora rural”, é preciso sentir-se e mostrar-se como tal. (MOTA, 2006, p. 347).

No Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Piripiri, com os dados coletados sobre a fundação da organização, nota-se que, no terreno da

luta pela terra, a resistência também nasce das mulheres. Francisca Pereira de Oliveira, Luiza Maria da Conceição, Maria do Rosário de Fátima e Raimunda Clemente dos Reis pertenceram ao quadro de fundadores do sindicato, criado em 1975.

Apesar de não obter dados⁵³ mais detalhados, a informação demonstra o que a pesquisadora Cunha (2006, p. 29), também trabalhadora rural, traz em seu artigo: “Na luta pela terra ou em qualquer outra, sempre estivemos presentes. Sempre lutamos. Temos nossas artimanhas, saberes, nossos desejos de justiça. Sempre fomos delegadas à invisibilidade, a ser mãe e esposa. O quadro muda e os conflitos hoje têm nova cara”.

Figura 7 – Eunice Oliveira Barros Soares, em janeiro de 2022



Fonte: acervo pessoal (2022).

Eunice Oliveira Barros Soares (figura 7), 55 anos, está como vice-presidente do sindicato, mas já esteve como presidente da entidade. Foi vereadora de Piripiri, no ano de 2012. É mulher quilombola, mãe, liderança sindical, agricultora familiar e assentada da reforma agrária há 24 anos. Hoje, ela reside no PA Residência, um dos sete projetos de assentamentos de reforma agrária do Incra existentes no município de Piripiri. Com seus três filhos e esposo Antônio Soares (Totonho), faz parte da Cooperativa Agrofamiliar dos Frutos da Terra. Juntos, mantêm uma produção de milho, feijão, mandioca, abóbora, acerola, goiaba e criação de porco e galinha. Eles produzem para o consumo e para a comercialização.

⁵³ Infelizmente, na pesquisa de campo, não foi possível obter mais informações sobre elas por falta de tempo hábil, uma das limitações do trabalho. No entanto, esse vestígio pode servir de provocações para pesquisas posteriores em uma possível (re)construção das suas trajetórias como lideranças sindicais.

Figura 8 – Maria do Carmo de Sousa Oliveira Macêdo, em janeiro de 2022



Fonte: acervo pessoal (2022).

Na Secretaria de Mulheres do sindicato, está Maria do Carmo de Sousa Oliveira Macêdo (figura 8), 45 anos, agricultora familiar e assentada no PA Residência. Junto aos dois filhos e o marido, Francisco Macêdo, cultiva o milho e o feijão para o próprio consumo, mas, quando a colheita é boa, conta que aproveita para comercializar nas feiras da agricultura familiar. Maria do Carmo conta que, desde de muito jovem, é militante. Antes de assumir a secretaria, foi delegada sindical. Ela desempenha o trabalho junto às comunidades de base, orientando as mulheres sobre seus direitos, sobre as políticas públicas e a organização da classe, promovendo rodas de conversas que tratam sobre a questão de gênero no meio rural e desenvolvendo ações de combate à violência, cursos e oficinas que fomentam a renda e o trabalho.

Figura 9 – Rita Souza Vieira, em janeiro de 2022



Fonte: acervo pessoal (2022).

Há 22 anos no movimento social, Rita Souza Vieira (figura 9), 50 anos, atualmente, está como presidente do sindicato. Mãe, agricultora familiar, já foi quebradeira de coco de babaçu, é assentada da reforma agrária pelo crédito fundiário, titulada no assentamento Baixo do Chucis. Ao se identificar, diz que não gosta de se dedicar à casa nem de fazer comida e, desde muito jovem, gostava mais de ficar no engenho. Filha e neta de agricultor familiar, produtor de farinha e de cana-de-açúcar na comunidade Vertentes, foi criada pelo pai porque perdeu a mãe quando tinha 11 anos, o que lhe colocou na condição de mãe dos seis irmãos.

Ao contar sobre sua trajetória como liderança e a luta pela terra, diz que os primeiros espaços a frequentar eram as reuniões do trabalho de base junto com as comunidades, como catequista ao participar dos movimentos da igreja, depois assumindo a liderança comunitária onde vivia e integrando-se na construção da associação de moradores, até chegar ao quadro da diretoria. Como agricultora familiar mantém, com os filhos e marido, dois tanques de criatório de peixe, um galpão de criação de galinha caipira, as quais vende na região, além de criar gado e ovelha. Possui um quintal produtivo, com macaxeira para consumo e comercialização.

A realização do trabalho a partir da história e das memórias individuais dessas mulheres, usando as palavras de Paulilo (2016, p. 231), são também parte da história das mulheres camponesas, da vida no campo, dos movimentos sociais de luta pela terra e dos direitos das mulheres, da história política e das políticas públicas de um Brasil que, nos últimos 20 anos, vêm sendo construídas e reconstruídas sobre outras bases ou, pelo menos, sobre desejos e sonhos de um país efetivamente democrático, com maior igualdade social.

Todas as entrevistas foram transcritas respeitando a variação linguística.⁵⁴ A pesquisa utilizou as informações das entrevistas para identificar e analisar a atuação de mulheres camponesas na conquista da terra no Piauí, desde a história e a atuação de mulheres como Antônia Flor até a criação do assentamento, que levou seu nome, em Piriri. Atendendo aos objetivos específicos de (re)construir aspectos históricos da luta pela terra no Piauí; (re)construir a história de vida de Antônia Flor e sua contribuição na luta pela terra; registrar a luta pela formação do assentamento Antônia Flor; e, por fim, registrar a atuação de mulheres na trajetória de construção política do assentamento Antônia Flor.

4.2 Recontando a história de Antônia Flor

⁵⁴ “Variação linguística é um fenômeno que acontece de forma natural, envolvendo a língua e toda a diversificação que acontece em seus elementos formadores, como o vocabulário, a pronúncia, a morfologia e a sintaxe. [...] A variação linguística se faz importante, porque de acordo com a sociolinguística, essas diferenças carregam a história de cada povo, cada comunidade” (BRAGA, 2021).

Figura 10 – Foto de Antônia Flor publicada pelo *Jornal do Lavrador*, da CPT



ANTONIA MARIA DA CONCEIÇÃO
 Antonia Flôr
 Assassinada no dia 01 de Dezembro de 1984
 Localidade Gameleira em Piripiri - Piauí
 Mandante do Crime: Faz. Francisco Ventura
 Situação atual: Nenhuma providência foi tomada

Fonte: Posseira (1984).

Antônia Maria da Conceição (figura 10), filha de Florêncio Ramos Feitosa e de Tereza Maria da Conceição, nasceu em 5 de agosto de 1890, nas mediações do município de Pedro II. Foi trabalhadora rural, mãe de 12 filhos, casada e viúva por duas vezes. Chegou a Gameleira, zona rural de Piripiri, no Piauí, por volta de 1935, local em que viveu como posseira por quase 50 anos. Na região, era conhecida como Antônia Flor e também como rezadeira.⁵⁵

Antônia Maria da Conceição foi uma das primeiras mulheres a se sindicalizar como trabalhadora rural, em 1975, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Piripiri.

⁵⁵ É entendido conforme Maria Margareth Costa Cunha (2006, p. 31), ao tratar sobre saberes tradicionais: “Nas comunidades, nossos pais e avós acreditavam muito nas rezadeiras, nos pais-de-santo, nas parteiras leigas que, além chegarem até as casas e pegarem o nenê, ensinam o uso das raízes naturais que servem como remédios e ainda rezam para o parto ser ligeiro”.

Tempos em que, referenciando Leonilde Medeiros (1989), no final dos anos 1970, começavam a surgir os primeiros sinais do esgotamento do regime militar e surgiam propostas distintas de luta para o campo.

Diversos setores da sociedade empreendiam formas de luta que tornavam mais visíveis as contradições que se acumularam nos anos mais obscuros. Reapareceram as greves, muitos sindicatos renovaram suas práticas, trazendo não só novas formas de expressão como também uma crítica radical à estrutura sindical. A luta pela anistia e a condenação econômica e política ao regime ganharam fôlego. Nesse quadro, as lutas no campo se diversificaram e se intensificaram, trazendo à cena política não só a sempre renovada luta pela terra, mas também greves de assalariados- em diversas regiões, lutas dos pequenos produtores modernizados e integrados por melhores preços para seus produtos. (MEDEIROS, 1989, p. 15).

Década também em que o país vivia um momento marcante na história do feminismo brasileiro. Pinto (2003) diz que o ano de 1975 tem sido considerado um momento inaugural do feminismo brasileiro, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) decide defini-lo como o Ano Internacional da Mulher e o primeiro ano da Década da Mulher, realizando uma conferência sobre o assunto no México. “A questão da mulher ganhava a partir daí um novo status, tanto diante de governos autoritários e sociedades conservadoras como em relação a projetos ditos progressistas que costumeiramente viam com grande desconfiança a causa feminista” (PINTO, 2003, p. 56).

A história de Antônia Flor caminha paralela a esses tempos, em que o feminismo (PAULILO, 2016) começava a se tornar presente em terras brasileiras, em plena ditadura civil-militar, estando em vigência um modelo econômico fortemente concentrador de renda.

No verbiário feminista de Débora Diniz e Ivone Gebara (2022), considera-se que Antônia Flor é feminista, apesar de nenhuma narrativa das mulheres camponesas fazer essa autodeclaração ou referir-se a Antônia Flor de tal maneira. Pois, se, no feminismo, segundo Diniz e Gebara (2022, p. 268), “desobedecer inventar a vida” é “um dos verbos que mais caracterizam o movimento feminista”, Antônia Flor, nas lentes desse estudo, foi feminista.

Em 1978, quando a gleba em que moravam foi vendida ao latifúndio, para Francisco Ventura, mais conhecido por Chico Ventura, começaram os conflitos por terra. Antônia Flor chegou, inclusive, a ser ré na Justiça, processo no qual um juiz da Comarca de Piri-piri teria decido a favor do latifúndio, determinando o despejo, mas ela se recusou a sair da terra sem indenização. Segundo dona Nenê: “Primeiro, ele foi muito bom no começo, né. Depois ele começou a querer que ela saísse, né, todo mundo, desocupasse. Eles já tinham mais de 50 anos

de moradia e o sindicato disse que não, que eles não podiam sair assim. Eles tinha o direito deles” (ANTÔNIA DE SOUSA NETA, 2022).

Antônia Flor foi desobediente às estruturas patriarcais como uma feminista⁵⁶ e resistiu não só ao domínio do latifúndio, mas também ao poder público. O momento pode ser traduzido no que diz Martins (1994): o desenvolvimento capitalista dissemina a pobreza, e não a riqueza e o bem-estar; como também, nesta sociedade, as instituições da Justiça fundamentalmente disseminam a injustiça. “A violência econômica violava, também, direitos dos trabalhadores, camponeses e índios. Direitos, aliás, consagrados em lei. Não poucos juízes e promotores atuavam e atuam ainda de maneira tendenciosa” (MARTINS, 1994, p. 142).

Essa injustiça não seria apenas a injustiça contra os camponeses, seria, sobretudo, a injustiça de gênero, como cita Nancy Fraser:

Uma das principais características da injustiça de gênero é o androcentrismo: um padrão institucionalizado de valor cultural que privilegia traços associados com a masculinidade, assim como desvaloriza tudo o que seja codificado como “feminino”, paradigmaticamente — mas não somente mulheres. (FRASER, 2002, p. 64-65).

Os conflitos por terra se passam no final da década de 1970 e início de 1980, momento em que grandes fazendeiros eram atraídos pelo capital que incentivava a pecuária e as grandes pastagens sob a proposta do incremento do desenvolvimento rural agropecuário. Tempo marcado pela expulsão de posseiros que não aderiam às novas condições de vida e trabalho na terra, com as modificações do regime fundiário. Quem resistia às expulsões, se via obrigado a trabalhar em condições rudimentares ou entregar a parte de sua produção ao fazendeiro.

Dona Bulega contou que o irmão, por exemplo, fazia alguns trabalhos para o dono da terra como o de cobrar ou confiscar a produção dos posseiros, entre eles, de Antônia Flor. “O Chico Ventura foi se desgostando deles, foi se desgostando por causa de mandar tirar as coisa do terreno e eles proibiam. Chico Ventura mandava derruba os buriti, subi nos pés de buriti, nos pé de manga e a veinha na hora que o carro chegava pra buscar as coisas ela barria, proibia” (RAIMUNDA MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA, 2022).

Os conflitos são, como explica Cunha (2006), as classes sociais se enfrentarem constantemente no campo. De um lado, a burguesia, que procura concentrar a terra ao máximo.

⁵⁶ Segundo Ivone Gebara, desobedecer talvez seja um dos verbos que mais caracterizam o movimento feminista. As feministas são, com frequência, acusadas de desobediência, e elas mesmas se afirmam como desobedientes a uma ordem imposta, que exclui a maioria das mulheres de direitos básicos. Desobedecer é infringir ordens dadas, costumes, tradições, leis que se pretendem reguladoras de comportamentos e guardiãs da convivência comum (DINIZ; GEBARA, 2022).

Do outro lado, os(as) trabalhadores(as), que enfrentam, a todo o momento, problemas de todos os tipos, para se manterem e para trabalhar na terra.

Nesse terreno da luta de classes, o assassinato de Antônia Flor, mais uma vítima, ocorre no dia 1º de dezembro de 1984, aos 94 anos, com um tiro de espingarda calibre 12, dentro da sua própria casa. O crime foi planejado pelo fazendeiro Chico Ventura ao contratar um pistoleiro, que se disfarçou de caçador perdido na mata para entrar na casa da trabalhadora rural. Ela acreditou, o acolheu, dando abrigo e comida. E, justamente, quando foi lhe servir a refeição, foi surpreendida com um disparo que lhe acertou o peito. Tombou ali mesmo, sem assistência médica.

Na Certidão de Óbito de Antônia Flor, consta, no campo “causa da morte”, a informação “sem assistência médica”. O instrumento que deveria ser fidedigno e refletir a realidade, oculta a informação do assassinato, reafirma a impunidade e revela o conluio das instâncias públicas, como o que Carneiro e Ciocari (2010) descrevem sobre o resgate das memórias do que ocorreu no campo durante o regime militar:

Foram construídas em grande medida no anonimato, em geral ignoradas pelos documentos oficiais, sobretudo porque foi ocultada sob o cotidiano de uma histórica relação de opressão e humilhação dos representantes do latifúndio contra os lavradores, os posseiros, os trabalhadores da terra. A violência política no campo desenvolveu-se, muitas vezes, longe dos instrumentos institucionais legais e da consciência de classe que faria valer os direitos humanos. Assim, os traços de sua memória durante a ditadura encontram-se, em boa parte, na voz daqueles que formaram tal consciência política, envolvendo-se nas mobilizações coletivas de luta pelo direito à terra. (CARNEIRO; CIOCCARI, 2010, p. 19).

No regime militar, aqueles que ousavam erguer-se e afirmar-se como comunidade livre, que escolhiam a esperança e não se curvar a um marco institucional que os coagisse, eram alvos. E a representatividade de Antônia Flor significava essa efervescência, assim como foram os trabalhadores no fenômeno das Ligas. Como bem explica Mota:

Na medida em que participam de um movimento e realizam suas manifestações públicas, vivem experiências pessoais e coletivas que são base para sua identidade, criando formas de representação e apresentação, instituindo um lugar feminino no território do movimento sindical rural. Dessa maneira emergem no campo político e social brasileiro como um grupo organizado, lutando por direitos e em busca de reconhecimento – fazem-se sujeito político, rompendo com uma situação de subordinação e com a fixidez de uma condição antes tida como destino. (MOTA, 2006, p. 346-347).

A força, a representatividade e a influência de Antônia Flor eram tão significativas que o proprietário da terra não apenas encomendou seu assassinato perverso, ele também não permitiu que o corpo de Antônia Flor fosse enterrado dentro de Gameleira, acreditando que a apagaria, inclusive, na memória dos demais posseiros. O fato mostra que não bastava eliminá-la, tinha de apagar qualquer vestígio da sua identidade. Então os filhos decidiram melhor sepultá-la nas redondezas, em uma área que fica localizada a 2 km de onde residia e que pertencia a um parente do ex-marido da trabalhadora. Hoje, no local, há um pequeno cemitério onde também está enterrado um de seus filhos, Cosme, que faleceu em 2008.

Na época, a família⁵⁷ de Antônia Flor denunciou o crime. Mas não houve investigação. “A família foi que denunciou, mas nunca deu em nada. Não aconteceu nada”, diz dona Nenê (ANTÔNIA DE SOUSA NETA, 2022). Em seguida, Bulega relata:

Aí, ficou abafado o caso e a família correu atrás, mas nunca encontraram quem tinha sido o matador né. Aí, depois de muitos anos foi que a gente soube que tinha sido o Chico Ventura que tinha mandado matar. Mas a família não pode fazer nada, né, porque ninguém tinha prova, né. (RAIMUNDA MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA, 2022).

Na época do assassinato, o *Jornal Lavrador* (anexos K e L), da CPT, de 1984, que denuncia o assassinato de Antônia Flor, consta que os suspeitos não foram indiciados em processo criminal nem mesmo interrogados pelo delegado de Piri-piri, Armando Castro. A reportagem, cujo título “Posseira é assassinada”, descrevia a forma como a trabalhadora tombou: “O rifle me matou” — referindo-se à espingarda de calibre 12 (POSSEIRA, 1984). As aspas teriam sido as últimas palavras de Antônia Flor, quando era amparada por seus filhos. O assassinato de Antônia Flor também foi denunciado na Missa de 7ª dia pelas organizações: o sindicato, a CPT, o Centro Piauiense de Ação Cultura (Cepac) e a paróquia de Piri-piri. Contudo o crime contra Antônia Flor ficou impune e foi silenciado por 13 anos.

Carneiro e Ciocari (2010) explicam que isso ocorre porque justamente um dos aspectos da opressão que sofre o camponês é também o esforço direcionado para silenciar a sua voz, para que ela não chegue aos jornais, à televisão, ao rádio, para que, em torno dela, não se crie uma rede de solidariedade.

Referindo-se à rede que fortalece a mulher no feminismo, movimento que ameaça o patriarcado e denuncia a violência contra as mulheres, Diniz e Gebara a definem como:

⁵⁷ Até a data da pesquisa de campo, soubemos que ainda há duas filhas de Antônia Flor vivas, uma reside em Campo Maior (PI) e outra em Brasília (DF). Tentamos contato para uma possível entrevista, mas elas não aceitaram participar. A outra filha não foi possível localizar, em tempo hábil, para a pesquisa de campo.

Somos voz de muitas gritando como num coro ensaiado, porque nossa dor é tão comum como o ar que respiramos. Somos vento e tempestade fora de casa gritando também contra o cárcere do leito onde algozes exploram e matam nosso corpo e onde os deuses não nos protegem mais. Somos grito rouco, louco, afinado e desafinado, pedindo que ouçam a nossa voz, que sintam ao menos em simpatia as dores de nosso corpo. (DINIZ; GEBARA, 2022, p. 29).

Antônia Flor era essa mulher que “gritava com a voz rouca e que ecoava”. Trabalhadora rural que rompeu, ao seu modo, o controle, o domínio do latifúndio e provocou rachaduras no patriarcado. Suas ações se movimentaram no sentido do que, citando Diniz e Gebara (2022, p. 103), o feminismo faz: “desperta no corpo o desejo de ser livre de muitas opressões”.

Compreensão que se revelava por atos de resistência, a trabalhadora rural foi irrefreável, pois as mesmas mãos que lavraram a terra eram as que reagiam aos direitos negados, que não temiam a hostilidade, ao mesmo tempo que forjavam a defesa e a esperança quando possível. Foi esse o significado da sua resistência: o de continuar fazendo o que sabia fazer, lavar a terra e viver nela, de amparo aos filhos e de encorajamento aos posseiros por novos tempos.

4.3 Memórias contadas sobre a resistência de Antônia Flor

Nesta subseção, as memórias das entrevistadas são tomadas como elemento para fundamentar a construção política de Antônia Flor, vinculada à legitimação da resistência na luta pela terra.

As narrativas redesenham o passado, compreendendo que memória, segundo Pollak (1992), é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

Há quase 90 anos, a história do assentamento Antônia Flor é repassada entre gerações, influenciadas pelo que explica Pollak (1992) sobre como podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação.

Dona Bulega, por exemplo, que era criança, com aproximadamente 10 anos de idade, reconta as histórias contadas pelo pai, que foi arrendatário⁵⁸ do proprietário da terra:

⁵⁸ É entendido conforme Martins (1981, p. 103-104), ao falar que o posseiro não deve ser confundido com o agregado: “este é o homem que mora na propriedade de um grande fazendeiro, com direito de fazer sua roça e com a obrigação de prestar serviços ao proprietário, como trabalhador ou como capanga. Não deve também ser confundido com o arrendatário ou com o parceiro: essas são pessoas que pagam renda em dinheiro ou espécie ao

Eu não tenho muito lembrança dela assim porque eu tinha 10 anos quando aconteceu o fato né. Mas eu ainda fui pra sentinela lá, passei a noite lá. Eu era grandinha que eu já aguentava passa a noite na sentinela, né. Mas não tenho muita lembrança do jeito dela não. Eu sei contá porque meu pai era rendeiro do dono da terra, o Chico Ventura. Aí meu pai era rendeiro dele e o terreno neste tempo era dele. (RAIMUNDA MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA, 2022).

Para Bulega, Antônia Flor não viveu para ver a conquista do assentamento, mas deixou um legado, que se define, segundo Fernandes, Medeiros e Paulilo (2009), na qualidade de valor, como um legado transmitido entre gerações, reatualizado e recontextualizado a cada nova geração que investe nessa adesão política.

A pobre véia sofreu tanto, mas num conseguiu o que ela queria, né. Mais é aquela coisa, os neto tão desfrutando do que ela deixou, né, porque um fio ainda desfrutô pouco, que foi o tio Noca, aí Deus chamou também. Mas tem os fio, tem os neto e aí com fé em Deus a gente tá pelejando por aqui. (RAIMUNDA MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA, 2022).

A resistência é reconhecida por dona Nenê, atrelada à importância da sogra para a formação do assentamento. Ela resgata esse significado ao lembrar das reuniões com os representantes do Incra e com as famílias para a organização e a criação do assentamento.

O assentamento foi construído por causa da morte dela e foi do jeito que foi. Ai por isso tinha sido desapropriado o terreno pras pessoa num viver mais nessa agonia. Aqui foi desapropriado, feito o assentamento por causa do que aconteceu. Por que se não fosse isso, ainda hoje esse terreno vivia aí na agonia. Um ruim pegava, outro pegava e vivia todo tempo desse jeito. (ANTÔNIA DE SOUSA NETA, 2022).

O depoimento anterior conecta a luta de Antônia Flor com a conquista da terra como fato principal, ou seja, sem ela, a terra não seria hoje o assentamento. Seu esposo Enoque divide o sentimento de coerência.

Nós nascemos aqui e nos criamos aqui. Minha mãe teve 10 filhos, hoje somos quatro. Essa história vem de muito longe. Era uma terra agregada, acho que desde 1935 a gente morava aqui. A luta era para trabalhar e continuar com a

proprietário em troca do direito de fazer suas lavouras. Menos ainda deve ser confundido com o “grileiro” uma figura que se tornou muito comum na história rural brasileira nos últimos cem anos aproximadamente: esse é o homem que se assenhoreia de uma terra que não é sua, sabendo que não tem direito a ela, e através de meios escusos, suborno e falsificação de documentos, obtém finalmente os papéis oficiais que o habilitam a vender a terra a fazendeiros e empresários”.

vida aqui, mas os ‘patrão’ passou a terra pra outras pessoas. E os novos donos complicou a vida da minha mãe em 84. Nós passamos toda essa crise, toda uma luta, para termos a terra, mas mesmo com minha mãe indo embora é uma felicidade saber que todos a admiram aqui. (CARPASO, 2018).

O que ele diz é que a morte da mãe não foi em vão como no dito popular “A morte de um é a herança do outro!” (BAHIA, 2006, p. 86). O trecho é de uma entrevista que ele concedeu ao portal Cidade Verde,⁵⁹ em 2018, fruto de investigação em jornais locais. O filho de Antônia Flor faleceu em 2019 com aproximadamente 70 anos.

Dona Maria, que chegou no assentamento em 1994, dez anos após o assassinato de Antônia Flor, ao conviver com as memórias compartilhadas, acaba aproximando sua história individual da história coletiva do assentamento:

Já ouvi falar nela, que foi matada. Foi uma morte barbaridade. Eu não conheci mermo ela, quando eu cheguei aqui, ela já não vivia mais em riba da terra. E aí eu não sei, porque. Se deram a ela um cantim pra ela morar e ela não quis. Aí o certo é da gente morrer, mas antes vá onde coloque a gente né. Mas ela quis foi assim. Pois, tem gente que tem opinião né. É opinioso. Prefiro morrer e de que sair da terra. O povo conta, eu mermo não sei contar que num vi. Mas contam que é porque ela não quis sair da terra. Ela queria morar em cima da terra e num queria largar os fio tudo, que também num tinha aonde mora, disse que ela era pobrezinha. Ela queria deixar os fio agasaiado mermo, como ela morreu mais deixou, os fio saíram, mas depois que morreu. (MARIA ALVES PEREIRA, 2022).

Dona Maria traz elementos constitutivos da memória, que, como Pollak (1992) explica, são aqueles acontecimentos vividos pessoalmente e aqueles “vivido por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. Ela relata o que ouviu por 28 anos, reproduzindo os traumas vividos pelas assentadas, por carregar os mesmos nós, as mesmas feridas que um povo sem terra. Ela supõe que, se existisse uma terra em que Antônia Flor pudesse viver e ela aceitasse a negociação, o conflito não aconteceria. Contudo ela retoma a ideia de que Antônia Flor tinha sua convicção pelo direito à terra e sua luta foi legítima para permanecer no território.

A luta de Antônia Flor é o reflexo e a continuidade de uma longa batalha que começou ainda na década de 1960 com o fenômeno das Ligas Camponesas, que se fortaleceu com os movimentos sociais e sindicatos na década de 1980, acompanhada pelo movimento feminista, como cita Melo e Sabbato (2008), que arrancou o véu legal do poder masculino no controle sobre a propriedade da terra. Ou, ainda, como Schwendler (2009) explica, ao falar que, ao

⁵⁹ Ver Carpasso (2018).

mesmo tempo que a mulher participa, com o homem, como membro de uma classe social, ela se coloca em luta pela sobrevivência para exigir o direito à terra e ao trabalho e descobre que precisa lutar também pelo direito à educação, à saúde e ao crédito. “A luta é pela reforma agrária, por um projeto de transformação social. Nesse processo, ela se descobre, também, como sujeito que esteve historicamente excluído, sem direitos e sem lei que a proteja ou defenda” (SCHWENDLER, 2009, p. 216).

Como se viu, a identidade de Antônia Flor é atribuída ao protagonismo na construção do assentamento, trajetória que faz dela um símbolo de resistência. Lembrando que a concepção trazida aqui de identidades em trajetória é, portanto, um modo de se referir ao campo dinâmico de interação social em que mobilização de recursos, demarcação de posições, ações coletivas e projetos de futuro configuram o movimento que homens e mulheres, assentados e assentadas, recriam e constroem em busca de serem na terra e com a terra (PIMENTA, 2006).

Eunice, vice-presidente do sindicato, fala como sua identidade influenciou e continua a influenciar a vida de outras mulheres camponesas:

No período que Antônia Flor teve sua história, já foi exatamente pela resistência. Ela foi uma mulher, que ela resistiu em uma comunidade que não era dela, mas ela tinha uma forma decente e se apropriou com seus filhos e netos né, mas infelizmente por essa resistência, por ela ser uma mulher de luta, ela veio perder a sua vida de uma forma traiçoeira.

A história de Antônia Flor, a resistência da Antônia Flor, motivou muito as mulheres de Piripiri e fora de Piripiri e com isso também trouxe essa luta do sindicato pra organização das mulheres. Então de alguma forma isso traz inspiração pra mais mulheres, principalmente as mulheres trabalhadoras rurais, as mulheres camponesas, as mulheres que estão na sua base, nessa área de assentamento. (EUNICE OLIVEIRA BARROS SOARES, 2022).

Eunice nos mostra que a referência de Antônia Flor foi substancial para as ações do sindicato no que tange, segundo Mota (2006), à formação de uma consciência de si, torna-se processo integrante da construção da identidade social e pessoal.

A construção da identidade desvela-se entre as trabalhadoras rurais como um processo que envolve ou articula uma experiência que é subjetivada, internalizada e sentida de modo individuado — ou individualizante — e uma outra experiência que é objetivada, projetada nas condições sociais, históricas, políticas do grupo. (MOTA, 2006, p. 348).

Como explica Pollak (1992), o sentido de identidade considerado aí

é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. (POLLAK, 1992, p. 204).

Maria do Carmo fala que o histórico conhecido de Antônia Flor é de uma pessoa que tirava da terra o seu sustento e de sua família:

Ela resistiu a questão da terra, né, o patrão queria que ela saísse da terra, né, porque ela tava ali agregada, não era dona do terreno. É uma história que simboliza resistência, luta e que nós mulheres temos o orgulho de se espelhar nela porque ela realmente foi uma mulher batalhadora, no sentido de criar seus filhos, né, ela não foi aquela mulher covarde, não foi aquela mulher medrosa, ela resistiu até a morte. (MARIA DO CARMO DE SOUSA OLIVEIRA MACÊDO, 2022).

Rita guarda, na memória, as lembranças de Antônia Flor a partir do que ouviu quando criança, associando-as ao seu contexto social pessoal, já que cresceu nos arredores dos engenhos e em meio aos movimentos sociais como militante.

Eu não sei a história dela, eu só ouvi falar que ela era uma mulher que ela mesmo capinava o quintal dela. Ela ia pra roça. Essa história repercutiu muito em Piripiri, essa história dela mexeu. Eu lembro quando eu era menina, o pessoal todo reunido, a população, os sindicatos, a associação foram divulgando essa história com o sentimento de orientação pra mulheres, pra que elas possam mudar, pra que elas dê certo, pra que elas possam ocupar seus espaços. (RITA SOUZA VIEIRA, 2022).

Como bem explica Ayoub (2014), a memória diz respeito ao contexto em que se insere o sujeito que a conta, que não é somente aquele do momento presente, mas que tem a ver com a continuidade de determinadas relações ao longo de um período de tempo. Dessa forma, entende-se porque, para Rita, capinar o quintal é sinônimo de luta, de resistência, de mulher forte.

Toda vida eu me destaquei pro lado do serviço pesado, de anda montando animal, carregando carga de cana, quebrando coco babaçu, eu toda vida gostei do trabalho braçal. Eu era chamada pelos meus tios de caboco macho, por eu gostar. Eu não me dedicava a casa, a fazer comida, eu ficava o tempo todo lá pelo pé do engenho, né, sempre gostei. Hoje eu sou grata a meu pai, porque eu fui criada sem mãe, eu perdi minha mãe eu tinha 11 anos, e eu assumi 6 irmão homem, só eu de mulher, e meu pai ia pra roça com os homens, mas mesmo eu sendo mulher eu não ficava, eu ia junto. Eu sei cortar de machado e eu sempre gostei do trabalho braçal, da agricultura, é tanto que eu to aqui hoje. (RITA SOUZA VIEIRA, 2022).

A sincronicidade entre todas as falas sobre Antônia Flor traz para o cenário contemporâneo o que descrevem Diniz e Débora (2022): a circulação de outras histórias que dependem das lembranças das sobreviventes do poder.

4.4 Assentamento Antônia Flor: lutas, resistências e políticas públicas

Entre os anos de 1978 e 1999, a gleba Gameleira, na zona rural de Piripiri, viveu sob diversos tipos de violência no campo. Foram 21 anos de represálias contra os posseiros da região. Nesse intervalo de tempo, três novos donos da terra são autores de diversas formas de agressão, fazendo da gleba a “terra da confusão”, como diria Antônia de Sousa Neta, nora de Antônia Flor.

Quem fala são as assentadas. Como diz Diniz e Gebara (2022, p. 245), “falar”, no verbiário feminista, é uma fala sempre no plural, mesmo quando pronunciada por uma só voz.

O que elas contam sobre os conflitos pela terra mostra o que observou Schwendler (2009): parte de uma longa história de opressão da mulher trabalhadora, inserida na cultura camponesa, numa sociedade patriarcal e capitalista, que reforça a ideologia hegemônica de gênero, que oprime a mulher a partir de normas discriminatórias socialmente aceitas.

Partindo de Antônia Flor, as relações patriarcais assassinaram-na considerando que, se, de um lado, o marco legal e institucional das formas de acesso à terra pouco amparou o campesinato brasileiro, de outro, foi a forma de constituição da sociedade agrária brasileira que acalentou as desigualdades entre homens e mulheres com a consolidação de uma sociedade patriarcal (BUTTO; HORA, 2008).

Dando a palavra a dona Nenê, ouve-se: “Foi o Chico Ventura. Foi ele que mandou fazer isso com ela. Por que o que ele não podia fazer, ele mandava fazer. Era mata muié, era matar. Fosse o que passasse na frente dele. Ele era um mau elemento” (ANTÔNIA DE SOUSA NETA, 2022).

O mau elemento significa o fazendeiro violento, como ela mesmo explica:

Ele jogava mais o cacete pra cima dela” porque ela que era a mãe, a chefe da família, acreditando que ao matá-la os outros “avuava”, dona Nenê refere-se a desestabilização da família e a eliminação do que ele considerou como raiz da resistência, “num ficava ninguém, era isso que ele queria. (ANTÔNIA DE SOUSA NETA, 2022).

O conflito se passa durante um contexto político, na década de 1980, em que, no Brasil, o feminismo lutava pelos direitos das mulheres e contra a violência contra as mulheres (PINTO, 2010).

No campo, a violência estava no centro da questão da terra. E Antônia Flor não recuava diante de ameaças e intimidações dirigidas a ela proferidas pelo fazendeiro, que queria expulsá-la do território. Sendo assim, seu assassinato é planejado, uma criminalidade que reina ligada às crises econômicas e políticas, de ordem, como diz Perrot (2017), violência que muitas vezes toma livre curso, para o escândalo daqueles que, em nome da respeitabilidade, renegam às mulheres o direito à raiva, aos gritos, à briga.

Ele usaria da violência para perturbar as consciências, pois o medo da não dominação e da falta de poder atormenta os proprietários. As assentadas narraram, de forma idêntica, umas às outras como ocorreu. Falaram que o Chico Ventura planejou tudo e contratou um pistoleiro que se passou de caçador para entrar na casa da trabalhadora:

Pistolêro chegô dizendo que andava perdido, mentindo. Até uma pessoa que mora em Pedro II, que era muito de lá da casa deles, sempre vinha pra cá caçar. Ele era caçadô. Ele envolveu essa pessoa, mas ensinado dos outros porque ele num sabia, mas ensinaram ele, pra ele chegar com essa mentira. Ai chegou na casa dela dizendo que tava com fome. (ANTÔNIA DE SOUSA NETA, 2022).

O “pistoleiro” assume as mesmas características apontadas no trabalho de Ayoub (2014), como um termo usado para enfatizar a “ruindade” dos homens armados que poderiam ser pagos para matar em nome de outras pessoas. Aqui, ele toma a figura também de mentiroso, para definir uma forma covarde de se aproximar de alguém.

Dona Bulega conta “por que quando foi pra acontecer o caso, ele mandou o cara vim armado ai fingi que era um caçadô. Ai o cara vei, fingiu lá que era um caçadô, dizendo que tava perdido, pedindo arrancho”. Antônia Flor acolheu, deu comida ao pistoleiro disfarçado de caçador perdido e foi alvejada dentro de sua casa, na cozinha, ao compartilhar o pouco que tinha. Ai chegou na casa dela dizendo que tava com fome, ela fez comida deu, fez café deu, dormiu. Quando foi a boquinha da noite, ai ele ficou lá na cozinha só ele e ela, na cozinha. Na cozinha dela tinha uma corda assim uns pano de enxugar as mãos, enxugar uns prato, umas coisa. Sempre casa de gente pobre é assim. Ela fazendo uns beju pra ele toma café antes de ir simbora, de manhã. Quando ele se achou sozinho na cozinha mais ela, ele disse: me dê este pano bem ai pra me passar nessa espingarda. Espingarda 12. Era a arma que ele andava com ela, uma espingarda 12. Ai ela virou assim pra pegar o pano né, quando ela virou assim ele atirou. O tiro entrou no lado do peito esquerdo e saiu do lado da direita. A onde saiu ôh, era um cartucho carregado de fábrica. Uma arma 12 que é arma de matar bichão do mato coisa braba. (ANTÔNIA DE SOUSA NETA, 2022).

Dando atenção às especificidades trazidas nas memórias das assentadas sobre a cena do crime, observa-se que Antônia Flor foi assassinada justamente enquanto realizava um trabalho doméstico de cozinhar. O que se pretende não é naturalizar essa atividade como própria do sexo feminino, contribuindo, como alude Pimenta (2006, p. 167), com uma situação de desigualdade e sobrecarga de trabalho para elas.

Pelo contrário, segue em consonância com a reflexão de Joan Scott (1995, p. 15) sobre as maneiras como as sociedades representam o gênero, de que não se pode fazer isso sem dar certa atenção aos sistemas de significados: “utilizam para articular regras de relações sociais ou para construir o sentido da experiência. Sem o sentido, não tem experiência; e sem processo de significação, não tem sentido”.

A partir da recomendação de Pollak (1992), o que importa é saber qual é a ligação real disso com a construção da personagem. Então buscou-se a explicação em Diniz e Gebara (2022, p. 91), que usam o termo “politizar o cuidado como um meio para estranhar a prática da exploração colonial, patriarcal e racista, que pode alienar as mulheres de si mesmas”.

Como a forma que aconteceu o assassinato é algo que apareceu com muita força em todas as entrevistas, ficou claro que seria necessário transmitir, considerando o que atenta Pollak (1992), que, entre aquilo que o relato tem de mais solidificado e de mais variável, se pode encontrar aquilo que é mais importante para a pessoa.

Dona Maria também detalhou: “Ela lutou mermo, lutou que morreu. E ainda ouvi dizer que ela ainda deu de comê pro cabra que matou ela. É muita covardia. Por que a pessoa encher a barriga dum criente pra matar a gente” (MARIA ALVES PEREIRA, 2022). Isso representa que o ato de Antônia Flor foi o de acolher, um gesto que se enquadra, na expressão de Diniz e Debora (2022), como economia do cuidado. Não há economia da vida ou da sobrevivência sem a prática do cuidado.

Aí, disse que quando a veinha deu arrancho a ele, mais o tio Francisco, ai ele se arranchou, ai naquele tempo as coisa eram mais difícil né, já não tinham mais comida feita, aí a veinha, que era a tardinha, foi e fez um beju pra ele comê, pro bandido comê né, sem saber de nada, só ele que sabia o caso. Ai neste momento que ela tava fazendo os beju, ai o tio Francisco disse que entrou lá pra dentro, pra pegar uma rede pra armar pro cara, aí disse que quando ela foi trepando, tinha assim uma cordinha, a gente botava o bejuzinho dobrado na corda pra esfriar né, ai disse quando ela arribou a mão pra botar p beju, disse que ele meteu um tiro. E o tio Francisco tava lá pra dentro, só escutou o tiro. Quando o véi escutou a zuada do tiro, disse que abriu na carreira no mundo aí. Foi a derradeira de quem disse que viu ele, esse caboco. E ai quando o veio

saiu fora tava só, já tava quase morta, já tombando né. E daí por diante foi só de cramô. (RAIMUNDA MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA, 2022).

Trazer o assassinato de Antônia Flor conectado aos deveres do cuidado é buscar significados e deslocá-la das normas do patriarcado para essa reconstrução não recair no vão das preocupações de Diniz e Gebara (2022): quanto mais invisível o trabalho do cuidado, mais vulnerável é a mulher.

Outro fato que aparece com muita força nas entrevistas e que se afloram os gestos ao contar as experiências da época se refere ao sepultamento de Antônia Flor. Ela foi enterrada no terreno que faz limite com Gameleira e que pertence ao “tio João” como conta Bulega. “Foi tão triste que nem o sepultamento dela foi no terreno, enterraram em outro terreno, do tio João”. Ela faz uma afirmação com tom de indagação: “Por causa dela ter lutado muito era pra ter enterrado era lá mermo, né, no mermo terreno” (RAIMUNDA MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA, 2022).

Dona Nenê traz os motivos:

Quando aconteceu o assassinato, os filhos dela disseram assim: é ele queria tirar ela porque queria, caçou todo mei e o mei que achou foi esse, pois então nós não vamos enterrar ela aqui, no terreno dele não, deixa o terreno dele ai. Vamos botar ela lá no terreno do João Anjo, lá tem cemitério, tem o cemitério de um fio dela que morreu, vamos botar ela lá encostado nele. (ANTÔNIA DE SOUSA NETA, 2022).

Percebe-se que o enterro é algo que marca os assentados:

É porque o tio Noca nesse tempo morava do outro lado, o fio dela né, e exigiu que queria trazer pra perto da casa dele né, pra fica melhor dele visitá. Ai num quis que enterrasse lá perto do veím. Agora, o veím, que morava mais ela, foi enterrado lá. Lá mermo no terreno que mataram ela. (RAIMUNDA MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA, 2022).

O “veim” foi o esposo de Antônia Flor, seu Antônio Flor.

Das memórias, nota-se que houve certas discordâncias nas decisões tomadas sobre o local do sepultamento. Para as assentadas, pareceu ser incoerente ao desejo de Antônia Flor em vida, que queria permanecer na terra. A divergência marca o que Pimenta (2006) aponta, que o assentamento é um campo dinâmico de interação social. O sentimento de pertença social enseja a significação da relação com o outro e tem seu lugar numa rede intersubjetiva, que compõe a estrutura das relações sociais num determinado tempo e lugar histórico.

Ar maria, ficou todo mundo traumatizado. Essa noite ninguém dormiu. Imaginando que podia acontecer mais coisa, porque se ele veio pra matar, qualquer um que passasse na frente dele, ele matava. Ai o pessoal nessa noite não durmiram não, ficaram a noite tudo perturbado, já correu todo mundo pra lá”, conta dona Nenê, mostrando o medo que afligiu não só as famílias, mas também aos que se sentiam pertencentes ao grupo familiar. “Ai a família ficaram muito revoltado os filhos, o marido, o véim que morava mais ela, ficaram tudo revoltado com esse caso né. (ANTÔNIA DE SOUSA NETA, 2022).

Dona Maria se agitou ao opinar sobre o assassinato, dando sinais de que a violência perturba o equilíbrio:

A pessoa tem que vê, que quando a gente não tem as coisa, sinta a gente omilhada. O povo diz que a gente é omilhada e bem que é mermo, pra muitos é, agora pra muitos né não. Mais eu acho que foi um erro terem feito isso aí, que a pessoa não faz isso ai com ninguém não. Ela tinha que morar era em riba da terra que ela não tinha. (MARIA ALVES PEREIRA, 2022).

As narrativas das mulheres assentadas nos dão acesso ao que foi enterrado pela repressão. Elas mostram as suas trajetórias e como se deu a construção para o presente. Isso acontece, conforme Paulilo (2016), não como um conjunto coerente e orientado de relatos lineares de acontecimentos que se sucedem, mas sim como um relato que constrói e reelabora percursos, imagens e representações de si e de eventos que se desviam e se deslocam a todo o momento, inelutavelmente situados a partir dos lugares sociais e culturais ocupados pelos sujeitos.

Após Antônia Flor ser assassinada, cerca de um ano depois, Chico Ventura, o mandante do crime, morreu. Segundo as narrativas, Chico Ventura morreu envenenado. Para elas, a morte foi uma espécie de justiça divina em reciprocidade ao que ele fez:

Mas Deus é justo, que quando foi pra o que mandou matar ela, quando foi pra ele morrer, ele mesmo se matou. Bebeu um copo de veneno e morreu. Antes de um ano que ele tinha mandado fazer isso com ela, ele morreu e o que veio pra correr mais o pistoleiro também morreu, adoeceu e disse que morreu lá todo preto. Tudo antes de interar um ano que ele tinha mandado fazer isso com ela. É tão tal, óia quando a pessoa é ruim, ele mesmo se mata pra num ser matado pelo zotro. E foi isso que ele fez com ele. (ANTÔNIA DE SOUSA NETA, 2022).

Com fé em Jesus Cristo não a de haver mais conflito sobre a terra né. Por que o dono nós tem certeza que este já morreu, tá debaixo do chão né, num vem mais briga por ela. (RAIMUNDA MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA, 2022).

O caso de Antônia Flor não foi o único ato de violência na região. As lutas de resistência contra a expulsão da terra em Gameleira também envolveram as famílias formadas a partir da extensão da sua família, que formaram vizinhos antigos e recém-chegados de outros povoados, que, por sua vez, formaram a base da organização dos posseiros, uma rede importante de relações de parentesco.

As terras que pertenciam ao Chico Ventura ficaram sob responsabilidade da família dele. Bulega diz: “Depois que ele morreu os fios num ligaram mais pra cá, porque eles num tinham mesmo quase serventia, né, e quem brigava era o véi, né, aí por causa dele ter morrido, aí também os fio abandonaram” (RAIMUNDA MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA, 2022). O tempo é marcado por mudanças nas relações. Para elas, o conflito partia do “mau elemento”, além dos filhos não terem interesse em manter a relação do capital com a terra.

Segundo dona Nenê, ao descrever o campo, a área de plantio era extensa e o latifúndio usava agrotóxico nas lavouras, prática geralmente usada em monoculturas. Ele teria, inclusive, se endividado com a compra dos produtos químicos: “Os filhos dele ficaram cuidando da terra até quando um homi que morava no Recife, que ele era vendedor de veneno, aí ele devia a ele uma carrada de veneno. Ele veio, chegou aí, procurou a família, de cara ele foi atrás da família, achou, o Zé, fio dele” (ANTÔNIA DE SOUSA NETA, 2022).

Dona Nenê narra em terceira pessoa, reproduzindo o diálogo, na tentativa de demonstrar como ocorreram os fatos:

Aí, o rapaz disse: “Você é fio do Chico Ventura?”. “Sou!” “Pois eu sou de Recife. Eu tô aqui por que ele me comprou uma carrada de veneno, já faz tanto tempo, e eu vim aqui pra nós conversar ai e saber o que que você pode fazer porque o prejuízo é muito grande, eu não posso tomar esse prejuízo não”.

Aí, ele disse: “Rapaz tudo que enquanto ele deixou de carro, gado, terra, tudo enquanto no mundo já se foi pra encobrir conta dele, e ainda aparece uma deste tamanho”.

Ele disse: “Aparece! E eu tô aqui pra nós resolver. Como é que vai ficar?”

Ele disse: “Rapaz só tem um terreno ainda, este terreno aí é o terreno da confusão”.

Ele disse: “É, mas esse negócio de confusão se der pra gente resolver a gente resolve”. (ANTÔNIA DE SOUSA NETA, 2022).

“Bichão muito rico”, comenta dona Nenê, dizendo que o homem era um empresário do ramo agropecuário (ANTÔNIA DE SOUSA NETA, 2022). Os conflitos marcariam a terra novamente como o “terreno da confusão”, que era a área ocupada pelos posseiros que retornariam a viver sob o domínio de um novo latifúndio.

Ela sacode as mãos carregadas da aflição vivida naqueles tempos: “Aí serve de que, que ele resolveram tudo né e passou toda a papelada pra ele. Ai saí do fogo, caiu nas brasa” (ANTÔNIA DE SOUSA NETA, 2022). A expressão marca como seria a relação nos próximos anos como novo dono da terra. A brasa a que ela se refere era o sinal de repressão que poderia sufocar a capacidade de luta do povo, que já carregava o trauma mergulhado em sangue.

Gilvan Ribeiro Calado, sócio da Agrocampo ameaçou as famílias, derrubou casas, matou animais, destruiu roçados das famílias por quase 10 anos.

E aí lá se vem ele. Chegou aqui como galo, fazendo tudo quanto era ruim. Esse bicho deu tanto prejuízo pro pessoal aí. Ele matava os bicho nas mãos do dono. Os daqui, que morava aí pra cuida das coisas ele num quis, aí ele mandou uma peste de lá. E essa daí num era cristão não, era muito pior de que ele. (ANTÔNIA DE SOUSA NETA, 2022).

O galo é uma metáfora que representa a dominação no território. A linguagem traz uma carga cultural que traz significados para a relação entre homem e mulher, influenciada pelo patriarcado. Entende-se que dona Nenê fala da presença do homem em meio às mulheres, colocando a masculinidade como forma de intimidação.

Outra observação importante na fala de Nenê é que o novo dono da terra também optou por botar alguém da sua cidade para realizar seus mandos. O homem que faria os serviços, até mesmo os mais cruéis, o capanga. Ela rememora que esse homem e Gilvan seriam igual ou pior que o Chico Ventura, que mandou matar Antônia Flor.

Dona Nenê, que é a mais antiga no assentamento, inclusive indicada pelos próprios moradores como a pessoa que melhor sabe contar a história do assentamento, fala dos despejos. A violência volta a instalar uma relação desigual de poder, oprimindo os posseiros, sobretudo as mulheres.

No dia que vieram fazer o despejo das casas, me deu muita vontade de fazer uma coisa, mas eu não fiz não, mas me deu vontade. Eu sou muié, mas me deu vontade. No dia do despejo né, os outros homi num tava nenhum, tinham saído tudim. Era no tempo daquela barragem que manda tudo pra aculá, pra Sussuarana, pra receber dinheiro. Ai de homi só tinha meu marido em casa. Ai eles chegaram e bagunçaram fizeram e aconteceram, derrubaram casa, tiraram as coisa e jogavam aculá debaixo dos pau. Eu passei três dias com três noite debaixo dos pau com uma criança de dois anos e com uma de seis meses. Fiquemo aqui até um corre pra Santa Rosa, mora lá. Mas nós continuemo. Nós nunca saímo. Os homi derrubando as casa fazendo a bramura que fizeram no dia que eles vieram. E eram os soldado né, tirando as coisas de casa, quando dá derrubava as metade das parede, fazia a maiô das coisa. Aí eu oiei assim, com o meu menino no quarto, o menino que tinha seis meses, eu oiei pra eles assim e disse assim: é, num momento como esse eu me arrependo muito de

num ser um homi, porque se eu fosse homi eu podia ir pro inferno, mas um de vocês ia junto. Eu disse! Na cara deles! Eles num disseram nada não. (ANTÔNIA DE SOUSA NETA, 2022).

O aspecto curioso da narrativa é da condição que dona Nenê coloca no “ser” mulher, relevando a noção de poder imbricada pelo patriarcado na cultura, inclusive, das próprias mulheres. Ela reproduz o que apontou Judith Butler (2013), por muito tempo, o termo mulher, foi determinado como “referente” do termo “fixado”, normalizado, imobilizado, paralisado em posições de subordinação, de tal forma que um conjunto de significados foi levado a ser inerente à natureza real das próprias mulheres.

O que acontece pode ser traduzido referenciando Ayoub:

A experiência da violência perpassa e constitui relações e territórios, e, na medida em que destrói e ultrapassa limites morais, também cria o mundo social. Porém, dizer sobre ela é mexer com todos os constrangimentos e relações que envolvem as pessoas que vivem nesse contexto, pois falar sobre o conflito implica, em certa medida, agir sobre ele. (AYOUB, 2014, p. 127).

Foi o que fez Nenê, agiu diante da violência, mas com a solidariedade aos demais que também passavam pela mesma experiência. A relação de poder, então, é ressignificada como apresenta Butler (2013), expandindo as possibilidades do que significa ser uma mulher e, nesse sentido, dando condições para permitir uma capacidade de agir realçada.

Aí eu fui lá na casa da Lelua, tava só ela chorando com a menina no braço, chorando e eles tirando as coisas tudo dentro de casa. E eu disse: te cala mermã! Num chora mais não, que essas coisa assim, quem deve aqui paga aqui. Pode esperar que a batata deles tá assando no fogo. Destá! Pode deixar, num chora não, deixa. O que eles tão fazendo aqui, eles tão fazendo uma coisa que a pessoa num merece, principalmente, estes inocentezim que tão ficando no meio do sol. Deixa eles fazerem o que eles quiserem. Aí ela se conformou mais. (ANTÔNIA DE SOUSA NETA, 2022).

A “terra da confusão” foi abandonada pelo “dono do veneno” e, em 23 de dezembro de 1996, o terreno foi penhorado em ação de execução forçada, com pedido de liminar contra a Agrocampo, segundo dados da certidão do imóvel.

Como diz Pimenta (2006), o que se pode afirmar da história da violência do latifúndio e do conflito pela propriedade da terra é também a história de resistência e fortalecimento da identidade de posseiros.

Foram cerca de 30 anos para as mulheres camponesas alcançarem o direito de permanecer na terra. E foi junto às entidades sindicais que elas se organizaram e conseguiram

o apoio que fortaleceu a luta com esse objetivo. Tal como Cunha (2006) aponta, conseguir um pedaço de terra sempre foi difícil. Para conseguir a regularização, é outra grande batalha. Há casos de lutas por posse de terra que duram mais de 30 anos e ainda não se tem o título dela.⁶⁰

Segundo o relato de dona Nenê:

Apareceram um pessoal aí da Federal dizendo que esse terreno nunca tinha sido pago. Mas do jeito que tava a Associação tava segurando o terreno, mas que o terreno nunca foi pago, que nunca encontraram o bicho que tinha tomado de conta, do Recife o Juvan, nunca tinham encontrado mais ele, parece que o chão abriu e ele cai pra dentro e pronto. E aí o terreno nunca tinha sido pago não. Tava todo loteado o assentamento, a roda do terreno tava toda, botada aqueles piquete pra... na roda do terreno todinho. Tudo isso foi feito. E a associação é quem tá segurando isso aqui. Aí a gente diz que tá seguro, mas na merma hora a gente fica com essa daí na cabeça, imaginando que qualquer hora pode ter uma coisa pior. (ANTÔNIA DE SOUSA NETA, 2022).

A questão apresentada por dona Nenê se refere ao título da terra. As famílias apesar de já estarem com o assentamento regularizado, ainda não possuem o título da terra.

Segundo Ramos Filho (2009, p. 255), historicamente, a política de assentamentos tem sido, com exclusividade, resultado da intensidade e do alcance dessas lutas por terras, realizadas de diversas formas pelos trabalhadores, e não das políticas governamentais. Todavia o número de famílias beneficiadas segue inferior ao de famílias em ocupações de terras e não se aproxima do crescente número de famílias sem-terra criadas pelo processo de desenvolvimento desigual do capitalismo no campo. “As políticas públicas são de competência do Estado, mas a sua formulação e implementação dependem do jogo de interesses; da correlação de forças estabelecida entre os movimentos sociais, o capital e o mercado” (RAMOS FILHO, 2009, p. 254).

A criação do projeto do assentamento Antônia Flor ocorreu somente após 21 anos do assassinato de Antônia Flor, em dezembro de 2005 (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2005). A desapropriação das terras, pelo Inbra, foi destinada, inicialmente, para 28 famílias. De acordo com a relação do Sipra, de 29 de janeiro de 2021, ao todo são listados 42 beneficiários (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2022b).

A conquista é reflexo da organização e da ação coletiva. Os posseiros desenvolvem a capacidade de fazer pressão em defesa do desejado projeto coletivo para obterem o

⁶⁰ As famílias do PA Antônia Flor ainda não possuíam o título da terra até a data das entrevistas, em janeiro de 2022.

reconhecimento dos direitos de posse da terra. Nesse fazer, construíram-se articulações, novas relações e redes de sociabilidade trazendo outros atores à cena, entre eles, na qualidade de mediadores do conflito, como é o caso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

A grande novidade que será o motor de todas as mudanças na vida dos posseiros é sua organização e participação social. Os vínculos construídos a partir da história de uma raiz comum são fortalecidos e re-significados pela expansão e constituição de novas famílias, mas, sobretudo, pela ampliação das formas de sociabilidade. (PIMENTA, 2006, p. 155).

A conquista da terra acontece em um cenário político em que o presidente do país era Luiz Inácio Lula da Silva. Na época, existia o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), responsável pela implementação das políticas públicas voltadas à reforma agrária. O órgão mirava o desenvolvimento agrário como estratégia de governo, cumprindo, de 2003 a 2006, 95,38% do programa, assentando 381.419 famílias, das 400 mil programadas (RAMOS FILHO, 2009).

O PA Antônia Flor constituiu-se de acordo com o que Pimenta (2006, p. 153) aponta sobre os projetos de assentamento de reforma agrária: “Em geral têm origem numa situação de conflito e se estruturam sob a gestão e orientação do Estado. São criados em terras desapropriadas, para fins de reforma agrária, como resultado de ações coletivas”. Nesse sentido, dona Bulega relata:

Aí, por causa que ele deixou só o morado lá na casa e não veio mais aqui de jeito nenhum, fazê nada e nem paga o cara, aí ele foi se juntou com nós, pra nós bota na mão do sindicato, pro sindicato bota nas mãos do Incra pra desapropriá, porque o Gilvan não tava mais querendo vim fazer nada aqui e nem tava mais mandando mantimento pra ele trabalha na terra né. O Gilvan nunca apareceu mais nunca. (RAIMUNDA MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA, 2022).

O que chama atenção na organização da nova rede de relações das famílias de posseiros que viriam a ser assentados é que o mesmo “capanga” que foi contratado pelo latifúndio, ao se ver na situação de dificuldade, se une aos camponeses, que, por sua vez, o acolheram mediante objetivos comuns que, naquele momento, potencializaria a atuação coletiva da associação.

Esse movimento reflete que as associações dos assentamentos podem, como bem disse Medeiros (2008), se tornar o lugar por excelência de criação de novas sociabilidades. Ou, ainda, como diz Pimenta (2006), são criados e recriados os vínculos grupais e sociais, dando lugar a

novas redes de sociabilidades em que se fazem reconhecer como assentados e assentadas da reforma agrária.

Cabe aqui lembrar que, um ano antes da criação da associação, ou seja, em 2003, de acordo com Andrea Butto e Karla Hora (2008), há uma mudança importante no governo federal, com a implantação de iniciativas de ampliação dos direitos econômicos e políticos das mulheres rurais e de seu protagonismo envolvendo o fortalecimento de alternativas econômicas e a criação de oportunidades específicas e dirigidas às mulheres assentadas da reforma agrária. Mudança também expressa no caráter participativo que passou a ser adotado na elaboração das políticas e nas ações voltadas para incentivar a participação das mulheres rurais em diversos espaços.

Os programas de Governo buscaram superar a ausência anterior do Estado com a incorporação de proposições de ações afirmativas e de mudanças na concepção que orientam as políticas do meio rural na promoção da igualdade de gênero. Um passo importante no âmbito da estrutura estatal foi a criação, em 2003 de Assessoria Especial do Ministério do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, denominada Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Ppigre/MDA). O Programa passou a atuar no desenvolvimento de políticas públicas de promoção dos direitos econômicos das trabalhadoras rurais, por meio de ações de apoio à produção, acesso e garantia de uso da terra, acesso à documentação civil e da valorização da participação e do controle social. Inclui ações articuladas e integradas dos órgãos vinculados ao MDA, suas secretarias e assessorias, ao Incra e com os demais ministérios e instituições afins. A principal interface interinstitucional é com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). (BUTTO; HORA, 2008, p. 26-27).

Um ano depois, as mulheres de Gameleira, ainda na condição de posseiras, passaram a discutir as questões que permeavam desde as necessidades vividas ao cadastro das famílias e à emissão da documentação civil para o acesso à terra, entre outras medidas que iriam criar caminhos para a conquista da terra. A porta era aberta por meio das políticas públicas de reforma agrária. Frutos de um debate que foi promovido há muito tempo, até mesmo antes dos conflitos em Gameleira.

Os projetos de assentamento rural no Brasil, que começaram a ser implementados na década de 80, principalmente em áreas de conflito, surgiram como resultado das lutas pela Reforma Agrária. Estes se desenvolveram através da pressão sobre o Estado por parte de entidades que apoiaram o movimento de resistência à expulsão ou de ocupação de terras. Estes projetos apresentaram-se, assim, como uma nova condição de acesso à terra, incorporando-se à estrutura fundiária com uma forma específica de organização da produção familiar na agricultura. (MELO; CAPPELLIN; CASTRO, 2008, p. 87).

Os reflexos das políticas públicas que possibilitam a criação de assentamentos de reforma agrária, como descrevem Medeiros e Leite (1998) e Rua e Abramovay (2000 apud PIMENTA, 2006, p. 150-151), têm comprovada importância para a democratização do acesso à terra, à permanência e à vida digna no campo de diversos segmentos de trabalhadores, para o desenvolvimento econômico e social e, em especial, por constituírem um território privilegiado para a construção de novas identidades e relações sociais.

Conforme Brumer e Anjos (2008), o acesso a um lote de terra nos assentamentos, no qual as famílias podem trabalhar e garantir sua manutenção, e a políticas públicas e ações de organizações governamentais e não governamentais voltadas a essa população significa seu reconhecimento como sujeitos de direitos, enquanto “assentados”.

Atualmente, entre os 42 beneficiários do PA Antônia Flor, 37 são homens e 35 são mulheres. Não que esses números evidenciem que os problemas sobre igualdade de direitos e relações de poder tenham sido resolvidos, mas demonstram algum grau na inclusão de mulheres nas políticas públicas. A pesquisa não se debruçou nos dados pela limitação de prazos para conclusão da pesquisa, mas fica como reflexão para estudos posteriores.

Em que pese o fortalecimento da auto-organização, o reconhecimento das lutas das mulheres rurais e os avanços na agenda governamental, a diminuição da pobreza das mulheres ainda não está acompanhada de uma transformação mais ampla da condição das mulheres no país. As institucionalidades e as políticas voltadas à promoção da igualdade de gênero no meio rural são ainda muito recentes, estão em fase de consolidação e necessitam ganhar escala, o que deve ser acompanhado do fortalecimento da agenda econômica na organização dos movimentos sociais de mulheres, para além da formulação de suas demandas. (BUTTO, 2011, p. 33-34).

Segundo a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Piripiri, Rita Souza Vieira, o que se tem buscado nas ações é o fortalecimento da participação da mulher nos espaços de decisão política, de promover a sindicalização como instrumento de luta por direitos, como também o trabalho de conscientização com as mulheres por meio de rodas de conversa, palestras, o incentivo ao trabalho do quintal produtivo como forma de renda e ao trabalho com o artesanato. “Com a luta a gente vai descobrindo, a gente e vai puxando, a gente vê companheiras que fica bitolada só na luta de casa, sem participar dos movimentos sociais”, diz Rita.

Para a presidente do sindicato, esse seria o meio de transformação, como indicam Brumer e Anjos (2008), para algumas mulheres, a mobilização é resultado de uma militância

anterior, como movimentos de juventude no meio rural e também, a partir destes, o movimento sindical e(ou) partidos de esquerda.

Como disse Mota (2006, p. 348), as vivências no movimento social permitem refazer a percepção e a posição das mulheres no mundo que as cerca e dentro delas mesmas — e vão permitir a reinterpretação de conceitos. O que existia antes (do movimento) era o cativo e a opressão. Poder falar e sair, ir a outros lugares, representa uma ruptura dessa situação.

Aqui mesmo na casa é atender uma pessoa que quer informação sobre direitos, as vezes vez relatar fatos, as vezes descobrir que tipo de violência essa pessoa ta sofrendo, conversar, desabafar, conhecer mais os direitos. Porque a gente trabalha na agricultura familiar, então não se faz agricultura familiar sem a família, sem os filhos, sem o esposo né. A gente incentiva a produção e a comercialização das mulheres e homens né, porque quando a gente fala em mulher a gente tem que agregar a família. Então esse trabalho que a gente leva pras comunidades, leva pro programa de rádio, todo sábado a gente tem programa de rádio, no qual a gente leva estas informações pras mulheres. E ai a gente leva esse conhecimento para todos os setores dos quais a gente ta inserido. A gente conversa tanto de maneira individual como de coletiva. (MARIA DO CARMO DE SOUSA OLIVEIRA MACÊDO, 2022).

Diz Morin (2013) que a consciência da inconsciência não nos dá a consciência, mas pode nos preparar para ela. É o que se vê em relação a essa caminhada na luta por direitos, de se reconhecer como sujeito, do trabalho com o sindicato com as mulheres despertando-as e empoderando-as.

O sindicato sempre fez isso, sempre fez a discussão da importância da mulher participar. Se nós fomos pesquisar nas associações rurais e urbanas, a maioria das presidentes são mulheres e a composição são mulheres, mas isso também não aconteceu atoa, isso aconteceu nos bastidores, nas discussões, em programa de rádio, nas reuniões da gente tá discutindo a importância da mulher levantar sua autoestima e ocupar espaço. (EUNICE OLIVEIRA BARROS SOARES, 2022).

As famílias assentadas asseguraram o direito à terra na gleba Gameleira por meio da regularização fundiária, apesar de demonstrarem um grau de insatisfação sobre local onde foram construídas as casas, a cerca de 2 km de onde morava Antônia Flor. Para dona Nenê,

Talvez pra lá fosse até mió pra nós. Era mió pra nós pra lá, mas ai, nesse tempo aí, era outra pessoa que tava sendo o presidente, aí ele escolheu pra cá. Aí pra lá ficou abandonado. Que era pra ter sido pra lá, porque pra lá tinha espaço pra fazer todas as casas e água boa pra nós beber. Todo lugar que cavava poço a água tava boa. Aqui cavaram um poço aí tiraram água, mas a água é salgada. (ANTÔNIA DE SOUSA NETA, 2022).

O que se vê são necessidades que passam pela falta de infraestrutura e rede básica de saneamento, como acesso a água de qualidade, posto de saúde, escola, políticas públicas de fomento para a mulher e para a juventude. Segundo relata dona Bulega:

Tem casa aí que as muié tão abandonando pra ir pra Piripiri e deixando ai abandonado. O presidente da organização pejeja pra organizar, mas num tem condição não. Se não vier uma autoridade mais forte pra falar com nós aqui, o negócio tá muito desorganizado. A gente tenta mas o pessoal é cabeça dura. Cada qual só pensa e si e não tá nem ai. As mulher aqui é cada qual em sua casa, só quando a gente se encontra mesmo na reunião. Cada qual cuida na sua luta e é assim. Aqui não tem isso do grupo de muié pra fazer um mutirãozinho, de roça, estas coisas assim não. (RAIMUNDA MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA, 2022).

O que Bulega demonstra é a falta de unidade entre os assentados. Depois da conquista da terra, é como se não houvesse mais luta, reduzindo o termo luta aos tempos de conflito direto com o latifúndio. Assim, apesar de as famílias continuarem com a associação, há uma desmobilização, que reflete na redução do poder organizativo para continuar a luta por outras necessidades do assentamento: “Aqui no nosso assentamento mermo, tá muito desorganizado, as coisa, tá muito desmantelado. A gente deseja tanto a presença do Incra pro pessoal vi aqui pra organizar, porque tão desorganizado” (RAIMUNDA MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA, 2022).

O que se compreende das narrativas das assentadas sobre a organização do assentamento é que o processo foi fundamental para concretizar a conquista da terra. Contudo observa-se, atualmente, que a força de mobilização das famílias se dissipou, correspondendo ao que coloca Medeiros (2008): após a concretização do assentamento, parece haver dificuldades em manter os laços de solidariedade e a singularidade das relações que se constituíram no período de intensa mobilização que corresponde aos acampamentos.

4.5 Reconhecimento político da luta de Antônia Flor

Ao falar de reconhecimento político, procura-se dar conhecimento às homenagens dedicadas a Antônia Flor. Visto que, enquanto sujeito de sua história, assumiu batalhas decisivas, sendo uma locomotiva da história.⁶¹

⁶¹ Sobre a ideia de acontecimentos-chaves e revoluções, ver Morin (2013, p. 248).

A filósofa e expoente do feminismo Nancy Fraser (2002) fala que os estudos sobre gênero, na virada para o reconhecimento, representam uma expansão nas lutas de gênero e uma nova compreensão do que é justiça de gênero. Fraser (2002) pontua que, nesta fase, a justiça de gênero não se restringe mais a questões meramente distributivas, mas, agora, engloba questões de representação, identidade e diferença. O resultado indica um grande avanço em relação aos paradigmas economicistas redutivistas que tinham dificuldade em conceituar os danos enraizados não na divisão do trabalho, mas sim em padrões androcêntricos de valor cultural.

Dada a importância do reconhecimento, a pesquisa reuniu honras que foram realizadas pelo Estado e por outras entidades, bem como as ações que provocaram, nas estruturas institucionais, a consciência política.

Só depois de cerca de 13 anos, o estado piauiense reconhece a importância de Antônia Flor como cidadã e como história política. Até então, por um longo tempo, ela foi silenciada sem que os poderes públicos tenham se manifestado a respeito do caso. Além de assassinada, ela foi punida com a invisibilização, na medida em que a Justiça vendou os olhos para o crime sem o mínimo de investigação. Embora esse reconhecimento tenha sido tardio, as ações tiveram como objetivo central o resgate da história de Antônia Flor como instrumento de reparo social e de diretrizes para políticas públicas que, de alguma forma, diminuam as injustiças sociais e as disparidades de desigualdade com o campesinato.

Para isso, além das entrevistas que já foram apontadas em subseções anteriores, somam-se também aquelas realizadas com o ex-deputado Olavo Rebelo⁶² e o historiador e defensor público Paulo Henrique Couto Machado.⁶³ Personagens que tiveram acesso à história da trabalhadora e que, a partir desse contato, adotaram iniciativas que resgataram seu nome para a história contemporânea do Piauí. As entrevistas ocorrem na capital, Teresina.

O contexto político e socioeconômico em que se dá o reconhecimento de Antônia Flor reafirma o entendimento de Joan Scott (1995) de que as mudanças nas relações de gênero podem ocorrer a partir de considerações das necessidades do Estado.

⁶² Olavo Rebelo de Carvalho Filho, 67 anos, que está como membro do conselho do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), na época em que esteve como ex-deputado estadual por quatro mandatos, eleito em 1994 pelo PT, foi relator da CPI dos Conflitos Agrários, ocorrida de 1997 a 1998. Ele é autor da Lei nº 5.199/2001, que instituiu o Dia Estadual de Luta pela Reforma Agrária, a qual homenageia a trabalhadora rural Antônia Flor (PIAUI, 2001).

⁶³ Paulo Henrique Couto Machado, 66 anos, advogado especialista em Direito Agrário que, anos depois, tornou-se defensor público. Ele foi um dos convocados pela CPI dos Conflitos Agrários, no Piauí, para depor informações e esclarecimentos sobre o tema investigado. Ele também é autor da poesia “Canção de amor e morte”, em que homenageia Antônia Flor. Escreveu os versos quando investigava a história da trabalhadora. Hoje, é aposentado.

A impunidade contra Antônia Flor só sai do silêncio em 1997, quando o mesmo poder público que a silenciou se manifesta por meio das investigações da CPI dos Conflitos Agrários no Piauí, na Assembleia Legislativa do estado (PIAUÍ, 1997).

O caso de Antônio Flor é incluído no dossiê das investigações. Em um dos documentos anexos ao arquivo, uma relação de áreas de conflito mostra o caso do seu assassinato. O nome de Francisco Ventura aparece como proprietário da terra e, ao lado, o tipo de crime ocorrido em Gameleira. Outro documento que faz parte do dossiê traz a reportagem do jornal *Diário do Povo* (Anexo M) publicada em 29 de agosto de 1997, cujo título é “Aumenta a violência no campo, segundo CPT”, denunciando o crime envolvendo Antônia Flor e informando que esse seria o primeiro caso de assassinato pela posse da terra no Piauí. O jornal também traz a notícia sobre o andamento da instalação da CPI, que foi concluída em 1998.

A partir dos encaminhamentos dados, entre eles, saiu o Projeto de Lei nº 12/1999, com a proposição de instituir o Dia Estadual de Luta por Reforma Agrária no Piauí, data a ser comemorada no dia 1º de dezembro de cada ano (PIAUÍ, 1999). Dia que corresponde ao assassinato da trabalhadora rural Antônia Flor, em Gameleira.

A luta pela Reforma Agrária ampla, irrestrita e consequente, no Piauí, tem um histórico permeado de gestos corajosos e sacrifícios de muitas vidas. A cidadã Antônia Maria da Conceição, conhecida pelo codinome "Antônia Flor", é uma das referências simbólicas desta luta. Trabalhadora rural "octogenária", mãe de seis filhos, residente no lugarejo Gameleira, no município de Piri-piri, Antônia Flor, que era posseira há 50 anos na gleba de terra onde trabalhava, resistiu corajosamente às muitas tentativas de despejo e foi assassinada por jagunços, em sua residência, no dia 1º de dezembro de 1984. Os assassinos nunca foram punidos e o seu assassinato, como muitos outros, caiu no esquecimento, porque o aparelho de investigação estatal e o Ministério Público Estadual talharam vergonhosamente. (PIAUÍ, 1999).

O projeto de lei, de autoria do deputado estadual Olavo Rebelo, foi aprovado por unanimidade, em 29 de maio de 2001, pelo Poder Legislativo. O relator foi o deputado Prado Júnior, e o governador, na época, Francisco de Assis de Moraes Souza. A Lei nº 5.199/2001 foi promulgada e publicada no *Diário Oficial do Estado do Piauí* em 7 de agosto de 2001 (PIAUÍ, 2001).

Foi uma luta emblemática, que ela serviu de exemplos. Evidente que demorou muito seu nome ir para o cenário, estava esquecida, também porque os que assassinaram planejaram tudo dessa forma, inclusive para ocultar toda esta brava passagem da luta pela terra no estado do Piauí, que é uma mulher, isso não era muito característico. (OLAVO REBELO DE CARVALHO FILHO, 2022).

Na década de 1980, como disse Paulilo (2016), a própria formação de lideranças era dirigida aos homens, e não às mulheres, pois a elas cabia discutir e solucionar problemas relativos aos lugares sociais relacionados ao sexo feminino: saúde, creche, famílias, higiene. Inicialmente não lhes dizia respeito discutir o título da terra, os empréstimos para o maquinário ou insumos, a previdência, a herança.

Retomando, a justificativa do Projeto de Lei nº 12/1999 traz explícito que se faz necessário reverenciar a memória da cidadã Antônia Flor, apresentando a Lei do Dia Estadual de Luta pela Reforma Agrária como instrumento que possibilitaria o seu reconhecimento como personagem da história da luta pela terra no Piauí: “Faz-se necessário reverenciar a memória da cidadã Antônia Maria da Conceição para que a luta dos trabalhadores e produtores rurais piauienses pela execução de uma Reforma Agrária ampla e irrestrita e conseqüentemente seja reconhecida na história contemporânea do Piauí” (PIAUI, 1999).

O historiador e defensor público Paulo Machado, que foi um dos pesquisadores convocados a falar na CPI dos Conflitos Agrários e também assessor jurídico do parlamentar Olavo Rebelo, idealizador da Lei do Dia Estadual de Luta pela Reforma Agrária no Piauí, fala sobre a lei como contribuição para iniciativas e políticas públicas de reforma agrária.

A lei foi motivadora, porque o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Piauí tomou a decisão de proceder a desapropriação do imóvel para, nele, ser instalado um assentamento rural com a denominação de Antônia Flor, e essa é uma das conseqüências do processo de revisão histórica, de acordo com Paulo Henrique Couto Machado. O especialista em direito agrário também é poeta e, ao conhecer a história de Antônia Flor, produziu um poema em sua homenagem, “Canção de amor e morte”.

Logo que eu concluí o curso de Direito, eu fiz uma opção de iniciar os estudos sobre Direito Agrário e comecei a fazer pesquisas sobre a estrutura fundiária piauiense, pesquisando no arquivo público do estado do Piauí as fontes primárias. Ao longo desse trabalho, deparei-me com a informação do que tinha ocorrido com a cidadã Antônia Maria da Conceição, dona Antônia Flor, trabalhadora rural, moradora na gleba Gameleira, no município de Piripiri. E procurei me informar sobre a participação dela e obtive algumas informações orais, que foram prestadas por pessoas que tinham oportunidade de conviver com Antônia Maria da Conceição e eu tomei a decisão então de elaborar um texto por esta homenagem à figura emblemática de dona Antônia Flor, relacionada com a luta pela terra no estado do Piauí. (PAULO HENRIQUE COUTO MACHADO, 2022).

Canção de amor e morte

Antônia Flor – flor da gameleira –
toda manhã lavrava a terra
com a sabença de quem conhecia
o sabor agridoce dos araçás.

Antônia Flor — flor da gameleira —
na cinzentura da tarde, guardava
no aprisco cabritos e borregos
da fúria profana dos carcarás.

Antônia Flor — flor da gameleira —
aos oitent’anos tinha os olhos acesos
a alumiar, como os olhos de maracajás.

Antônia Flor — flor da gameleira —
fez do amor à terra sua peleja,
sua crença, sua razão de bem-viver.

Antônia Flor — flor da gameleira —
teve o corpo crivado de balas —
à sombra de uma velha ingazeira.

Carpideiras puxaram excelências
e tiranas, com a notícia da morte
a correr nos estirões das veredas. (MACHADO, [20--])

Para Paulo Machado, a participação de Antônia Flor na luta pela terra teve repercussão não apenas na questão gênero, mas no fortalecimento da consciência da classe trabalhadora rural em lutar por direitos referentes à propriedade imobiliária e à participação do processo produtivo.

Me parece que o episódio envolvendo o assassinato de Antônia Flor foi de certa forma silenciado pela iniciativa da classe dos proprietários de imóveis rurais, ou seja, dos latifundiários, mas com o resgate histórico do episódio a partir da publicação e divulgação da lei instituindo o Dia Estadual pela Reforma Agrária, que é referência explícita, a data do assassinato da camponesa Antônia Flor, em 2001 né, então a partir daí, sim, segmentos da classe trabalhadora rural resgatam o processo de luta e dão continuidade a essas reivindicações e com a reinserção da personalidade da Antônia Flor no processo histórico da luta pela terra no Piauí. (PAULO HENRIQUE COUTO MACHADO, 2022).

A história de Antônia Flor circula entre os movimentos sociais de âmbito regional como símbolo de resistência na luta pela terra e por reforma agrária no estado do Piauí: “Foi uma coisa que o sindicato publicizou tanto que hoje na capital de Teresina nós temos ruas com o nome de Antônia Flor, nós temos auditórios com o nome de Antônia Flor, inclusive nós temos

uma lei que foi discutida pelo nosso amigo Rebelo” (EUNICE OLIVEIRA BARROS SOARES, 2022).

O nome de Antônia Flor também ultrapassou as questões da terra e, como mulher, seu nome também é lembrado em atividades estaduais que comemoram o Dia Internacional da Mulher.

Nas nossas festas comemorativas como o Dia Internacional da Mulher a gente frisa muito e se espelha muito na história de Antônia Flor, porque é do conhecimento não só do município de Piriipiri, como também do Piauí a história de Antônia Flor. Inclusive eu lembro de um evento muito importante que teve preste ao tumulto dela lá no assentamento, foi um momento muito marcante nessa época. Eu lembro que teve uma caminhada até lá. Lá teve toda a história de Antônia Flor, e a comunidade é que tem mais informações precisas sobre Antônia Flor. (MARIA DO CARMO DE SOUSA OLIVEIRA MACÊDO, 2022).

Maria do Carmo se refere ao ato ocorrido no dia 1º de dezembro de 2005, quando a CPT do Piauí, junto à Fetag-PI e com apoio do padre Ladislau,⁶⁴ realizou o Tributo à Memória da Trabalhadora Rural Antônia Maria da Conceição (Anexo T), Antônia Flor.

O evento foi uma imissão de posse da gleba Gameleira, ocorrida em Piriipiri. As assentadas contaram que houve uma caminhada, saindo do local onde ficam as casas do assentamento até a área onde estava a casa de Antônia Flor. No dia, foram realizadas rodas de conversa e uma apresentação teatral que reconstruiu a história de resistência da trabalhadora na luta pela permanência na terra. Cabe dizer que não foram encontrados registros sobre o evento que pudessem documentar o fato.

Em 18 de setembro de 2007, o presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, Themistocles Filho, por indicação do deputado João de Deus, realizou uma Sessão de Outorga da Medalha do Mérito Legislativo em homenagem a Antônia Flor. A referida comenda Medalha do Mérito Legislativo⁶⁵ foi entregue ao filho de Antônia Flor, Enoque Ferreira Santiago, que, na época, ainda era vivo. Segundo dona Nenê,

Neste tempo que a gente recebeu essa homenagem aí, a gente ainda não morava nesse assentamento não. A gente ainda tava morando, mas ainda num

⁶⁴ Ladislau João da Silva, padre Ladislau. É natural de Lagoa de São Francisco (PI) e nasceu em 1948. Formou-se em Teologia e Filosofia. Participou de vários projetos comunitários e como padre pregava a Teologia da Libertação. Chegou a se candidatar a deputado estadual, pelo PT, mas não obteve votos para se eleger. Em 2015, esteve na gestão do Incra, mesmo ano que o órgão se destacou em primeiro lugar no Brasil no avanço de reforma agrária. Vale destacar que, nesse mesmo ano, foi criado o Projeto de Assentamento de Antônia Flor (SILVA, João, 2016).

⁶⁵ Ver anexos Q e R.

tava o assentamento pronto, tava só a conversa. Por que isso aí rolou ano né, pra isso acontecer. Nem toda pessoa tem essa sorte de receber essa homenagem como essa daí. E ela teve esse direito. (ANTÔNIA DE SOUSA NETA, 2022).

Como o projeto do assentamento foi publicado oficialmente somente em dezembro de 2005, nota-se, então, que a norma só saiu do papel depois de 2007, com a construção das moradias.

O reconhecimento político de Antônia Flor contribuiu com passos importantes na visão sobre um passado do Piauí, como também para o país, por meio do resgate do protagonismo do campesinato, sobretudo na questão de gênero, na medida em que as próprias estruturas de poder que a invisibilizaram e talharam seus direitos, tardiamente, reconhecem o direito à reparação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa colaborou com estudos sobre gênero e lutas camponesas, em especial no Piauí. Registrou aspectos sobre a exclusão histórica das mulheres camponesas e a trajetória da luta pela terra desde a atuação das Ligas Camponesas e processos políticos em torno da luta pela terra no Piauí no período da redemocratização, trazendo à cena Antônia Flor, mulher camponesa e de luta.

A pesquisa dá a palavra às assentadas do Assentamento Antônia Flor como uma forma de reparar as injustiças sociais cometidas contra elas e torná-las *sujeitos* da sua própria história.

O estudo identificou que, na história da questão agrária e das lutas camponesas no Piauí, as mulheres estão presentes desde o fenômeno das Ligas Camponesas, da década de 1960. Mulheres camponesas assumiram cargos em organizações sindicais em secretarias, direção, conselhos, suplências de conselhos, como foi o caso das mulheres camponesas Maria Ferreira do Nascimento, Maria Raimunda Marques e Alice Rodrigues da Silva, da Associação Profissional dos Camponeses e Lavradores de Parnaíba, fundada em janeiro de 1963. Foram mulheres engajadas, que plantaram junto com muitas outras o fazer da luta pela terra. Mas ainda é preciso dar luz a muitas histórias, tirando do silenciamento da história as lutas camponesas do Piauí e do Brasil.

Durante a ditadura civil-militar, elas também se organizaram e fizeram parte da fundação e da criação de sindicatos, como do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Piripiri, em 1975, com Francisca Pereira de Oliveira, Luiza Maria da Conceição, Maria do Rosário de Fátima e Raimunda Clemente dos Reis. Mulheres que estiveram presentes nas lutas camponesas por melhores condições de vida, por um sistema que olhasse para elas, para os seus, para as próximas. Elas fazem parte das vozes, dentro de uma diversidade de mulheres e de histórias que ainda precisam ser contadas nas narrativas das lutas camponesas.

Ao trazer o olhar da questão de gênero para as lutas camponesas no Piauí, o estudo demonstrou que a conquista da terra também é uma luta das mulheres. O protagonismo de Antônia Flor foi determinante para a organização da comunidade de posseiros que formaram e conquistaram o Assentamento Antônia Flor. Antônia Flor foi resistência na gleba Gameleira. Ela foi capaz de semear a luta pelo direito à terra até nos dias atuais. Ela continua sendo uma identidade importante para o processo de conscientização das mulheres trabalhadoras rurais sobre seus direitos.

Antônia Flor desobedeceu às ordens do Estado, ela se reinventou ao buscar uma vida mais digna na terra para si, para os seus e para os semelhantes. Ela, na “pedagogia do cuidado”, acolheu o “disfarçado” caçador que foi seu assassino. Ela recriou uma referência de mulher ao mostrar que podia ocupar outros espaços diferentes daqueles reforçados pelo patriarcado, que se limitavam à casa e à cozinha. Ela semeou a esperança quando tombou lutando por seus direitos. São por esses motivos que as lentes do estudo permitem compreender que Antônia Flor rompeu estruturas tradicionais predefinidas de um papel da mulher, em um contexto histórico marcado por muita repressão política.

Antônia Flor foi morta da mesma maneira como hoje são assassinados aqueles e aquelas que se opõem aos grandes proprietários rurais: covardemente a mando dos que concentram riqueza às custas da opressão dos invisibilizados. Depois de seu assassinato, sua resistência renasceu nos posseiros com a condução de ações que os levaram à organização sindical em direção à conquista da terra.

As mulheres camponesas resistiram, por quase 30 anos, os violentos ataques, desde ameaças, despejos, destruição de suas roças e animais mortos até o assassinato que marcou suas vidas, o de Antônia Flor. Em meio à violência do campo, as mulheres tiveram a capacidade de mobilização e recusaram-se a aceitar as injustiças a que eram submetidas. Elas foram agentes da luta pelo direito à terra, reagiram à repressão pelos seus direitos.

Ao traçar o caminho da pesquisa com o olhar de gênero, encontramos com Perrot (2017), que traz a presença das mulheres na história, suas formas concretas de resistência. Ao utilizar, na pesquisa, as categorias mulheres e feminismo, memória, violência contra a mulher e reconhecimento político, realizou-se o exercício que Scott (1995) chamou de “explodir a noção de fixidade”, colocando a mulher camponesa como categoria de análise. Mostrou-se na pesquisa a mudança no protagonismo da luta pela terra, procurando as origens ao aprofundar a história de Antônia Flor e das mulheres camponesas que participaram do processo de resistência contra o domínio do latifúndio.

A (re)construção da história de Antônia Flor, e do assentamento que leva seu nome, foi articulada com a política de reconhecimento da luta pela terra. A pesquisa registra que Antônia Flor se transformou em símbolo de resistência, mostrando como o estado do Piauí reconheceu sua luta ao instituir o Dia Estadual de Luta pela Reforma Agrária.

Com a pesquisa, tentou-se ressaltar o papel dessa mulher camponesa; Antônia Flor sai da invisibilidade, e foi trazida sua luta e resistência ao patriarcado e ao latifúndio. Da mãe guardiã e protetora, de acordo com os padrões que espera o patriarcado, sua lida era para além da cozinha e seus espaços eram para além da casa; ela chegou no sindicato em uma época em

que mulheres quase não se filiavam; enfrentou o latifúndio quando o patriarcado esperava a mulher coagida e obediente. Judith Butler (2003) nos mostrou sobre encontrar o próprio *sujeito* das mulheres não mais compreendido em termos estáveis ou permanentes.

Ao identificar e analisar a atuação de mulheres camponesas na conquista da terra no Piauí, desde a história e atuação de mulheres como Antônia Flor até a criação do assentamento que levou seu nome, em Piripiri, vê-se o que Schwendler (2009) falou sobre ser parte de uma longa história de opressão da mulher trabalhadora numa sociedade patriarcal, que oprime a mulher a partir de normas discriminatórias socialmente aceitas.

O assassinato de Antônia Flor ficou impune. Demorou 13 anos para que um homem, deputado, desse voz a sua história numa CPI sobre conflitos agrários, que a reconhecesse como símbolo de resistência na luta pela terra. Antônia Flor foi enterrada sem assistência médica, sem um laudo que apontasse que foi assassinada, sem um laudo que a reconhecesse como negra, enraizando o racismo e reproduzindo o patriarcado ao enterrar uma mulher, anciã, sem ao menos uma investigação. Ela não pôde nem ser enterrada onde morava, teve de ser sepultada em outra terra, pois o direito à terra não foi garantido nem em vida, nem em morte.

A pesquisa também revelou aspectos apontados por Paulilo (2016) ao observar que o problema das mulheres não é um problema só delas, mas sim de toda a sociedade. Compreende-se, assim, que, mais do que conhecer a história das mulheres camponesas, é preciso ressignificar suas trajetórias e reescrever esse passado com o olhar de gênero. É preciso, ainda, fazer com que elas sejam ouvidas e suas memórias sejam um instrumento de transformação social, dando lugar à história não apenas dos que venceram, dominaram, mas também dos que construíram, lutaram por direitos. É preciso também reparar um passado de injustiças, mesmo que tardiamente. Fazer da memória uma ferramenta que ensine as outras gerações a construir um futuro sem repetir o passado escrito com sangue.

A pesquisa demonstrou o quão ainda é vasto o campo de reflexão sobre a participação das mulheres nas lutas camponesas, como também das mulheres rurais na política. Entretanto é preciso ir além das limitações identificadas e buscar mais sobre a atuação das mulheres nas Ligas Camponesas, na atuação sindical e nas questões agrárias no Piauí.

Ficaram em aberto na pesquisa muitas inquietações. Uma delas é sobre a morosidade no trâmite do processo do título da terra do Assentamento Antônia Flor, necessidade urgente para a consolidação da luta pelo direito à terra no Piauí.

Por fim, registre-se que, como a história de Antônia Flor estava submersa, outras histórias de mulheres ainda estão escondidas e caladas e precisam ser escritas para que a história da luta pela terra no Brasil se revele a partir da atuação e participação das mulheres camponesas.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Higienize as mãos: salve vidas.** Brasília: Anvisa, 2020. Disponível em:

https://www.anvisa.gov.br/servicosade/controle/higienizacao_prep_alcool.pdf. Acesso em: 29 abr. 2022.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. As bases históricas da formação territorial piauiense. **Geosul**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 55-76, jul.-dez. 2003.

ANDRADE, Maristela de Paula. Hoje, a mulher é a estrela – divisão sexual do trabalho guerreiro nas lutas camponesas no Maranhão. *In*: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (org.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: a diversidade das formas das lutas no campo.** São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 2. p. 223-246.

AYOUB, Dibe. Sofrimento, tempo, testemunho: expressões da violência em um conflito de terras. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 107-131, 2014.

BAHIA, Joana d'Arc do Valle. O tiro da bruxa: O olhar mágico das pomeranas sobre seu cotidiano camponês. *In*: WOORTMANN, Ellen F.; HEREDIA, Beatriz; MENACHE, Renata (org.). **Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e gênero.** Brasília: MDA: Ica, 2006. (Nead Especial). p. 65-98.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BATISTA, Junéia. **30 anos de Política de Gênero: a história de luta das mulheres no movimento sindical,** 2016. [S. l.]: CUT, 2 ago. 2016. Disponível em: <https://www.cut.org.br/artigos/30-anos-de-politica-de-genero-a-historia-de-luta-das-mulheres-no-movimento-sindi-c55e>. Acesso em: 5 maio 2022.

BRASIL, Bruno. O Semanário – um jornal que vale por um livro. **Biblioteca Nacional Digital**, 18 ago. 2015. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-semanario-um-jornal-que-vale-por-um-livro>. Acesso em: 29 abr. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Resolução nº 162/1963. CPI destinada a apurar fatos ocorridos no Engenho da Pedra, Município de Água Preta, em Pernambuco, e ainda estudar as causas e implicações do fenômeno socioeconômico que deu origem ao aparecimento das ligas camponesas. **Diário do Congresso Nacional: Seção I, Brasília, DF, supl., p. 93, 31 jan. 1963.**

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher[...] e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm. Acesso em: 29 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm. Acesso em: 29 abr. 2022.

BRAGA, Rafael. **Variação linguística** – definição, tipos e importância. [S. l.]: Conhecimento Científico, 2021. Disponível em: <https://conhecimentocientifico.com/variacao-linguistica-o-que-e>. Acesso em: 29 abr. 2022.

BRUMER, Anita. Considerações sobre uma década de lutas sociais no campo no extremo Sul do Brasil (1978-88). *In*: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULO, Maria Ignez (org.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: a diversidade das formas das lutas no campo**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 2, p. 203-221.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Relações de gênero em assentamentos: a noção de empoderamento em questão. *In*: LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andrea (org.). **Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11-42, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634457>. Acesso em: 29 abr. 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTTO, Andrea. Políticas para as mulheres rurais: autonomia e cidadania. *In*: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (org.). **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: MDA, 2011. p. 11-34.

BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (org.). **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: MDA, 2011.

BUTTO, Andrea; HORA, Karla Emmanuela R. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. *In*: LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andrea (org.). **Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008.

CABRA marcado para morrer. Direção e roteiro: Eduardo Coutinho. Produção: Eduardo Coutinho e Zelito Viana. Rio de Janeiro: Mapa, 1984. 1 vídeo (119 min), *classic TV*, P&B, color. Disponível em: <https://youtu.be/VxzgLPyLIf4>. Acesso em: 4 maio 2021.

CABRAL, Ivana Campelo. **Sertanejos Piauienses: Trabalhadores livres no Piauí Rural Escravista (1850-1888)**. 2013. 155 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpi.br/xmlui/handle/123456789/825>. Acesso em: 5 maio 2021.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília: MDA, 2010.

CARVALHO, Sonia Maria dos Santos. **Dom Avelar Brandão Vilela: uma biografia histórica**. 2010. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

CASTRO, Chico. **A Coluna Prestes no Piauí: a república do vintém**. Brasília: Senado Federal, 2007. 257 p. (Edições do Senado Federal, v. 90).

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 1985**. Goiânia: CPT Nacional, 1986. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/download/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/266-conflitos-no-campo-brasil-1985>. Acesso em: 20 out. 2021.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2021**. Goiânia: CPT Nacional, 2022. 269 p. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=14271&catid=41&m=0>. Acesso em: 20 out. 2021.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Histórico**. Goiânia: CPT, 5 fev. 2010. Disponível em <https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>. Acesso em: 22 set. 2022.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **40 anos de anos de lutas ao lado do homem e da mulher do campo**. Brasília: Contag, 2003. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/CONTAG-Revista40anos.pdf>. Acesso em: 22 set. 2022.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES. **Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais**. Brasília: Contag, 2022. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/secretaria-de-mulheres-trabalhadoras-rurais>. Acesso em: 22 set. 2022.

CORDEIRO, Rosineide de Lourdes Meira. Além das secas e das chuvas: os usos da nomeação mulher trabalhadora rural no Sertão de Pernambuco. *In*: WOORTMANN, Ellen F.; HEREDIA, Beatriz; MENACHE, Renata (org.). **Margarida Alves**: coletânea sobre estudos rurais e gênero. Brasília: MDA: Iica, 2006. (Nead Especial). Disponível em: <https://repositorio.iica.int/bitstream/handle/11324/7776/BVE19040081p.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 out. 2021.

CUNHA, Maria Margareth Costa. Menção honrosa. *In*: WOORTMANN, Ellen F.; HEREDIA, Beatriz; MENACHE, Renata (org.). **Margarida Alves**: coletânea sobre estudos rurais e gênero. Brasília: MDA: Iica, 2006. (Nead Especial). p. 23-33.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 175-204, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100010>. Acesso em: 7 jul. 2022.

DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia de gênero. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil 1964-1985**. São Paulo: Ícone, 1985.

DIAS, Cid de Castro. **Piauí**: das origens à nova capital. 1. ed. Teresina: Nova Expansão, 2008.

DINIZ, Débora; GEBARA Ivone. **Esperança Feminista**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

DOS SANTOS, Joceneide Cunha. **Entre farinhadas, procissões e famílias**: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888). 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

DREIFUSS, René. **1964**: a conquista do Estado: ação política e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FRASER, Nancy. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. Tradução de Heloísa Eugênia Villela Xavier. *In*: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra (org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas,

GIRARDI, Eduardo Paulon; FERNANDES, Bernardo Mançano. Geografia da conflitualidade no campo brasileiro. *In*: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (org.). **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas: a diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 2. p. 339-366.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. São Paulo: Fulgor, 1963. 204 p.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas do Espaço Rural Brasileiro 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101773>. Acesso em: 27 jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Biblioteca**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=31179&view=detalhes>. Acesso em: 28 jul. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 4 maio 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Piripiri**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/piripiri>. Acesso em: 27 jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/pesquisa/45/62590>. Acesso em: 27 jun. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Incrá nos Estados – Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária**. Brasília: Incra, 2022a. Disponível em: <https://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 30 de junho de 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Na luta pela Reforma Agrária: Incra 45 anos**. Organização Maria Lúcia de Oliveira Falcón, Gustavo Souza de Noronha, Pedro Bruzzi Lion e João Augusto Scaramella Silva. 1. ed. Brasília: MDA/Incra, 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) – Lista Única, por SR/Projeto/Município/Código Beneficiário**. Brasília: Incra, 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/SR24PI.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Retificações**. Brasília, DF: Incra, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/retificacoes-236762054?inheritRedirect=true&redirect=%2Fconsulta%3Fq%3Dincra%26start%3D5%26delta%3D75%26publish%3Dpast-year>. Acesso em: 10 maio 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Superintendência Regional do Incra no Piauí. **Portaria Incra/SR-24/PI nº 67, de 7 de dezembro de 2005**. Cria o Projeto de Assentamento PA Antônia Flôr, no município de Piripiri, código Sipra PI0375000. Teresina, PI: Incra, 2005. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/retificacoes-236762054?inheritRedirect=true&redirect=%2Fconsulta%3Fq%3Dincra%26start%3D5%26delta%3D75%26publish%3Dpast-year>. Acesso em: 6 jun. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Superintendência Regional do Incra no Piauí. **Relatório De Gestão do Exercício de 2017: Incra-SR(24)/PI**. Teresina: Incra, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias/sr24-pi_2017.pdf. Acesso em: 10 jul. 2022.

JULIÃO, Francisco. **O que são as Ligas Camponesas?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962. (Coleção Cadernos do Povo Brasileiro, v. 1). Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bibliotlt&pagfis=1596>. Acesso em: 27 out. 2021.

KRUEL, Kenard. **Chagas Rodrigues**. Brasília: Senado Federal, 2018. 412 p. (Grandes vultos que honraram o Senado). Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/550684>. Acesso em: 1 ago. 2021.

LIMA, Nilsângela Cardoso (org.). **Páginas da história do Piauí: colonial e provincial**. Teresina: EDUFPI, 2020.

LIMA, Silvia Maria Santana Andrade; LOPES, Wilza Gomes Reis; FAÇANHA, Antônio Cardoso. Urbanização e crescimento populacional: reflexões sobre a cidade de Teresina, Piauí. **Gaia Scientia**, v. 11, n. 1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/gaia/article/view/34864>. Acesso em: 4 maio 2021.

LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andrea (org.). **Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa. *In*: LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andrea (org.). **Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008. p. 7-18.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Sindicalismo Rural. *In*: CALDART, Roseli Salette *et al.* (org.). **Dicionário de educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde de Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 706-713.

MELO, Francisco Wilson. Chagas Rodrigues, o homem e sua história política. *In*: KRUEL, Kenard. **Chagas Rodrigues**. Brasília: Senado Federal, 2018. 412 p. (Grandes vultos que honraram o Senado). Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/550684>. Acesso em: 1 ago. 2021.

MELO, Hildete Pereira de; CAPPELLIN, Paola; CASTRO, Elisa Guaraná de. Agricultura familiar nos assentamentos rurais: nas relações entre as mulheres e os homens. O Caso do Pontal de Paranapanema. *In*: LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andrea (org.). **Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008.

MELO, Hildete Pereira de; SABBATO, Alberto di. Censo da Reforma Agrária de 1996 e 1997 em uma perspectiva de gênero. *In*: LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andrea (org.). **Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **Imprensa Alternativa**. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2021. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/imprensa-alternativa>. Acesso em: 19 out. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes,

1994. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2022.

MIRANDA, Vicente. **História e fé na conquista do Sertão do Norte**: a capela das frecheiras. Teresina: EDUFPI, 2019. Disponível em: https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/EDUFPI/Hist%C3%B3ria_e_f%C3%A9_na_conquista_do_Sert%C3%A3o_do_Norte_-_A_capela_das_Frecheiras20190618162023.pdf. Acesso em: 30 jul. 2022.

MORAES, Maria Lygia Quartim. Mary Wollstonecraft e o nascimento do feminismo. *In*: WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Tradução de Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.

MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas do Brasil (1969). *In*: STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil**: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MOREIRA, Sarah Luiza de Souza. **A contribuição da Marcha das Margaridas na construção das políticas públicas de agroecologia no Brasil**. 2019. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) – Universidade de Brasília, 2019.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 350 p.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001. 256 p.

MOTA, Maria Dolores de Brito. Margaridas nas ruas: As mulheres trabalhadoras rurais como categoria política. *In*: WOORTMANN, Ellen F.; HEREDIA, Beatriz; MENACHE, Renata (org.). **Margarida Alves**: coletânea sobre estudos rurais e gênero. Brasília: MDA: Ica, 2006. (Nead Especial).

NOVO, Benigno Núñez. **A história da imprensa no Piauí**. [S. l.]: Jus.com.br, 31 ago. 2019. Acesso em: <https://jus.com.br/artigos/76231/a-historia-da-imprensa-no-piaui>. Acesso em: 6 mar. 2022.

OBSERVATÓRIO DA MARCHA DAS MARGARIDAS. **Mulheres na Contag**. Brasília: Observatório da Marcha das Margaridas, 2022. Disponível em: https://transformatoriomargaridas.org.br/?page_id=57. Acesso em: 6 mar. 2022.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O campo brasileiro no final dos anos 1980. *In*: STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na década de 1990. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. Quem tem medo da Revolução Camponesa?: o anticomunismo piauiense e a questão agrária na década de 1960. *In*: KRUEL, Kenard. **Chagas Rodrigues**. Brasília: Senado Federal, 2018a. 412 p. (Grandes vultos que honraram o Senado). Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/550684>. Acesso em: 1 ago. 2021.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. Um governo comunista. *In*: KRUEL, Kenard. **Chagas Rodrigues**. Brasília: Senado Federal, 2018b. 412 p. (Grandes vultos que honraram o Senado). Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/550684>. Acesso em: 1 ago. 2021.

PAULILO, Maria Ignez. Movimento das Mulheres Agricultoras e os muitos Sentidos da “Igualdade” de Gênero. *In*: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (org.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: a diversidade das formas das lutas no campo**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 2. p. 179-201.

PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: EdUFSC, 2016.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2017.

PIAUÍ. Assembleia Legislativa do Estado do Piauí. **Ata da 4ª Reunião Ordinária da CPI dos Conflitos Agrários e Análise Jurídica das Alienações das Terras Públicas Patrimoniais**. Teresina, PI: Alepi, 1997.

PIAUÍ. Assembleia Legislativa do Estado do Piauí. **Projeto de Lei nº 12/1999**. Institui o Dia Estadual de Luta por Reforma Agrária no Piauí. Teresina, PI: Alepi, 1999.

PIAUÍ. Assembleia Legislativa do Estado do Piauí. **Relatório Conclusivo da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Conflitos Agrários e da Análise Jurídica das Alienações das Terras Públicas Patrimoniais**. Teresina, PI: Alepi, 1998.

PIAUÍ. **Lei nº 3.118, de 29 de novembro de 1971**. Autoriza o Poder Executivo a promover a constituição de uma sociedade de economia mista, sob a denominação de Companhia de Desenvolvimento do Piauí (Comdepi) e dá outras providências. Teresina, PI: Governo do Estado do Piauí, 1971. Disponível em: <https://sapl.al.pi.leg.br/norma/2916>. Acesso em: 10 set. 2022.

PIAUÍ. **Lei nº 3.783, de 16 de dezembro de 1980**. Cria o Instituto de Terras do Piauí e dá outras providências. Teresina, PI: Governo do Estado do Piauí, 1980. Disponível em: https://sapl.al.pi.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1980/2768/2768_texto_integral.pdf. Acesso em: 8 jul. 2022.

PIAUÍ. **Lei nº 5.199, de 16 de julho de 2001**. Institui o Dia Estadual de Luta pela Reforma Agrária e dá outras providências. Teresina, PI: Governo do Estado do Piauí, 2001. Disponível em: https://sapl.al.pi.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2001/1627/1627_texto_integral.pdf. Acesso em: 10 jul. 2022.

PIMENTA, Sara Deolinda Cardoso. Identidades em trajetória: gênero e processos emancipatórios na reforma agrária. *In*: WOORTMANN, Ellen F.; HEREDIA, Beatriz; MENACHE, Renata (org.). **Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Brasília: MDA: Iica, 2006. (Nead Especial).

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003>. Acesso em: 29 abr. 2022.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. Uma História das Ligas Camponesas em Pernambuco: passado interdito. *In*: SAUER, Sérgio (org). **Lutas, memória e violações no campo brasileiro**: conflitos, repressão e resistências no passado e presente. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

PORTO, Cleia Anice da Mota; TEIXEIRA, Marco Antônio dos Santos. Ação e Resistência da Contag na Ditadura Civil-Militar no Brasil. *In*: SAUER, Sérgio (org). **Lutas, memória e violações no campo brasileiro**: conflitos, repressão e resistências no passado e presente. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2020. cap. 11, p. 259-280.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

QUEIROZ, Terezinha de Jesus Mesquita. **A importância da borracha de maníçoba na economia do Piauí (1900-1920)**. 1984. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1984. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27820/D%20-%20QUEIROZ%2C%20TERESINHA%20DE%20JESUS%20MESQUITA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 5 maio. 2021.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. De pobre e sem-terra a pobre com-terra e sem sossêgo: territorialização e territorialidades da Reforma Agrária de mercado (1998-2006). *In*: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (org.). **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas: a diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 2. p. 247-278.

RANGEL, Maria do Socorro. **Medo da morte; esperança de vida**: a história das ligas camponesas na Paraíba. 2000. Dissertação (mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. 372 p. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279429>. Acesso em: 5 maio. 2021.

RICCI, Rudá. A maior estrutura sindical do Brasil: papel do sindicalismo de trabalhadores rurais no pós-64. *In*: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (org.). **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas: a diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 2.

RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de luta ou “Coordenadoras de painéis”?**: As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: Unesco, 2000. 348 p.

SAMPAIO, Plínio Arruda. Prefácio. *In*: ARMAZÉM MEMÓRIA. Hemeroteca Luta pela Terra. **Revista da Abra**. Rio de Janeiro: DocPro, [20--]. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=7208>. Acesso em: 6 mar. 2022.

SANTANA, Judith. **Piripiri**. Teresina: [s. n.], 1972. Disponível em: https://issuu.com/josederibamardasilva/docs/piripiri_-_judith_santana. Acesso em: 28 jul. 2022.

SARAIVA, Regina Coelly Fernandes. Homens do tempo de Arraes: narrativas de resistência à ditadura civil-militar em Pernambuco. *In*: SAUER, Sérgio (org). **Lutas, memória e violações no campo brasileiro**: conflitos, repressão e resistências no passado e presente. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2020. cap. 4, p. 107-130.

SCHWENDLER, Sonia Fátima. A participação da mulher na luta pela terra: dilemas e conquistas. *In*: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (org.). **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas: a diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 2. p. 203-221.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 15, n. 2, p. 5-22, 1995.

SENRA, Nelson de Castro (coord.). **O Censo entra em campo**: o IBGE e a história dos recenseamentos agropecuários. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

SILVA, José Graziano da. Desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e reforma agrária. *In*: STÉDILE, João Pedro (org). **A Questão Agrária no Brasil**: o debate na década de 1990. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, Maura; CONSOLE, Luciana. **Jornal Sem Terra completa 39 anos, assentadas relembram trajetória**. [S. l.]: MST, 15 maio 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/05/15/jornal-sem-terra-completa-39-anos-assentadas-relembram-trajetoria/>
<https://mst.org.br/2020/05/15/jornal-sem-terra-completa-39-anos-assentadas-relembram-trajetoria/#:~:text=Chamado%20de%20boletim%20Sem%20Terra,e%20Comiss%C3%A3o%20Pastoral%20da%20Terra>. Acesso em: 4 maio 2021.

SOUSA, Ramsés Eduardo Pinheiro de Moraes. As Ligas Camponesas e a resistência aos grandes proprietários no Piauí (Campo Maior e Teresina, 1962-1964). **Vozes, Pretérito & Devir** – Dossiê Temático: Trabalho e movimentos sociais. ano III, vol. IV, n. I, 2015.

SOUSA, Ramsés Eduardo Pinheiro de Moraes. As Ligas Camponesas e a violência no campo no Piauí (1963-1964). **Revista Piauiense de História Social e do Trabalho**, Parnaíba, ano II, n. 3, jul.-dez. 2016. Disponível em: <http://doi.org/10.5281/zenodo.1175391>. Acesso em: 4 maio 2021.

SOUSA, Ramsés Eduardo Pinheiro de Moraes. “De pé no chão também se aprende a ler”: o Jornal Liga e a construção da Reforma Agrária Radical no Brasil (1962-1964). *In*: VILELA,

Márcio Ananias Ferreira (org.). **Anais do 30º Simpósio Nacional de História** – história e o futuro da educação no Brasil. Recife: Associação Nacional de História, 2019.

SOUSA, Ramsés Eduardo Pinheiro de Moraes. Tempo de lutar: as Ligas Camponesas e os conflitos agrários em Campo Maior – Piauí (1962-1963). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2019, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: Universidade de Brasília, 2017.

STÉDILE, João Pedro (org.) **A questão agrária no Brasil**: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil**: história e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

STÉDILE, João Pedro (org.) **A questão agrária no Brasil**: o debate na década de 1990. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional – 1500-1960. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

STÉDILE, João Pedro. Terra Livre; o sonho continua! *In*: ARMAZÉM MEMÓRIA. Hemeroteca Luta pela Terra. **Jornal Terra Livre 1954-1964**. Rio de Janeiro: DocPro, [20--]. Disponível em: <http://bit.ly/29yalk8>. Acesso em: 27 out. 2021.

TERRA para Rose. Direção: Tetê Moraes. Produção: Vemver Comunicação. Roteiro: José Joffily e Tetê Moraes. Rio de Janeiro: Vemver, 1987. 1 vídeo (82 min), *classic TV*, color. Disponível em: <https://youtu.be/422xCGIJZR4>. Acesso em: 4 maio 2021.

URBE. *In*: INFOPÉDIA. Porto: Porto, 2022. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/\\$urbe](https://www.infopedia.pt/$urbe). Acesso em: 22 abr. 2022.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Tradução de Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.

WOORTMANN, Ellen F.; HEREDIA, Beatriz; MENACHE, Renata (org.). **Margarida Alves**: coletânea sobre estudos rurais e gênero. Brasília: MDA: Iica, 2006. (Nead Especial).

Pesquisa em jornal

I CONGRESSO Sindical dos Trabalhadores e Camponeses do Estado do Piauí. **Terra Livre**, São Paulo ano XII, n. 104, p. 7, out. 1961. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/814261/per814261_1961_00104.pdf. Acesso em: 1 ago. 2021.

I ENCONTRO dos Camponeses e Comitê da Frente de Mobilização Popular. **O Semanário**, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 336, p. 6, jun. 1963. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/814261/per814261_1961_00104.pdf. Acesso em: 1 ago. 2021.

A LUTA dos camponeses do Engenho da Galiléia repercute na Câmara. **O Semanário**, Rio de Janeiro, ano V, n. 193, p. 6, jan. 1960.

A TERRA regada a sangue. **Jornal dos Trabalhadores Sem Terra**, ano III, n. 34, p. 8, fev. 1984. Disponível em: <https://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=2959>. Acesso em: 27 out. 2021.

BELAMY, João. Secas produzem riqueza no Piauí. **O Semanário**, Rio de Janeiro, ano VI, n. 272, p. 7, ago. 1961.

CAMPO Maior (Piauí) cria sua associação camponesas. **Terra Livre**, São Paulo, ano XIV, n. 122, p. 6, maio 1963. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/814261/per814261_1963_00122.pdf. Acesso em: 27 out. 2021.

CAMPONESES do Brasil solidários com a UNE e Rádio Farropilha contra os terroristas do MAC. **Terra Livre**, São Paulo, ano XII, n. 107, p. 2, jan. 1962. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=814261&pasta=ano%20196&pesq=no%20grande%20com%C3%ADcio&pagfis=348>. Acesso em: 27 out. 2021.

CARPASO, Carlienne. Antônia Flor, a luta da piauiense que morreu defendendo a reforma agrária no Estado. **Cidade Verde**, Teresina, 8 mar. 2018. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/267424/antonia-flor-a-luta-da-piauiense-que-morreu-defendendo-a-reforma-agraria-no-estado>. Acesso em: 27 out. 2021.

CRESCER no Piauí o movimento camponês. **Terra Livre**, São Paulo, ano XIII, n. 113, p. 3, ago. 1962. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=814261&pesq=pedregosos&pagfis=381>. Acesso em: 4 maio 2021.

DOZE camponeses atacados por 45 homens armados até os dentes: no Piauí latifúndio também é cangaço. **O Semanário**, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 362, p. 7, dez. 1963.

EM PIRIPIRI inferno de miséria exploração e fome. **Terra Livre**, São Paulo, ano XIV, n. 119, p. 3, fev. 1963.

ENCONTRO Nacional Reuniu 16 estados. **Sem Terra**, Porto Alegre, 8 nov. 1982. Disponível em: <http://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=2915>. Acesso em: 27 out. 2021.

ENGENHO Galiléia em Festa: a terra é dos arrendatários. **Terra Livre**, São Paulo, ano XI, n. 89, p. 1-2, mar. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=814261&pesq=pedregosos&pagfis=21>. Acesso em: 7 jul. 2022.

FEDERAÇÃO dos Trabalhadores Rurais tem nova Diretoria. **Revista da Abra**, ano II, n. 4, p. 18, abr. 1972. Disponível em: <http://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=7374>. Acesso em: 27 out. 2021.

FETAG e Incra vão realizar um seminário no PI. **Revista da Abra**, ano VIII, n. 5, p. 27-28, set.-out. 1978. Disponível em: <http://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=8061>. Acesso em: 27 out. 2021.

FMP já tem comitê estadual no Piauí. **O Semanário**, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 347, p. 6, ago. 1963.

GÖRGEN, Frei Sérgio A. Reforma Agrária é o nosso objetivo. **Jornal dos Trabalhadores Sem Terra**, ano III, n. 36, jul., 1984. Disponível em: <http://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=2100>. Acesso em: 27 out. 2021.

GOVERNADOR Petrônio Portela chegou há pouco. **O Dia**, Teresina, ano XIV, n. 1218, 17 abr. 1964. Disponível em: https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/O%20Dia/DVBFcC3U_7f0K4iiiD-JZA==. Acesso em: 7 jul. 2022.

GRILAGEM: rotina no Piauí. **Sem Terra**, Porto Alegre, 8 nov. 1982. Disponível em: <http://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=2916>. Acesso em: 27 out. 2021.

GUARNIÇÃO EFETUA novas prisões. **O Dia**, Teresina, ano XIV, n. 1215, 12 abr. 1964. Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/O%20Dia/oVdbYk4pO58poXMidzvAOw==>. Acesso em: 7 jul. 2022.

GUARNIÇÃO FEDERAL de Teresina. **O Dia**, Teresina, ano XIV, n. 1218, 17 abr. 1964. Disponível em: https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/O%20Dia/DVBFcC3U_7f0K4iiiD-JZA==. Acesso em: 7 jul. 2022.

LARANJEIRA, Raymundo. A necessidade da Reforma Agrária no Brasil e o Programa Nacional de Política Fundiária. **Revista da Abra**, ano 13, n. 4, p. 20-42, jul.-ago. 1983.

LOPES, Ribamar. Passeata Operário-Camponesa causou sensação em Teresina. **Terra Livre**, São Paulo, ano XIV, n. 124, p. 2, jul. 1963a. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/814261/per814261_1963_00124.pdf. Acesso em: 14 out. 2022.

LOPES, Ribamar. Terroristas. **O Semanário**, Coluna Tribuna dos Leitores, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 361, p. 6, nov.-dez. 1963b.

LUTAM organizados os camponeses no Piauí. **Terra Livre**, São Paulo, ano XIV, n. 121, p. 8, abr. 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=814261&pasta=ano%20196&pesq=PIAU%20j%20tem%20federa%20A7%20A3o%20camponesa&pagfis=452>. Acesso em: 27 out. 2021.

MACHADO, Paulo. Canção de amor e morte. **Jornal da Poesia**, Fortaleza, [20--]. Disponível em: <http://www.jornaldepoesia.jor.br/paulomachado.html>. Acesso em: 4 maio 2021.

MARANHÃO entra na briga. **Jornal dos Trabalhadores Sem Terra**, ano IV, n. 45, p. 5, jul. 1985. Disponível em: <https://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=241>. Acesso em: 27 out. 2021.

NOTÍCIAS do Brasil: Nordeste. **Revista da Abra**, São Paulo, ano 1, n. 5, p. 11, maio 1971. Disponível em: <http://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=7232>. Acesso em: 29 set. 2022.

O DISCURSO do Presidente Castelo Branco. **O Dia**, Teresina, ano XIV, n. 1218, 17 abr. 1964. Disponível em: https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/O%20Dia/DVBFcC3U_7f0K4iiiD-JZA==. Acesso em: 7 jul. 2022.

PARAÍBA: outro 1930 para libertar as massas camponesas. **O Semanário**, Rio de Janeiro, ano VII, n. 279, p. 9, 3 maio 1962. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=149322&pagfis=3957&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 4 maio 2021.

PIAUI ameaçado de maior miséria este ano. **Terra Livre**, São Paulo, ano XIII, n. 114, p. 7, set. 1962. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=814261&pesq=pedregosos&pagfis=397>. Acesso em: 1 ago. 2021.

PIAUI já tem federação camponesa. **Terra Livre**, São Paulo, ano XIV, n. 124, p. 8, jul. 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=814261&pasta=ano%20196&pesq=PIAU%20C3%8D%20j%C3%A1%20tem%20federa%C3%A7%C3%A3o%20camponesa&pagfis=482>. Acesso em: 14 out. 2021.

PLANO de ação e luta da Contag para 1964. **Terra Livre**, São Paulo, ano XIV, n. 132, p. 5, mar. 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/814261/per814261196400132.pdf>. Acesso em: 14 out. 2021.

POSSEIRA é assassinada. **Jornal do Lavrador**, Comissão Pastoral da Terra, Teresina, n. 30, nov.-dez. 1984.

PTB decidiu apoiar Jango Goulart e Lott. **Terra Livre**, São Paulo, ano XI, n. 89, p. 3, 1960. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/814261/per814261_1960_00089.pdf. Acesso: 27 out. 2021.

REFORMA agrária já! **Jornal dos Trabalhadores Sem Terra**, ano III, n. 34, p. 9, fev. 1984. Disponível em: <https://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=2966>. Acesso em: 27 out. 2021.

RODRIGUES, Vera Lúcia G. da Silva; SILVA, José Gomes da. Conflitos de Terra no Brasil: uma introdução ao estudo empírico da violência no campo. Período 1971 a 1974. **Revista da Abra**, ano 5, n. 3 e 4, mar.-abr. 1975. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=7673>. Acesso em: 27 out. 2021.

ROSELI símbolo de luta pela posse da terra. **Jornal dos Trabalhadores Sem Terra**, n. 62, maio de 1987. Disponível em: <http://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=2674>. Acesso em: 27 out. 2021.

SAMPAIO, Paula. Regina Sousa cria Prêmio Estadual de Direitos Humanos no Piauí. **Oitomeia**, Teresina, 22 nov. 2019. Disponível em: <https://www.oitomeia.com.br/noticias/2019/11/22/regina-sousa-cria-premio-estadual-de-direitos-humanos-no-piaui/>. Acesso em: 4 maio. 2021.

SANTOS, José Ribamar. O flagelo do camponês no Piauí. **Revista da Abra**, ano II, n. 3, p. 11, mar. 1972, Disponível em: <https://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=7355>. Acesso em: 27 out. 2021.

SEM terra do país estão organizado. **Sem Terra**, Porto Alegre, set. 1982. Disponível em: <http://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=2909>. Acesso em: 27 out. 2021.

SILVA, João F. Padre Ladislau “o construtor de pontes”. **O Olhar**, Esperantina, 2 dez. 2016. Disponível em: <https://www.oolhar.com/padre-ladislau-o-construtor-de-pontes>. Acesso em: 16 jul. 2022.

SILVA, Lyndolpho. Direitos dos trabalhadores Rurais. **Terra Livre**, São Paulo, ano XIII, n. 114, p. 4, set. 1962. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/814261/per814261_1962_00114.pdf. Acesso em: 27 out. 2021.

SILVA, Vicente Mendes da. Ainda há homens que dormem mas estão para acordar. **Terra Livre**, São Paulo, ano VI, n. 51, p. 2, dez. 1954. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=814261&pesq=pedregosos&pagfis=52>. Acesso em: 4 maio 2021.

TAJRA, Jesus Elias. O comunismo e sua atuação no Brasil. **O Dia**, Teresina, n. 1214, p. 1-2, 11 abr. 1964. Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/O%20Dia/j7ckMGmAu1ev-b-5kRZVjw==>. Acesso em: 7 jul. 2022.

TERRA de latifúndios. **Jornal dos Trabalhadores Sem Terra**, São Paulo, ano IV, n. 45, p. 5, jul. 1985. Disponível em: <http://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=241>. Acesso em: 27 out. 2021.

TURBA latifundiária incendiou sindicato camponês no Piauí. **Liga**, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 56, p. 5, nov. 1963. Disponível em: <https://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=16377>. Acesso em: 4 maio 2021.

ULTAB fala à Nação através da Carta sobre a Reforma Agrária. **Terra Livre**, São Paulo, ano XI, n. 87, p. 10, jan. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=814261&pasta=ano%20196&pesq=87&pagfis=200>. Acesso em: 4 maio 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Linhas editoriais dos jornais

Periódico	Perfil
Jornal Terra Livre	O boletim era de base do movimento camponês classista, vinculado ao PCB, que tinha seu órgão de comunicação para se direcionar ao seu público e à sociedade. Começou a circular em 1954, chegando a atingir 60 mil exemplares, e parou de rodar em 1964, por causa da ditadura civil-militar. O conteúdo predominante era de denúncias dos trabalhadores rurais das condições de maus-tratos, perseguições e direitos trabalhistas, convocações e manifestos para organizar a classe dos trabalhadores rurais.
Jornal Liga	Jornal do movimento das Ligas Camponesas. Foi criado em 1962 e tinha a direção de Francisco Julião, advogado e deputado eleito em Pernambuco, em 1954, pelo PSB. Ele assumiu a defesa jurídica dos trabalhadores e trabalhadoras rurais da SAPP e era considerado o porta-voz do movimento. As publicações em hemeroteca datam sua circulação até 1963. O jornal circulava em outros estados, como o Rio de Janeiro. As publicações não se restringiam apenas à situação do campesinato, também noticiavam para outras organizações de trabalhadores, como as voltadas aos estudantes e operários. Era um veículo também de denúncia e de mobilização de classes, além de trazer panoramas políticos nacionais e internacionais.
O Semanário	Foi lançado por Oswaldo Costa, no Rio de Janeiro (RJ), em 5 de abril de 1956. Segundo artigo divulgado na BN Digital por Bruno Brasil (2015), o jornal é caracterizado pela publicação de artigos opinativos e reportagens amplas nas áreas política, social e econômica. Em 1956, passou a definir sua linha editorial a favor da então chamada Frente Parlamentar Nacionalista, movimento que aglutinava agentes de forças legislativas federais, estaduais e municipais numa corrente nacionalista de esquerda, efetivamente organizado em 1957. Entre os nomes de destaque em sua redação, esteve Francisco Julião. O jornal esteve mais restrito à denúncia da ação golpista e ao respeito à Constituição a partir de 1962, quando Leonel Brizola se estabeleceu como liderança na Frente Parlamentar, mas manteve-se afinado com o governo Jango, optando por não fomentar a desarticulação de sua base de apoio, retomando sua linha aguerrida contra o capital estrangeiro. <i>O Semanário</i> foi fechado em abril de 1964, com o golpe civil-militar.
Jornal dos Trabalhadores Sem Terra	O jornal nasceu em 1981 em meio ao acampamento Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul. As primeiras edições levaram o nome <i>Boletim Sem Terra</i> , até 1985. A publicação era assinada pela Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra e foi realizada pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos e pela Comissão Pastoral da Terra. Somente na edição 36, de 1984, o jornal passou a se identificar como <i>Jornal dos Trabalhadores Sem Terra</i> . A comunicação tinha como temas principais a reforma agrária, as denúncias dos trabalhadores contra a situação de miséria do campesinato, contra a política governamental. Também denunciavam os casos de violência e conflitos no campo. As ações de mobilizações também faziam parte das manchetes, davam voz ao movimento e às orientações para a organização da classe (SILVA; CONSOLE, 2020).

<p>Informes da Comissão Pastoral da Terra (CPT)</p>	<p>A CPT nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). Foi fundada em plena ditadura civil-militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam.</p> <p>Nasceu ligada à Igreja Católica. A CPT foi criada para ser um serviço à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e de ser um suporte para a sua organização.</p> <p>Para reforçar a luta pelos direitos, a CPT criou um setor de documentação, Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, que registra os conflitos em que os homens e as mulheres do campo estão envolvidos e a violência que sofrem. Todos os anos publica o relatório <i>Conflitos no Campo Brasil</i> onde constam todas as ocorrências registradas (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1986, 2022).</p>
<p>Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra) (Revista da Abra)</p>	<p>A Abra é uma entidade civil sem fins lucrativos, criada em 20 de setembro de 1967, no Rio de Janeiro, com o objetivo de ajudar a promover a concretização da reforma agrária no Brasil, dentro dos marcos conceituais a que se refere a Lei nº 4.504/1964, conhecida como Estatuto da Terra. A Associação é composta por técnicos, estudantes, profissionais liberais e dirigentes de associações e sindicatos e trabalhadores rurais em âmbito nacional e articulada a um grande grupo de entidades de apoio aos movimentos sociais rurais. A Abra foi constituída em virtude da frustração da implementação do Estatuto da Terra. A primeira edição da revista é de 1971. O principal conteúdo é a reforma agrária. Seus artigos estampam dados e informações de pesquisadores, acadêmicos, sindicalistas, políticos e técnicos de todo o país e constituem bibliografia indispensável a todo estudo sobre a questão agrária. Para além de número e estatísticas, a revista também é fonte de denúncia e histórias de luta pela reforma agrária. A hemeroteca registra um acervo da revista de um quarto de século de luta pela reforma agrária.⁶⁶ Plínio Arruda Sampaio (20--]), que foi um dos diretores-presidentes da Abra (1985-1990), no prefácio do acervo, diz que a revista começou a ser publicada em meio ao período autoritário: “Se falar de reforma agrária é envolver-se em polêmica até hoje, editar uma revista, nos tempos mais repressivos da ditadura civil-militar, raiava a temeridade”.</p>
<p>Jornal O Dia</p>	<p>Criado em 1923. No entanto há um vácuo nos arquivos sobre o jornal nesse período. Pesquisas sobre a história da imprensa piauiense apontam que ele foi relançado em 1º de fevereiro de 1951, pelo professor Leão Monteiro (NOVO, 2019). Inicialmente era um jornal semanário. Somente em 1964, assumido pelo empresário e coronel Octávio Miranda, teve um novo impulso, sendo veiculado em 1º de fevereiro como o primeiro jornal diário do Piauí. Na década de 1960, nos arquivos pesquisados, o jornal possuía uma linha conservadora. Seus artigos e editoriais eram contra os movimentos de reforma e apoiavam o golpe militar. Publicavam notas como do Ministério da Guerra. Uma das colunas do jornal, chamada Televisão, assinada pelo presidente da Academia Piauiense de Letras, na época, professor Simplício de Sousa Mendes, se declarava explicitamente contra o comunismo. O jornal dedicava boa parte dos espaços para dar voz a entidades, entre elas da Associação Comercial Piauiense, na época,</p>

⁶⁶ Para mais informações, ver Plínio Arruda Sampaio ([20--]).

	assinada pelo presidente da associação, o deputado estadual Pedro Portela, do Partido Social Progressista (PSP), em que apoiava a Marcha da Família com Deus pela Liberdade e repudiava o comunismo. Outra classe a se manifestar era dos produtores. Na edição de 12/4/1964, divulgou seu posicionamento sobre a situação política do país e manifestou solidariedade às Forças Armadas.
Cadernos do Povo Brasileiro	Escrito por Francisco Julião (1962), publicado pela editora Civilização Brasileira, no Rio de Janeiro. A própria introdução indica que o caderno é um depoimento escrito e que fala dos grandes problemas do Brasil, referindo-se às agitações no campo por reforma agrária e a luta do trabalhadores e trabalhadoras rurais. O objetivo da obra é informar. Segundo o caderno, “Somente quando bem informado é que o povo consegue emancipar-se” (JULIÃO, 1962, p. 96). A obra conta a origem das Ligas Camponesas, as causas, os meios utilizados para a difusão delas e sua expansão, entre outras orientações de forma a organizar a classe.
Portal Cidade Verde	A TV Cidade Verde é do empresário Jesus Elias Tajra, que também foi jornalista na Rádio Pioneira de Teresina, pertencente à Arquidiocese de Teresina. Na época que o canal foi outorgado, 1982, era prefeito do município. Porém a emissora só foi inaugurada em 1986 e hoje também integra um portal de notícias.

APÊNDICE B – Quadro de análise com as categorias principais da pesquisa

Categoria	Memória					
	Antônia de Sousa Neta	Raimunda Maria da Conceição Silva	Maria Alves Pereira	Eunice Oliveira Barros Soares	Maria do Carmo de Sousa Oliveira Macêdo	Rita Souza Vieira
Mulheres e feminismo	67 anos, mais conhecida como dona Nenê, mãe de cinco filhos. Reside no PA Antônia Flor. É aposentada como trabalhadora rural, foi posseira e viveu os conflitos por terra no povoado Gameleira, antes de se transformar em assentamento. Foi casada por 40 anos com o filho de Antônia Flor, Enoque Ferreira Santiago, falecido em 2019, com 71 anos. A renda é para se alimentar e ajudar quem precisa. Um dos filhos ainda mora com ela. Com a aposentadoria, mantém a associação em dia, entre outras obrigações financeiras. Todo ano faz pedacinho de roça, mas não comercializa. Cria porcos.	45 anos, mais conhecida como dona Bulega, mãe de três filhos. Reside no PA Antônia Flor. Trabalhadora rural, foi posseira. Nascida e criada no povoado Gameleira. É filha do trabalhador rural Raimundo Nonato da Silva, que foi “arrendatário” de Chico Ventura, fazendeiro autor de conflitos por terra. Atualmente, é tesoureira e suplente do conselho diretor da Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Antônia Flor e já esteve como presidente da entidade. Trabalha na roça, cuida do quintal, trabalha na cozinha, cuida da casa, faz caeira, tem criação de galinha e porco.	66 anos, mãe de uma filha. Reside no PA Antônia Flor desde 1994. É aposentada como trabalhadora rural. Levanta às 5 horas da manhã. Trabalha nos canteiros cultivando cebola e outras hortaliças. Mantém criação de galinha.	55 anos, mãe de três filhos. É quilombola e agricultora familiar assentada da reforma agrária. Está como vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Piri-piri. Já esteve como vereadora eleita, pelo PT, em Piri-piri, no ano de 2012.	45 anos, mãe de dois filhos. É agricultora familiar e assentada da reforma agrária. Está como secretária de Mulheres do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Piri-piri. A roça é para o próprio consumo, mas, quando a colheita do milho e feijão é boa, vende nas feiras da agricultura familiar.	50 anos, mãe. É agricultora familiar e assentada da reforma agrária. Há 22 anos, participa do movimento e é sócia da entidade. Está como presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Piri-piri.
Violência contra a mulher	Conta que Antônia Flor e sua família tinham mais de 50 anos de moradia em Gameleira.	Diz que Antônia Flor queria ser dona da terra, porque morava muitos anos nela e queria	Relata o que sabe, por meio de outras pessoas que contam a história, que Antônia Flor queria	Conta que Antônia Flor foi uma mulher que resistiu em uma comunidade que não era	Conta que o histórico que as pessoas conhecem de Antônia Flor é de uma pessoa que	Falou que não sabe a história de Antônia Flor, que só ouviu falar que ela era uma mulher, que

	<p>O sindicato apoiou a luta para que os posseiros não saíssem da terra. Relata conflitos entre Antônia Flor e Chico Ventura, dono da terra, em Gameleira. Fala sobre a ação de despejo em que o juiz decidiu a favor do fazendeiro. Diz que Antônia Flor resistiu e conta como ocorreu o assassinato dela, a mando do Chico Ventura, que contratou um pistoleiro. Disse que todo mundo da comunidade ficou traumatizado e que, apesar de a família ter denunciado, nunca deu em nada. Relembra do sepultamento e que, no final, ela não foi enterrada na terra que lutou. Chico Ventura morreu envenenado em menos de um ano após o assassinato de Antônia Flor. Também relata que, após a morte dele, a terra ficou para o filho que, depois, a deu como pagamento de uma dívida do pai com um vendedor de produtos químicos, que era de Recife. Ele assumiu a terra e os conflitos</p>	<p>mandar. Diz que eles eram posseiros, mas que o dono da terra era o Chico Ventura. Fala que, como era o dono, era ele quem mandava. Diz que é porque quem compra e paga é o dono. Conta que Antônia Flor, “pobre véia”, reagia diante do Chico Ventura. Conta sobre o assassinato dela, a mando dele. O motivo teria sido a resistência e que, depois de muitos anos, é que se soube que foi o Chico Ventura o mandante. Mas que a família não pôde fazer nada porque não tinha provas. Fala do sepultamento dizendo que o fato foi tão triste que nem o sepultamento foi no terreno que era sua casa. Fala sobre a venda da terra a Gilvan Ribeiro Calado e que ele, depois que viu que a terra não dava lucro, abandonou o local. Conta que, depois de um tempo, os moradores se organizaram junto com o sindicato e o Incra para conseguir a regularização da terra como assentamento.</p>	<p>morar na terra, não tinha outro lugar para morar e não queria largar os filhos. Diz que ela foi assassinada e que a morte foi uma barbaridade. Diz que a pessoa quando não tem terra tem de morar em cima da terra de quem tem. Conta que Antônia Flor era pobre. Não a conheceu. Quando chegou no assentamento, ela já não vivia mais ali. Diz que ela era opiniosa, pois preferiu morrer a sair da terra. Diz que ela lutou tanto pelo que acreditava que morreu. Se sente humilhada por outras pessoas por não ter as coisas, referindo-se a terra para morar. Diz que alguns tem esse olhar e outros não.</p>	<p>dela, mas ela tinha uma forma decente e se apropriou com seus filhos e netos pela resistência, descrevendo-a como uma pessoa envolvida, conselheira, dinâmica e muito humilde. Reconhece-a como uma pessoa que perdeu a vida para ajudar a família, que, por essa resistência, por ser uma mulher de luta, veio perder a sua vida de uma forma traiçoeira. Diz que infelizmente já perderam outras mulheres na luta, mas que não marcaram tanto como Antônia Flor. Ela também conta uma experiência pessoal sobre lutar pela terra e lutar contra a expulsão da terra.</p>	<p>tirava da terra o seu sustento e de sua família. Que resistiu à questão da terra quando o patrão queria que ela saísse da terra, porque ela estava como agregada, não era dona do terreno. Diz que é uma história que simboliza resistência e luta e as mulheres tem orgulho de se espelhar nela, porque ela realmente foi uma mulher batalhadora, no sentido de criar seus filhos, não foi covarde, nem medrosa, resistiu até a morte. Disse que esse tipo de violência que sofreu Antônia Flor, foi exatamente por não ter a independência de ter a sua casa, o seu lar.</p>	<p>ela mesmo capinava o quintal dela, que ia para roça, que a história repercutiu muito em Piripiri e mexeu muito com as pessoas.</p>
--	---	---	--	---	---	---

	<p>continuaram na região com despejos, ameaças. Mandava matar os animais das famílias e destruía os roçados. Conta que derrubaram sua casa, e ela e os filhos pequenos, de colo, ficaram sem teto. Relata que o sofrimento foi grande, mas continuaram na terra.</p>					
<p>Reconhecimento político</p>	<p>Mostra arquivo pessoal com fotos da homenagem prestada a Antônia Flor pela Alepi. Disse que, na época, o assentamento ainda nem estava pronto, só estava com a “conversa”. Disse que o assentamento foi construído por causa da morte de Antônia Flor e, por isso, o terreno tinha sido desapropriado. Também mostrou outras fotos em homenagem a Antônia Flor, como uma placa com o nome da rua que tem seu nome, em Teresina.</p>	<p>Ela reconhece a luta de Antônia Flor pela terra e diz que ela morreu sem ver a conquista, mas que os filhos, netos e a comunidade se beneficiaram.</p>	<p>Disse que ela morreu, mas conseguiu deixar os filhos agasalhados.</p>	<p>Fala que Antônia Flor inspira as mulheres, principalmente, trabalhadoras rurais, as camponesas, que estão na sua base. Isso trouxe a luta do sindicato para a organização das mulheres. Antônia Flor está muito viva no meio delas e não só no meio rural, mas se estendeu em outros espaços e campos. Diz que também, baseado na história de resistência, hoje, o sindicato tem um quadro de associadas em que a maioria é mulher. Diz que, em Teresina, há ruas com o nome dela, auditórios, inclusive lei que foi discutida pelo deputado Olavo Rebelo.</p>	<p>Fala que, nas festas comemorativas, como o Dia Internacional da Mulher, se frisa e se espelha muito na história de Antônia Flor, porque ela é do município de Piri-piri, como também do Piauí. Lembra de um evento muito importante no assentamento, um momento marcante nessa época, com caminhada até lá.</p>	<p>Diz que lembra quando era menina, que aconteceram muitos eventos nas comunidades com o pessoal todo reunido, a população, os sindicatos, a associação, divulgando essa história com o sentimento de orientação para mulheres, para que elas possam mudar, para que elas deem certo, para que elas possam ocupar seus espaços.</p>

APÊNDICE C – Outras homenagens recebidas por Antônia Flor

Memorial Antônia Flor – No assentamento Antônia Flor, existe um galpão que é considerado um memorial da trabalhadora. O local é usado para discutir as questões da comunidade.

Centro de Formação Antônia Flor – O espaço, em Piripiri, é do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. É usado para realização de festas, reuniões e oficinas, entre outras atividades.

Conjunto Habitacional Antônia Flor – Empreendimento do Programa Federal Minha Casa Minha Vida, beneficia cerca de 300 famílias.

Auditório Antônia Flor – Sala de um auditório do Incra, em Teresina, possui o nome da trabalhadora, como homenagem e reconhecimento a sua luta por reforma agrária.

Coletivo Antônia Flor – Também existe uma associação de advogados populares, a “Associação de Assessoria Técnica Popular em Direitos Humanos – Coletivo Antônia Flor”, da qual fazem parte representantes de projetos sociais da Universidade Federal do Piauí e da Universidade Estadual do Piauí (Uespi), com os projetos Cajuína e Coraje (Corpo de Assessoria Jurídica Estudantil), que reúnem profissionais da área de Direito. Sobre esse Coletivo Antônia Flor, entre suas atividades, está a de prestar consultoria e assessoria jurídica popular em casos emblemáticos de criminalização de pessoas e expressões negras e pobres, como forma de evidenciar as práticas autoritárias e seletivas que contribuem para o aumento da população carcerária.

Rua Antônia Flor⁶⁷ – Decreto nº 11.428, que dá denominação a logradouros públicos de Teresina e que nomeia, entre eles, a Rua Antônia Flor, em 9 de agosto de 2011. A rua é localizada no Bairro Santa Maria da Codipi, zona norte da capital do estado.

Prêmio Estadual de Direitos Humanos Antônia Flor – Em 22 de novembro 2019, outra homenagem foi prestada a Antônia Flor. Foi assinado um decreto, em solenidade ocorrida no Palácio Karnak, pela governadora em exercício, Regina Sousa, que instituiu o Prêmio Estadual de Direitos Humanos Antônia Flor, que reconhece oficialmente, a cada ano, pessoas e instituições que se destacam na área de promoção e defesa dos direitos humanos. A criação do prêmio foi uma sugestão do Conselho Estadual de Direitos Humanos ao Executivo Estadual (SAMPAIO, Paula, 2019).

Museu de Perypery – No museu, há um espaço com a foto de Antônia Flor.

⁶⁷ Ver Anexo S.

APÊNDICE D – Termo de consentimento e participação em pesquisa

Universidade de Brasília
 FUP | Faculdade de Planaltina
 Programa de Pós-Graduação
 em Meio Ambiente e
 Desenvolvimento Rural

Termo de consentimento e participação em pesquisa

Convidamos o(a) Senhor(a) Antônia de Sousa Neto a participar do projeto de pesquisa **ANTÔNIA FLOR E A RESISTÊNCIA DE MULHERES CAMPONESAS NA LUTA PELA TERRA EM PIRIPIRI/PI**, sob a responsabilidade da pesquisadora Patrícia Costa de Araújo. O objetivo desta pesquisa é analisar a luta de mulheres camponesas pela terra sob a luz da história de Antônia Flor em Piripiri/PI. Aceito participar da pesquisa sobre a **ANTÔNIA FLOR E A RESISTÊNCIA DE MULHERES CAMPONESAS NA LUTA PELA TERRA EM PIRIPIRI/PI**, no Piauí, sob a orientação da professora Dr^a Regina Coelly F. Saraiva, da aluna de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, na linha de pesquisa Desenvolvimento e Políticas Públicas para o Meio Ambiente e o Campo, Universidade de Brasília (UnB), Faculdade UnB Planaltina (FUP). Declaro que fui informado (a) que a pesquisa analisa a luta de mulheres camponesas pela terra sob a luz da história de Antônia Flor em Piripiri/PI. Como participante da pesquisa declaro que concordo em ser entrevistado uma ou mais vezes pela pesquisadora no local e ou plataformas on-line adequadas as condições sanitárias de prevenção ao contágio da Covid-19, com duração previamente ajustados. Permito a gravação das entrevistas. Autorizo que meu nome seja divulgado nos resultados da pesquisa, comprometendo-se, a pesquisadora, a utilizar apenas as informações que prestarei somente para os propósitos da pesquisa. O(a) senhor(a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa. A sua participação se dará por meio de entrevistas sob as devidas medidas de segurança e prevenção orientados pelas autoridades sanitárias contra a contaminação da Covid-19, na data 18 de janeiro de 2022. Não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada a sua participação, que será voluntária. Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília (UnB), Faculdade UnB Planaltina (FUP) podendo ser publicados posteriormente. Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o Senhor (a).

X Antônia de Sousa Neto
 Nome / assinatura do participante

Patrícia Costa de Araújo
 Pesquisador Responsável Patrícia Costa de Araújo

Piripiri, 18 de janeiro de 2022.



TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO PARA FINS CIENTÍFICOS E ACADÊMICOS

Por meio deste termo, o sr. Antônia de Sousa Neto, participante do estudo **ANTÔNIA FLOR E A RESISTÊNCIA DE MULHERES CAMPONESAS NA LUTA PELA TERRA EM PIRIPIRI/PI**, cede o direito de uso das imagens pessoais e do som da sua voz que foram adquiridas durante sua participação em estudo/pesquisa. Dessa forma, autorizo a pesquisadora **Patrícia Costa de Araújo** e **Universidade de Brasília (UnB), Faculdade UnB Planaltina (FUP)** responsável pelo trabalho a: (a) utilizar e veicular as fotografias, vídeos e som da sua voz obtidas durante sua participação na entrevista referente a este estudo/pesquisa para o mestrado no **Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural**, para fim de obtenção de grau acadêmico, sem qualquer limitação de número de inserções e reproduções, desde que essenciais para os objetivos do estudo. A veicular as fotografias, vídeos e/ou som da sua voz acima referidas na versão final do trabalho acadêmico, que será disponibilizado no (repositório) da Universidade de Brasília – UnB; Utilizar as fotografias, vídeos e som da voz na produção de quaisquer materiais acadêmicos, inclusive aulas e apresentações em congressos e eventos científicos, por meio oral (conferências) e/ou impresso (pôsteres ou painéis); Utilizar as imagens, vídeos e/ou som da sua voz para a publicação de artigos científicos em meio impresso e/ou eletrônico para fins de divulgação, sem limitação de número de inserções e reproduções; No caso de imagens, executar livremente a montagem das fotografias, realizando cortes e correções de brilho e/ou contraste necessários, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida. Executar livremente a edição e montagem de trechos da entrevista audiovisual, realizando cortes e correções necessárias, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida. Não haverá restituição financeira de qualquer natureza neste ou a qualquer momento pela cessão das imagens. É vedado ao pesquisador utilizar as imagens para fins comerciais ou com objetivos diversos da pesquisa proposta, sob pena de responsabilização nos termos da legislação brasileira. Concordando com o termo, o participante de pesquisa e o pesquisador assinam o presente termo em 2 (duas) vias iguais, devendo permanecer uma em posse do pesquisador responsável e outra com o participante ou seu responsável.

Piripiri, 18 de janeiro de 2022

Pesquisador responsável: Patrícia Costa de Araújo

Participante do estudo ou seu responsável legal:

* Antônia de Sousa Neto

(86) 9.9453.3235

TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMAGEM E/OU SOM DA VOZ PARA FINS CIENTÍFICOS E ACADÊMICOS



TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMAGEM E/OU SOM DA VOZ PARA FINS CIENTÍFICOS E ACADÊMICOS

Por meio deste termo, a Sr. Raimunda Maria da Conceição Silva, participante do estudo ANTÔNIA FLOR E RESISTÊNCIAS DE MULHERES CAMPONESAS NA LUTA PELA TERRA EM PIRIPIRI-PIAUI, cede o direito de uso das imagens pessoais e/ou do som da sua voz que foram adquiridas durante sua participação em estudo/pesquisa. Dessa forma, autoriza o Pesquisador Patrícia Costa de Araújo e Universidade de Brasília (UnB), Faculdade UnB Planaltina (FUP) responsável pelo trabalho a: (a) utilizar e veicular as fotografias, vídeos e/ou som da sua voz obtidas durante sua participação em estudo/pesquisa anterior na(o) Reconstrução da História das Mulheres na Luta pela Terra no Piauí: o Legado de Antônia Flor, Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, para fim de obtenção de grau acadêmico, sem qualquer limitação de número de inserções e reproduções, desde que essenciais para os objetivos do estudo; (b) veicular as fotografias, vídeos e/ou som da sua voz acima referidas na versão final do trabalho acadêmico, que será obrigatoriamente disponibilizado na página web da biblioteca (repositório) da Universidade de Brasília - UnB, ou seja, na Internet, assim tornando-as públicas para outros estudantes e/ou pesquisadores; (c) utilizar as fotografias, vídeos e/ou som da sua voz na produção de quaisquer materiais acadêmicos, inclusive aulas e apresentações em congressos e eventos científicos, por meio oral (conferências) e/ou impresso (pôsteres ou painéis); (d) utilizar as imagens, vídeos e/ou som da sua voz para a publicação de artigos científicos em meio impresso e/ou eletrônico para fins de divulgação, sem limitação de número de inserções e reproduções; (e) No caso de imagens, executar livremente a montagem das fotografias, realizando cortes e correções de brilho e/ou contraste necessários, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as exclusivamente para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida; (f) No caso do som da voz, executar livremente a edição e montagem do trecho, realizando cortes e correções necessárias, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as exclusivamente para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida. Não haverá restituição financeira de qualquer natureza neste ou a qualquer momento pela cessão das imagens. É vedado ao pesquisador utilizar as imagens para fins comerciais ou com objetivos diversos da pesquisa proposta, sob pena de responsabilização nos termos da legislação brasileira. Concorrendo com o termo, o participante de pesquisa e o pesquisador assinam o presente termo em 2 (duas) vias iguais, devendo permanecer uma em posse do pesquisador responsável e outra com o participante ou seu responsável.

Local e data: Piripiri, 18 de janeiro de 2022

Pesquisador responsável: Patrícia Costa de Araújo

Participante do estudo ou seu responsável legal:

Raimunda Maria da Conceição Silva

TERMO DE CONSENTIMENTO E PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

**Termo de consentimento e participação em pesquisa**

Convidamos o(a) Senhor(a) RAIMUNDA MARIA CONCEIÇÃO SILVA a participar do projeto de pesquisa **ANTÔNIA FLOR E RESISTÊNCIAS DE MULHERES CAMPONESAS NA LUTA PELA TERRA EM PIRIPIRI-PIAUI**, sob a responsabilidade da pesquisadora Patrícia Costa de Araújo. O objetivo desta pesquisa é analisar a luta de mulheres camponesas pela terra sob a luz da história de Antônia Flor em Piripiri-PI. Aceito participar da pesquisa sobre **ANTÔNIA FLOR E RESISTÊNCIAS DE MULHERES CAMPONESAS NA LUTA PELA TERRA EM PIRIPIRI-PIAUI**, sob a orientação da professora Dr^a Regina Coelly F. Seravia, e da aluna de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, linha de pesquisa Desenvolvimento e Políticas Públicas para o Meio Ambiente e o Campo, Universidade de Brasília (UnB), Faculdade UnB Planaltina (FUP). Declaro que fui informado (a) que a pesquisa pretende analisar e compreender o legado político de Antônia Maria da Conceição e suas contribuições políticas na luta pela terra, para o estado do Piauí. Como participante da pesquisa declaro que concordo em ser entrevistado uma ou mais vezes pela pesquisadora no local e ou plataformas on-line adequadas as condições sanitárias de prevenção ao contágio da Covid-19, com duração previamente ajustados. Permitindo a gravação das entrevistas. Autorizo que meu nome seja divulgado nos resultados da pesquisa, comprometendo-se, a pesquisadora, a utilizar apenas as informações que prestarei somente para os propósitos da pesquisa. O (A) senhor (ra) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa. A sua participação se dará por meio de entrevistas sob as devidas medidas de segurança e prevenção orientados pelas autoridades sanitárias contra a contaminação da Covid-19, na data **18 de janeiro de 2022**. Não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada a sua participação, que será voluntária. Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília (UnB), Faculdade UnB Planaltina (FUP) podendo ser publicados posteriormente. Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o Senhor (a).

Raimundamariadaconceiçãosilva

Nome / assinatura do participante

Patrícia Costa de Araújo

Pesquisador Responsável Patrícia Costa de Araújo

Piripiri, 18 de janeiro de 2022.

TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMAGEM E/OU SOM DA VOZ PARA FINS CIENTÍFICOS E ACADÊMICOS



TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMAGEM E/OU SOM DA VOZ PARA FINS CIENTÍFICOS E ACADÊMICOS

Por meio deste termo, a Sr. Marina Alves Pereira, participante do estudo **ANTÔNIA FLOR E RESISTÊNCIAS DE MULHERES CAMPONESAS NA LUTA PELA TERRA EM PIRIPIRI-PIAUI**, cede o direito de uso das imagens pessoais e/ou do som da sua voz que foram adquiridas durante sua participação em estudo/pesquisa. Dessa forma, autoriza o Pesquisador Patricia Costa de Araújo e Universidade de Brasília (UnB), Faculdade UnB Planaltina (FUP) responsável pelo trabalho a: (a) utilizar e veicular as fotografias, vídeos e/ou som da sua voz obtidas durante sua participação em estudo/pesquisa anterior na(o) **Reconstrução da História das Mulheres na Luta pela Terra no Piauí: o Legado de Antônia Flor**, Mestrado no **Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural**, para fim de obtenção de grau acadêmico, sem qualquer limitação de número de inserções e reproduções, desde que essenciais para os objetivos do estudo. (b) veicular as fotografias, vídeos e/ou som da sua voz acima referidas na versão final do trabalho acadêmico, que será obrigatoriamente disponibilizado na página web da biblioteca (repositório) da Universidade de Brasília – UnB, ou seja, na Internet, assim tornando-as públicas para outros estudantes e/ou pesquisadores; (c) utilizar as fotografias, vídeos e/ou som da sua voz na produção de quaisquer materiais acadêmicos, inclusive aulas e apresentações em congressos e eventos científicos, por meio oral (conferências) e/ou impresso (pôsteres ou painéis); (d) utilizar as imagens, vídeos e/ou som da sua voz para a publicação de artigos científicos em meio impresso e/ou eletrônico para fins de divulgação, sem limitação de número de inserções e reproduções; (e) No caso de imagens, executar livremente a montagem das fotografias, realizando cortes e correções de brilho e/ou contraste necessários, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as exclusivamente para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida. (f) No caso do som da voz, executar livremente a edição e montagem do trecho, realizando cortes e correções necessárias, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as exclusivamente para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida. Não haverá restituição financeira de qualquer natureza neste ou a qualquer momento pela cessão das imagens. É vedado ao pesquisador utilizar as imagens para fins comerciais ou com objetivos diversos da pesquisa proposta, sob pena de responsabilização nos termos da legislação brasileira. Concordando com o termo, o participante de pesquisa e o pesquisador assinam o presente termo em 2 (duas) vias iguais, devendo permanecer uma em posse do pesquisador responsável e outra com o participante ou seu responsável.

Local e data: Piripiri, 18 de janeiro de 2022

Pesquisador responsável: Patricia Costa de Araújo

Participante do estudo ou seu responsável legal:

Marina Alves Pereira

TERMO DE CONSENTIMENTO E PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA



Universidade de Brasília

FUP - Faculdade de Planaltina



Programa de Pós-Graduação

em Meio Ambiente e

Desenvolvimento Rural

Termo de consentimento e participação em pesquisa

Convidamos o(a) Senhor(a) Maria Alves Pereira a participar do projeto de pesquisa **ANTÔNIA FLOR E RESISTÊNCIAS DE MULHERES CAMPONESAS NA LUTA PELA TERRA EM PIRIPIRI-PIAUÍ**, sob a responsabilidade da pesquisadora Patrícia Costa de Araújo. O objetivo desta pesquisa é analisar a luta de mulheres camponesas pela terra sob a luz da história de Antônia Flor em Piripiri-PI. Aceito participar da pesquisa sobre **ANTÔNIA FLOR E RESISTÊNCIAS DE MULHERES CAMPONESAS NA LUTA PELA TERRA EM PIRIPIRI-PIAUÍ**, sob a orientação da professora Dr^a Regina Coelly F. Saraiva, e da aluna de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, linha de pesquisa Desenvolvimento e Políticas Públicas para o Meio Ambiente e o Campo, Universidade de Brasília (UnB), Faculdade UnB Planaltina (FUP). Declaro que fui informado (a) que a pesquisa pretende analisar e compreender o legado político de Antônia Maria da Conceição e suas contribuições políticas na luta pela terra, para o estado do Piauí. Como participante da pesquisa declaro que concordo em ser entrevistado uma ou mais vezes pela pesquisadora no local e ou plataformas on-line adequadas as condições sanitárias de prevenção ao contágio da Covid-19, com duração previamente ajustados. Permitindo a gravação das entrevistas. Autorizo que meu nome seja divulgado nos resultados da pesquisa, comprometendo-se, a pesquisadora, a utilizar apenas as informações que prestarei somente para os propósitos da pesquisa. O (A) senhor (ra) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa. A sua participação se dará por meio de entrevistas sob as devidas medidas de segurança e prevenção orientados pelas autoridades sanitárias contra a contaminação da Covid-19, na data **18 de janeiro de 2022**. Não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada a sua participação, que será voluntária. Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília (UnB), Faculdade UnB Planaltina (FUP) podendo ser publicados posteriormente. Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o Senhor (a).

x Maria Alves Pereira

Nome / assinatura do participante

Patrícia Costa de Araújo

Pesquisador Responsável Patrícia Costa de Araújo

Piripiri, 18 de janeiro de 2022.



Termo de consentimento e participação em pesquisa

Convidamos o(a) Senhor(a) Eunice Oliveira Ramos Soares a participar do projeto de pesquisa **ANTÔNIA FLOR E A RESISTÊNCIA DE MULHERES CAMPONESAS NA LUTA PELA TERRA EM PIRIPIRI/PI**, sob a responsabilidade da pesquisadora Patrícia Costa de Araújo. O objetivo desta pesquisa é analisar a luta de mulheres camponesas pela terra sob a luz da história de Antônia Flor em Piripiri/PI. Aceito participar da pesquisa sobre a **ANTÔNIA FLOR E A RESISTÊNCIA DE MULHERES CAMPONESAS NA LUTA PELA TERRA EM PIRIPIRI/PI**, no Piauí, sob a orientação da professora Dr^a Regina Coelly F. Saraiva, da aluna de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, na linha de pesquisa Desenvolvimento e Políticas Públicas para o Meio Ambiente e o Campo, Universidade de Brasília (UnB), Faculdade UnB Planaltina (FUP). Declaro que fui informado (a) que a pesquisa analisa a luta de mulheres camponesas pela terra sob a luz da história de Antônia Flor em Piripiri/PI. Como participante da pesquisa declaro que concordo em ser entrevistado uma ou mais vezes pela pesquisadora no local e ou plataformas on-line adequadas as condições sanitárias de prevenção ao contágio da Covid-19, com duração previamente ajustados. Permito a gravação das entrevistas. Autorizo que meu nome seja divulgado nos resultados da pesquisa, comprometendo-se, a pesquisadora, a utilizar apenas as informações que prestarei somente para os propósitos da pesquisa. O(a) senhor(a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa. A sua participação se dará por meio de entrevistas sob as devidas medidas de segurança e prevenção orientados pelas autoridades sanitárias contra a contaminação da Covid-19, na data 19 de janeiro de 2022. Não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada a sua participação, que será voluntária. Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília (UnB), Faculdade UnB Planaltina (FUP) podendo ser publicados posteriormente. Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o Senhor (a).

Eunice Oliveira Ramos Soares

Nome / assinatura do participante

Patrícia Costa de Araújo

Pesquisador Responsável Patrícia Costa de Araújo

Piripiri, 19 de janeiro de 2022



TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO PARA FINS CIENTÍFICOS E ACADÊMICOS

Por meio deste termo, o sr. Émice Oliveira Ramos Soares, participante do estudo **ANTÔNIA FLOR E A RESISTÊNCIA DE MULHERES CAMPONESAS NA LUTA PELA TERRA EM PIRIPIRU/PI**, cede o direito de uso das imagens pessoais e do som da sua voz que foram adquiridas durante sua participação em estudo/pesquisa. Dessa forma, autorizo a pesquisadora Patrícia Costa de Araújo e Universidade de Brasília (UnB), Faculdade UnB Planaltina (FUP) responsável pelo trabalho a: (a) utilizar e veicular as fotografias, vídeos e som da sua voz obtidas durante sua participação na entrevista referente a este estudo/pesquisa para o mestrado no **Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural**, para fim de obtenção de grau acadêmico, sem qualquer limitação de número de inserções e reproduções, desde que essenciais para os objetivos do estudo. A veicular as fotografias, vídeos e/ou som da sua voz acima referidas na versão final do trabalho acadêmico, que será disponibilizado no (repositório) da Universidade de Brasília – UnB; Utilizar as fotografias, vídeos e som da voz na produção de quaisquer materiais acadêmicos, inclusive aulas e apresentações em congressos e eventos científicos, por meio oral (conferências) e/ou impresso (pôsteres ou painéis); Utilizar as imagens, vídeos e/ou som da sua voz para a publicação de artigos científicos em meio impresso e/ou eletrônico para fins de divulgação, sem limitação de número de inserções e reproduções; No caso de imagens, executar livremente a montagem das fotografias, realizando cortes e correções de brilho e/ou contraste necessários, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida. Executar livremente a edição e montagem de trechos da entrevista audiovisual, realizando cortes e correções necessárias, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida. Não haverá restituição financeira de qualquer natureza neste ou a qualquer momento pela cessão das imagens. É vedado ao pesquisador utilizar as imagens para fins comerciais ou com objetivos diversos da pesquisa proposta, sob pena de responsabilização nos termos da legislação brasileira. Concordando com o termo, o participante de pesquisa e o pesquisador assinam o presente termo em 2 (duas) vias iguais, devendo permanecer uma em posse do pesquisador responsável e outra com o participante ou seu responsável.

Piripirú, 19 de janeiro de 2022

Pesquisador responsável: Patrícia Costa de Araújo

Participante do estudo ou seu responsável legal:

Émice Oliveira Ramos Soares



Termo de consentimento e participação em pesquisa

Convidamos o(a) Senhor(a) Maria do Carmo de Sousa D. Macedo a participar do projeto de pesquisa **ANTÔNIA FLOR E A RESISTÊNCIA DE MULHERES CAMPONESAS NA LUTA PELA TERRA EM PIRIPIRI/PI**, sob a responsabilidade da pesquisadora Patrícia Costa de Araújo. O objetivo desta pesquisa é analisar a luta de mulheres camponesas pela terra sob a luz da história de Antônia Flor em Piripiri/PI. Aceito participar da pesquisa sobre a **ANTÔNIA FLOR E A RESISTÊNCIA DE MULHERES CAMPONESAS NA LUTA PELA TERRA EM PIRIPIRI/PI**, no Piauí, sob a orientação da professora Dr^a Regina Coelly F. Saraiva, da aluna de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, na linha de pesquisa Desenvolvimento e Políticas Públicas para o Meio Ambiente e o Campo, Universidade de Brasília (UnB), Faculdade UnB Planaltina (FUP). Declaro que fui informado (a) que a pesquisa analisa a luta de mulheres camponesas pela terra sob a luz da história de Antônia Flor em Piripiri/PI. Como participante da pesquisa declaro que concordo em ser entrevistado uma ou mais vezes pela pesquisadora no local e ou plataformas on-line adequadas as condições sanitárias de prevenção ao contágio da Covid-19, com duração previamente ajustados. Permito a gravação das entrevistas. Autorizo que meu nome seja divulgado nos resultados da pesquisa, comprometendo-se, a pesquisadora, a utilizar apenas as informações que prestarei somente para os propósitos da pesquisa. O(a) senhor(a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa. A sua participação se dará por meio de entrevistas sob as devidas medidas de segurança e prevenção orientados pelas autoridades sanitárias contra a contaminação da Covid-19, na data 18 de janeiro de 2022. Não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada a sua participação, que será voluntária. Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília (UnB), Faculdade UnB Planaltina (FUP) podendo ser publicados posteriormente. Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o Senhor (a).

Maria do Carmo de Sousa D. Macedo

Nome / assinatura do participante

Patrícia Costa de Araújo

Pesquisador Responsável Patrícia Costa de Araújo

Piripiri, 18 de janeiro de 2022.



TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO PARA FINS CIENTÍFICOS E ACADÊMICOS

Por meio deste termo, o sr. Maria do Carmo de Sousa O. Macedo, participante do estudo **ANTÔNIA FLOR E A RESISTÊNCIA DE MULHERES CAMPONESAS NA LUTA PELA TERRA EM PIRIPIRI/PI**, cede o direito de uso das imagens pessoais e do som da sua voz que foram adquiridas durante sua participação em estudo/pesquisa. Dessa forma, autorizo a pesquisadora Patrícia Costa de Araújo e Universidade de Brasília (UnB), Faculdade UnB Planaltina (FUP) responsável pelo trabalho a: (a) utilizar e veicular as fotografias, vídeos e som da sua voz obtidas durante sua participação na entrevista referente a este estudo/pesquisa para o mestrado no **Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural**, para fim de obtenção de grau acadêmico, sem qualquer limitação de número de inserções e reproduções, desde que essenciais para os objetivos do estudo. A veicular as fotografias, vídeos e/ou som da sua voz acima referidas na versão final do trabalho acadêmico, que será disponibilizado no (repositório) da Universidade de Brasília – UnB. Utilizar as fotografias, vídeos e som da voz na produção de quaisquer materiais acadêmicos, inclusive aulas e apresentações em congressos e eventos científicos, por meio oral (conferências) e/ou impresso (pôsteres ou painéis). Utilizar as imagens, vídeos e/ou som da sua voz para a publicação de artigos científicos em meio impresso e/ou eletrônico para fins de divulgação, sem limitação de número de inserções e reproduções; No caso de imagens, executar livremente a montagem das fotografias, realizando cortes e correções de brilho e/ou contraste necessários, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida. Executar livremente a edição e montagem de trechos da entrevista audiovisual, realizando cortes e correções necessárias, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida. Não haverá restituição financeira de qualquer natureza neste ou a qualquer momento pela cessão das imagens. É vedado ao pesquisador utilizar as imagens para fins comerciais ou com objetivos diversos da pesquisa proposta, sob pena de responsabilização nos termos da legislação brasileira. Concordando com o termo, o participante de pesquisa e o pesquisador assinam o presente termo em 2 (duas) vias iguais, devendo permanecer uma em posse do pesquisador responsável e outra com o participante ou seu responsável.

Piripiri, 18 de janeiro de 2022

Pesquisador responsável:

Patrícia Costa de Araújo

Participante do estudo ou seu responsável legal:

Maria do Carmo de Sousa O. Macedo



Termo de consentimento e participação em pesquisa

Convidamos o(a) Senhor(a) Rita Souza Vieira a participar do projeto de pesquisa **ANTÔNIA FLOR E A RESISTÊNCIA DE MULHERES CAMPONESAS NA LUTA PELA TERRA EM PIRIPIRI/PI**, sob a responsabilidade da pesquisadora Patrícia Costa de Araújo. O objetivo desta pesquisa é analisar a luta de mulheres camponesas pela terra sob a luz da história de Antônia Flor em Piripiri/PI. Aceito participar da pesquisa sobre a **ANTÔNIA FLOR E A RESISTÊNCIA DE MULHERES CAMPONESAS NA LUTA PELA TERRA EM PIRIPIRI/PI**, no Piauí, sob a orientação da professora Dr^a Regina Coelly F. Saraiva, da aluna de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, na linha de pesquisa Desenvolvimento e Políticas Públicas para o Meio Ambiente e o Campo, Universidade de Brasília (UnB), Faculdade UnB Planaltina (FUP). Declaro que fui informado (a) que a pesquisa analisa a luta de mulheres camponesas pela terra sob a luz da história de Antônia Flor em Piripiri/PI. Como participante da pesquisa declaro que concordo em ser entrevistado uma ou mais vezes pela pesquisadora no local e ou plataformas on-line adequadas as condições sanitárias de prevenção ao contágio da Covid-19, com duração previamente ajustados. Permito a gravação das entrevistas. Autorizo que meu nome seja divulgado nos resultados da pesquisa, comprometendo-se, a pesquisadora, a utilizar apenas as informações que prestarei somente para os propósitos da pesquisa. O(a) senhor(a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa. A sua participação se dará por meio de entrevistas sob as devidas medidas de segurança e prevenção orientados pelas autoridades sanitárias contra a contaminação da Covid-19, na data 19 de janeiro de 2022. Não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada a sua participação, que será voluntária. Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília (UnB), Faculdade UnB Planaltina (FUP) podendo ser publicados posteriormente. Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o Senhor (a).

Rita Souza Vieira

Nome / assinatura do participante

Patrícia Costa de Araújo

Pesquisador Responsável Patrícia Costa de Araújo

Piripiri, 19 de janeiro de 2022.



TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO PARA FINS CIENTÍFICOS E ACADÊMICOS

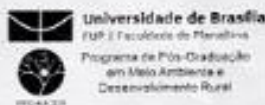
Por meio deste termo, o sr. Patá Souza Vieira participante do estudo **ANTÔNIA FLOR E A RESISTÊNCIA DE MULHERES CAMPONESAS NA LUTA PELA TERRA EM PIRIPIRI/PI**, cede o direito de uso das imagens pessoais e do som da sua voz que foram adquiridas durante sua participação em estudo/pesquisa. Dessa forma, autorizo a pesquisadora **Patrícia Costa de Araújo** e **Universidade de Brasília (UnB), Faculdade UnB Planaltina (FUP)** responsável pelo trabalho a: (a) utilizar e veicular as fotografias, vídeos e som da sua voz obtidas durante sua participação na entrevista referente a este estudo/pesquisa para o mestrado no **Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural**, para fim de obtenção de grau acadêmico, sem qualquer limitação de número de inserções e reproduções, desde que essenciais para os objetivos do estudo. A veicular as fotografias, vídeos e/ou som da sua voz acima referidas na versão final do trabalho acadêmico, que será disponibilizado no (repositório) da Universidade de Brasília – UnB; Utilizar as fotografias, vídeos e som da voz na produção de quaisquer materiais acadêmicos, inclusive aulas e apresentações em congressos e eventos científicos, por meio oral (conferências) e/ou impresso (pôsteres ou painéis); Utilizar as imagens, vídeos e/ou som da sua voz para a publicação de artigos científicos em meio impresso e/ou eletrônico para fins de divulgação, sem limitação de número de inserções e reproduções; No caso de imagens, executar livremente a montagem das fotografias, realizando cortes e correções de brilho e/ou contraste necessários, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida. Executar livremente a edição e montagem de trechos da entrevista audiovisual, realizando cortes e correções necessárias, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida. Não haverá restituição financeira de qualquer natureza neste ou a qualquer momento pela cessão das imagens. É vedado ao pesquisador utilizar as imagens para fins comerciais ou com objetivos diversos da pesquisa proposta, sob pena de responsabilização nos termos da legislação brasileira. Concordeando com o termo, o participante de pesquisa e o pesquisador assinam o presente termo em 2 (duas) vias iguais, devendo permanecer uma em posse do pesquisador responsável e outra com o participante ou seu responsável.

Piripiri: 19 de janeiro de 2022

Pesquisador responsável: Patrícia Costa de Araújo

Participante do estudo ou seu responsável legal:

x Patá Souza Vieira



Termo de consentimento e participação em pesquisa

Convidamos o(a) Senhor(a) **Olavo Rebelo de Carvalho Filho** a participar do projeto de pesquisa **MULHERES E LUTA PELA TERRA NO PIAUÍ: DAS LIGAS CAMPONESAS A ANTÔNIA FLOR**, sob a responsabilidade da pesquisadora Patrícia Costa de Araújo. O objetivo desta pesquisa é analisar a luta de mulheres camponesas pela terra sob à luz da história de Antônia Flor em Piripiri/PI. Aceito participar da pesquisa sobre a **MULHERES E LUTA PELA TERRA NO PIAUÍ: DAS LIGAS CAMPONESAS A ANTÔNIA FLOR**, no Piauí, sob a orientação da professora Dr^a Regina Coelly F. Saralva, da aluna de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, na linha de pesquisa Desenvolvimento e Políticas Públicas para o Meio Ambiente e o Campo, Universidade de Brasília (UnB), Faculdade UnB Planaltina (FUP). Declaro que fui informado (a) que a pesquisa analisa a luta de mulheres camponesas pela terra sob à luz da história de Antônia Flor em Piripiri/PI. Como participante da pesquisa declaro que concordo em ser entrevistado uma ou mais vezes pela pesquisadora no local e ou plataformas on-line adequadas as condições sanitárias de prevenção ao contágio da Covid-19, com duração previamente ajustados. Permito a gravação das entrevistas. Autorizo que meu nome seja divulgado nos resultados da pesquisa, comprometendo-se, a pesquisadora, a utilizar apenas as informações que prestarei somente para os propósitos da pesquisa. O(a) senhor(a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa. A sua participação se dará por meio de entrevistas sob as devidas medidas de segurança e prevenção orientados pelas autoridades sanitárias contra a contaminação da Covid-19, na **data 10 de janeiro de 2022**. Não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada a sua participação, que será voluntária. Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília (UnB), Faculdade UnB Planaltina (FUP) podendo ser publicados posteriormente. Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o Senhor(a).

Nome / assinatura do participante

Pesquisador Responsável Patrícia Costa de Araújo

Teresina, 11 de janeiro de 2022



TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO PARA FINS CIENTÍFICOS E ACADÊMICOS

Por meio deste termo, o sr. Olavo Rebelo de Carvalho Filho, participante do estudo **MULHERES E LUTA PELA TERRA NO PIAUÍ: DAS LIGAS CAMPONESAS A ANTÔNIA FLOR**, cede o direito de uso das imagens pessoais e do som da sua voz que foram adquiridas durante sua participação em estudo/pesquisa. Dessa forma, autorizo a pesquisadora **Patrícia Costa de Araújo e Universidade de Brasília (UnB), Faculdade UnB Planaltina (FUP)** responsável pelo trabalho a: (a) utilizar e veicular as fotografias, vídeos e som da sua voz obtidas durante sua participação na entrevista referente a este estudo/pesquisa para o mestrado no **Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural**, para fim de obtenção de grau acadêmico, sem qualquer limitação de número de inserções e reproduções, desde que essenciais para os objetivos do estudo. A veicular as fotografias, vídeos e/ou som da sua voz acima referidas na versão final do trabalho acadêmico, que será disponibilizado no (repositório) da Universidade de Brasília – UnB; Utilizar as fotografias, vídeos e som da voz na produção de quaisquer materiais acadêmicos, inclusive aulas e apresentações em congressos e eventos científicos, por meio oral (conferências) e/ou impresso (pôsteres ou painéis); Utilizar as imagens, vídeos e/ou som da sua voz para a publicação de artigos científicos em meio impresso e/ou eletrônico para fins de divulgação, sem limitação de número de inserções e reproduções; No caso de imagens, executar livremente a montagem das fotografias, realizando cortes e correções de brilho e/ou contraste necessários, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida. Executar livremente a edição e montagem de trechos da entrevista audiovisual, realizando cortes e correções necessárias, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida. Não haverá restituição financeira de qualquer natureza neste ou a qualquer momento pela cessão das imagens. É vedado ao pesquisador utilizar as imagens para fins comerciais ou com objetivos diversos da pesquisa proposta, sob pena de responsabilização nos termos da legislação brasileira. Concordando com o termo, o participante de pesquisa e o pesquisador assinam o presente termo em 2 (duas) vias iguais, devendo permanecer uma em posse do pesquisador responsável e outra com o participante ou seu responsável.

Local e data: Teresina, 10 de janeiro de 2022

Pesquisador responsável:

Participante do estudo ou seu responsável legal:



TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO PARA FINS CIENTÍFICOS E ACADÊMICOS

Por meio deste termo, o sr. **Paulo Henrique Couto Machado**, participante do estudo **MULHERES E LUTA PELA TERRA NO PIAUÍ: DAS LIGAS CAMPONESAS A ANTÔNIA FLOR**, cede o direito de uso das imagens pessoais e do som da sua voz que foram adquiridas durante sua participação em estudo/pesquisa. Dessa forma, autorizo a pesquisadora **Patrícia Costa de Araújo** e **Universidade de Brasília (UnB), Faculdade UnB Planaltina (FUP)** responsável pelo trabalho a: (a) utilizar e veicular as fotografias, vídeos e som da sua voz obtidas durante sua participação na entrevista referente a este estudo/pesquisa para o mestrado no **Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural**, para fim de obtenção de grau acadêmico, sem qualquer limitação de número de inserções e reproduções, desde que essenciais para os objetivos do estudo. A veicular as fotografias, vídeos e/ou som da sua voz acima referidas na versão final do trabalho acadêmico, que será disponibilizado no (repositório) da Universidade de Brasília – UnB; Utilizar as fotografias, vídeos e som da voz na produção de quaisquer materiais acadêmicos, inclusive aulas e apresentações em congressos e eventos científicos, por meio oral (conferências) e/ou impresso (pôsteres ou painéis); Utilizar as imagens, vídeos e/ou som da sua voz para a publicação de artigos científicos em meio impresso e/ou eletrônico para fins de divulgação, sem limitação de número de inserções e reproduções; No caso de imagens, executar livremente a montagem das fotografias, realizando cortes e correções de brilho e/ou contraste necessários, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida. Executar livremente a edição e montagem de trechos da entrevista audiovisual, realizando cortes e correções necessárias, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida. Não haverá restituição financeira de qualquer natureza neste ou a qualquer momento pela cessão das imagens. É vedado ao pesquisador utilizar as imagens para fins comerciais ou com objetivos diversos da pesquisa proposta, sob pena de responsabilização nos termos da legislação brasileira. Concordando com o termo, o participante de pesquisa e o pesquisador assinam o presente termo em 2 (duas) vias iguais, devendo permanecer uma em posse do pesquisador responsável e outra com o participante ou seu responsável.

Local e data: Teresina, 11 de janeiro de 2022

Pesquisador responsável:

Participante do estudo ou seu responsável legal:

Paulo Henrique Couto Machado



Termo de consentimento e participação em pesquisa

Convidamos o(a) Senhor(a) **Paulo Henrique Couto Machado** a participar do projeto de pesquisa **MULHERES E LUTA PELA TERRA NO PIAUÍ: DAS LIGAS CAMPONESAS A ANTÔNIA FLOR**, sob a responsabilidade da pesquisadora Patrícia Costa de Araújo. O objetivo desta pesquisa é analisar a luta de mulheres camponesas pela terra sob a luz da história de Antônia Flor em Piripiri/PI. Aceito participar da pesquisa sobre a **MULHERES E LUTA PELA TERRA NO PIAUÍ: DAS LIGAS CAMPONESAS A ANTÔNIA FLOR**, no Piauí, sob a orientação da professora Dr^a Regina Coelly F. Sariva, da aluna de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, na linha de pesquisa Desenvolvimento e Políticas Públicas para o Meio Ambiente e o Campo, Universidade de Brasília (UnB), Faculdade UnB Planaltina (FUP). Declaro que fui informado (a) que a pesquisa analisa a luta de mulheres camponesas pela terra sob a luz da história de Antônia Flor em Piripiri/PI. Como participante da pesquisa declaro que concordo em ser entrevistado uma ou mais vezes pela pesquisadora no local e ou plataformas on-line adequadas as condições sanitárias de prevenção ao contágio da Covid-19, com duração previamente ajustados. Permito a gravação das entrevistas. Autorizo que meu nome seja divulgado nos resultados da pesquisa, comprometendo-se, a pesquisadora, a utilizar apenas as informações que prestarei somente para os propósitos da pesquisa. O(a) senhor(a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa. A sua participação se dará por meio de entrevistas sob as devidas medidas de segurança e prevenção orientados pelas autoridades sanitárias contra a contaminação da Covid-19, na **data 11 de janeiro de 2022**. Não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada a sua participação, que será voluntária. Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília (UnB), Faculdade UnB Planaltina (FUP) podendo ser publicados posteriormente. Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o Senhor (a).

Paulo Henrique Couto Machado

Nome / assinatura do participante

Patrícia Costa de Araújo

Pesquisador Responsável Patrícia Costa de Araújo

Teresina, 11 de janeiro de 2022

ANEXO B – Certidão de óbito

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2200-2/2001 que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-BRASIL)

ICP Brasil

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME
ANTÔNIA MARIA DA CONCEIÇÃO

CPF
SEM INFORMAÇÃO

MATRÍCULA
140814 02 55 1984 4 00003 134 0002935 20

SEXO **FEMININO** COR **MORENA** ESTADO CIVIL E IDADE **VIÚVA , 94 ANOS**

NATURALIDADE **DESTE ESTADO** DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO **SEM INFORMAÇÃO** ELEITOR **NÃO**

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA
FLORENCIO RAMOS FEITOZA E TEREZA MARIA DA CONCEIÇÃO RESIDÊNCIA: O LUGAR GAMELEIRA,DESTE MUNICÍPIO

DATA E HORA DE FALECIMENTO
PRIMEIRO DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE UM MIL, NOVECENTOS E OITENTA E QUATRO ÀS 00:00 DIA **01** MÊS **12** ANO **1984**

LOCAL DE FALECIMENTO
O LUGAR GAMELEIRA,DESTE MUNICÍPIO

CAUSA DA MORTE
SEM ASSISTÊNCIA MÉDICA

SEPULTAMENTO / CREMAÇÃO (MUNICÍPIO E CEMITÉRIO, SE CONHECIDO) **CEMITÉRIO DO LUGAR GAMELEIRA,DESTE MUNICÍPIO** DECLARANTE **MANOEL FERREIRA SANTIAGOF**

NOME E NÚMERO DO DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO
SEM INFORMAÇÃO

AVERBAÇÕES / ANOTAÇÕES À ACRESCEM
SEM INFORMAÇÃO

ANOTAÇÕES DE CADASTRO
SEM INFORMAÇÕES.

Certidão lavrada por Jonatas Melo - Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais de Piripiri, o(a) qual assinou eletronicamente aos 15 de Fevereiro de 2022, nos termos do Provimento nº 46/2015 do Conselho Nacional de Justiça

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé
Certidão emitida em 15 de Fevereiro de 2022

Este é um documento público eletrônico, emitido nos termos da Medida Provisória 2200-2, de 24/08/2001, só tendo validade em formato digital, vedada a sua reprodução.

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais
Piripiri - PI
Jonatas Melo - Oficial
AV ADERSON FERREIRA, 71 - CENTRO - CEP: 64260-000
E-mail: cartoriopiripiri1@hotmail.com
Tel: (86) 998566048

Validação do atributo da assinatura digital
www.registrocivil.org.br/validacao
Cod. Hash: D59542D8583507878637689A4A7BEBDF
Central de Informações do Registro Civil - CRC- Nacional



Fonte: Cartório de Piripiri – 1º Ofício (2022).

ANEXO C – Justificativa do Projeto de Lei nº 12/1999

Estado do Piauí
 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Gabinete do Deputado OLAVO REBELO (PSB)

fixados nos orçamentos anuais dos órgãos públicos responsáveis por suas elaborações.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

APROVADO

JUSTIFICATIVA

A luta pela Reforma Agrária ampla, irrestrita e conseqüente, no Piauí, tem um histórico permeado de gestos corajosos e sacrifícios de muitas vidas.

A cidadã ANTÔNIA MARIA DA CONCEIÇÃO, conhecida pelo codinome "ANTÔNIA FLOR," é uma das referências simbólicas desta luta. Trabalhadora rural octogenária, mãe de seis filhos, residente no lugarejo Gameleira, no município de Piripiri, Antônia Flor, que era posseira há cinquenta anos na gleba de terra onde trabalhava, resistiu corajosamente às muitas tentativas de despejo e foi assassinada por jagunços, em sua residência, no dia 1º de dezembro de 1984.

Os assassinos da cidadã Antônia Flor nunca foram punidos e o seu assassinato, como muitos outros, caiu no esquecimento, porque o aparelho de investigação estatal e o Ministério Público Estadual falharam vergonhosamente.

Faz-se necessário reverenciar a memória da cidadã Antônia Maria da Conceição para que a luta dos trabalhadores e produtores rurais piauienses pela execução de uma Reforma Agrária ampla, irrestrita e conseqüente seja reconhecida na história contemporânea do Piauí.

A instituição do Dia Estadual de Luta Pela Reforma Agrária possibilitará o reconhecimento da cidadã Antônia Maria da Conceição como personagem da história da luta pela terra no Piauí.

Nesta data-símbolo - 1º de dezembro - as entidades de representação dos trabalhadores e produtores rurais piauienses deverão avaliar as conquistas da classe social, na luta pela terra, através da realização de ciclos de estudos, seminários, mesas redondas e simpósios, e os órgãos públicos, estaduais e municipais, responsáveis pela elaboração e execução das políticas agrária e agrícola, no Estado do Piauí, serão obrigados a prestar contas, formal e publicamente, dos planos, programas e projetos executados e em execução, a cada ano, fazendo publicar, no Diário Oficial do Estado, relatórios circunstanciados de suas respectivas execuções, ressaltando as metas alcançadas.

Av. Mal. Castelo Branco, S/N, Cabral - CEP 64.000-810, Teresina-PI - Fone/Fax: (086) 221-7788

Fonte: arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí (1999).

ANEXO D – Foto do documento original: lei que institui o Dia Estadual de Luta pela Reforma Agrária no Piauí

02

LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado OLAVO REBELO (PSB)
AL - DIRETORIA LEGISLATIVA
Nos termos regimentais
Encaminhe-se ao Protocolo

PROJETO DE LEI Nº 010/99

Em, 12/03/99
Dr. Francisco Jesus Vieira

"Institui o Dia Estadual de Luta Pela Reforma Agrária e dá outras providências."

Orgão	AL
Subscrito	AL 0593/99
Data	12/03/99
Assunto	Proj. Lei
Assinatura	Francisco

Lido no Expediente
Em 11/03/99
Mônica

GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

APROVADO

FAÇO SABER que o Poder Legislativo aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Dia Estadual de Luta Pela Reforma Agrária, a ser comemorado, no Piauí, anualmente, a 1º de dezembro.

Parágrafo único - Na data comemorativa instituída por esta Lei, as entidades de representação dos trabalhadores e produtores rurais piauienses realizarão atividades que visem a avaliação das conquistas desta classe social na luta pela Reforma Agrária.

Art. 2º. Os órgãos públicos, estaduais e municipais, responsáveis pela elaboração e execução das políticas agrária e agrícola, no Estado do Piauí, apresentarão, pública e formalmente, no Dia Estadual de Luta Pela Reforma Agrária, relatórios circunstanciados dos planos, programas e projetos executados e em execução no ano em curso, ressaltando as metas alcançadas.

Parágrafo único - Os relatórios a que faz referência o *caput* deste artigo serão publicados, no Dia Estadual de Luta Pela Reforma Agrária, no Diário Oficial do Estado, por iniciativa de cada órgão público responsável por suas respectivas elaborações.

Art. 3º. Fica assegurado às entidades de representação dos trabalhadores e produtores rurais o direito de requerer cópias autênticas dos relatórios a que faz referência o *caput* do artigo 2º desta Lei aos órgãos públicos responsáveis pela elaboração e execução das políticas agrária e agrícola no Estado do Piauí.

Art. 4º. Os recursos financeiros necessários às publicações dos relatórios a que faz referência o *caput* do artigo 2º desta Lei serão previstos e


Av. Mal. Castelo Branco, S/N, Cultural CEP 64.000-810, Teresina-PI - Fone/Fax: (086) 221-7788

uf

Fonte: arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí (1999).

ANEXO E – Capa do arquivo referente à tramitação do Projeto de Lei nº 12/1999

PROJETO DE LEI



Protocolo Geral

N.º AL-0523/99

Assembleia Legislativa

Natureza do Processo: Projeto de lei n.º 012/99

Autor: Dep. Ruy Rebelo

Assunto: "Institui o Dia Estadual de luto pela Reforma Agrária e dá outras providências"

Lido no Expediente 13/03/99

Término do Prazo de Votação 13/06/2001

MOVIMENTO DO PROCESSO

N.º	DESTINO	DATA	DESTINO	DATA
1	<u>Publicação</u>	<u>12 03 99</u>		
2	<u>Act. alor</u>			
3	<u>Ordem do Dia 1.ª vet</u>	<u>13 06 01</u>		
4	<u>Ordem do Dia 2.ª vet</u>	<u>13 06 01</u>		
5	<u>Autógrafos</u>	<u>19 06 01</u>		
6	<u>Resolução Legislativa</u>	<u>20 06 01</u>		
7	<u>Sec. final do meso</u>	<u>21 06 01</u>		
8				
9				
10				

Aprovado em 1ª discussão 13/06/2001 APROVADO

aprovado em 2ª discussão 13/06/2001 APROVADO

aprovado em 3ª discussão / /

Rejeitado / /

Observações: Projeto de lei aprovado em última votação

Fonte: arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí (1999).

ANEXO F – Foto do documento anexo à CPI dos Conflitos Agrários que mostra as áreas de conflitos envolvidas

ÁREAS DE CONFLITO NO ESTADO DO PIAUÍ						
Nome Conflito	Município	Proprietário	Nº Fam.	Área Ha.	Violência	Início
S. Banedito	Altos		192	4.176		
Baixinha	Altos		50	800		
Almecegas	Altos		30	900		
Quilombo	Altos		120	323		
Pau Caído	Amarante		10	1.500		
Salobro	Amarante			2.700	Expulsão/Jaguços	
Porteira	Amarante		8	200		
Mimbó	Amarante	Pernambucanos	400	6.000	Expulsão	
Baixa Fria	Barras	João Fco.V.Miranda	50	1.985	Quei.Casas/Exp.	
Saúva	Barras	Gleidston R.Lages	29	972	Expulsão	1977
Currais Velho	Barras	Fernando T.Sampaio	86	1.200	Assass./Fam.Desp.	1964
Ingá	Barras		38	1.102		
Faisandú	Barras		23	2.062		
Cercado	Barras		22	2.372		
Barreiro Otávio	Barras		49	1.667		
Centro	Barras		135	2.863		
Moradia	Barras		23	901		1985
Barro Preto	Barras	Rdo.Nonato Lares	47	1.700	Assass./Fam. Desp	
Marrecas	Barras		24	450		1985
Boca da Mata	Barras			3.367		
Currais Novos	Barras	Pedro P.Veras	86	1.648		1987
Ameixas	Barras			450	Ame.Desp.	1985
Descoberta	Batalha		36	1.483		
L.Cajueiro	Bocaina					
Pirajá	Bom Jesus	Emp.Com.Agrícola	200	64 mil	Am. Exp./Dest.Cercas	
Laranjeiras	B.Jesus		55	76.676		
Aroeira	B.Jesus	Antonio B.Oliveira	20	22.000	Queima de Casas	1992
Brejinho	C.Maior	José Ribamar	22	2.637	Ameaças Desp.	
Boa Vista	C.Maior		9	311		

Nome Conflito	Município	Proprietário	Nº Fam.	Área Ha.	Violência	Sit.Atual
Catarém	Nazaré			800		
Oriente	Nazaré	José M. Leal	42	2.400	Ame.Exp.	
Chap.Sindá	M. Olimpio			1.000		
Mudubim	Oeiras		100	220	Ameaças Exp.	
Oriente	Nazaré	José M. Leal	42	2.400	Ame.Exp.	
Baixa Aragoão	Parnaíba		14	32		1988
Ilhas Malvinas	Parnaíba	Mariano Sales	200		Ameaças Exp./Morte	
Tab.Litorâneo	Parnaíba		182	13.000		1996
Faz. Sitio	Parnaguá	Arquimedes S.Luciano	37	3.501	Ameaças Expulsão	
Lagoa Seca	Parnaguá	Família Araújo	30		Ameaças Morte	
Descoberta	Parnaguá	Hélio Paranaguá	40	3.501		
Brejo	Parnaguá		40	300 tar.	Imp.de trab.	
Caldeirãozinho	Pedro II		36	311		1994
Pau Darcas	Pedro II	Wilson Brandão	20	820		1994
Caldeirão	Pedro II			311		1994
Lagoa Redonda	Pedro II	Prefeito/Delegado	64		Am. Exp./Prisões	
Veados	Picos	Capitão Brito	100	7.000		
Ambrósio	Picos		150	7.234		
Faz.S.Caetano	Pimenteiras		120	50.000		
Serra do Batista	Pimenteiras	Artur M.Cavalcante	50	12.000		
Caprisa	Pio IX			53.660		
Amelieira	Piripiri	Francisco Ventura			Assassinato	
Residência	Piripiri		40	1.695		1995
Faz.Cágados	Porto		144		Ameaças Desp.	
Titara Pires	Porto	Edgar Coêlho	144	3.144	Quei.Casas/Am.Morte	
Barro Vermelho	Redenção	Antonia S. Parente	22	1.144		
Chap.Flores	Rio Grande			7.000		
Calengue	Sta.Teresa	Mário Lúcio Portela	60	101		
Estação	S.J.Piauí					
Faz.Eugénia	S.J.Piauí		40	1.133	Ameaças de Desp.	
Marrecas	S.J.Piauí		120	10.504		
Liboa	S.J.Piauí		330	9.776		

Fonte: arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí (1998).

ANEXO G – Governador Chagas Rodrigues Participa de grande comício realizado na Guanabara



No grande comício realizado na Guanabara, para protestar contra a agressão praticada por elementos do Movimento Anti-Comunista que metralharam a sede da União Nacional dos Estudantes, foram denunciados os verdadeiros cabeças do terrorismo que se articula no Brasil, para barrar o avanço democrático do país. Personalidades das mais representativas da política nacional e líderes das mais variadas classes sociais, apontaram o desgovernador Carlos Lacerda como um dos chefes do MAC, bando de desordeiros organizados nos métodos nazistas que pretende calar a boca dos patriotas e nacionalistas. No clichê acima vemos o deputado Sérgio Magalhães discursando entre líderes estudiantis, o deputado Bento Gonçalves, o Governador Chagas Rodrigues, do Piauí, e o deputado Francisco Julião.

Fonte: Camponeses (1962).

ANEXO H – Lutam organizados os camponeses do Piauí



Fonte: Lutam (1963).

ANEXO I – Comparação entre a identificação de conflitos pelo “método do noticiário” e o “método direto” de consulta às federações estaduais de trabalhadores rurais 1971

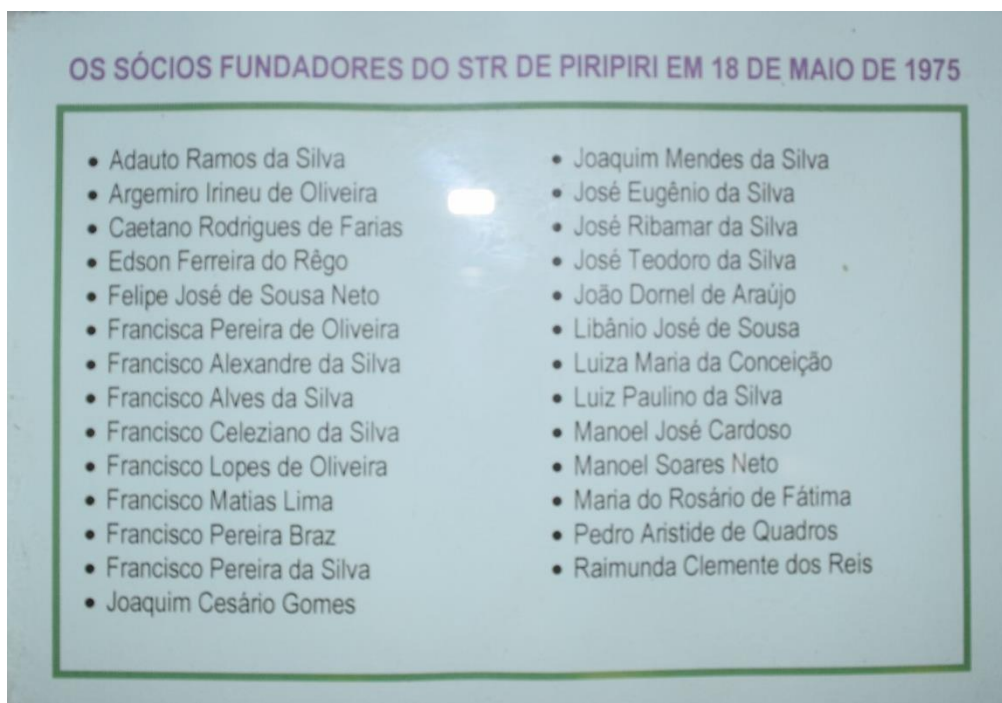
Estado/Território	Dados de Noticiário (A)	Dados da Federação de Trab. Rurais (B)	Relação B / A %
Piauí	—	44	4.400(?)
Ceará	4	13	325
R. G. Norte	2	62	3.100
Pernambuco	2	14	700
Bahia	—	10	1.000
Espírito Santo	—	3	300
Rio de Janeiro	2	10	500
Paraná	8	25 (a)	3.125
Santa Catarina	—	133	13.300
R. G. Sul	3	21 (b)	700
Goiás	1	147	14.700
Mato Grosso	2	3	150

(a) Inclui 12 conflitos relatados pela advogada Edith Olga Petsch

(b) Dados obtidos pela FETAG junto à Unidade de Terras Públicas e Núcleos Agrícolas (CEMAPA) da Secretaria Agric. do R.S.
Os 21 conflitos envolvem 78.831 ha.

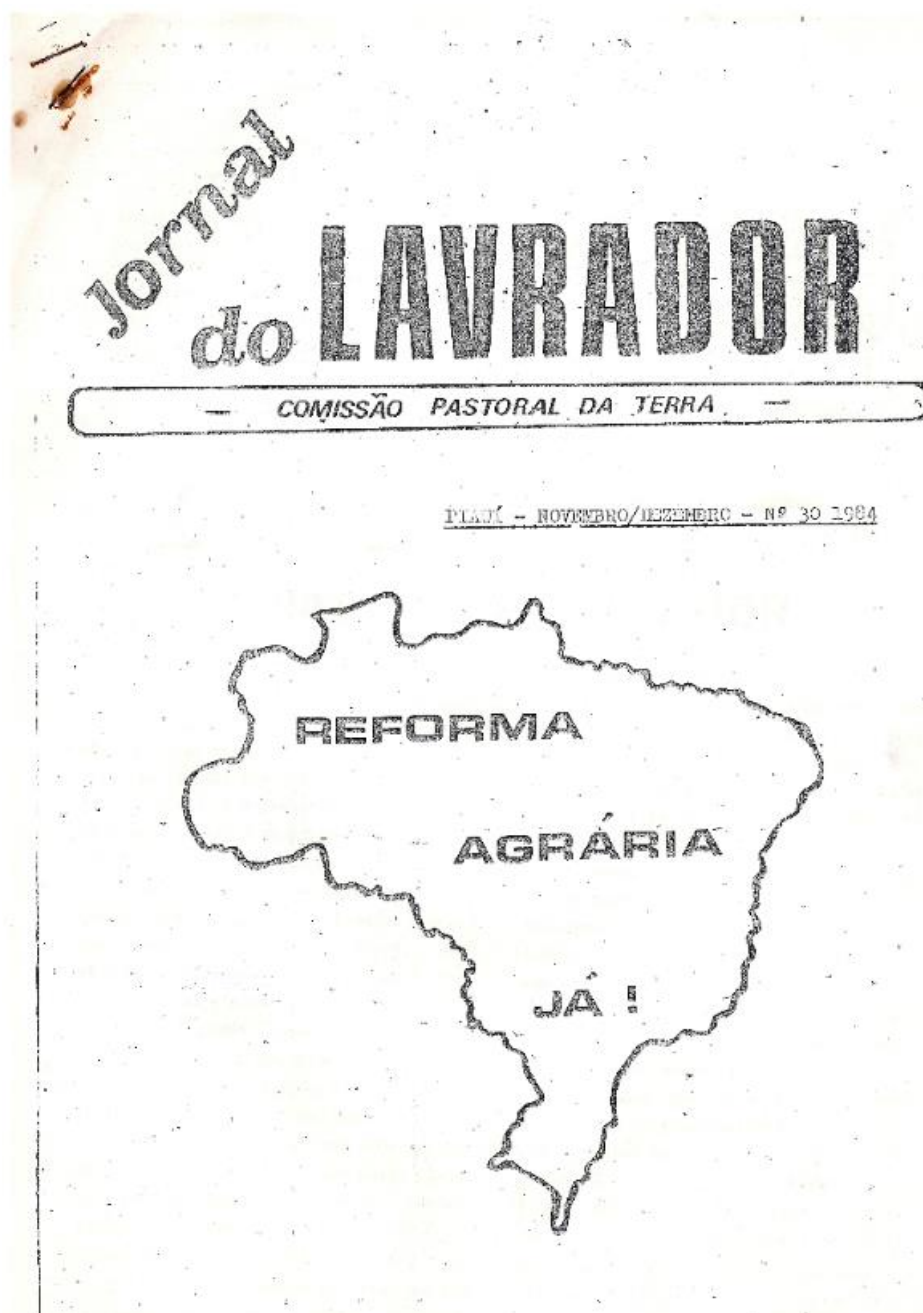
Fonte: Rodrigues e Silva (1975, p. 6).

ANEXO J – Foto do quadro de sócios-fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Piripiri



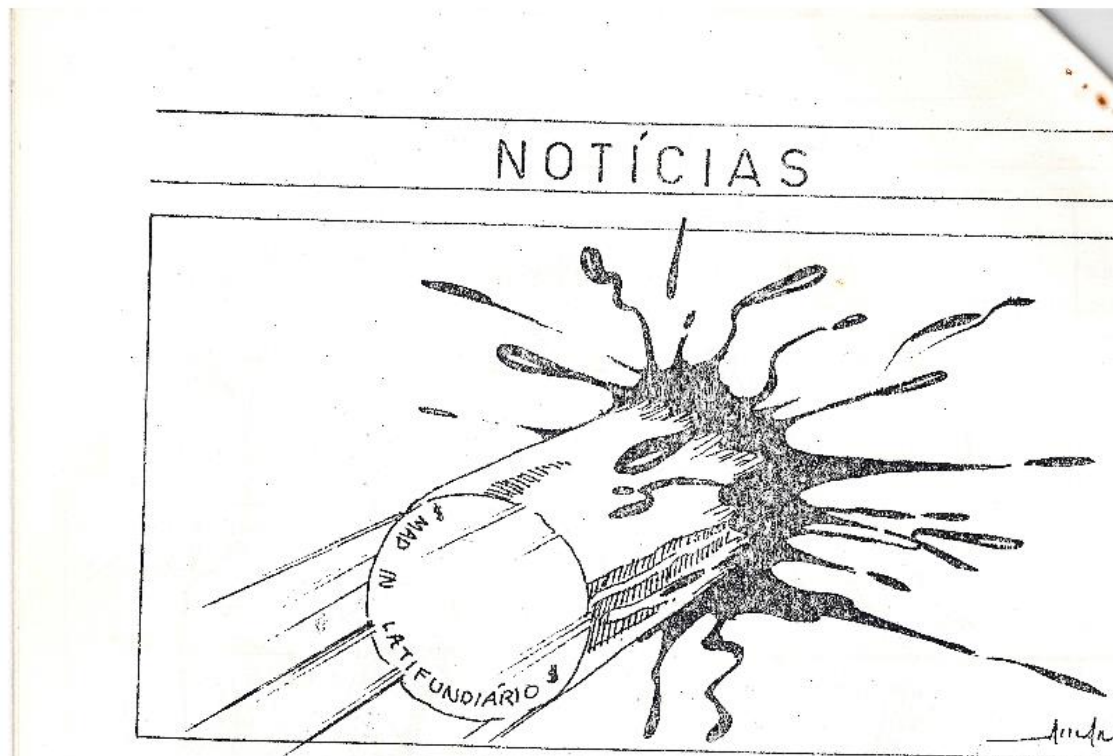
Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Piripiri (2022).

ANEXO K – Capa do *Jornal do Lavrador* de novembro/dezembro de 1984



Fonte: Possesira (1984).

ANEXO L – Notícia do assassinato de Antônia Flor



POSSEIRA É ASSASSINADA

"O rifle me matou", disse Antonia Maria da Conceição, 84 anos ao ser assassinada com um tiro de espingarda 12 no coração. Enquanto a posseira era amparada por seus filhos o pistoleiro fugiu. Embora chocando todo o município de Piripiri o fato acontecido no dia 19 de dezembro continua sem averiguação os suspeitos não foram indiciados em processo criminal e nem mesmo interrogados pelo delegado de Piripiri, Armando de Castro. Entretanto a população e a família da anciã sabe que o principal suspeito como mandante do crime é o latifundiário Francisco Ventura, conhecido pela violência que emprega para expulsar posseiros que moram e trabalham em suas terras.

Caracterizado como mais um crime na luta pela permanência na terra o assassinato de Antônia Flor, como a posseira era chamada, não surpreendeu o presidente do Sindicato

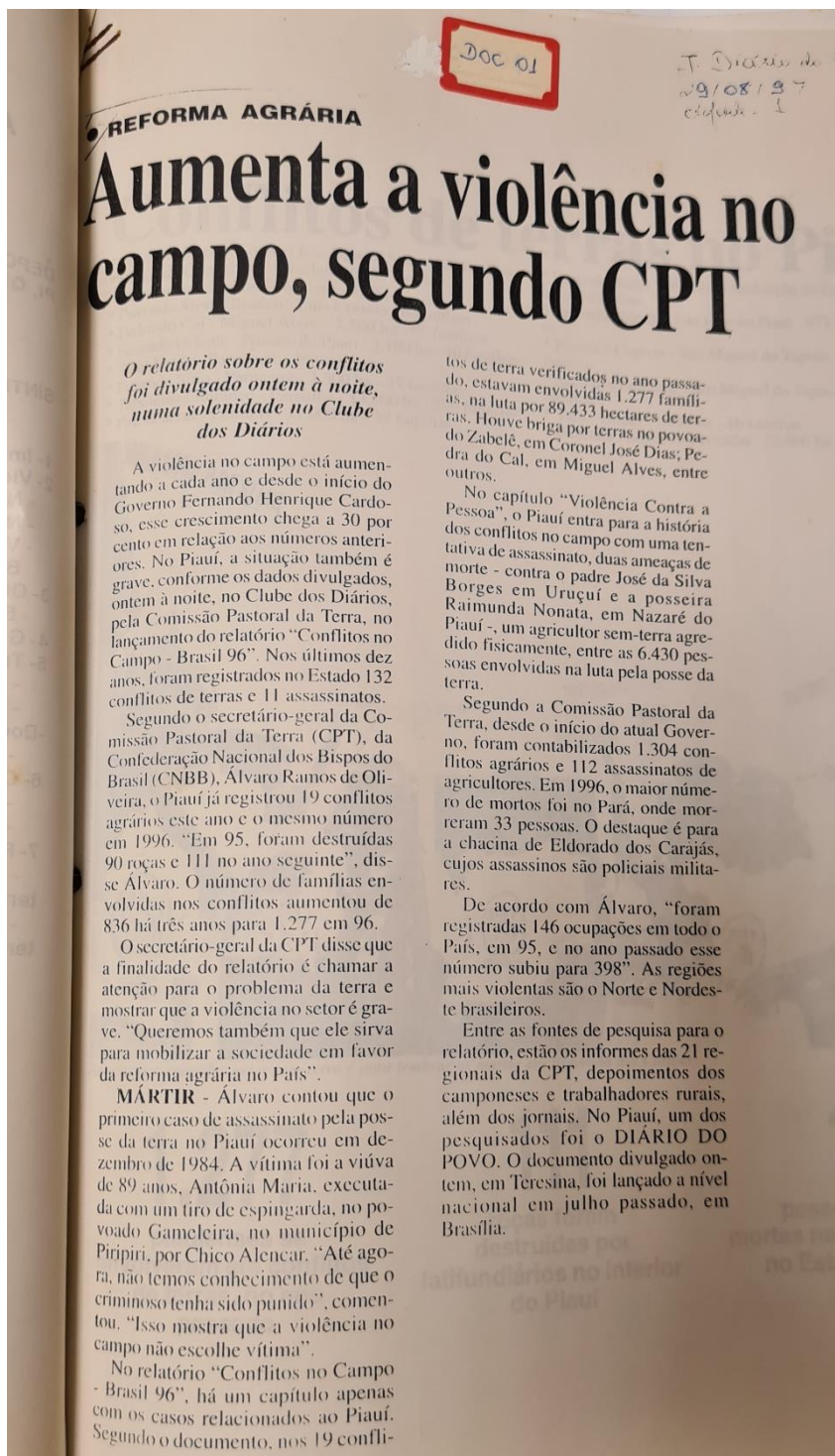
seguinte a posseira e sua família, que aceitaram ser expulsas sem indenização, tinha acontecido com outros posseiros moravam na área.

O latifundiário já tinha colocado mais para destruir a roça de Antonia Flor afirmou que "juro que qualquer dia com uma covardia a quem quer tomar minhas terras"

A brutal morte de Antonia Flor foi lembrada e denunciada no sétimo dia com uma missa organizada pela paróquia de Piripiri. Na ocasião o presidente do Sindicato e membros do Centro Piauiense de Ação Cultural (CEPAC) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) lembraram as circunstâncias do assassinato de Antonia Flor e reivindicaram a punição do pistoleiro e do mandante do crime.

Para denunciar a violência no campo exigiu a punição dos responsáveis.

ANEXO M – Reportagens anexa no relatório da CPI dos Conflitos Agrários



Fonte: arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí (1997).

ANEXO N – Túmulo de Antônia Flor

Fonte: acervo pessoal (2022).

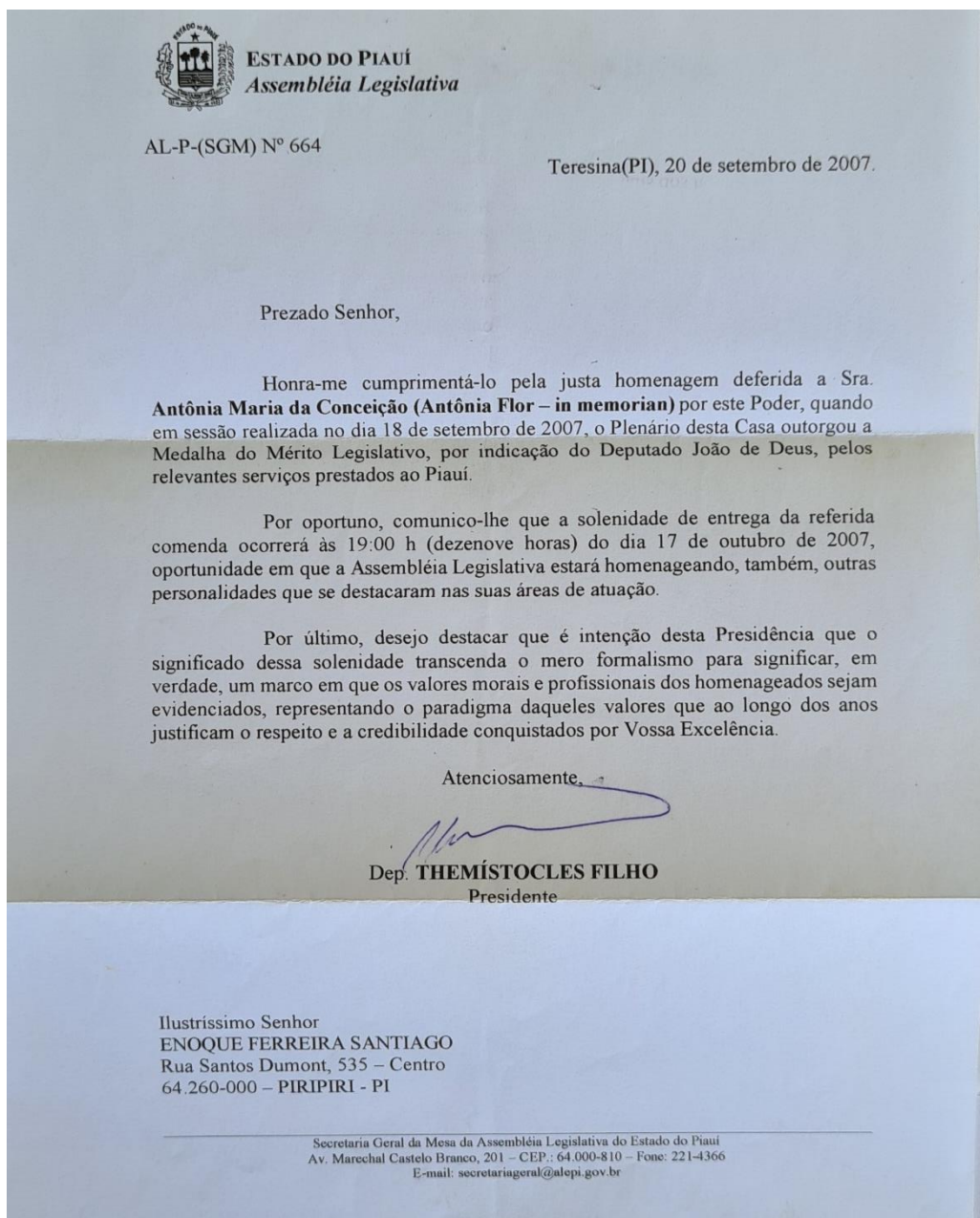
ANEXO O – Entrada para Gameleira



Fonte: acervo pessoal (2022).

ANEXO P – Casas no PA Antônia Flor

Fonte: acervo pessoal (2022).

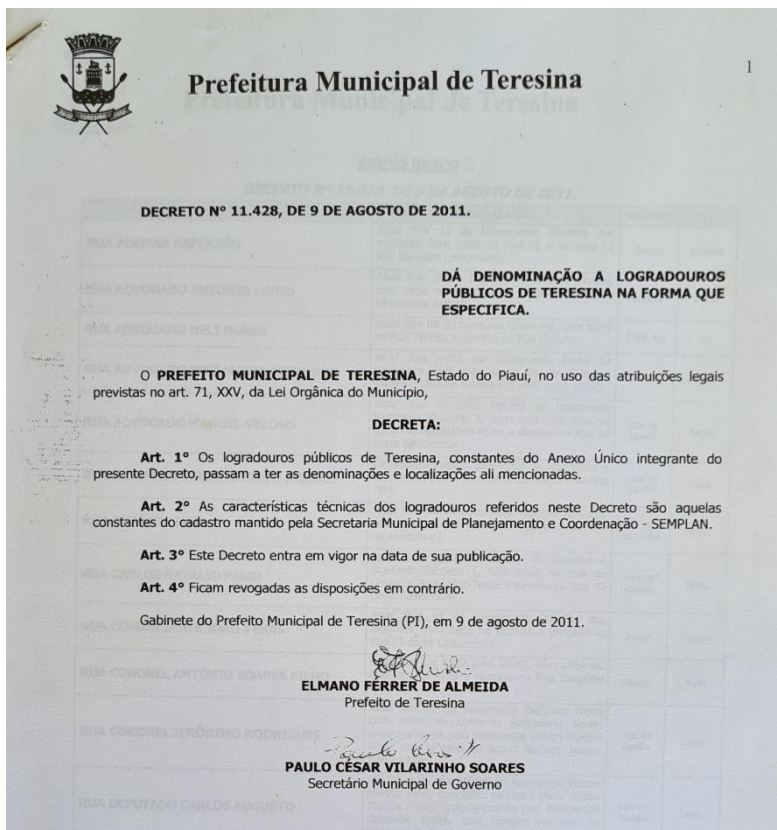
ANEXO Q – Convite para outorga da medalha do mérito legislativo

Fonte: arquivo de Antônia de Sousa Neta (2007).

ANEXO R – Medalha recebida por Enoque e guardada por dona Nenê

Fonte: arquivo de Antônia de Sousa Neta (2007).

ANEXO S – Rua Antônia Flor



Fonte: arquivo de Antônia de Sousa Neta (2011).

**ANEXO T – Tributo à memória da trabalhadora rural Antônia Maria da Conceição
(Antônia Flor)**



Fonte: Museu de Perypery/acervo pessoal (2022).

ANEXO U – Figura do túmulo de Antônio Flor

Fonte: acervo pessoal (2022).